



Ana Alice Alcantara Costa
Cecilia Maria B. Sardenberg
(organizadoras)

O FEMINISMO NO BRASIL: REFLEXÕES TEÓRICAS E PERSPECTIVAS

Fechar
Baixe o PDF
Voltar

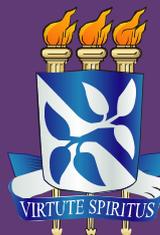
Apresentação

Introdução

Parte I

Parte II

NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER
FFCH/UFBA



**O FEMINISMO NO BRASIL:
REFLEXÕES TEÓRICAS
E PERSPECTIVAS**

Ana Alice Alcantara Costa
Cecilia Maria B. Sardenberg
(organizadoras)

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

“É, portanto, em favor de todas as mulheres brasileiras que escrevemos, é a sua geral prosperidade o alvo de nossos anelos, quando os elementos dessa prosperidade se acham ainda tão confusamente marulhados no labirinto de inveterados costumes e arriscadas inovações”.

Nísia Floresta

© 2008, Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida LTDA.

Todos os direitos autorais deste material são de propriedade dos Autores e da Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida LTDA. Não é permitida a reprodução e transmissão total ou parcial, sejam quais forem os meios utilizados: eletrônico, mecânico, fotográfico ou quaisquer outros.

Revisão Bibliográfica
Tatiana Sena

Catálogo
Andréa Rita Silveira

Transcrição de Fitas
Rita Lessa Costa
Dorival Costa

Capa
Maria Lútilia de Souza Sardinha
Flavio Luiz Rodrigues Nogueira

Editoração Eletrônica
Nádia Pinho (Fast Design)

F329 O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas / Ana Alice Alcantara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg, organizadoras. – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

411p.

1. Feminismo. 2. Mulher – Atividade política. 3. Movimento sociais. I. Costa, Ana Alice Alcantara. II. Sardenberg, Cecília Maria B.

CDDU – 305.4

Impresso no Brasil em novembro de 2007 pela:
Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida LTDA.
CNPJ: 00.431.294/0001-06 - I.M.: 165.292/001-60
e-mail: fast.design@terra.com.br

ÍNDICE

Prefácio 13

Introdução: **O FEMINISMO NO BRASIL: UMA (BREVE) RETROSPECTIVA** 23

Ana Alice Alcantara Costa

Cecília Maria Bacellar Sardenberg

Parte I:

1 - FEMINISMO NO BRASIL: RETROSPECTIVAS

A evolução do feminismo 51

Mariza de Athayde Figueiredo

É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de Insatisfação 69

Albertina de Oliveira Costa

2 - FEMINISMO, ESTADO E ORGANIZAÇÕES FORMAIS.

Feminismo e movimento sindical 99

Paola Cappellin

Feminismo e Estado: A experiência do CNDM. 111

Jacqueline Pitanguy

3 - FEMINISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A mulher negra e o feminismo 139

Luiza Bairros

Dúvidas e delírios sobre o feminismo a partir de uma luta pela saúde da mulher 147

Ângela Arruda

4 - PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DO FEMINISMO NO BRASIL

Metodologia de práticas em saúde da mulher 167
Dulcinéa de Oliveira Xavier

**A construção do tempo feminino:
da(im)possibilidade do extraordinário....** 171
Lourdes Bandeira

5 - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E O FEMINISMO - Painel 189

PARTE II:

**1 - FEMINISMO NO BRASIL: PERSPECTIVAS
Vislumbrando novos espaços: Anotações para um
debate feminista** 227
Ana Vicentini

Somos todas feministas? 235
Vera Lúcia Lemos Soares

Reflexões a partir do IX Encontro Nacional

Feminista 245
Eleonora Menicucci de Oliveira

Elitismo ou Demagogia 251
Danda Prado

**O significado da luta pela libertação
das mulheres** 267
Marta Alvarez

En - Cruz - Ilhadas..... 291
Maria Helena Pessoa

2 - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

Mulheres e Heróis: de Ícaro a Macunaíma .. 301
Naumi A. de Vasconcelos

Masculino/Feminino: Uma análise micro-política 309
Aída Maria Novelino

Educação Diferenciada: Uma realidade
Educação Igualitária: Uma necessidade . 315
Zuleika Alambert

Do direito de desejar: Uma leitura da fala de mulheres camponesas do Maranhão 323
Aristotelina Elisabeth Bittencourt

Feminismo e educação popular 337
Maria Christina Ribeiro Có

Oficina de identidade 345
Maria Lúcia Vidal

3 - FEMINISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

Perfil das Associações de mulheres de Maceió: Um delineamento das tendências ideológicas... 357
Nádia Regina Loureiro de Barros Lima

**Mulheres, Movimentos Sociais, Partidos Políticos
e Estado 377**

Eva Alterman Blay

**A articulação feminina no processo
dereestruturação democrática: A mobilização das
mulheres do Sul do Brasil 389**

Jussara Reis Prá

POST SCRIPTUM 405

PARTICIPANTES..... 407

APRESENTAÇÃO

“EXATAMENTE 20 ANOS DEPOIS”

Exatamente 20 anos nos separam das discussões contidas nesta publicação. É muito tempo, tempo de trabalho, tempo de vivências, tempo de experiências. Um longo tempo de lutas, vitórias e conquistas, mas também um tempo de derrotas, de decepções e perdas. Podemos resumir tudo isso em uma pequena palavra: VIDA.

Aqui trazemos, finalmente, depois de longa caminhada, o resultado de um encontro de vida, de discussões, reflexões e de solidariedade. Durante todos estes anos a promessa de publicar este material nos perseguiu. Perseguição das companheiras que participaram do evento e sentiam a falta deste registro, perseguição da consciência de quem tinha a certeza de que este era um material muito importante que não poderia seguir guardado nas gavetas do NEIM.

Ao longo destes 20 anos, várias foram as tentativas de publicá-lo – o que pode ser comprovado nas datas expressas no Prefácio e no Post Scriptum. Sempre faltavam recursos, faltava tempo, faltava empenho.

Hoje, relendo esses textos, podemos incluir um novo valor, seu registro histórico. Aqui estão, não só as principais discussões que o feminismo enfrentava naquele momento, mas, em especial, uma espécie de anúncio dos dias que viriam.

Chamamos atenção, em especial, para o momento em que discutíamos o papel e a perspectiva do NEIM, percebendo-se que pairava, naquele momento, uma espécie de mal-estar advindo da consciência de que NEIM e Brasil Mulher existiam em uma relação de simbiose, mas ao mesmo tempo conflitante. Estávamos começando a construir uma história de institucionalidade que não imaginávamos pudesse chegar até onde chegou.

O Feminismo avançou, saiu do gueto e segue crescendo nas instâncias do Estado. O feminismo acadêmico também dei-

xou de ser um “estranho no ninho” para transformar-se em uma área de conhecimento, reconhecida e legitimada para a academia. O NEIM fez esse caminho, contribuindo, sem dúvida, de forma significativa nessa institucionalização e no reconhecimento desse campo do saber no Brasil.

O processo de desenvolvimento daquele NEIM, formado inicialmente por um pequeno grupo de professoras e alunas do Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, para o NEIM de hoje - que vivencia um momento de transformação em unidade de ensino e pesquisa -, demandou muita luta, muito enfrentamento, muitas barreiras a serem rompidas e certamente muito trabalho. Nos seus 25 anos de história, o NEIM cresceu; hoje é um órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia, contando com uma equipe de mais de 25 pessoas, incluindo-se professoras pesquisadoras, pesquisadoras associadas, bolsistas, estagiárias/os e pessoal técnico-administrativo. Buscando realizar e incentivar o ensino e a pesquisa no campo dos Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero, o NEIM constituiu-se, desde o início, como grupo *interdisciplinar* e indissociado da comunidade, participando com ela numa multiplicidade de eventos e programas. Sua equipe tem marcado presença nos meios científicos e feministas locais, nacionais e mesmo internacionais, por uma intensa atividade de cunho prático e acadêmico.

No âmbito acadêmico, o NEIM tem estimulado o crescente interesse de estudantes pela análise das questões de gênero e condição feminina na sociedade e na história. Nesse sentido, sua equipe tem colaborado, efetivamente, ministrando cursos em nível de graduação e pós-graduação através dos departamentos de Ciência Política, Antropologia, Sociologia e História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, bem como nos Cursos do Instituto de Letras, Escola de Enfermagem e Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. O resultado tem sido a produção de monografias (na graduação), dissertações de mestrado e teses de doutorado (na pós-graduação) sobre a temática da mulher e relações de gênero.

No caso específico da pós-graduação, a equipe de professoras/pesquisadoras do NEIM têm orientado trabalhos nas Pós Graduações (Mestrado e Doutorado) de Ciências Sociais, Histó-

ria, Educação, Letras e nos Mestrados de Enfermagem, Desenvolvimento Rural (Escola de Agronomia), Geografia e Belas Artes. Têm orientado teses, também, em outras universidades, tais como a Universidade Federal de Sergipe, Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade Estadual do Sudeste (Ilhéus).

Nos últimos anos o NEIM vem oferecendo, também, cursos de pós-graduação lato sensu, no particular, cursos de especialização na área de estudos sobre mulheres e relações de gênero, o que tem propiciado à equipe do núcleo desenvolver um trabalho interdisciplinar conjunto também em termos de ensino. Em 2001, foi oferecido o **Curso de Especialização em Mulher, Gênero e Desenvolvimento Regional**, patrocinado pela Fundação Ford, do qual participaram e concluíram 23 (vinte e três) alunas, incluindo-se oito bolsistas de outras universidades norte-nordestinas. Este curso já está sendo oferecido para uma terceira turma. Em abril 2004, foi iniciado o **Curso de Especialização em Metodologia do Ensino de Gênero e Outros Temas Transversais**, finalizado em novembro de 2005 com 25 alunas. Atualmente estamos desenvolvendo também uma terceira turma, constituída em sua maioria por professores(as) da rede pública do ensino.

Nos últimos três anos, o NEIM tem anualmente realizado **Cursos de Qualificação para Professores em Gênero e outros temas transversais**, com um total de 120 horas, capacitando até o momento cerca de 550 docentes.

Tal prática habilitou a equipe do NEIM, a partir da aprovação das instâncias competentes da UFBA e da autorização da CAPES/MEC a criar em novembro de 2005 o primeiro programa de Mestrado e no país e o primeiro Doutorado da América Latina nessa temática, constituindo-se como Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM .

Nessa luta incansável pela institucionalidade dos estudos feministas, este ano a equipe do NEIM deu mais um passo importante: chegou formalmente à graduação. Avaliamos que estava no contexto do **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**, nossa possibilidade de criar um curso de graduação sobre os estudos feministas. Nesse sentido, propusemos e tivemos aprovadas no Conse-

lho Superior da UFBA a criação do Curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade, bem como a criação de uma área de concentração de “Estudos de Gênero” nos cursos de Bacharelados Interdisciplinares em Humanidades.

Mas não foi só o NEIM que mudou, o feminismo no Brasil também mudou de cara. A possibilidade de ação a partir do Estado na implementação de políticas públicas ampliou a presença das feministas nos organismos de governo, estabeleceu novas parcerias, novas práticas e novos desafios.

Avaliar estas mudanças, identificar os novos desafios, novos caminhos e novas práticas são os objetivos do II SEMINÁRIO NACIONAL “O FEMINISMO NO BRASIL, REFLEXÕES TEÓRICAS E PERSPECTIVAS, que estaremos realizando no período de 4 a 7 de novembro.

Ana Alice Alcantara Costa
Cecília Maria B. Sardenberg
Novembro de 2008

PREFÁCIO

Os trabalhos e comentários, aqui reunidos, foram apresentados durante o I Seminário Nacional, intitulado *O FEMINISMO NO BRASIL: REFLEXÕES TEÓRICAS E PERSPECTIVAS*, realizado entre 31 de outubro e 04 de novembro de 1988, em Itapuã, na Bahia, sob a coordenação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

Esse evento reuniu mais de quarenta mulheres de vários Estados, entre militantes e estudiosas do movimento feminista no país, para avaliar e discutir, mais a fundo, os avanços, os impasses e as novas metas de feminismo no Brasil.

Foram quase cinco dias inteiros passados “ao som do mar de Itapuã”, quando trocamos idéias e experiências, avaliamos nossa trajetória até aqui, enquanto movimento, e para onde pretendemos/poderemos avançar no futuro. Tempo também para falarmos de nós e dessa identidade “feminista” em construção, para uma pausa no tempo; um momento de auto-reflexão e avaliação crítica.

Esse momento há muito já se fazia necessário. É que nos últimos anos, como sabemos, o feminismo no Brasil cresceu, se multiplicou, deixou de ser o Movimento Importado para se tornar algo mais tipicamente brasileiro. Saiu dos guetos militantes e ganhou as ruas, mobilizando no trajeto amplos contingentes de mulheres dos mais diferentes segmentos da população. Ademais, penetrou também nas plataformas partidárias e nas pautas de reivindicações sindicais, abrindo espaços até mesmo nos redutos mais conservadores da sociedade (na polícia, por exemplo), através dos vários Conselhos e Delegacias de Mulheres. Sem esquecer que alcançou também as tribunas do Parlamento, conquistando a transformação de “bandeiras de luta” em direitos constitucionais, extensivos a todas as brasileiras.

E tudo isso aconteceu tão depressa – em pouco mais de uma década – sem que dispuséssemos de tempo e espaço próprios para refletirmos sobre esse “novo” feminismo que vem surgindo, muitas vezes de forma estranha a nós mesmas, feminis-

tas, e que traz em seu bojo uma série de questões para o traçado das novas metas e estratégias de luta.

Para onde caminha o feminismo no Brasil? Mudou de classe, mudou de cor? É esse o feminismo que pensávamos construir? Em que medida a institucionalização do feminismo através dos Conselhos e Delegacias, rompe o princípio da autonomia? E em que medida o movimento feminista no Brasil se destaca hoje do movimento mais amplo de mulheres? Tenderá ele a se diluir nas chamadas “lutas gerais” da sociedade ou ainda terá força própria?

A premência de nos reunirmos para debater essas questões vem sendo percebida/discutida nos bastidores dos últimos encontros feministas, aflorando muitas vezes com um sentido de insatisfação com a organização desses encontros, e com a perda de um espaço para discussões mais elaboradas.

Assim foi em Petrópolis (1986) e, principalmente, no *Encontro de Garanhuns* (1987), onde surgiu a proposta de realização de um evento específico, mais restrito, fora dos encontros nacionais.

É que os encontros, que deveriam ser o fórum ideal para a necessária reflexão, questionamentos e avaliações conjuntas, não têm caminhado nessa direção. Na medida em que se transformam em grandes eventos – com a participação de mulheres com experiências distintas e recentes, muitas das quais desconhecem ou ainda pouco se identificam com as propostas feministas – dificultam a discussão mais elaborada. Se de um lado, a desejada heterogeneidade dos encontros atuais possibilita uma rica troca de experiências, decisiva para a ampliação do movimento, de outro inviabiliza o debate em torno de uma produção teórica feminista e de uma avaliação crítica.

Tentativas nesse sentido têm sido desenvolvidas, em parte e de forma isolada, nos grupos acadêmicos, e só nos encontros patrocinados por associações científicas, como ANPOCS, têm encontrado interlocutores. No entanto, essas tentativas pecam por estarem geralmente desvinculadas de uma prática feminista de militância. Assim, não têm refletido as necessidades e preocupações mais imediatas do movimento.

Na verdade, apesar da abertura de um espaço para os “estudos sobre a mulher” na academia representar também uma vitó-

ria do movimento, e apesar da produção teórica feminista ter certamente desempenhado um papel crítico na vanguarda do feminismo contemporâneo, observa-se hoje um distanciamento e isolamento cada vez maior entre a teoria e a práxis feminista, a começar pela nítida separação que se vem estabelecendo entre pesquisadoras e estudiosas da condição feminina e as feministas “militantes”, sendo poucas aquelas mulheres que atualmente se identificam com os dois grupos.

Um dos objetivos principais que tem pautado o trabalho do NEIM desde a sua criação, em maio de 1983, até o presente, tem sido justamente o de manter essa “organicidade”. Esse objetivo se fundamenta não só no fato de nossa equipe ser em grande parte oriunda do Grupo Feminista Brasil Mulher, que vem atuando na Bahia desde 1978, mas, sobretudo, em nossa percepção de que é necessário restabelecer/manter uma ponte de ligação entre as duas frentes, a acadêmica e a de militância, para o necessário *feedback*, ou seja, para que os resultados dos estudos e pesquisas relativas à temática feminina tenham também expressão dentro do movimento e, vice-versa, que as questões, aí emergentes, possam se tornar objeto de análise e reflexão teórica, como respaldo às lutas das mulheres.

Firme nesse propósito, a equipe do NEIM vem atuando tanto na academia quanto no movimento feminista e nos movimentos de mulheres, através de um amplo trabalho que conjuga ensino, pesquisa e atividades de extensão. Participamos não só de encontros “científicos”, como também das articulações locais, além de mantermos uma Agência de Assessoria a grupos de mulheres e instituições e um centro de documentação – Centro de Documentação e Informação Zahidé Machado Netto – com um acervo, já considerável, aberto a todos interessados.

E é claro que temos sido uma presença constante nos encontros feministas nacionais e latino-americanos e no encaminhamento das propostas dos movimentos.

Através de nossa participação no Encontro de Garanhuns, particularmente nas discussões que se desenvolveram nos grupos de interesse, “Autonomia e Organização do Movimento Feminista”, e constatando a necessidade de uma reflexão mais aprofundada acerca dos rumos do movimento, propusemos a re-

alização deste Seminário. A proposta aprovada na ocasião restringia-se a uma discussão centrada num levantamento e mapeamento do feminismo nos vários estados, com a participação dos representantes. No entanto, levando em consideração os argumentos e sugestões que nos foram feitas por militantes e grupos feministas nos meses que se seguiram, decidimos manter nossa proposta inicial, ampliando os objetivos do seminário. Acreditávamos então – como acreditamos ainda hoje – que refletir sobre o feminismo no Brasil depende não só do levantamento e mapeamento das atividades dos diversos grupos, mas, sobretudo, do repensar a história do movimento, avaliando, criticamente, seus caminhos e descaminhos, suas formas e bandeiras de luta. Esse repensar, por sua vez, exige a abertura de um espaço específico para que a produção teórica e a práxis feminista se cruzem e se alimentem mutuamente.

Abrir esse espaço foi, portanto, o objetivo principal deste Seminário. E em função desse objetivo começamos a conviver com uma constante ambigüidade. Não queríamos realizar um encontro feminista onde simplesmente discutíssemos nossas práticas e, ao mesmo tempo, não queríamos um mero seminário acadêmico, onde apresentássemos e discutíssemos as análises de forma isolada.

Para evitar um encontro ou seminário tradicional, tivemos que lançar mão de um mecanismo que garantisse uma certa homogeneidade entre as participantes, não só a nível de experiência como também de acúmulo de reflexão teórica.

Enviamos cartas-convite a mais de 500 mulheres, solicitando sugestões quanto à organização do evento e breves resumos de sua atuação no Movimento. Como critério de seleção, estabelecemos a apresentação de um trabalho que se enquadrasse em nossa proposta, ou seja, que procurasse refletir sobre o feminismo no Brasil. Recebemos muitos trabalhos, ótimos trabalhos, vale dizer. Mas alguns eram “estudos sobre a mulher”, outros eram simples relatos de experiências, sem maiores reflexões. Por outro lado, mulheres cuja presença considerávamos imprescindíveis para essa proposta de aprofundamento não se interessaram ou não tiveram disponibilidade de tempo. Outras enviaram importantes contribuições, mas não puderam comparecer.

Se é certo que fomos alvo de críticas pelo rigor da seleção, o saldo foi bastante positivo: trabalhos que apontaram rumos à uma avaliação crítica, discussões que abriram novas perspectivas e, o mais importante, a certeza de que o feminismo no Brasil se mantém vivo e atuante.

O Seminário constituiu-se de mesas redondas e grupos de discussão, com a apresentação dos *papers*, previamente selecionados. Para as mesas redondas, procuramos destacar os trabalhos que colocassem, em linhas gerais, questões que seriam debatidas, em maior profundidade, nos grupos de discussão.

Assim, no primeiro dia, focalizamos o tema “O Feminismo no Brasil: Retrospectivas”, com o intuito de tentarmos reconstruir a história do feminismo no Brasil, retrazando sua trajetória de lutas, seus avanços, retrocessos, seus impasses e contradições. A partir das apresentações de Mariza Figueiredo e de Albertina Costa, através de suas falas e das discussões que se seguiram, pudemos constatar, mais uma vez, a importância da análise histórica para compreensão do momento atual do feminismo e sua diversidade. Ficou patente também a necessidade de elaborarmos uma periodização mais cuidadosa do feminismo no Brasil, desde o século passado, atravessando o renascer do Movimento nas décadas de 60/70 até chegarmos aos dias de hoje, relacionando essa periodização às mudanças que ocorreram na sociedade como um todo. Caso contrário, incorreríamos o risco de escrevermos uma história paralela, ao invés de inserida na “História” mais ampla, sem que fossem estabelecidos os canais de intercâmbio. Um problema já há muito detectado por Simone de Beauvoir, ao nos falar da “necessidade de pensar não o mundo da mulher, mas a mulher no mundo”.

No segundo dia, tratamos da relação do feminismo com os sindicatos e com o Estado. Através do relato de duas experiências distintas, analisamos as formas e implicações da participação feminina e do feminismo nessas instâncias.

Paola Cappellin falou da experiência sindical com mulheres rurais da Paraíba, colocando a necessidade de resgatar a história e a contribuição feminina na construção do sindicalismo brasileiro. Para Paola, essa participação nem sempre é positiva ou inovadora, sob a perspectiva do feminismo. Ao contrário, muitas vezes ela

enquadra-se na proposta mais tradicional do sindicalismo masculino. É o caso das mulheres que são cooptadas a assumirem cargos de direção nos sindicatos – não raramente, como tesoureiras ou secretárias ou como diretoras dos “departamentos femininos” – sem que lhes seja permitida uma participação mais atuante nas instâncias decisórias. Durante o debate que seguiu a sua fala, foram enumeradas algumas das muitas dificuldades encontradas no seu trabalho de assessoria, como feminista, junto aos sindicatos:

- a) o movimento sindical *fala de*, mas não compreende as múltiplas atribuições da mulher;
- b) para os sindicalistas, o movimento de mulheres no espaço de trabalho soa como “separatismo”; não é fácil fazê-los ver esse movimento como uma forma de reagir às estratégias de exploração dos trabalhadores pelas classes dominantes;
- c) a direção dos sindicatos não costuma divulgar para o conjunto do movimento a importante contribuição das mulheres, nem a forma de exploração específica que sobre elas recai;
- d) para tanto, contribuem também a Igreja e os partidos políticos que não abrem a possibilidade de uma ampliação, dentro dos sindicatos, das discussões sobre a problemática da mulher;
- e) assim, prevalece nos sindicatos, uma visão de sociedade que não inclui uma perspectiva crítica da divisão sexual do trabalho.

Por outro lado, há uma dificuldade, dentro do feminismo, de uma elaboração sobre a relação capital/trabalho. É preciso, portanto, desenvolver investigações e análises sobre as diferentes formas de exploração/discriminação do capital sobre as mulheres trabalhadoras.

Jacqueline Pitanguy fez um resgate histórico da participação do movimento feminista no Estado, a partir da intervenção na elaboração do *Programa de Assistência Integral a Saúde da mulher* (PAISM) até a participação na direção do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão do Ministério da Justiça, retratando as discussões que tivemos nesse período, principalmente sobre as implicações dessa participação na esfera do Estado para a preservação da autonomia do movimento, princípio consagrado pelo feminismo.

Assim, Jacqueline nos fez retornar à discussão realizada no *VII Encontro Nacional Feminista*, realizado em Belo Horizonte, sobre a relação feminismo autônomo X Estado, para hoje, à luz da experiência do CNDM, avaliarmos em que medida o Estado tem ocupado o papel dos grupos autônomos, atuando como representante das mulheres nas instâncias formais do poder, e até que ponto as chamadas “feministas históricas” têm se ausentado da questão, através do que chamamos de uma “história magoada”.

Acreditados que toda essa discussão sobre a participação do feminismo no Estado, não foi tão magoada, tão difícil, quanto à questão tão pouco discutida neste Seminário, e em outros momentos, da nossa atuação junto às Delegacias de Atendimento Especial às Mulheres Vítimas da Violência. O quanto foi doloroso passar por tristes lembranças enquanto militantes de organizações de esquerda, muitas de nós ex-presas políticas, algumas torturadas... Romper com o preconceito, construído durante anos de enfrentamento com a repressão policial, e atuar lado a lado, treinar, capacitar policiais para atuarem nas delegacias especiais. Tudo isso em função de uma luta maior: o combate à violência contra a mulher.

É essa perspectiva de ampliação da luta das mulheres que nos leva a atuar nas várias instâncias governamentais, interferindo e elaborando políticas e programas especiais de promoção e conscientização das mulheres.

No terceiro dia, tendo como tema central o Feminismo e sua relação com os movimentos sociais, tivemos a participação de Luiza Bairros, que analisou as dificuldades enfrentadas por feministas negras no movimento negro. Dificuldades que não só se manifestam através do boicote à militância feminista dentro do grupo, mas na tentativa do confinamento da mulher militante ao “tarefismo”, impedindo seu acesso à participação e representatividade efetiva nas instâncias de direção do Movimento Negro.

A relação com o feminismo branco dominante também não tem sido fácil para as mulheres negras. As dificuldades de assimilação de determinadas bandeiras do feminismo branco, que não levam em conta ou não conseguem entender a especificidade da mulher negra dentro da condição de gênero que unifica todas as mulheres, isto é, a especificidade da mulher negra dentro da

especificidade, ampliam o fosso existente entre feministas brancas e negras. Esse fosso é acirrado ainda mais pelas dificuldades que as feministas brancas têm em se assumir como instrumentos da opressão racial e em romper com a lógica da falsa democracia racial brasileira.

A partir da experiência da Comissão de Saúde e Direitos da Mulher, criada na Paraíba, com o objetivo de acompanhar e discutir as ações da implantação do PAISM no Estado, Ângela Arruda trouxe à tona algumas questões que norteiam a prática feminista na área da saúde da Mulher. A interferência das chamadas “feministas da saúde” na elaboração, implantação e execução de políticas de saúde da mulher tem tido como logro principal a ampliação do próprio conceito de saúde, na medida em que rompe com a idéia do estritamente biológico e traz para discussão da prática de saúde questões ligadas à maternidade, à relação da mulher com seu corpo e com os serviços de saúde, à desvinculação da reprodução da sexualidade etc.

Já no seio do movimento, essas práticas das feministas da saúde trazem em seu bojo, mais uma vez, a discussão da autonomia do movimento; da apropriação por parte do Estado através de suas instituições de um discurso “feminista”, apenas como instrumento de arregimentação das mulheres. Na mesa redonda do último dia, ouvimos as exposições de Dulcinéa Xavier e de Lourdes Bandeira, refletindo sobre a condição da mulher, a partir da prática feminista no sentido da coletivização do sujeito.

Dulcinéa observou que o feminismo brasileiro vem evoluindo do sentido globalizante que o caracterizava, para caminhos mais operativos, reflexivos, sistematizados. Um desses caminhos é a reflexão e prática em questões relativas ao corpo e sua apropriação; a sexualidade, os direitos reprodutivos, a construção do sujeito feminino e sua relação com o espaço doméstico a partir da saúde e do corpo. Ocupando espaços principalmente na área da saúde, essa prática possibilitou, também, a profissionalização (como no caso do SOS CORPO) de alguns grupos e a criação e a criação e repasse de metodologias específicas.

Lourdes tratou da questão do tempo na construção do sujeito feminino. Um tempo voltado para o interior, para casa, para os filhos, enfim para o doméstico, em contraposição ao tempo

masculino, voltado para a racionalidade da fábrica, para a rua, para o mundo exterior. A mulher ao ingressar no mercado de trabalho, incorpora mais uma identidade social relacionada ao tempo masculino, submetendo, assim, não só seu tempo de produção social, mas também o de reprodução ao mercado capitalista. O feminismo rompe com essa cadeia ao possibilitar a transgressão, a partir da construção e reapropriação do sujeito. “Se, por um lado, o tempo do relógio limita a mulher, por outro sua percepção se amplia pelas multiplicidades que acompanham sua entrada no mundo da ação”¹.

No painel “O Feminismo e a construção da Identidade”, retomamos a discussão iniciada por Dulcinéa e Lourdes, tendo também como subsídio os trabalhos de Naumi Vasconcelos, Elizabeth Bittencourt, Aída Novelino, Zuleika Alambert e Christina Có.

Este relatório é apenas uma pequena amostra do que foi o Seminário. Na primeira parte, estão contidas as transcrições das fitas gravadas durante as apresentações e debates. Fizemos apenas algumas revisões gramaticais, preservando a idéia e o modo de expor das participantes. Na segunda parte desta publicação, reproduzimos, integralmente, os textos selecionados para o Seminário e que serviram de base para a discussão dos grupos de trabalho. Esses textos são de inteira responsabilidade das autoras.

Desde que se deliberou pela realização do Seminário (no *IX Encontro Feminista*, em Garanhuns), até sua concretização aqui, em Salvador, passaram-se meses de muita discussão e muito trabalho, mas sempre com a firme determinação de nos reunirmos. Apesar de, na época, sermos um grupo pequeno, trabalhando sem a infra-estrutura desejada, não nos faltou entusiasmo, tampouco a vontade de proporcionar a todas as participantes um bom ambiente para o trabalho e uma estada agradável.

Para nós, do NEIM, valeu a pena. De resto, ficou a certeza de que os méritos do Seminário não são nossos, mas sim das mulheres que deram do seu tempo e de suas vivências, enviando trabalhos e/ou participando conosco das discussões e dos momentos de reflexão e lazer. A todas elas, o nosso maior agradecimento.

¹ BANDEIRA, Lourdes; SIQUEIRA, Deis. A construção do tempo feminino: da (im)possibilidade do extraordinário. Este texto é reproduzido na parte II desta publicação.

Queremos enfatizar que não poderíamos realizar tal evento, nem publicarmos este relatório, sem o apoio dos diferentes órgãos, instituições e das muitas pessoas que, de forma variada, deram sua colaboração.

Gostaríamos de agradecer, de maneira especial, ao apoio imprescindível do UNICEF e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, então sob a presidência de Jacqueline Pitanguy. Agradecemos também ao Mestrado em Ciências Sociais e à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, ao Ministério da Cultura, Bahiatursa, Fundação Gregório de Mattos, Movimento Ação Integrada (MAIS), Porto da Barra Turismo, Amorim Primo S.A. e às irmãs responsáveis pelo Centro de Treinamento de Líderes, por sua valiosa contribuição para a realização do Seminário.

Na preparação deste relatório, contamos com o apoio institucional da Fundação Ford ao NEIM, o que possibilitou engajarmos os esforços de Aleuda Almeida, na transcrição das fitas; Vera Motta, na primeira editoração das transcrições; e Rita Margarida Costa, secretária do NEIM, na datilografia.

Alda Motta e Anilde Almeida, da equipe do NEIM, também contribuíram na revisão dos textos e transcrições. Entretanto, a responsabilidade maior pelo produto final é inteiramente nossa.

Ana Alice A. Costa
Cecilia Maria B. Sardenberg

Salvador, Bahia
junho de 1990

INTRODUÇÃO

O FEMINISMO NO BRASIL: UMA (BREVE) RETROSPECTIVA

Ana Alice A. Costa

Cecília Maria B. Sardenberg

A subordinação da mulher, além de ser um fenômeno milenar e universal, constitui-se, também, na primeira forma de opressão na história da humanidade. Em contraste, o surgimento de uma consciência crítica feminista acerca dessa opressão específica, assim como das lutas pela liberação da mulher, são fenômenos relativamente recentes. Só começam a se esboçar a partir do século XVII, com o raiar da “modernidade”, delineando-se com maior nitidez e amplitude somente nas últimas décadas.

Para nós, feministas, a tentativa de elucidar esses fenômenos e como vêm se manifestando no caso do Brasil – como se pretendeu neste Seminário – é, na verdade, parte da própria explicação. Uma consequência do longo processo de conscientização da mulher quanto à sua situação de subordinada, do surgimento e ampliação do feminismo entre nós e, sobretudo, das muitas questões que têm sido levantadas ao longo de todo o processo. Trata-se, assim, de um momento de reflexão (auto-reflexão?), no qual é certamente difícil separarmos nosso cotidiano enquanto mulheres da nossa vivência no feminismo contemporâneo, do nosso objeto de análise. A todo o momento, nossos anseios e inquietações quanto aos rumos do movimento perpassam a análise. Mas se não pretendemos ter uma suposta postura asséptica ou desapaixonada, tampouco nos furtamos a uma necessária avaliação crítica. E “é assim que vamos dando os primeiros passos também para o desenvolvimento de uma metodologia de análise, onde o pesquisador é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito dos seus estudos”¹

¹ COSTA PINHEIRO, Ana Alice. *A Mulher na sociedade Brasileira*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1984, p. 9.

Nesse sentido, é preciso lembrar que, pese sua universalidade, a subordinação da mulher não se manifesta da mesma forma, ou no mesmo grau de intensidade, em sociedades, épocas ou classes sociais diferentes. E tampouco é vivenciada, ou percebida, da mesma maneira ou grau de intensidade, mesmo por mulheres em condições histórico-sociais semelhantes.

Como uma impressão digital, a vida de cada mulher é sempre única e traz sua própria marca. Contudo, seu esboço geral é traçado por circunstâncias muito mais globalizantes e historicamente determinadas, assim como têm sido os níveis de autoconsciência feminina e as lutas pela liberação da mulher ao longo da História.

O feminismo, como doutrina que preconiza a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, é certamente a expressão máxima de consciência crítica feminina. Uma consciência que será forjada, inicialmente, na Europa setecentista, particularmente na França e na Inglaterra, em meio às grandes transformações que então se operam, como consequência do estabelecimento de um novo sistema econômico: o capitalismo. Por um lado, suas raízes se atrelam aos ideais liberais de igualdade, trazidas pela revolução democrática burguesa, que teve seu auge na Revolução Francesa de 1789. Principalmente porque se trata de um conceito limitado de igualdade, ou seja, uma “*égalité, liberté, fraternité*” que, apesar de clamada para todos, na prática vai-se instaurar só entre as classes dominantes e, como bem estabelece a “Declaração dos Direitos do Homem”, já no título, só entre os homens. Para as mulheres, permanece a “*Ménagier de Paris*” (1498). Para as filhas e esposas dessa burguesia ascendente, igualdade e fraternidade só entre si. Liberdade, só entre os muros do espaço doméstico e, mesmo assim, vigiada. Direitos? Os de boa filha, boa esposa, boa mãe. Não é ao azar que a autoconsciência e a rebeldia das mulheres surgem, inicialmente, entre mulheres de classes médias e nos países mais avançados.

Por outro lado, com o surgimento do capitalismo e, como parte dele, da força imperativa da acumulação regida pela busca constante e crescente de lucro, todas as relações sociais, inclusive da família, assumem características específicas, definidas e

demarcadas pelas relações sociais de produção necessárias ao desenvolvimento do sistema.

A família perde seu caráter de unidade produtiva, na medida em que deixa de produzir a maior parte dos meios de vida necessários ao consumo imediato de seus membros, que agora passam a ser produzidos nas fábricas. O homem, reconhecido socialmente como o chefe da família, será obrigado a vender sua força de trabalho no mercado.

Mas a mulher não ficará afastada desse processo; ao contrário, ela se verá de repente, também, requisitada, em grandes proporções, para o trabalho na produção fabril. O avanço tecnológico que lastreia a Revolução Industrial abre caminho para uma participação massiva das mulheres na força de trabalho².

A condição de inferioridade à qual a mulher já vinha submetida, será importante objeto de interesse da burguesia, ávida em acumular riqueza. Sua passividade e submissão dentro do mundo doméstico, desenvolvida durante uma longa história de subordinação, serão utilizadas para impor-lhe o pagamento de salários inferiores aos do homem e jornadas do trabalho excessivas e insalubres, favorecendo assim a extração de uma mais-valia absoluta ainda maior.

Oprimidas, exploradas, às mulheres será longamente negado o direito à sindicalização, o acesso à proteção das leis trabalhistas que garantiam o salário, o limite da jornada e as mesmas condições de trabalho dos homens, além do direito à cidadania.

O rompimento com o isolamento doméstico resultante da participação social de um lado e, de outro, os ideais liberais de igualdade, levam as mulheres gradativamente à subversão. Isto é; a se darem conta da exploração e opressão a que estavam submetidas.

É a consciência dessa situação de inferioridade a origem do movimento feminista, que surge em fins do século XVIII e toma corpo no século XIX, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos.

Enquanto forma organizada de manifestação política, o feminismo surge junto a toda a mobilização da Revolução Francesa,

²MARX, Karl. *El Capital*. Crítica de la Economía Política. México: Fondo de Cultura Económica, 1976, vol.I, p. 323.

que será a grande revolução burguesa na qual o povo teve uma participação muito importante na derrota dos privilégios formais e de tudo que significava velho e retrógrado.

Desde algumas décadas anteriores à Revolução, as mulheres francesas já participavam ativamente em alguns setores produtivos. O operariado feminino havia crescido consideravelmente e os subúrbios de Paris estavam invadidos por mulheres famintas em busca de trabalho nas manufaturas. As mulheres das classes mais altas participavam dos clubes políticos e científicos.

Uma das primeiras manifestações feministas de que temos registro, se dá em 1789, quando, lideradas por Rose Lacombe, Loison Chabry e Theroig de Mericourt, as mulheres francesas, em uma grande concentração em Versalhes exigem que a Assembléia Constituinte estabeleça a igualdade de direitos entre os sexos, a liberdade de trabalho etc.³.

Mas esse movimento que surge de uma contradição típica do capitalismo, traz em seu bojo uma clara demarcação ideológica, em função do tipo de análise que faz sobre a participação da mulher nas relações de produção e as condições postas como necessárias para a realização da emancipação feminina. Uma demarcação/diferenciação que estará sempre presente em toda a história do movimento feminista e que poderíamos identificar nesse primeiro momento do feminismo através de duas tendências básicas: feminismo burguês ou sufragista e feminismo socialista.

A corrente do movimento feminista internacional identificada como sufragista caracterizou-se por sua moderação e reformismo, apesar de algumas vezes assumir táticas mais violentas, como foi o caso do sufragismo inglês. Em geral, porém, essa corrente limitava-se a reivindicar uma série de reformas jurídicas quanto ao status da mulher, com base na noção de que a igualdade nas leis bastaria para solucionar todos os problemas de caráter discriminatório que as mulheres sofriam. Em nenhum momento questionam o papel de mãe e de esposa, como considerados pelas sociedades patriarcais, em termos das obrigações esperadas das mulheres, inclusive na utilização desses papéis como argumentos para as reivindicações, que, a serem atendidas, dariam

³ ALBISTUR, Maité; ARMOGATHE, Daniel. *Histoire du Féminisme français* Vol. I, Paris; Editions Des Femmes, 1977, p. 322-334.

maiores possibilidades às mulheres de desenvolverem sua “principal” tarefa na sociedade: a de ser mãe.

As sufragistas jamais se preocuparam em analisar a contradição entre a incorporação da mulher ao mercado de trabalho e a tarefa principal que tanto defendiam, e as conseqüências que trariam à operária, obrigada a arcar com dupla jornada.

Essa corrente feminista se desenvolverá principalmente nos países de capitalismo avançado, como Estados Unidos e Inglaterra, assumindo características próprias.

Ao alcançar a tão esperada igualdade jurídica (diga-se, principalmente direito ao voto) pela qual tanto haviam lutado e por não terem uma perspectiva de transformação na estrutura e na superestrutura da sociedade e mais especificamente no papel da mulher, por não terem consciência do mínimo que esta “igualdade” realmente significava, regressam aos seus lares para desenvolver a “sagrada função” que a sociedade sempre esperou delas. É claro que voltaram à luta sempre que foi necessário para garantir privilégios de classe ou quando requisitadas em momentos de crise.

Por outro lado, a corrente das feministas socialistas desenvolveu-se em distintos países, porém foi na Alemanha que alcançou maior intensidade, graças à atuação de Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo. Essa corrente surge algum tempo depois da publicação do “Manifesto Comunista” por Marx e Engels, como parte integrante do movimento proletário internacional. Desde o início, atuavam dentro dos partidos e sindicatos e só posteriormente tentou criar, dentro dessas organizações, seções ou grupos de mulheres.

As socialistas viam a questão da opressão feminina tal qual a entendiam Engels e Bebel, isto é, como conseqüência do surgimento da propriedade privada, como parte do problema social geral das sociedades classistas. Acreditavam que à medida que lutassem por uma sociedade sem classes sociais, estariam também lutando por uma sociedade sem barreiras, sem desigualdades no que tange às outras categorias classificatórias como sexo, raça, idade etc. Isto é, acreditavam que com o surgimento da sociedade socialista, com a socialização dos meios de produção e a erradicação da exploração do trabalhador, surgiria, automaticamente, uma sociedade mais igualitária, em todos os sentidos.

Para as socialistas é a incorporação da mulher na produção social que criará as bases para esta libertação, porque além de possibilitar uma independência econômica, rompendo com os laços de dominação do homem e da família, tirará a mulher do isolamento do lar e a integrará na luta comum de todo o proletariado. As socialistas não reconheciam a existência de questões específicas à mulher e reagem contra reivindicações feministas, por considerá-las um fator de divisão do movimento proletário internacional, deixando uma margem maior para a influência das feministas burguesas, capazes de captar algumas reivindicações de maior penetração entre as operárias. O medo de romper com a “unidade proletária” impossibilitou as socialistas de levarem adiante uma luta mais conseqüente em defesa dos interesses das mulheres.

Este medo não era em vão. Desde muito cedo as socialistas tiveram que enfrentar as hostilidades e os preconceitos por parte do movimento operário. A participação das mulheres na produção social sempre foi rechaçada pelos trabalhadores com medo da concorrência, inclusive não aceitavam a participação feminina nos sindicatos, mesmo quando as mulheres eram maioria da categoria profissional. Isto levou muitas mulheres a organizarem-se em sindicatos independentes.

Este rechaço era sentido mesmo nas instâncias superiores do movimento e um exemplo é a resolução aprovada no Primeiro Congresso da Associação Internacional dos trabalhadores, realizada em 1866, quase 20 anos depois do “Manifesto Comunista” onde, sob a influência de Lassale e Proudhon (o grande anarquista) apresenta posições e propostas sobre o papel da mulher na família, que eram atrasadas mesmo para aquela época⁴.

Associalistas, sempre preocupadas em combater o feminismo burguês, reagiram durante muito tempo à idéia da organização das mulheres e mesmo quando passaram a incentivar este tipo de organização, era sempre na perspectiva de atra-

⁴ “Sin la familia, la especie humana no es más que un conglomerado de seres. Sin funciones determinadas, sin razón, sin ley y sin fin. Sin la familia, el hombre, confundido en la inmensa comunidad, no es más que un enemigo; sin la familia la mujer no tiene sobre la tierra ninguna razón de ser; ya que sin la familia, la mujer no es más que un ser errante, condenado por su constitución física a un agotamiento prematuro, a unos esfuerzos incesantes e impotentes, de lo que el más claro resultado para su organismo es una transformación misma de la especie y la desaparición de la raza”. Partes da resolução do Primeiro Congresso da Asociación Internacional dos Trabalhadores em 1866. In: Heine, Jacqueline. *De la 1º a la 3º Internacional: La Cuestión de la Mujer*. Barcelona. Ed. Fontamara. 1978. p.21

ir as mulheres para o partido ou manter sob tutela suas organizações, prática que não se distinguia muito da levada em relação a outras organizações, a exemplo dos sindicatos.

Estas duas tendências principais dominarão o feminismo internacional por mais de um século, passando por momentos de grandes efervescência, como nas lutas pelo sufrágio encabeçadas principalmente pelas feministas burguesas e as lutas pacifistas, levadas pelas socialistas durante a I Guerra Mundial. Passando também por momentos de quase completa desarticulação, como foi nas décadas de quarenta, cinquenta e parte de sessenta, quando as sufragistas, após conquistarem o direito de voto, retornam a casa e as socialistas, envolvidas nas questões mais ligadas diretamente aos PC's, à guerra fria, etc. Essas tendências, em suas linhas gerais, vão prevalecer até o momento em que a onda contestatória dos anos 60 vem sacudir todos os valores estabelecidos, questionando padrões, práticas, comportamentos etc. É neste contexto que surgira um "novo" feminismo.

Apesar de fortemente influenciado pelo movimento negro, pelo movimento hippie e por todos os movimentos de contestação social, cujas ações culminaram nos acontecimentos de 1968, o feminismo que ressurgue neste momento, traz algo de novo ao romper com as velhas práticas machistas também presentes no próprio cotidiano desses movimentos.

Novo, porque se propõe a ir além da luta por igualdade jurídica de direitos, o que distingue, também, do movimento feminista anterior. Trata-se, hoje, de um movimento que questiona o papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade, luta por uma transformação nas relações humanas e pela extinção das relações baseadas na discriminação social. Nestes termos, consiste em um movimento que, a partir do questionamento tanto das relações sociais da produção material, quanto das relações efetivas e sexuais entre os seres humanos, propõe-se a lutar por mudanças históricas.

Buscando uma transformação mais profunda na sociedade, o feminismo tem que travar uma luta ideológica contra os valores patriarcais representados diretamente pelos pais, pelos maridos, companheiros, amigos, colegas de trabalho etc.

Para as mulheres, esse feminismo significa também um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão e descobrimento das próprias potencialidades.

Segundo Luiza Maranhão, “... O fato de que a mulher viva a sua “natureza feminina” isoladamente cria dificuldades para uma tomada de consciência de sua opressão, favorecendo com isso a alienação e o fatalismo, que a faz aceitar o princípio de que ser mãe “é padecer no paraíso”. Na medida em que existe uma socialização dessas experiências, nossos problemas ganham outra dimensão ao descobrirmos que são os mesmos vividos por todas nós. O descobrimento do social em nossa vida cotidiana e da importância de que este cotidiano seja visto politicamente é determinante como elemento de transformação”⁵.

Essa é uma das características principais do movimento feminista contemporâneo e que o qualifica como verdadeiramente “revolucionário”. É um movimento social que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta – sua práxis política – a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva. Desse processo, vem a constatação de que os problemas que as mulheres vivenciam enquanto indivíduos, no seu cotidiano, têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas. Daí a afirmativa, “o pessoal é político”, como retórica fundamental do feminismo contemporâneo.

Essa afirmativa implica na postura teórica de que a separação entre esfera privada (vida familiar e pessoal) e esfera pública é apenas aparente. Ela existe a nível de ideologia. Questiona também uma concepção do político, tradicionalmente limitado à descrição das relações dentro da esfera pública, tidas então como supostamente diferentes em conteúdo e teor, das relações e interações na vida familiar, na vida “privada”.

Para grande parte das feministas atuais, essas diferenças são apenas ilusórias, pois a dinâmica de poder existe nas duas esferas. As relações familiares, são também relações sociais e relações de poder entre sexos e gerações. As relações não são naturais, ou biologicamente determinadas. São construídas socialmente e, portanto, são historicamente determinadas.

A ideologia dominante – capitalista, patriarcal – nos quer fazer crer que a feminilidade é algo natural, determinado pela biologia dos sexos. Que as relações familiares são naturais, enquanto que as

⁵MARANHÃO, Luiza. Feminismo: Uma Questão Política. In: *Revista Brasil Socialista*. maio de 1978. p.73.

que têm lugar na esfera pública são sociais. As mulheres que não se conformavam com isso, eram então, vistas como desajustadas, desviante, “Sapatona”, mulher macho, mal amada.

Para as feministas, esses “mal-ajustes”, e as dificuldades que as mulheres encontram na sua vida pessoal – familiar, afetiva, “privada” não são puramente pessoais, pois são compartilhadas pelas outras mulheres. A suposta naturalidade da vida privada é estruturada pelas relações sociais, tanto fora quanto dentro de casa. A ideologia que coloca as relações pessoais de sexo fora da política, cria obstáculos para uma compreensão mais adequada dessas relações.

A afirmativa “o pessoal é político” tem conotações teóricas e políticas. Não só procura redefinir conceitualmente o pessoal e o político, como também transformar a realidade existente. Mais ligada ao feminismo radical, expressa novas formas de organização e práxis política. Ponto principal: não é mudar só a maneira das pessoas pensarem para votar, por exemplo, (como para as feministas liberais), mas para viverem de forma diferente.

Na história do movimento, a socialização de experiências entre mulheres surgiu inicialmente quando mulheres americanas, ativas em outros movimentos sociais e na esquerda, começaram a se reunir (“caucuses”) para discutirem sua participação, enquanto mulheres nesses movimentos. Aos poucos, passam a discutir, sobretudo suas experiências de vida como mulheres, inspirando-se para tanto nas técnicas utilizadas na China, conhecidas pela expressão, “Falar da Dor para Reviver a Dor”. Essa prática é incorporada ao movimento a nível internacional e dá origem ao que se veio a denominar de “grupos de conscientização” ou “grupos de Reflexão”.

Este avanço do movimento feminista, que passa de uma perspectiva meramente jurídica da “igualdade de direitos” para uma visão ampla da vida social e individual da mulher, se dá, certamente, relacionada com a evolução do pensamento político e filosófico em nossos dias. Essa mudança trouxe consigo, também, um grande enriquecimento da percepção do homem em sua totalidade, independente do sexo, classes social e definições culturais.

O FEMINISMO NO BRASIL

No Brasil, o pensamento feminista surge, pela primeira vez, no século passado, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta cuja publicação das obras “Conselhos à Minha Filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A Mulher” (1856), além da tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, “*A vindication of the Rights of Women*” (1832), marca o despertar de uma consciência crítica acerca da condição feminina na nossa sociedade.

Desde então, o feminismo no Brasil vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã.

Essas lutas têm acompanhado o processo histórico do país, pois o movimento feminista esteve sempre perfeitamente engajado e incorporado à dinâmica da sociedade brasileira, como bem afirma Zuleika Alambert,

“...a luta que travamos para tornar claro o caráter subjetivo da opressão, os aspectos emocionais da consciência, etc... é um prolongamento avançado da luta anterior de nossas bisavós e avós por direitos da mulher ao trabalho e à instrução num tempo em que era atribuída uma neutralidade ao espaço individual e se definia como político unicamente a esfera pública, objetiva”.

Cumprir lembrar que, enquanto na Europa e, mais tarde nos Estados Unidos, procedia-se à revolução em todas as esferas da vida social, inclusive nas relações pessoais e na família, deslanchada pelo “novo” modo de produção que ali se estabelecia, no Brasil, como nos demais países da América Latina, ainda se vivia sob um regime colonial, escravocrata, patriarcal.

⁶ ALAMBERT, Zuleika. A Mensageira: Uma contribuição feminista. In: **A Mensageira**: Revista Literária Dedicada à Mulher Brasileira. (ed. fac-similar). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Secretaria Estadual da Cultura, 1987.

Era uma sociedade agrária, por excelência, centrada na Casa Grande de onde o “senhor de engenho” comandava supremo não só um exército de escravos, produzindo para o comércio exterior, então restrito a Portugal, como também toda a “família”, na qual se incluíam, além de mulher e filhos, escravos, concubinas, agregados e tantos quantos, porventura aí vivessem⁷.

A maioria da população concentrava-se na zona rural e, mesmo as principais cidades da colônia, não eram mais que entrepostos comerciais, “com ruas lamacentas, transitadas por mulas de carga, porcos e galinhas”⁸. Nas cidades, reinava a burguesia compradora, que tal quais os “senhores de engenho”, aos quais estava associada, tanto por motivos comerciais quanto por laços de parentesco, também viviam em extensas famílias patriarcais comandadas com pulsos de aço.

Assim, fosse na Casa Grande ou nos sobrados burgueses do Brasil Colônia, a situação da mulher brasileira era bastante precária. Sobretudo porque a família patriarcal se estabelecia segundo as “Ordenações de Portugal”, dando ao marido não só amplos poderes, mas ainda o cruel direito de castigar fisicamente sua mulher. Ademais, nas classes dominantes, a mulher era confinada no interior da casa, sob as ordens de um marido (ou pai) distante e autoritário, rodeado de escravos e concubinas. Seu papel principal era o de reprodutora. Casava-se relativamente jovem e gerava muitos filhos e, segundo relatos de alguns viajantes estrangeiros, era uma criatura ignorante, indolente, passiva que, não obstante, maltratava comumente os escravos. Sua única outra opção de vida era a de recolher-se a um convento, pelo que muitas mulheres optavam, pois apesar do confinamento maior que tal escolha pudesse implicar, representava, em muitas instâncias, – como no caso do Convento do Desterro, na Bahia –, condições melhores de vida e, até mesmo, oportunidades para encontros amorosos⁹.

⁷ Esse modelo de família predominava no Nordeste; contudo, os padrões de organização familiar em outras regiões do país, baseavam-se, também, na autoridade patriarcal. Para uma discussão sobre organização familiar no Brasil colonial, consulte CORREA, Marisa, **Repensando a Família Patriarcal Brasileira**; ALMEIDA, Ma. Suely de et. al. **Colcha de Retalhos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁸ HAHNER, Jane E. **A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 80.

⁹ SOEIRO, Susan. “*The feminine orders in Colonial Bahia, Brazil: econor social and demographic implications*”. In. LAVRIN, A (ed.). **Latin Americ Women**. London: Greenwood Press, 1978, p. 173-197.

Sem dúvida, nas classes populares, as mulheres livres gozavam de maior liberdade pessoal, inclusive para vivenciar sua sexualidade, sem maiores restrições. Mas sua situação não era menos precária ou opressiva. Além de enfrentarem um trabalho geralmente estafante, que exigia muito esforço físico – viam-se muitas vezes abandonadas, tendo que desenvolver outras atividades paralelas para o sustento de sua prole¹⁰.

Certamente, em muito piores condições viviam as negras, escravas, vítimas de toda a sorte de opressão, exploração e violência, inclusive impingidas por mulheres, suas amas, que não raro viviam às custas da venda do trabalho e do corpo prostituído de suas escravas¹¹.

Não há de se negar que algumas mulheres viveram situações concretas bastante diferentes da maioria, sendo até bem sucedidas, seja assumindo papéis tradicionalmente masculinos, à frente da família, administrando seus engenhos, fazendas e negócios, seja exercendo, de outra forma, um poder para além da esfera doméstica. Mas as exceções não invalidam a regra, não restando a menor dúvida de que o poder patriarcal, investido no pai ou no marido, permaneceu indiscutivelmente supremo por toda a era colonial, sendo raramente questionado.

Dessa época, não se tem nenhum registro de uma “insubordinação”, consciente de mulheres, à exceção daquelas que se destacaram por seu comportamento atípico, como “heroínas” – Joana Angélica, Maria Quitéria etc. O que não implica na existência de um pensamento “feminista” em ebulição. Mesmo porque, se as mulheres eram oprimidas, a maior parte dos homens também o era e, não raro, também sob o jugo de mulheres, suas amas.

Com a chegada do século XIX e, com ele, de uma série de mudanças consideráveis de ordem econômica, política, social e ideológica, inerentes ao processo de tramitação de um passado colonial, baseado no trabalho escravo, para a República, o caminho da industrialização, fundamentado no trabalho livre, as condições

¹⁰ Ver: SILVA DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1981; SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*: São Paulo, século XIX. São Paulo. Marco Zero/Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1989.

¹¹ GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e Escrava*. Uma Introdução Histórica ao Estudo da Mulher Negra no Brasil. Petrópolis. Vozes, 1988.

que tornariam mais evidente a situação das desigualdades entre homens e mulheres, e a especificidade da subordinação da mulher, iriam amadurecer.

Esse processo tem como ponto de referência a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, pois marca o início de mudanças significativas na vida econômica e política do país – a abertura dos portos ao comércio estrangeiro, a construção de ferrovias, o desenvolvimento do sistema bancário-financeiro, a criação da Biblioteca Nacional – mudanças que incentivam, ao mesmo tempo em que refletem, o crescimento dos centros urbanos. Com elas, cresce também o sentimento de identidade nacional que, aliado às idéias liberais, burguesas, fomentarão uma nova ordem econômica, jurídica e política no país, através da Independência do Império (1822); e, já na segunda metade do século, as campanhas abolicionistas, que culminariam com o fim do regime escravocrata, em 1888. Logo no ano seguinte, em 1889, a proclamação da República e promulgação de uma “nova” Constituição, a de 1891, elaborada segundo os moldes da ideologia liberal burguesa.

É importante notar que essa Constituição estabelecia o sufrágio universal para todos os cidadãos brasileiros, assegurando que “todos são iguais perante a lei” (Art.72). Como não fazia referência explícita aos direitos da mulher, deu margem a diferentes interpretações, já que se poderia supor que, pelo menos os direitos políticos da mulher estariam aí garantidos na afirmação de igualdade de todos. Na prática, porém, a “igualdade de todos”, se estendia somente aos homens alfabetizados, o que excluía não só as mulheres, mas também a maior parte da população masculina, principalmente das classes trabalhadoras, não sendo, portanto, em nada diferente da “Declaração dos Direitos do Homem”, da França, ou da “*Bill of Rights*”, dos Estados Unidos.

Como se verá adiante, justamente por excluir as mulheres, essa “*Bill of Rights*” à brasileira, contribuirá para que o feminismo no Brasil transforme-se de idéia em ação, pavimentando o avanço das lutas pela liberação da mulher brasileira.

Mas as primeiras manifestações feministas, ainda serão voltadas para a conquista do direito a educação e profissionalização da mulher. Uma luta que será travada, a princípio por Nísia Floresta, em todas as suas obras e, só mais tarde, pela emergente Imprensa Feminina: O

Jornal das Senhoras (1852), *O Sexo Feminino*, da combativa Francisca Diniz, a revista *A família* (1880), *A Mensageira* (1889).

A primeira metade do século XX será dedicada à conquista do voto feminino, já como uma luta organizada, ainda que tendo mobilizado só determinados setores do segmento feminino da população.

Segundo June Hahner, a semente das aspirações femininas pela conquista de direitos jurídicos/políticos, foi lançada com a Proclamação da República: “O fermento da agitação republicana dos fins da década de 1880 não apenas fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos como também deu às mulheres argumentos adicionais em favor do sufrágio e oportunidades de procurar o voto. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta, com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política”¹².

Assim, logo após a Proclamação, Francisca S. da M. Diniz, editora do jornal *O Sexo Feminino*, faz valer sua determinação de lutar pela conquista dos direitos políticos, sobretudo pelo sufrágio, mudando o título do seu jornal para *O Quinze de Novembro do Sexo feminino*.

Em 1901, surgia também em Diamantina, Minas Gerais, o jornal *Voz Feminina*, que tinha por principal objetivo a reivindicação do voto feminino. Seguiram-se outros jornais com esse mesmo intuito, iniciando-se assim um período em que a luta e a atenção das mulheres estariam voltadas para esta aspiração, pelo menos no que diz respeito às mulheres ilustradas da classe média.

Um passo significativo nessa luta deu-se, em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, tendo à frente Leolinda Daltro, que desenvolveria campanhas de pressão mais próximas ao estilo violento das sufragistas inglesas, chegando mesmo a organizar uma passeata de mulheres, em 1917, no Rio de Janeiro.

¹²HAHNER, June. op. cit. p. 80.

Mas foi certamente com a criação da *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, em 1919, transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922, que a luta pelo sufrágio feminino ganhará maior força.

Tendo à frente Bertha Lutz, a FBPF será o ponto de partida para a criação de várias outras associações de mulheres em todo o Brasil, caracterizando-se como a primeira entidade de mulheres a nível nacional. Torna-se assim, a principal responsável pela luta sufragista no Brasil, uma luta que se travou quase que exclusivamente a nível parlamentar. Apesar de toda a influência das sufragistas norte-americanas, jamais adotou o “terrorismo feminista” como tática para chamar atenção às lutas das mulheres.

Em 1927, graças à atuação de Juvenal Lamartine, Governador do Estado do Rio Grande do Norte, a Federação Brasileira de Progresso Feminino consegue sua primeira vitória. Por intervenção do Governador, a Assembléia Legislativa deste estado, aprova uma resolução que concede às mulheres o direito de voto. No ano seguinte, é eleita para a Prefeitura Municipal de Lages, uma mulher, Alzira Soriano. Esta resolução foi rechaçada a nível federal pelo Senado Nacional¹³.

Como protesto a FBPF lança o “Manifesto Feminista”:

- 1) As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais.
- 2) Os sexos são independentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarreta, inevitavelmente, prejuízos para o outro, e, conseqüentemente, para a Nação.
- 3) Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes, tendentes a coarctar a mulher, a limitar a sua instrução, a entrar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social.
- 4) A autonomia constitui o direito fundamental de todo o indivíduo adulto; a recusa deste direito à mulher, uma injustiça social,

¹³ COSTA PINHEIRO, Ana Alice. *Avances y Definiciones del movimiento feminista en Brasil*. (tese de mestrado) México: UNAM, 1981.

legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral.

- 5) As nações que obrigam ao pagamento de impostos e a obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação de impostos, exercem uma tirania incomparável com os governos baseados na Justiça.
- 6) Sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade, proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas, e hoje recolhidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor¹⁴.

A luta pelo sufrágio feminino seguirá até 1932, quando esta reivindicação será concedida pelo novo governo implantado pela chamada “Revolução de 1930”. Esta concessão fazia parte da nova estratégia de dominação implantada. Com este movimento subiu ao poder Getúlio Vargas, representando a burguesia industrial em luta contra a burguesia agrária, até então a única força controladora da economia e do aparelho do Estado.

Não dispondo de outros meios mais apropriados, a burguesia industrial busca o apoio popular para fortalecer seu projeto classista. Essa busca de apoio popular se consolidaria através de uma série de medidas sociais tomadas por Vargas, a exemplo da criação do Ministério do Trabalho, do Sufrágio universal e aí o voto feminino, o salário mínimo etc. Medidas que, muitas reivindicadas desde o início do século, tiveram inegavelmente um caráter populista¹⁵.

Eleita deputada suplente em 1934, Bertha Lutz assumirá em 1936 o mandato na Câmara Federal. Já em 1937, apresenta o projeto denominado “Estatuto da Mulher”, que estabelecia a licença especial de três meses na época do parto e em caso de aborto terapêutico ou medicinal, além de uma série de leis de proteção ao trabalho da mulher. Vale notar que este Estatuto apresentava algumas reivindicações de fundamental importância para a libertação da mulher.

¹⁴SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e Realidade*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1977. p. 261 e 262.

¹⁵COSTA PINHEIRO, Ana Alice. *Op. Cit.*

Coerente com os princípios do feminismo burguês, a FBPF jamais questionou o sistema vigente como responsável também pela opressão feminina. Tal qual sua congênere nos Estados Unidos, sua atuação inspirou-se nos preceitos liberais e no reformismo como estratégia política. Assim, seu programa limitou-se ao combate às leis discriminatórias, preconceitos e tradições que impedem a igualdade entre homem e mulheres, no contexto das democracias burguesas. Para a FBPF, o problema maior estava no atraso do capitalismo brasileiro.

Não se pode negar, porém, a valiosa contribuição da FBPF, no que se refere à construção da atual situação legal da mulher brasileira e na experiência do movimento feminista, enquanto uma organização de mulheres que lutam pela emancipação da mulher e contra todos os preconceitos à nossa participação social.

Paralelamente a esse movimento feminista de caráter burguês, desenvolveu-se no Brasil, sob a tutela das organizações de esquerda, do Partido Comunista Brasileiro, em particular, uma mobilização de mulheres das chamadas populares em torno das chamadas “lutas gerais” da sociedade. Apesar desses grupos nem sempre proclamarem essa tutela, atuaram e desenvolveram suas lutas dentro desta perspectiva. Em muitos deles podemos sentir claramente a influência política do PCB, a partir de determinadas “palavras de ordem” ou táticas assumidas. Também a filiação à *Federação Democrática Internacional de Mulheres*, demonstra claramente o vínculo com as feministas socialistas da Europa e a influência desta corrente sobre os posicionamentos desses grupos no Brasil. Uma influência notadamente conservadora, marcada por uma aceitação dos ditames de uma política autoritária e burocrática, desenvolvida pelo PCB, em perfeita consonância com todos os PC's internacionais.

Assim, o que poderíamos chamar de “feminismo de esquerda” no Brasil não assumiu características próprias que o distinguisse do feminismo socialista mundial. Sua vinculação com os acontecimentos políticos e conjunturais interessavam mais à política mundial stalinista do que aos interesses das mulheres às quais diziam representar. Esse foi o caso da *União Feminina*, criada para atender à política de “frente popular”, estabelecida pela Terceira internacional em 1935; o *Comitê das Mulheres pela Anistia* em 1945, que

se transforma no *Comitê das Mulheres pela Democracia*; o *Instituto Feminino do Serviço Construtivo*, criado em 1946; a *Federação de Mulheres do Brasil* em 1949 e várias outras entidades. Todas sempre vinculadas e atendendo à política do PCB¹⁶.

Desse modo, sob a influência das feministas socialistas, que não conheciam a existência de questões específicas à mulher, esses grupos apagavam quase que totalmente de suas lutas, “bandeiras” próprias da mulher, e se lançaram exclusivamente às lutas gerais, presos dentro dos limites das reivindicações econômicas e políticas, cujas existências não demandavam profundas transformações na sociedade, não conseguindo romper com os limites ideológicos e políticos da sociedade classista. Sua militância, na medida em que utiliza estereótipos tradicionais, reforçando o papel da mulher na família e na sociedade, reforça, em segunda instância, a ideologia de sua opressão.

Entretanto, nem mesmo o PCB, a organização mais importante para as feministas dessa corrente, consegue extrapolar essa ideologia. Apesar de concordar teoricamente com todos os posicionamentos marxistas sobre a necessidade da emancipação da mulher, o PCB via a mulher principalmente como dona de casa e mãe e esforçava-se para preservar este papel, como demonstra o documento de autoria do Comitê Central, “Acelerar a Organização de um poderoso Movimento feminino de Massas”:

É indispensável fazer, em cada organismo de Partido, um apurado estudo das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas para a possibilidade de qualquer atividade nas filas do nosso partido, de maneira a reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progredir politicamente como ativista de nosso partido sem prejudicar suas tarefas domésticas.

Outro assunto a estudar é a vantagem ou não, da necessidade ou não, de permitir em nosso partido a existência de células femininas, isto é, exclusivamente de mulheres. Estas células tanto podem surgir através de organismos de massas femininos, como servir de ponto de partida como forma motriz inicial para a organização feminina de massas.¹⁷

Esta incapacidade do PCB em romper com esta ideologia reproduzia os valores classistas que tanto dizia combater. A inexistência de uma perspectiva além do socialismo burocrático, impedia o PCB de

¹⁶ COSTA PINHEIRO, Ana Alice. *O Feminismo “Feminino” e a Esquerda no Brasil*. *Caderno do NEIM*. Salvador: FFCH/UFBA, n° 2, 1984.

¹⁷ *Id.* COSTA PINHEIRO, Ana Alice. *Op. Cit.*

desenvolver uma política mais conseqüente, não só para as mulheres, mas também para a classe trabalhadora em seu conjunto. Só muitos anos depois o PCB reconheceria o erro de suas concepções em relação à questão feminina, ao afirmar:

Omachismo, opaternalismo, opatriarcalismo milenar se refletiram em nossa concepção sobre o papel da mulher na sociedade, o que levou a uma subestimação de suas potencialidades políticas e à aceitação da velha divisão do trabalho por sexo também dentro do Partido.¹⁸

Felizmente para todas nós, houve essa mudança significativa na perspectiva do PCB e de toda a esquerda em relação à questão da mulher. Compreendeu-se que, apesar de que, na sociedade em que vivemos, a opressão principal seja a opressão do capital sobre o trabalho, e que a divisão entre classes decorrentes das relações sociais de produção capitalista seja o grande divisor de águas, existem outras formas de opressão específicas, como a opressão da mulher, do negro, dos homossexuais, dos deficientes físicos, opressão essas que não estão diretamente determinadas pela estrutura econômica da sociedade, e que, portanto, não serão eliminadas, automaticamente, com mudanças na estrutura econômica, ou seja, com a socialização dos meios de produção e eliminação da estrutura de classes sociais.

Por outro lado, contrapondo-se às duas correntes dominantes, temos o registro que nos fornece Moniz Bandeira¹⁹ da *Liga Comunista Feminista*, liderada por Maria de Lurdes Nogueira, anarquista como todo o movimento operário brasileiro nesse momento, tem destacada participação nas lutas travadas no Rio de Janeiro em 1918, quando da tentativa de insurreição popular. Infelizmente, o registro mais detalhado dessa entidade e de suas lutas faz parte da memória histórica ainda por ser resgatada pelo movimento de mulheres.

Com o golpe militar de 1964, tanto o feminismo burguês quanto os movimentos de mulheres lideradas pelas organizações de esquerda, serão igualmente silenciados, senão massacrados, juntamente com os demais movimentos populares no país. No en-

¹⁸ A Voz Operária. In: COSTA, PINHEIRO, Ana Alice. Op. Cit.

¹⁹ BANDEIRA, Moniz. *Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967

tanto, não se pode esquecer que movimentos de senhoras burguesas e de classe média, arregimentadas pela Igreja Católica e outros setores conservadores, tiveram papel importante no apoio ao golpe e ao regime militar, sobretudo liderando e articulando o que se convencionou denominar, “Marchas com Deus, pela Pátria e pela Família”. Como em outras instâncias, as mulheres são utilizadas como “massa de manobra”, uma tática da qual se apropriam tanto a esquerda como a direita²⁰.

Após o recesso forçado dos anos da ditadura militar, a movimento feminista começa a se articular novamente, ressurgindo das cinzas do passado, como parte dos movimentos sociais que, em meados da década de setenta, começam a agitar o país. Em 1975, em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), é realizado no Rio de Janeiro um grande seminário, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade, à luz das propostas do “novo” movimento feminista que então se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos. Esse “feminismo moderno”, articulado em torno da afirmativa de que o “pessoal é político”, traz como novidade o questionamento da divisão sexual do trabalho e, consequentemente, do papel tradicional da mulher na família e na sociedade.

A partir desse evento, vários grupos de mulheres começam a surgir em todo país. Muitos são apenas grupos de estudos e de reflexão, organizados nos moldes dos “grupos de conscientização” surgidos no exterior. Outros são grupos de reflexão e ação, entre os quais o princípio da autonomia vai ser um dos pontos mais polêmicos no enfrentamento, inevitável, com outros grupos políticos e, em particular, com as organizações de esquerda. É que, apesar desse movimento feminista autônomo que se organiza alinhar-se ideologicamente à esquerda quanto às propostas de mudanças na sociedade, a divergência é profunda no que tange à condução das lutas das mulheres. Firmes no princípio da autonomia do movimento, as feministas não aceitam a tutela dessas organizações.

²⁰ Ver, por exemplo, SIMÕES, Solange de Deus. **DEUS, Pátria e Família: As Mulheres no Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Sustentando a tese de que a opressão da mulher não é um simples efeito da economia, nem algo que seria “naturalmente” resolvido em uma “fase posterior” ao processo de mudança social, como apregoavam as feministas socialistas, recusam-se a relegar a luta da mulher a um segundo plano e vê-la diluída e pulverizada nas chamadas “lutas gerais”.

Este será em período de acirrados debates dentro do movimento entre as “correntes autônomas” e as várias correntes partidárias, levando a diversos “rachas” e dissidências e ao surgimento de novos grupos.

Paralelamente a esse momento de enfrentamento, as correntes autônomas buscam construir formas de articulação dos vários grupos no país, visando uma discussão própria, quer seja para aprofundar a reflexão sobre a problemática específica da mulher, quer seja para definir novos rumos e dar encaminhamento a campanhas de nível nacional. Buscam, assim, um espaço próprio para garantir o atendimento dessas necessidades de articulação, sem ferir os princípios da descentralização e da organização não-hierárquica entre seus membros.

Inicialmente, seminários restritos ou encontros paralelos dentro das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) cumprem esse papel. A partir de 1984, as feministas começam a organizar encontros próprios, independentes das reuniões anuais da SBPC ou de outra entidade, sob a responsabilidade organizativa dos vários grupos feministas do estado que sediará o evento.

Em 1985, o *III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe*, realizado em Bertioga (SP), com a participação de mais de mil mulheres de diversos estados e países, será um fator determinante na nova forma de organização dos encontros nacionais, que deixam então de ser eventos restritos aos membros de grupos autônomos e passam a incorporar grande número de mulheres participantes de outros movimentos.

Essa incorporação é resultante do trabalho constante de conscientização acerca da especificidade da condição feminina junto aos setores populares; da abertura para o feminismo de setores até então refratários, como os partidos, sindicatos etc., da popularização das reivindicações e das lutas feministas através dos

meios de comunicação; e da legitimação e institucionalização do feminismo, com a criação de órgãos especiais de assessoria e atuação junto ao Estado, como os Conselhos. É o feminismo que sai do gueto, dos pequenos grupos, das camadas médias urbanas para mobilizar outros setores da sociedade, mesmo os mais conservadores. Nem mesmo a própria polícia escapa da disseminação das idéias feministas. Torna-se inevitável um trabalho conjunto entre feministas, delegadas e policiais na formação do pessoal especializado para o atendimento de mulheres vítimas da violência, quando da criação das delegacias de atendimentos às mulheres.

Neste tocante, cumpre lembrar que malgrado os avanços do movimento de mulheres no Brasil, a situação da mulher brasileira – inclusive no que se refere ao seu nível de conscientização e desenvolvimento social – ainda permanece muito aquém das expectativas, sobretudo, quando se considera aquelas situadas nas camadas populares. Na realidade, só uma pequena minoria, pertencendo em geral às classes mais favorecidas, é que tem se beneficiado dos novos espaços e direitos conquistados. A maior parte das mulheres não desfruta desses avanços, nem deles sequer tem conhecimento ou consciência do seu significado. Vive à margem do processo de mudança social – uma situação que, certamente, não é específica às mulheres, mas, sem dúvida, mais grave no seu caso, devido à exploração e opressão de gênero, além da de classe.

Vale lembrar, também, que a luta das mulheres, particularmente as que abraçam a bandeira feminista, não se resume simplesmente na conquista dos direitos constitucionais, ou na denúncia das discriminações e desigualdades de gênero. Ao contrário, essa luta é muito mais ampla, posto que a opressão e a exploração da mulher também são muito mais amplas, assumindo várias facetas e formas, nem sempre facilmente identificáveis. Suas raízes são sociais e culturais e, portanto, para erradicá-las, toma-se necessário não só uma transformação social, mas uma verdadeira revolução nos costumes e práticas – uma revolução cultural.

Essa revolução passa necessariamente pelo processo de conscientização da mulher acerca do seu papel e da condição feminina em nossa sociedade. Portanto, para se garantir a edificação da almejada sociedade mais justa, é fundamental criar as condições que contribuam para uma efetiva promoção da mulher.

Um passo decisivo nesse sentido foi dado com a promulgação da Nova Constituição Federal. Através dela, as mulheres brasileiras deixaram de constar como cidadãs de segunda categoria como nas constituições anteriores, tornando-se agora legalmente reconhecidas como seres responsáveis e socialmente produtivos, tendo por respaldo uma legislação mais progressista, menos discriminatória, que leva em consideração a especificidade da condição feminina.

Mas se esse reconhecimento jurídico do direito da mulher à cidadania é fundamental, não resta dúvida de que, *na prática*, sua efetivação dependerá de uma ação coletiva. Só um movimento de mulheres conscientes de seus direitos, e devidamente mobilizadas para exigirem o cumprimento da lei e a punição para aqueles que porventura a transgrediram, é o que garantirá a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Há de se reconhecer, porém, que, nos últimos anos, à medida que o movimento de mulheres cresce e se amplia, a sociedade brasileira vem sendo obrigada, cada vez mais, a reconhecer a especificidade da condição feminina e as desigualdades sociais de sexo, legitimando, gradativamente, nossas lutas, propostas e conquistas.

Assim, questões inicialmente levantadas por feministas, como a questão dos direitos da mulher, da sexualidade feminina, da violência sexual ou mesmo da ainda polêmica questão do aborto, que antes provocavam fortes reações contrárias, se não verdadeiros escândalos, hoje já são tratadas abertamente em público, sem causarem grandes constrangimentos. Entram nas salas de visita das “melhores famílias” e nas salas de aulas dos colégios “mais tradicionais”. Em algumas instâncias, foram incorporadas aos programas e plataformas de partidos políticos, figurando inclusive nos discursos e campanhas televisivas dos recentemente presidenciais. Sem esquecer o fato constatado de que muitas das bandeiras feministas já se transformaram em direitos constitucionais extensivos a todas as brasileiras.

Entretanto, apesar da grande assimilação ou apropriação de propostas e conquistas feministas pela sociedade mais abrangentes, observa-se, ainda, contraditoriamente, se não uma decisiva resistência e mesmo hostilidade em relação ao movimento, por certo

uma desinformação no que concerne ao Feminismo, inclusive entre mulheres supostamente “bem informadas”. Ademais, alimentada pela mídia, e certamente ao gosto daqueles que têm interesse em que a mulher permaneça passiva, submissa e conformada, persiste ainda, como imagem generalizada da feminista, o estereótipo da mulher feia, mal-amada e mal-ajustada, uma inimiga ferrenha dos homens.

Rachel Moreno, ainda que argumentando que esse estereótipo vem sendo substituído por um novo, afirma a persistência da “mulher masculinizada”, como matriz da nova imagem:

Cristalizaram um momento da imagem que fizeram de nós – severas com os homens, coerentes, engajadas, resolvidas e duras – cristalizadas. E assim nos imortalizaram – e sufocaram. Sufocaram porque a nossa imagem de cristal mais uma vez se volta contra nós: foi criada para isto. Do mesmo modo que, nos anos 70, referiam-se às feministas como “sapatões”, ou “mal-amadas”, para afastar de nós as mulheres que pudessem se interessar em discutir as idéias e vivências, a nossa imagem de fortaleza endurecida, de armadura imutável e sem conflitos também assusta e afasta as mulheres, que nos vêm ora como justiceiras, ora como “fazedoras de cabeças”.²¹

Supomos ser desnecessário afirmar que, tanto o “antigo” como o “novo” estereótipo, não se encarnam na grande maioria de militantes que conhecemos. Sem dúvida, há algumas que vestem armaduras, – da mesma forma que há “não-feminista”, ou mesmo “anti-feministas” que são os estereótipos “em carne e osso”.

Mas essa não é a questão maior. O que se deve observar com cuidado, é que esses estereótipos são tão opressivos a *todas as mulheres*, feministas ou não, quanto o da “feminina” – o da bem-amada, porque passiva, submissa e não contestadora – a Amélia “que era mulher de verdade”. São imagens de mulher igualmente opressivas às mulheres de carne que somos, justamente porque resultam de um mesmo processo – o processo de construção de uma identidade feminina, segundo o modelo de uma ideologia patriarcal, que apregoa a subordinação da mulher. Na verdade, são estereótipos produzidos simultaneamente, como opostos, porque,

²¹ MORENO, Rachel. “De Feminismo, De Feministas, De Mulheres”. In: CARVALHO, Nanci Valadares de. *A Condição Feminina*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 44.

enquanto instrumentos de subordinação da mulher, um não faz sentido sem o outro. Em outras palavras, como assegurar a submissão da “bem-amada” sem delinear o que lhe espera – ser “mal-amada” – caso se rebelde?

É importante assinalar, também, que essas “imagens de mulher” (modelos), se propagam e reproduzem ao tempo em que se produz e dissemina uma visão distorcida (machista?) do próprio feminismo. Referimo-nos aqui, em particular, à noção de que o feminismo apregoa ou desencadeará o advento (re-ascensão), como pensam alguns, do “matriarcado”, ou seja, de uma ordem social que representa o inverso da ordem patriarcal, na qual as mulheres deteriam o poder sobre os homens.

Nesse tocante, é curioso e revelador lembrar que, ao contrário do que geralmente se imagina, o “mito do matriarcado” não é uma invenção das mulheres. Como aponta Joan Bamberger²², numa perspectiva comparativa, esse mito está quase sempre associado a um complexo cultural de supremacia do homem; ele existe e vigora justamente naquelas sociedades em que impera uma ideologia “machista” e “sexista”, como a nossa.

Por fim, é importante se atentar para o fato de que, tanto em termos de sua história quanto da ideologia que abraça, o feminismo sempre esteve próximo ao humanismo. Mas é um humanismo que ao contrário do humanismo clássico, apregoa não só a dignificação e a libertação da mulher, mas de toda a humanidade:

*“A transfiguração da mulher que há de decorrer da vitória sobre o estereótipo feminino, há de derrotar, também, a deformação do estereótipo masculino, transfigurando também o homem. O advento de uma nova mulher desencadeará o advento de um novo homem. Surgirá uma nova humanidade”.*²³

²² “The Myth of Matriarchy: Why Men Rule in Primitive Society”. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (ed.). *Woman, Culture & Society*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1974, p. 263-280.

²³ GUTIERREZ, Rachel. *O Feminismo é um Humanismo*. Rio de Janeiro: Antares; São Paulo: Nobe1, 1985, p. 127.

PARTE I

- 1 - Feminismo no Brasil: Retrospectivas.
- 2 - Feminismo, Estado e Organizações Formais.
- 3 - Feminismo e Movimentos Sociais.
- 4 - Práticas e Perspectivas do Feminismo no Brasil.
- 5 - A Construção da Identidade e o Feminismo.

FEMINISMO NO BRASIL: RETROSPECTIVAS

A evolução do feminismo
Mariza de Athayde Figueiredo

É viável o feminismo nos Trópicos? Resíduos de insatisfação
Albertina de Oliveira Costa

A EVOLUÇÃO DO FEMINISMO

Marizade Athayde Figueiredo

A primeira coisa a dizer é o seguinte: eu sou um fóssil do feminismo, a segunda: reforçar o comercial da revista “Impressões”, que é trimestral e foi lançada no Rio de Janeiro o ano passado. Lançamos o n° 0 para ver a receptividade que teria as críticas, a expectativa e tudo o mais. Agora lançamos o n° 1. Estou aqui falando para *experts* do feminismo, porque não é um congresso aberto como dizem, então vou chover no molhado um pouco, mas esse *paper* eu já tinha apresentado aqui na Bahia para um outro grupo de estudantes. Trata-se de um embrião do que pretendíamos fazer – uma outra socióloga e eu -sobre o feminismo no Brasil durante esses treze anos, baseado num encontro que houve na USP sobre os onze anos de feminismo, onde vimos gente de todos os estados se reunindo e contando a sua trajetória pessoal, como num verdadeiro quebra-cabeça, que de repente todas as peças se encaixavam direitinho e só conhecíamos pedaços. Então esse *paper* ficará devendo o quebra-cabeça inteiro, porque ele também é um pedaço e mais assim centrado em São Paulo e Rio, que é o espaço ao qual eu tenho maior acesso, devido às pessoas, porque moro lá também e para remontar esse quebra-cabeça a nível de Brasil inteiro, precisaria de financiamento, a que estamos tentando obter.

De volta ao Brasil em meados de 80, – eu quero explicar antes isto, aqui é o ponto de vista de uma feminista dita radical, eu digo dita porque é dito pelos outros, e quando apresentei isso no outro encontro de estudantes de pós-graduação, houve pessoas que discordaram, era um direito delas, mas eu quero dizer isso aqui implica em todas as ressalvas que qualquer uma possa fazer e está aberto para debate, mas é debate e não “bate”, porque da outra vez quase apanhei – Continuando: impressionou-me o encaminhamento da questão da mulher e suas reivindicações específicas.

Na América Latina, eu tinha estado par lá e constatei a pluralidade de grupos existentes, cada qual com suas prioridades,

alguns se denominavam feministas, outros se identificavam como setores de movimentos de comunidades de base, departamentos feministas ou setores de partidos de esquerda. Nesses países, cada grupo mostrava sua identidade ideológica e não havia o uso indevido de siglas, nem apropriações indébitas de palavras de ordem ou ainda o emprego ambíguo de métodos de arregimentação e proselitismo numa determinada direção, quando o objetivo era, às vezes, na direção oposta. No entanto, no Brasil, era o que acontecia desde que o feminismo estava tentando se implantar aqui. Líderes partidários compareciam às reuniões feministas abertas para exigir ou impor certas prioridades, formas de ação e até *slogans* de campanhas de rua. O curioso é que elas não faziam em nome do partido ou do grupo que representavam, mas auto-designando-se a favor das mulheres.

Foram, portanto muito ambíguos os primeiros passos feministas no Brasil na década de 70, principalmente depois de 78, com a volta do exílio e pós-anistia. Nessa época, o *Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro* e o *SOS Violência Mulher* passaram a atuar como grupos fechados. Era difícil arregimentar mulheres simpatizantes para suas reuniões, onde a palavra acabava sendo monopolizada por mulheres vindas de militância não-feminista. Invariavelmente, essas reuniões terminavam em confronto. A verdade é que nada havia em comum entre os discursos das primeiras e das últimas. Enquanto as primeiras partiam do princípio de que toda e qualquer opressão da mulher, em qualquer tempo ou espaço, tinha se originado na construção e domínio de uma ideologia patriarcal, as últimas insistiam na clássica análise marxista, segundo a qual o sistema capitalista de produção seria o responsável pela discriminação entre homens e mulheres, do mesmo jeito que é o responsável pela luta de classes. Assim, a hierarquia entre os gêneros seria da mesma natureza que a hierarquia e a oposição entre a burguesia dominante e o proletariado. Entretanto, o cerne ou o início desse posicionamento, só fazia sentido para aquelas que, tanto de um lado como do outro, tinham começado sua militância ou chegado até uma etapa de conhecimento teórico e histórico de tudo isso.

Para a maioria das mulheres que, casadas, em escritórios sindicalistas, se sentiam discriminadas e só sabiam distinguir que

a discriminação se dava sempre, e coincidentemente, no pleno sexista, tais debates não só as desorientavam como as excluía, criando-lhes um sentimento de inferioridade e a visão de que ali, embora com discursos opostos, apenas intelectuais e militantes de longas datas podiam se entender.

Para simpatizantes, o feminismo continuou por muito tempo a ser uma série de indagações sem respostas, enquanto um bando de mulheres auto-suficientes disputava para ver quem detinha a verdade. Por isso elas não voltavam. Vinham as novas e tudo se repetia. Era evidente, até para as menos avisadas, que nesse digladiar teórico e discursivo, o que se tinha a ganhar não era uma causa, mas as novas mulheres que compareciam às reuniões. Convencê-las sobre quem detinha a verdade era a causa maior em jogo e isso desvirtuou tudo por algum tempo. Para as feministas radicais, o importante era organizar as mulheres em grupos de conscientização, permitindo-lhes descobrir, através do método de relato de suas experiências, que nada mais eram do que fruto de uma programação bem orquestrada, de uma lavagem cerebral ideológica desde tempos imemoráveis, de tal modo que o grupo feminino se mantivesse sempre como grupo subalterno, realizando tarefas de complementação para os grandes objetivos masculinos, fossem eles sexuais, reprodutivos, profissionais e bélico-financeiros.

Aos poucos, as mulheres iam compreendendo a trama política ou a armadilha via condicionamento sócio-familiar que elas próprias reproduziam como robôs perfeitamente engraxados. Aos poucos, ainda, elas começavam a enxergar diante de si as outras mulheres suas irmãs, vítimas idênticas, identicamente alienadas e, assim, surgia a cumplicidade, acompanhada sempre de um desejo de autonomia. Essa era basicamente a estratégia de conscientização das mulheres utilizadas pelas feministas, visando transformá-las, através dessa conscientização, em feministas capazes de juntas trabalhar por um mundo sem opressão, discriminação e hierarquia entre os gêneros.

Mas a diferença básica, com relação às mulheres dos grupos partidários ou de outras militâncias, estava não só no ponto de partida de como as mulheres se viam, como também no ponto final, aonde levá-las. As militantes de todas as tendências viam

mulheres alienadas da realidade social do país e propunham-se a mostrar-lhe as dificuldades materiais da vida profissional, o salário do marido, a falta de infra-estrutura para educar os filhos, dar-lhes consciência de uma luta de classes, motivando-as para a luta geral pela revolução socialista.

Dentre as precursoras do neofeminismo, ainda nos anos 60, a Socióloga Heleieth Saffioti, em sua tese de doutorado¹, tratou da questão específica da mulher, analisando como, numa sociedade de classes, a população feminina é marginalizada de estruturas ocupacionais, o que permite ao sistema de produção capitalista manter e dispor de um contingente de mão-de-obra de reserva. Nessa época, ela tinha convicção de que as mulheres deviam lutar para obter o acesso à força de trabalho, que seria, no seu entender, o único caminho capaz de tornar o grupo feminino socialmente participante – eu falo nessa época, porque Heleieth fez um longo caminho depois.

Temos também, nessa década, Rose Marie MURARO, que publicou em 1967 um livro² no qual analisava as qualidades femininas, dando destaque às mesmas como fundamentais para nossa sobrevivência, quer dizer, ela não questionava muito nem a hierarquia nem a submissão, mas tentava destacar o valor, afinal, das nossas qualidades, que ninguém lembrava, mas que a gente tinha.

Foi ainda a Rose Marie Muraro quem trouxe pela primeira vez ao Brasil a Betty FRIEDMAN, autora da *Mística Feminina*³, que tanto impacto causou na época. Também a psicóloga e jornalista – Carmen da Silva, conhecida como autora mensal de uma coluna da revista *Cláudia*, que conseguiu através de cartas e respostas às leitoras, formar toda uma geração de mulheres conscientes da especificidade da opressão feminina.

No início dos anos 70, o movimento de liberação de mulheres começava a se expandir por toda a Europa, fazendo proliferar os ditos grupos de conscientização – passeatas, todo tipo de mobilização possível em torno de questões geradas a partir da opressão patriarcal. As brasileiras no exílio e aquelas com bolsas de

¹ SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1969.

² MURARO, Rose Marie. *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1967.

³ FRIEDMAN, Betty. *A Mística Feminina*. Petrópolis: ed. Vozes, 1963.

estudo na Europa, como na América do Norte, começavam a entrar em contato com o neofeminismo e tentavam articular uma militância feminista voltada principalmente para a América Latina e mais ainda para o Brasil. É desse período o aparecimento do *Comitê da Mulher Brasileira* no exterior, criado por Zuleika D'ALAMBERT, aqui presente, ex-militante do PC, preocupada com a questão da Mulher e do socialismo. Nessa época (se ela não me desmentir), sua percepção coincidia com a clássica visão marxista – as mulheres precisavam deixar sua condição de alienadas sociais e participar de uma luta mais ampla. Com a queda do governo Allende, a maioria das mulheres desse comitê acabou por formar outros grupos com aquelas que já viviam na Europa e particularmente na França como, por exemplo o *Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris*. Mas antes da criação desse grupo, ainda em meados de 71, Danda PRADO, psicóloga social, também no exílio na França, onde preparava sua tese de doutorado sobre o papel da esposa⁴, começou a questionar a opressão específica da mulher. Em contato com Simone de BEAUVOIR, autora do clássico *Segundo Sexo*⁵ e responsável pela organização das “*Journées de Dénonciation des Crimes Commis Contre les Femmes*”. Pôde participar, junto com as mulheres francesas e outras latino-americanas já inseridas no movimento francês, dessas jornadas e também de grupos de conscientização de mulheres em Paris. Pouco depois, a Danda e outras brasileiras formavam o *Grupo Latino-Americano de Mulheres*, com uma frequência quinzenal sempre crescente, a ponta de terem de se reunir no subsolo de alguns bistrôs do *Quartier Latin*, o que duraria até 75.

Nos anos subseqüentes, 73 e 74, eu, a crítica literária Cléla Piza, a acadêmica Lúcia Tosi e a Danda Prado, editamos uma revista bilíngüe português-espanhol *Nósotras*, enviada à maioria dos países latino-americanas e a outras partes do Terceiro Mundo, lançando, através dessa publicação, um embrião de grupos feministas nesses países onde as mulheres interessadas mantiveram um estreito contato teórico e epistolar com o comitê de redação da revista. A socióloga Maria Malta Campos, de volta dos Estados Unidos, organizava por sua vez em São Paulo o primeiro grupo

⁴ PRADO, Danda. *Ser Esposa, a Mais Antiga Profissão*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

⁵ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: Ed. Difel, 1970.

de reflexão e de estudos sobre literatura estrangeira específica, era um grupo fechado e formado exclusivamente por intelectuais. Também nessa etapa embrionária Branca Moreira Alves (mãe e filha), organizaram no Rio, cada qual, grupos de reflexão e análise sobre a condição da mulher, grupos também fechados. Nos anos 70, o único jornal que publicou matéria sobre a questão feminista foi o *Opinião*, talvez por influência e pressão de uma de suas jornalistas, Elice Munerato, que tinha vivido alguns anos nos Estados Unidos e que também se interessava e escrevia sobre questões relativas à assimetria entre os gêneros.

Os primeiros grupos brasileiros mencionados e que surgiram por volta de 72 no Rio de Janeiro, incluíam profissionais liberais, estudantes de nível pós-universitário e também universitárias, constituídas basicamente por alunas da PUC. Todos tinham em comum uma mesma metodologia e estratégia, o estudo e análise de literatura específica produzida no exterior e sempre em grupos fechados. Mas, na medida em que as mulheres iam despertando seu interesse pelo feminismo e pelas perspectivas que o mesmo abria, através da constatação de seu aspecto de inferioridade sócio-cultural, impedindo-as de ascensão às esferas de poder e ao domínio econômico, os homens, tais como os intelectuais d'*O Pasquim* procuravam paralelamente culpabilizá-las, usando argumentos que estabeleciam correlações entre homossexualismo e a militância feminista.

Em 75, as Nações Unidas criavam o *Ano Internacional da Mulher*, organizando o *Encontro Internacional*, na cidade do México. Paralelamente as organizações não governamentais organizaram uma tribuna livre, espaço a qual tiveram acesso tanto os grupos feministas como os femininos da Cidade Universitária do México. As brasileiras do Rio, integrantes de grupos embrionários já mencionados, aproveitaram essa oportunidade para realizarem então um evento comemorativo; para tanto, contaram com o apoio da ONU através do representante no Brasil, da OAB, da ABI, e realizaram a *Semana da pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira*. Nessa ocasião, as organizadoras evitaram o emprego da palavra *feminismo*, que ainda era tabu, com todas as conotações pejorativas que *O Pasquim* tinha reforçado, aliado ainda à má-fé intencional dos meios de comunicação, bem como procuravam estimular a participação

dos homens. O êxito foi total, não só pelo número de participantes, além de todas as expectativas, mas, principalmente, pelas declarações finais de um homem – o ex-ministro Celso Furtado, que declarou que “o feminismo é a dimensão mais importante dos grandes movimentos sociais do fim desse século e que deve ser entendido como parte das profundas transformações por que está passando a nossa cultura”.

Nesse mesmo período, tanto o *Movimento Feminino pela anistia* como o *Movimento de Comunidades de Base*, sob orientação de setores progressistas da Igreja, lutavam contra a ditadura a partir de prioridades e estratégias específicas e, embora interpretassem o feminismo como uma forma de reivindicação pequeno-burguesa e desviante da causa maior, utilizavam de várias palavras de ordem feminista, visando atrair as mulheres a uma participação de luta, através de uma priorização exclusivamente tática das questões específicas da opressão feminina.

Sempre marginalizadas, tanto pelos conservadores como pela esquerda, pelas suas tendências, as feministas não chegaram nos anos 70 a constituir um movimento bem definido tal como ocorreu nos Estados Unidos e na maioria dos países europeus, continuavam a existir enquanto grupos fechados de reflexão e análise, principalmente no âmbito universitário e privilegiando uma visão histórica da questão.

Apesar do êxito do *I Encontro Nacional*, as simpatizantes do feminismo que eram casadas ou desquitadas passaram a ser consideradas mal-amadas e frustradas e as solteiras eram classificadas de modo mais pejorativo como lésbicas ou ninfômonas. Foi graças à iniciativa da escritora Rose Marie Muraro que se criou o primeiro grupo feminista oficial – o *Centro da Mulher Brasileira* (CMB). De acordo com a tese de Anette Goldberg⁶, é possível distinguir as três tendências entre 75 e 77 no CMB.

Segundo Anette, teria havido dentro do CMB três problemas básicos. O primeiro era relativo à estrutura: enquanto algumas queriam um grupo com personalidade jurídica, outras queriam grupos de conscientização e grupos informais; as mais con-

⁶ GOLDBERG, Anette, *O Feminismo e Autoritarismo*. A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante. Tese de Mestrado, 1987, UFRS.

vencionais queriam ainda um órgão de coordenação de múltiplos grupos. Quanto à forma de organização também houve divergências. Algumas desejavam representatividade de subgrupos com diretoras; para outras a prioridade continuava sendo a formação de grupos de reflexão, voltados para a questão existencial, as relações familiares e cotidianas e não apenas a discussão teórica. E ainda quanto às denominações, a palavra *feminista* continuava sendo tabu. Empregava-se *Movimento de Libertação das Mulheres*. Falar em feminista radical era o mesmo que identificar homossexuais.

A maioria das mulheres que no início integrou o CMB, vinha de grupos de militância política. De acordo com a concepção marxista, viam o feminismo como um fenômeno pequeno-burguês, resultante de idéias importadas e que jamais se aplicariam à nossa realidade sócio-econômica e menos ainda às necessidades daquele movimento histórico, caracterizado por um longo período de ditadura com todas as suas conseqüências nefastas: censura permanente, torturas, desaparecimentos, assassinatos políticos.

A primeira cisão se deu logo no início, quando algumas militantes foram acusadas pela maioria de serem radicais, o que coincidentemente correspondia às mulheres que não eram casadas. Também havia aquelas que queriam expandir o movimento em grupos de conscientização e ações de rua.

As remanescentes se tornaram, portanto, as porta-vozes oficiais do feminismo, enquanto que as ditas radicais continuavam sua atuação, mas de forma independente, desvinculadas do CMB ou de qualquer outra entidade.

A diferença entre as chamadas feministas oficiais e aquelas apontadas como radicais girou sempre na realidade em torno da questão da natureza da opressão feminina. Para as oficiais, sua origem estaria na desigualdade entre os gêneros quanto aos direitos civis -desigualdade, que só poderia ser resolvida através de reformas sociais, permitindo às mulheres uma participação igualitária tanto a nível quantitativo quanto qualitativo com os homens. Para as radicais, todas as sociedades atuais foram estruturadas a partir de uma ideologia patriarcal que construiu o mundo, onde cabe ao homem a exclusividade do poder em todas as esferas, política, religiosa, familiar, até no esporte, excluindo o grupo feminino e atribuindo-lhe os mesmos papéis que, embora vitais

para produção e reprodução social, são considerados complementares e subalternos.

Hoje em dia, podemos discernir retrospectivamente três perfis de militantes envolvidas com a luta das mulheres em nosso país: *as feministas liberais*, que seriam as criadoras do neofeminismo, porque continuariam a luta das sufragistas do início do século, lutando pela igualdade de direitos civis para todos os cidadãos sem discriminação de sexo e enfatizando a igualdade e a potencialidade de ambos os sexos, desvirtuadas por condicionamentos sócio-culturais e limitadas no acesso ao nível do poder pelo bloqueio do grupo masculino; *as feministas partidárias* de caráter reformista, que visavam prioritariamente a anistia e a abertura política num plano geral e, no plano específico, a criação de creches e de uma legislação protetora do trabalho feminino. Podemos incluir entre elas não somente a maioria das mulheres que vinham de grupos de esquerda como também acadêmicas e intelectuais engajadas politicamente, para as quais a origem da simetria dos gêneros continuava a ser o resultado de um sistema capitalista de produção. E, por fim, *as feministas radicais*, para as quais a natureza da opressão feminina, volto a dizer, estaria no surgimento do patriarcado enquanto sistema ideológico de poder, que teria condicionado tudo do jeito que já descrevi.

Integrantes do movimento de liberação de mulheres, essas feministas “radicais” vão questionar em primeiro lugar essa ideologia patriarcal; apenas as formas de hierarquia entre os gêneros variam no tempo e no espaço, revestindo-se de características específicas em cada país ou cultura; dizer que isso não seria aplicado no Brasil como as outras o faziam, era um pouco furado. Para as radicais, a diferença entre os gêneros não é determinada por diferenças biológicas, que por si só não implicam nenhum tipo de oposição opressor- – oprimido, mas por uma ideologia que desvaloriza tudo que é feminino e supervaloriza tudo que é masculino. As feministas radicais, além disso, reivindicam o direito à autonomia, ou seja, uma independência para as mulheres enquanto grupo oprimido, podendo atuar ainda independentemente da aprovação e do paternalismo masculino. Defendem a existência de grupos de conscientização como iniciativa privilegiada e a descoberta e percepção de problemas e limites de cada mulher enquanto resultante de opressão social mais ampla, exercida

sobre o grupo feminino independente de classe, faixa etária, credo, raça e de tudo o mais que vocês quiserem.

Nesses grupos limitados e fechados, é que as mulheres começam a aprender como a simetria biológica entre os gêneros não é a causa determinante da subordinação de um grupo sexual pelo outro. Nesses grupos de conscientização, questionam-se desde as relações autoritárias até as práticas opressoras, revendo a dicotomia entre a esfera pública e privada, o lar da mulher e a rua do homem. Essa primeira etapa de conscientização leva as mulheres a um processo de identificação de grupos para em seguida passar a uma etapa de questionamento sócio-cultural e de reivindicações coletivas de caráter político.

Nos finais dos anos 70, vão surgir novos grupos: o *Coletivo de Mulheres do Rio* e o *SOS*, composto tanto por feministas radicais como partidárias e liberais. Aí já são grupos oficialmente constituídos e abertos, com grande parte de suas integrantes que tinham vivido tanto na Europa como nos Estados Unidos e em outros países da América Latina.

Segundo a tese de Anette Goldberg, se, por um lado, para muitos professores e pesquisadores, o tema mulher foi a descoberta de uma nova galinha dos ovos de ouro, pois obtinham facilmente financiamento, embora muitas vezes não tivessem motivação nem informação do campo pesquisado, por outro lado, as mulheres acadêmicas simpatizantes do movimento feminista puderam trabalhar em condições ideais: adequação de objeto de estudo às suas próprias indagações, tanto teórico quanto existenciais, direcionados ambos num único e mesmo caminho.

A condição da mulher em qualquer área da ciência humana tornou-se um espaço privilegiado, porque liberava a estudiosa de uma patrulha ideológica patriarcal e das pechas desqualificantes que se seguiam à auto afirmação de feminista. No entanto, a maioria das acadêmicas podia ser classificada como feminista partidária. Inicialmente, os principais temas estudados foram relativos à mulher na força de trabalho, mulher *versus* sindicato, política, Estado etc. Somente mais tarde, com as feministas radicais é que se começou a tratar da questão da opressão propriamente dita, sua natureza, atuação, exploração sexual e econômica dentro do casamento etc.

Foi somente no final da década após a anistia, ou seja, depois de 78, que trouxe de volta para nós, toda uma geração, já agora quarentona, que começou a distinguir os estudos da mulher dos estudos feministas. O novo enfoque, ou seja, o ângulo feminista incluído na análise dos resultados das pesquisas contém o questionamento dos conceitos tais como eram, a proposta de novos conceitos e de dados, dando ênfase à questão da simetria dos gêneros e à hierarquia implícita em seu bojo. Daí passamos para uma etapa que foi a institucionalização do feminismo no fim da década de 70 e início da década de 80.

Nas eleições de 82, pela primeira vez algumas mulheres se elegem com base numa plataforma e num programa de reivindicação específica para o sexo feminino. Outras tantas já se elegem com o apoio coletivo de grupos feministas. Antes disso, porém, entre 75 e 77, o Estado tomara por sua vez a iniciativa de algumas propostas relativas ao projeto de código civil, a CPI sobre a condição da mulher na sociedade, lei do Divórcio, projeto de reforma da CLT na questão do trabalho da mulher e projeto de prevenção de gravidez de alto risco, que nunca chegou a ser realizado.

A partir de 82 já são criados os primeiros Conselhos Estaduais e municipais e posteriormente o Conselho Nacional, a nível federal. Surgem primeiramente nos mesmos Estados, onde surgiram os grupos feministas organizados: São Paulo, Rio e Minas, estendendo-se depois a outros Estados. Algumas municipalidades pressionadas, pelo próprio movimento de liberação das mulheres e, principalmente, pelos movimentos de mulheres de tendência partidária, cedem casas e locais para creches, centro de documentação, Núcleos de Apoio às mulheres submetidas à violência familiar, centros de saúde.

Infelizmente, uma vez mais, nosso governo de transição, embora se pretendendo avançado, cria o *Conselho Nacional*, mas o faz através de um decreto-lei... Também, mais tarde, acontecerá o mesmo na criação do *Conselho do Estado do Rio de Janeiro*, depois de longo período de hesitações por parte do novo Governador Moreira Franco, embora tal objetivo fizesse parte de suas promessas eleitorais. Como encarar atualmente a patrocínio do Estado às reivindicações das mulheres? Como em tudo, podemos salientar seus aspectos positivos, mas também os negativos. Começemos pelos últimos:

Enquadrados e quase assimilados pelo *establishment*, se por um lado os Conselhos podem trazer votos para os políticos que usaram sua criação como bandeira; por outro lado, postos em funcionamento, mas sem verbas nem orçamento próprio, com uma esfera de poder bem delimitada, de nada servirá ficar batendo às portas das múltiplas Secretarias de Estado à espera de que um Secretário bem intencionado venha em nosso socorro, com apoio e, sobretudo, com verbas. O princípio de ações articuladas com diversos Ministérios e/ou Secretarias, em convênios ou co-participação, só faz colocar em marcha uma engrenagem bastante enferrujada da “burrocracia” interminável, em que a lentidão e o desinteresse terminam por neutralizar o ânimo e a energia das militantes.

As Delegacias, que tiveram uma acolhida imediata e ampla por parte do público feminino, trazendo à luz uma imensa quantidade de crimes e ameaças sofridas cotidianamente por mulheres do interior de suas casas, foram aos poucos perdendo seu impacto, pela movimentação por parte das próprias autoridades policiais que, somente agora, gostariam de ver incluído um “setor feminino” em cada Delegacia e a formação de recursos humanos especializados no atendimento específico da violência contra as mulheres. Apesar da Delegacia Central de Mulheres de São Paulo ter servido de modelo para o resto do país e de exemplo para os governantes, em cujos estados ainda não foram implantadas, tendo no Rio de Janeiro como em Minas, assistimos recentemente à interrupção dessa etapa de luta ganha arduamente, para atender a interesses políticos das esferas do poder masculino.

A recuperação de palavras de ordem, e de todo um ideário de um movimento social, pode-se dar através da institucionalização que, se por um lado pode estender, graças à sua infra-estrutura, todo tipo de atendimento ou reivindicação, às mais amplas camadas da população, por outro lado, por falta de recursos humanos conscientizados, reflete programas vazios de sentido ou motivação.

Mas não vamos encerrar, sem tratar dos aspectos positivos: articulações não só num plano político mais abrangente, como programas de construção de casas, apoio financeiro às iniciativas das mulheres, formação profissional, orientação jurídica, encaminhamento de mães solteiras e filhos, tudo de acordo com uma

filosofia e uma análise feminista, atendendo a largas escalas da população que grupos militantes isolados jamais teriam condições de realizar. Acrescente-se ainda a divulgação maciça de questões relativas à educação, ao trabalho e à saúde da mulher, através de rádios e televisão, assim como cartazes, panfletos e brochuras impressos e distribuídos para uma grande maioria de mulheres. E por isso é imensuravelmente positivo, porque vem permitindo às mulheres o acesso à informação e a possibilidade de pensar e decidir, e o que é mais valioso: *pensar por si próprias e em si próprias*.

As Delegacias ofereceram *duas novas dimensões à mulher*: seja àquela inculta, dos extratos de baixa renda, seja àquela de classe média, em contato com as esferas de poder: 1) de descobrir que não eram responsáveis nem culpadas pela violência machista que as atinge entre quatro paredes; 2) que agora tinham realmente a quem recorrer: toda uma equipe -desde investigadoras até juiz - trabalhando no sentido de orientar, prender e punir os homens que se acham no direito de agir impunemente. As mulheres puderam aprender que contavam com uma estrutura judicial aonde não iam ser violentadas pela segunda vez, com piadinhas e deboches e aonde poderiam, de cabeça erguida, relatar circunstâncias em que tinham sido vitimadas. Perderam o medo de falar, perderam o condicionamento de se culpabilizar, perderam o complexo de serem responsáveis de todas as desgraças desse mundo. E isso significa uma revolução nos costumes, isso significa ganhar espaços e ampliar o aspecto de nossas lutas, o que amedronta o poder. O poder do *establishment* é ambíguo e contraditório diante do movimento social que é o feminismo, aparentemente inofensivo mas, eu ousaria dizer, quase tentacular.

Por um lado, nos oferecem iscas em troca de votos, procurando ao mesmo tempo recuperar seu conteúdo para reduzi-lo a formas e aparências (estruturas não exequíveis); por outro lado, termina por emperrá-lo simplesmente, cancelando iniciativas e promessas eleitorais, quando a pressão do grupo masculino no poder se faz sentir, porque muito ameaçado pelos resultados positivos e subversivos...

A trajetória da evolução do feminismo no Brasil, na verdade, não difere tanto daquela em outros países. No entanto, o longo período da ditadura militar que o país atravessou, fez com

que tal militância e suas militantes se revestissem com algumas características próprias que, em certo momento, logo no início, propiciou o avanço de tais idéias e, posteriormente com a anistia e a chamada “abertura política”, criou um certo desencarrilhamento de cunho ideológico e nas estratégias de ação. Com isso, quero dizer que, pela história dos últimos 13 anos, que nos é dado aqui esboçar uma análise, com base quase tão somente em depoimentos pessoais, pudemos constatar que, numa época de censura política, as palavras de ordem do feminismo soavam como secundárias aos ouvidos do poder. Esse mesmo poder – as Forças Armadas – em mãos de homens conservadores, não se deu sequer ao trabalho de considerar a questão, já que para eles não passava de “gritaria de mulheres”.

O outro poder, marginalizado – da esquerda em todas as suas variantes –, percebeu no discurso feminista dos anos 70 o caminho ideal para aquele momento histórico, e que poderia ser trilhado por suas militantes; uma vez que o empenho essencial era o de levar à participação na luta contra a ditadura o maior número possível de mulheres que, por serem, no entender da referida esquerda, política e socialmente marginalizadas de todo processo de interesse público, mantinha-se a maioria na condição de alienadas. Essa primeira tentativa de utilização do feminismo não pode ser compreendida como negativa, ao contrário, serviu de válvula propulsora para implantar idéias e ações conseqüentes e permitiu também sua expansão entre as classes menos favorecidas, já que, até então, as discussões nos grupos fechados sobre a opressão feminista ainda eram o privilégio de grupos formados basicamente por intelectuais e estudantes universitárias.

1975 permanecerá, para a militância feminista em nosso país, como o marco histórico, mesmo com todas as contradições que tentamos levantar neste trabalho, de forma ainda bastante resumida. A partir de 78, com a volta de exiladas e asiladas e com a chamada “abertura política”, a esquerda tentará, mais uma vez, a recuperação do feminismo, criando departamentos e formando novas quadras femininas com o objetivo de engrossar suas fileiras com grande participação de mulheres. As coisas começam então a se complicar, com a polarização de dois discursos ideológicos diversos, reivindicando uma mesma causa comum: a das mu-

lheres. No entanto, enquanto as militantes dos partidos de esquerda reivindicavam a participação mista nas reuniões e passeatas, as feministas se batiam pela autonomia do Movimento das Mulheres. Enquanto as mulheres vinculadas aos setores políticos da esquerda batalhavam para fazer um nome dentro de seus respectivos partidos, através da trajetória política pessoal, as feministas continuavam defendendo o princípio do anonimato e da coletivização da produção teórica e prática dos grupos.

E as diferenças não paravam aí: nas grandes reuniões “abertas”, as mulheres que vinham de uma militância de esquerda tentavam consolidar sua liderança pelo domínio da palavra, enquanto as feministas contestavam a polarização do poder em torno de um indivíduo dominando um discurso. Reproduziam-se, nesses grupos de reuniões, os estereótipos da visão genérica masculina sobre a atuação política feminina e, no calor dos debates, as acusações trocadas eram idênticas àquelas utilizadas pelos mídias e pelos conservadores: “comunistas” versus “homossexuais”.

Naturalmente, os primeiros anos da luta feminista, que na verdade foi uma luta de conquista de espaço junto à comunidade feminina em diferentes esferas, se deu em meio a essa disputa nem sempre subjacente e que muitas vezes fez retroceder numericamente a participação de tantas mulheres que se identificavam com a luta contra a opressão sexista, mas que em momento algum poderiam compreender essas lutas paralelas que polarizavam os debates. Com a chegada dos anos 80, podemos dizer que as mulheres militantes, sejam feministas radicais como partidárias, liberais e tantas outras, amadureceram na expressão de sua luta. Descobriram o que nos parecia óbvio desde o início: que num país de dimensões do nosso, onde há carência de tudo, a começar da informação, da saúde e da alimentação básica, havia e haverá sempre espaço para todas as reivindicações e lutas por parte das mulheres.

Embora a realidade não seja a mesma, sequer nos Estados, que dizer nas classes, ou a nível de conhecimento e formação, toda reivindicação, específica ou genérica que traga mudanças ou melhorias para a condição das mulheres, seja na família, no trabalho ou relativa à saúde, é válida.

A partir do desgaste sofrido pelos grupos nessas batalhas sem glórias, as militantes não só amadureceram suas posições como

aprenderam a compor, ou seja, a unir forças, quando tal união implica em conquistas que atendem a um grande número de mulheres, e a lutar paralelamente quando as prioridades estabelecidas a partir de critérios políticos próprios assim o exigem.

Desde então (1983/1984 em diante), começa a haver urna articulação objetiva e política entre as diversas tendências de grupos de mulheres, tanto aqueles ligados aos partidos políticos como, por exemplo, o PT, como os grupos envolvidos com as lutas sindicais ou de comunidades de base e grupos feministas propriamente ditos.

No campo acadêmico: cursos abertos, possibilidade de inscrição de projetos de pesquisa, palestras e conferências, criaram um amplo canal de comunicação entre intelectuais, professores e simpatizantes das lutas feministas, mulheres estudantes ou profissionais, em busca de uma identidade.

No campo institucional, com a criação dos Conselhos, formaram-se grupos de mulheres de diversos horizontes políticos que juntas têm buscado atuar em múltiplas direções, incorporando tanto as teorias feministas como divulgando informações e centralizando documentação específica. As conselheiras têm procurado, tanto a nível municipal como estadual e mesmo nacional, articular campanhas que privilegiam as lacunas mais evidentes na formação profissional ou na questão de saúde das mulheres. Vêm atuando junto aos Ministérios e entidades de classe e lutando para diminuir, se não terminar, com a discriminação das mulheres no plano jurídico e em particular na vigília permanente junto à Constituinte.

É VIÁVEL O FEMINISMO NOS TRÓPICOS? RESÍDUOS DE INSATISFAÇÃO

Albertina de Oliveira Costa

Foi o movimento social das mulheres que forneceu as bases de legitimação para a construção de uma problemática científica, concernente à mulher e, posteriormente, ao gênero, ou seja, as relações sociais entre os sexos, o emergir de uma nova área de estudos tem no feminismo seu parâmetro simbólico.

Uma visão panorâmica da produção científica brasileira sobre o tema no período 1975-1984 nos permitiu constatar que a demarcação desta área de estudos foi sendo estabelecida sobretudo pela perspectiva compartilhada pelos(as) estudiosos(as) do tema de recuperar a presença das mulheres na história e no mundo social e de suplantar o viés sexual, imperante nas diferentes abordagens científicas (COSTA, et. al., 1985). Visando abordar de um ângulo novo esse processo de diferenciação de um campo de pesquisa, quisemos retrazar as relações entre as instituições do saber reconhecido e o movimento social tais como seus protagonistas, ou melhor, tais como seus protagonistas, mais de 10 anos passados, narram tê-las vivido.

Realizamos entrevistas com mulheres que participaram ativamente desse processo, durante a década de 70, tanto no espaço acadêmico como fora dele. Todas universitárias, com formação em Ciências Humanas, Ciências Sociais, Psicologia, Pedagogia, Economia e História, campo onde parece terem se recrutado preferencialmente, tanto feministas como futuras especialistas. Todas feministas públicas e notórias, embora algumas só tenham assumido ou se convertido a essa condição tardia nos anos 70. Escolhemos nossas entrevistadas, 10, não só pelo papel de destaque que desempenharam no desenrolar da cena, como pela diversidade das posições que ocupavam e das opiniões que sustentavam.

Buscamos encontrar indícios que nos permitissem discutir interpretações escritas, como a de GOLDBERG¹, que apontam

¹ Nesse texto, abordamos questões analisadas com acuidade e proficiência por Anette GOLDBERG (1982, 1983, 1986).

esse processo como um período de idílio entre pesquisadoras e militantes e testemunhos (menos identificáveis) que rememoram um clima de hostilidades entre feministas e acadêmicas, pensávamos poder recuperar as tensões atrás do idílio ou a aliança subjacente às escaramuças.

Buscávamos, também, entender porque as mulheres de formação universitária sensibilizadas pelas idéias feministas, ao contrário de suas congêneres americanas, não elegeram a Academia como um de seus campos de batalha prioritários, embora tenham lutado pelo reconhecimento da legitimidade de seu objeto de estudo. Como pano de fundo paira a questão: Por que um feminismo tão bem comportado? Onde está a explicação para o fato de que algumas dessas mulheres que foram tão radicais em suas vidas e em suas opções políticas tenham sido tão pouco ousadas, tão respeitosas de limites e prioridades em termos de feminismo?

AO SABOR DOS ACONTECIMENTOS

“O campo dos estudos sobre mulher, se constituiu, na maioria das vezes, de modo empírico, ao sabor dos acontecimentos, com feições de circunstância, sem grande preocupação com definições teóricas” (FARGE, 1983).

Qual era o gosto dos acontecimentos no Brasil do início dos anos 70? Regime autoritário em compasso de milagre econômico, reforma universitária e pico de repressão. A expansão da economia, entreabrindo possibilidades de ascensão profissional para um setor educado e qualificado das camadas médias que é ao mesmo tempo rigidamente cerceado, inclusive em matéria de oportunidades ocupacionais, em suas veleidades dissidentes, pelo aparato repressivo.

Este setor forma no campo da esquerda. É neste terreno que estão germinando as feministas, no campo da esquerda. Tomado aqui em sua acepção mais ampla e fluida de oposição ao regime. E como cabe fazer perguntas sobre o que não foi, mas poderia ter sido, um desafio que precisa ser enfrentado é o indagar por que no Brasil o novo feminismo não se apresentou em suas duas feições clássicas; a libertária radical e a igualitária liberal. A unanimidade oposicionista certamente contribuiu para tornar pardos todos os gatos. A luta contra a ditadura, mínimo denominador comum, agiu no sentido de diluir diferenças e impedir uma autonomização maior de diferentes tendências.

Não temos ilusões sobre a representatividade da nossa amostra de entrevistas. Mas, significativamente, todas as nossas entrevistadas se declararam de esquerda, tivessem tido ou não uma participação em partidos ou organizações de esquerda ou mesmo no movimento estudantil². A evolução do movimento feminista no Brasil só poderá ser plenamente entendida quando for adequadamente situada no contexto da história dos partidos de esquerda e dos dilemas enfrentados pela intelectualidade de esquerda. Infelizmente não tivemos ainda acesso aos documentos escritos que permitiriam retratar os posicionamentos das feministas em germen, perante a discussão travada no seio da esquerda, como fez Rowbotham (1981) para a Grã-Bretanha.

O clima inicial da década de 70 é dado pelo fracasso da luta armada e pelo aniquilamento feito com som e fúria de seus participantes. Embora a luta armada não preenchesse todo o espaço da atuação política (nem mesmo à esquerda) ela veio a ocupar um lugar central no imaginário da esquerda, ponto obrigatório de referência. A própria ênfase na ação em detrimento do pensamento político apregoada pelos “heróicos” guerrilheiros não é estranha a esse clima de eclipse da razão que todos compartilham. Sua derrota deixa marcas em toda parte (mesmo em seus críticos), gera um clima de desalento, impotência, A vida política parece ter se restringido a um mínimo vital, o da mera sobrevivência dos opositoristas. O vazio³.

Essa sensação de vazio, contrária à própria noção de política – Campo onde há sempre o que fazer – vai ser determinante em mais de um sentido para moldar as primeiras ações feministas.

É neste ambiente de diluição da atividade política, de enterro de nossas esperanças, e sob os acordes de o sonho acabou, que começa a se reunir em 1972 um grupo de mulheres em São Paulo para conversar sobre sua condição.

² As três que declaram um engajamento em partidos de esquerda se tornam militantes feministas depois de 1975; uma esteve presa durante todo o ano de 1971, a outra foi presa mais tarde e ficou detida por um período menor, a terceira viúva de um militante morto no Brasil, passou 7 anos no exílio, regressando em 1975.

³ Todas falam desse vazio, duas com particular emoção, Walnice e Yara: “Aliás, acho que em 72, 73, não tinham mais nada, tinham matado todo mundo. Acabou... sobrou alguma coisa? Nada mesmo. Não gosto nem de lembrar, sinto um horror”. Todo mundo não tinha morrido comparativamente às ditaduras vizinhas mais sanguinolentas, morreu pouca gente, o que estava destruído era o universo próximo, de referência, os poucos que morreram, morreram perto.

Esse grupo chamou atenção pela sua duração, pela sua capacidade de resistir ao desgaste, enquanto vários outros grupos desta natureza de que se têm notícia no período de formam e desagregam meteoricamente, essas mulheres vão se encontrar quinzenalmente durante três anos, mantendo um núcleo central de presença relativamente estável. Chama também a atenção, porque apesar da solidez e continuidade de sua presença, sua existência costuma ser omitida nos relatos histórico do feminismo paulista⁴.

Um punhado de mulheres conversando... “começa assim como conversa de comadres” (Célia). Será que isso merece registro? Mas afinal, não eram menos numerosas que as participantes de outros grupos de referência obrigatória.

Pensamos que seria interessante para entender as características que assumiu o feminismo, a partir de sua eclosão oficial no ano de 1975, examinar mais de perto o funcionamento deste grupo de feições desviantes, quando comparado ao padrão que veio a se tornar predominante.

O grupo se constituiu em 1972, quando Célia e Walnice no regresso de viagens, respectivamente aos Estados Unidos e Europa, impressionadas com pujança do movimento de mulheres no exterior chamaram algumas pessoas para conversar “para entender melhor o que se estava passando”.

“O grupo nasceu da Célia e da Walnice. Elas são as mães do grupo, não adianta elas falarem que não são, mas foram elas que convocaram” (Betty). A primeira reunião foi na casa de Walnice e o grupo passou a ser conhecido como o grupo da Walnice. Nós nos referiremos a ele como o grupo de 72, em atenção aos protestos da Walnice e as características mais ortodoxamente feministas do grupo – embora os primeiros grupos europeus, apesar de sua vocação igualitária acabassem se tomando conhecidos sob o nome de alguém – e, sobretudo, para sublinhar o seu pioneirismo em São Paulo.

Era um grupo fechado que, no entanto, não coincidia com amizades pré-existentes, embora fosse extraordinariamente homogêneo. Cada uma chamou as conhecidas que poderiam se inte-

⁴ Corroborando essa omissão, várias de nossas entrevistas insistiram que o grupo não teve a importância que as entrevistadoras parecia lhe conferir, esmiuçando tanto os detalhes de seu funcionamento.

ressar e algumas foram ficando, muitas não, algumas convidadas não se interessaram. Como não se consideravam missionárias em catequese, não insistiram. Como diz Betty, respeitava-se “o momento de vida” dos outros. Posteriormente o grupo absorveu outros, como o que Maria Malta Campos tentou organizar no seu regresso dos EUA com antigas colegas de trabalho.

Perfil: Professoras universitárias com certo nome, filhos, psicanalizadas de esquerda *Happy few*, vanguarda, elite intelectual a quem, segundo Bourdieu, tudo é permitido, mas também facilmente desqualificável como de “preciosas ridículas”.

As pessoas que compunham o grupo eram “em sua maior parte de mulheres que já tinham carreira, todo mundo já estava com um encaminhamento profissional muito bem definido. Acho que eu era das poucas confusas” (Betty). “Tem Algumas diferenças de idade, mas na época, as pessoas tinham entre 30 a 38 anos” (Célia). “Não era coisa pra gente que não tivesse casado, não tivesse filho, não tivesse já uma carreira, não era” (Walnice). “Tava todo mundo com livro escrito, professor, doutor, não eram meras domésticas” (Betty), “todo mundo tinham feito psicanálise” (Walnice). Por outro lado, “não tinha nenhuma pessoa que fosse simplesmente profissional ou dona-de-casa que não tivesse uma militância política anterior. Todo mundo tinha passado político” (Célia).

Segundo os mais estritos cânones do modelo de grupo de reflexão, não havia nenhuma formalização de organização interna, as reuniões centravam-se em temas pré escolhidos, mas não havia pauta, nem exposição preparada, nem lição de casa, discutia-se tudo: de Virgínia Woolf e Anais Nin a doenças venéreas, embora tenham demorado um pouco para falar de sexualidade, segundo Betty. Havia o lado terapia sem guru, nem terapeuta, de terapia autogestionária para mulheres que no espaço competente eram analisadas por especialistas. Não esquecer que é a época do *boom* das terapias. Mas havia, sobretudo, uma qualidade no estar junto de que, até hoje, sentem falta: “nos olhavam com desconfiança, ninguém achava científico, sério, durante muitos anos feminismo não deu IBOPE nenhum. Nós não nos preocupávamos se era sério, era tão vital!” (Betty).

Era um grupo de intelectuais de esquerda, traumatizadas pela conjuntura, as “*unhappy few*” em busca do seu lado feminino, como diz Walnice “a gente era mulher e não sabia”, ou Betty, em sua escrita elegante:

As mulheres que não se conformaram ao padrão tradicional, que estudaram e trabalharam sempre, estiveram mais próximas de homens que de outras mulheres; e como ocorre com outras categorias de oprimidos sua consciência de si mesmas é muito contraditória. Vêem a mulher sob uma luz negativa; consideram-se exceção (...). No Brasil para a minoria privilegiada das mulheres, com curso superior, a discriminação nunca pesou demais, durante muito tempo acreditaram que não era problema ser mulher. (1975)

Não eram militantes contestando o lugar das mulheres nas organizações, não eram donas-de-casa se debatendo com o “mal sem nome” ou valorizando o trabalho doméstico. Eram o que se costumava chamar nos anos 60 de mulher emancipada, que trabalha, milita e transa, eram homens de saias que se descobriam mulheres, remexendo no que Walnice chama de seus “resíduos de insatisfação”. Por outro lado, a consciência de ser minoria privilegiada é também muito aguçada.

O extremo desconforto de ser opositora e elite minoritária, classe dominante; estar entre os 5% que detêm todo tipo de capitais, em regime autoritário onde “as desigualdades sociais se agravam e a miséria aumenta”, numa conjuntura de impossibilidade de ação e ausência de propostas de participação política, termina por gerar um complexo e peculiar conjunto de facetas do grupo.

O vazio político fundamenta sua existência, é uma das suas razões de ser, um dos suportes do tripé de que fala Walnice “a impossibilidade do exercício político que todo mundo tinha tido antes, nos levou a procurar alguma coisa pra fazer que não fosse só individual, alguma coisa coletiva – a reflexão coletiva”. Ser feminista não era desbundar, era fazer alguma coisa, era pensar ao invés de experimentar outros limites, explorar formas de comunicação não verbal, atravessar portas de percepção, era ainda se propor a mudar o mundo coletivamente.

No entanto, essa reflexão era feita em casa, entre quatro paredes, não se propunha e não podia extravasar o âmbito do privado: “a gente nunca apareceu em público, o grupo era fechado, a

militância política que estava impossível no Brasil tem muito a ver com o fato de se fazer um grupo feminista fechado dentro de casa, tipo cachorrinho em apartamento, não era pra gente sair, pro público nunca a gente foi” (Walnice). Uma atividade política esquizofrênica. Esta faceta está lindamente analisada em GOLDBERG (1982):

que significado podiam assumir aqui naquela conjuntura de terror; questões tais como, considerar político o cotidiano das mulheres e tornar públicos os atos comumente considerados como pertencentes ao âmbito privado, à esfera doméstica ou enfatizar a dominação de um sexo sobre outro, quando a politização do cotidiano era mais que transparente e pesada para todos os cidadãos, quando a própria ordem autoritária se encarregava de misturar o público e o privado, violando a intimidade dos indivíduos?

O clima de medo é constantemente referido, além de interessadas as pessoas precisavam ser de confiança. É ilustrativo o episódio, referido por Maria Malta Campos, da repórter a quem se dá uma entrevista e de quem se exige depois que traga as fitas gravadas para serem queimadas na frente do coletivo, exorcismo tão mais penoso quanto a repórter é também feminista, de esquerda, que tenta, talvez antes da hora, começar a acender o interesse da opinião. Um medo pervasivo, insistente, absurdo para quem olha de fora (ou de longe). O feminismo não parecia estar nas prioridades da agenda do aparato repressivo. Em 1972, realizou-se um seminário no Rio promovido pelo *Conselho Nacional das Mulheres*, animado por Romi Medeiros e patrocinado pela Bemfam, Coca-Cola e etc... Os jornais dão fotos de primeira página. Mas o medo que está na pele destas pessoas é referido ao traumatismo que experimentavam enquanto opositoras do regime autoritário.

O terror impede a tentativa de por a cabeça para fora, caracterizando, portanto, essa atividade coletiva como caseira, doméstica, privada, voltada para dentro, com todos os atributos do feminino, por mais que as pessoas tendam a pensar sua atividade como hibernal, hiato, preparação para a futura participação política com o maiúsculo.

No entanto, esse fechamento, essa privacidade que protege da polícia, ao mesmo tempo, protege dos amigos ou aliados, as críticas não chegam, ou chegam menos contundentes, não há debate, argumentação, discórdia, não se é obrigado a ser político e fazer política, não se é obrigado a fazer rupturas, não se é obriga-

do a imaginar formas novas de agir político, quando muito esse enfrentamento é postergado.

A autonomia é um dado, não uma conquista. As feministas do “interior” reproduziam, como suas companheiras no estrangeiro, os modelos alienígenos dos grupos de consciência, mas evitavam alguns dos dilemas que os grupos de brasileiras no exterior vieram a enfrentar, como o da afirmação da autonomia da luta das mulheres, levando em alguns casos até mesmo a ruptura com seus grupos políticos de origem. Aqui não havia com quem romper, é uma conjuntura em que as amarras estão frouxas⁵. O vazio político tinha sua contrapartida, as feministas não eram obrigadas a viver dilaceradas pela constante tensão interna entre partidárias da ênfase na ação ou da ênfase na reflexão, não há espaço para ação, o espaço da ação é muito exíguo e suas conseqüências podem ser terríveis.

Enquanto as exiladas podiam discutir sem medo de serem presas e escolher entre as muitas combinações passíveis entre luta de classe e luta entre sexos, patrulhadas de perto pelos remanescentes das organizações de esquerda, suficientemente longe da convivência quotidiana com a miséria, para delirar que as mulheres constituiriam a nova classe universal. As exiladas que se afligem com o dilema integração na terra de asilo ou referência principal à terra de origem têm, no entanto, condições de pensar em termos de cidadania, em termos de uma especificidade da cidadania feminina, enquanto para as brasileiras, vivendo em seu país, como para os judeus sob o domínio prussiano, a questão da cidadania não se coloca.

Mapeando. É longe da política, embora perto da patrulha ideológica e em confronto com ela, mas longe da miséria e da fome que tende a se desenvolver um feminismo radical de cunho libertário. É a convivência com a repressão, o controle ideológico relaxado em virtude do vazio político, a proximidade da iniquidade social que modelam um estilo de feminismo “bem comportado” de cunho marcadamente social. Essa polaridade recobre, grosso modo, o antagonismo que opôs em 1975, na *Conferência Inter-*

⁵ A bem da verdade, é preciso lembrar que as rupturas para valer e significativas em sua extensão também no exterior só se dão tarde nos anos 70, quando as diferentes correntes da esquerda brasileira vêm a se interessar pela questão da mulher.

nacional da Mulher, no México, as mulheres do Terceiro Mundo mais “politizadas” e as feministas das nações desenvolvidas (os termos são de época)⁶.

A acusação de preocupações burguesas era fácil de responder, quando partia de amigos, companheiros, maridos e amantes, no dizer de Célia, bastava remetê-los ao seu próprio estilo de vida, quando o espaço político da oposição parecia nulo; foi se tornando cada vez mais difícil com o progressivo despertar da sociedade civil.

O grupo de 72 se dissolve em 1975 depois de algumas tentativas de ampliação e de atividades conjuntas com outros grupos mais politizados que começavam a se constituir e de alguns ensaios de abertura para o mundo, alguém do grupo fala na comemoração do 8 de março no MASP e é organizada uma mesa na SBPC.

A mesa da SBPC tem por seu lado um caráter paradigmático do tipo de relação que essas mulheres, em sua maioria professoras universitárias, estabelecem entre sua reflexão feminista e sua atividade profissional. É exemplar também de aspectos do conflito que irá se armar na virada da década entre feministas e militantes e do qual não restou traço na fala de nenhuma de nossas entrevistadas. É exemplar ainda de um estilo que nunca chegou a estar na moda entre as feministas brasileiras.

Em 1975, na SBPC realizada em Belo Horizonte, foram organizadas duas mesas sobre o tema mulher, no mesmo dia. Parece que houve uma tentativa de juntar as duas, foi mal sucedida, na verdade as duas sessões eram pensadas e transcorreram de modo muito diferente, embora à primeira vista, a composição das duas se assemelhasse muito; professoras universitárias de igual posição e idade, que circulavam por ambientes próximos. No entanto, as diferenças de forma expressavam diferenças de conteúdo. De manhã, não houve *papers*, as cadeiras estavam arrumadas em círculo, apagou-se a disposição física que acentua a diferença entre expositor e ouvinte (o que aliás viria a se tornar razoavelmente rotineiro em ambiente acadêmico), num gesto audacioso e de desafio. A tarde havia textos bem datilografados, distribuídos com antecedência, relativos a pesquisas em andamento, tendo a mulher

⁶Uma cuidadosa análise deste conflito é encontrada em CAMPOS (1979).

como objeto, *papers* que constatavam e denunciavam, com provas empíricas, a discriminação a que estava sujeita. Havia palco e platéia. A reunião da manhã era de feministas que também eram especialistas, a da tarde de especialistas que também eram feministas. As da manhã quiseram desafiar o estilo acadêmico convencional, inquietar. “Fiquei chocada, era muito doméstico, pareciam mulheres em casa conversando”, relata uma professora de psicologia que assistiu ao evento. As da tarde procuraram provar, segundo todas as regras, a importância de sua questão, reafirmando sua identidade de especialistas competentes. Na abertura da manhã, houve, segundo Maria Malta Campos – que pôde falar porque tinha fidelidades nos dois campos – uma alusão clara à distância que separava os grupos, qualquer coisa do gênero, estamos reunidas mulheres profissionais que refletimos sobre nossa condição de mulher e queremos compartilhar de nossas reflexões, mas não fazemos de assunto profissão.

Embutida nesta maneira de apresentar está uma concepção de separação de espaços, o da ciência e o da política, mas também a discreta sugestão que não é de bom tom fazer carreira à custas do movimento social, retomada por feministas em 1978 no Rio de Janeiro durante o seminário *A Mulher na força de trabalho na América Latina* e em outras situações menos normais.

Encontramos ainda de forma subjacente uma atitude que se não é de rejeição também não é de simpatia pela constituição de um campo autônomo de estudos de mulher. O propósito explícito e as inclinações pessoais iam mais no sentido de incorporar as questões de gênero às diferentes disciplinas.

Sintomaticamente quase ninguém do grupo de 1972 terá sua vida profissional centrada nesta temática; nem mesmo Maria Malta Campos que, como pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, viria a conviver e participar num ativo coletivo de pesquisas sobre mulher. A única exceção é Martha Suplicy, que freqüentou o grupo num segundo momento. No entanto Betty Mindlin, cuja passagem pelo grupo reforçará sua radical mudança profissional, de economista para antropóloga, dará, por exemplo, um curso na Fundação Getúlio Vargas, sobre mulher nos anos de 1976, 1977 e 1978. Maria Odila Silva Dias, além de sua própria livre docência, procurará interessar seus alunos de pós-graduação na questão, con-

forme o relato de Yara, que foi sua orientanda, e Walnice oferecerá em 1976 um curso de pós-graduação, do qual resultará um artigo “Frequentação da donzela-guerreira” (1979), que por sua vez irá desembocar num livro.

Curiosamente também, embora um dos aspectos importantes que levaram essas mulheres a se reunirem nos idos de 72 tenha sido o da preparação para a futura ação política, praticamente nenhuma delas veio a se engajar nos grupos propiciados pela abertura de 1975, embora seu ardor feminista não tenha amainado, e algumas, como Maria Malta Campos, tenham passado a pensar sua militância como assessoria.

PAZ, PÃO, POVO E LIBERDADE

A partir de 1975, e até mesmo sob a proteção da ONU, começam a surgir em São Paulo grupos políticos de mulheres que vão dar a tônica ao movimento até 1980.

Yara e Maryse, hoje, já podem ser muito explícitas sobre o fato dos direitos da mulher ter sido apenas pretexto. As duas, e nisso são exemplares, só se tornaram feministas depois de largo tempo de militância em movimentos de mulheres.

Yara que pertencia a uma corrente de esquerda que se propunha como radical só ingressará no *Brasil Mulher*, em 1977, enquanto Maryse é designada para se ocupar da questão em 1975. Yara pensa que o movimento de mulheres é uma boa oportunidade de retornar à militância interrompida pela prisão e pelo subsequente enclausuramento dentro de um grupo de amigos, “nós tínhamos um grupo fechadíssimo, de sobrevivência, que eram os ex-presos, porque nós tínhamos ficado muito tempo fora de circulação, tínhamos perdido todos os amigos de antes (morreram ou foram para o exílio), os que ficaram eram pouquíssimos, já desde 1972 não existia mais nada de organizações políticas, portanto meus melhores amigos eram, sobretudo, ex-presos e não pessoas que tinham militado comigo. Em 1976 praticamente não se fazia política ainda, apenas se comentava, a ditadura parecia que estava acabando, nenhuma ação organizada. O máximo de ação era realmente dar todo empenho para arrumar emprego para o cidadão que está saindo da prisão, todo empenho para mandar dinheiro para quem está no exílio”.

Nesse contexto a atividade das mulheres parece respeitável e promissora. “Se você pensar na anistia, no que foi a luta pela anistia, no papel fundamental que as mulheres desempenharam nesta história, então começa a aparecer um certo respeito, porque, na verdade, o grupo das mulheres foi o primeiro que se organizou e pôs a cabeça para fora”. Yara e seus companheiros respeitavam as mulheres que publicamente lutam por direitos civis, mas é a mesma Yara que, em 1975, participa de reuniões de um grupo de reflexão no apartamento de Raquel Moreno em tudo e por tudo semelhante ao “grupo de 72”; “acho que foi o grupo mais feminista de que participei em toda a minha militância (...) todo mundo ficava muito amigo, saía e tomava chopp sem a menor proposta de trabalho em conjunto à exceção de algumas participantes do movimento por creches na USP”. Além de ter discutido a sério pela primeira vez em sua vida temas como o lesbianismo e ter tido contato com uma bibliografia, Yara concebe sua presença por três meses neste grupo, como uma terapia de apoio para a difícil fase que estava passando em sua vida pessoal, ao ser obrigada a se assumir como mãe e dona de uma casa organizada, não concebe essa atividade como política, seus amigos do grupo “fechadíssimo” achavam uma verdadeira bobagem e indício dos mais concretos de que “ela não estava mesmo bem”.

Já, Maryse, muito mais cedo, em 1975, tem como tarefa organizar um grupo de mulheres. “O assistente olhou pra mim e falou: ‘essa mulher tem pinta de se interessar por essa coisa’. (...) Naquela época a direção estava fora, você não tinha política pra nada, tinha tudo rodado, rodado. Tinham todos dançando, você tinha gente fugindo da repressão (...) o negócio era finanças, tirar da cadeia, mandar pra fora, esconder...”. Maryse, que depois disso, rompeu com sua organização, ainda se orgulha do tirocínio político que fez deste grupo o primeiro a surgir, “a coisa mais concreta naquele momento era botar as cabeças na superfície e lutar pelas liberdades democráticas”. A proposta era lutar pela democratização numa frente amplíssima que reunisse partidos, igrejas, sindicatos, associações e movimento de bairro e a idéia foi comemorar o Ano Internacional da Mulher, organizando um evento que reunisse todas aquelas entidades para discutir a situação da mulher. Desta idéia resultou o *Encontro Diagnóstico da Mulher Paulista*, em 1975, e a criação do

Centro da Mulher Brasileira de São Paulo. “Uma entidade de massa, forte, com hegemonia nossa”. Um organismo partidário, cuja relação com o centro do mesmo nome no Rio de Janeiro se limitava a uma cópia dos estatutos.

A questão da mulher é suficientemente ampla, suficientemente em evidência e suficientemente legítima, para que os partidos de esquerda comecem a se interessar por ela. Começa a aparecer a oposição entre a luta pelos direitos da mulher e o desvio do feminismo, a controvérsia que vai durar anos entre femininas e feministas. Entre a boa e a má luta da mulher.

Mas os conflitos parecem ter se restringido ao âmbito das diferentes categorias, grupos de mulheres *versus* grupos de mulheres mais femininos, menos femininos, pesquisadores *versus* pesquisadores, partidos de esquerda *versus* partidos de esquerda e não opor estas categorias umas às outras. Tudo se passa no campo da esquerda e da luta por liberdade. Embora se possa constatar a existência de uma componente do movimento de mulheres – confluência de vários movimentos e de grupos os mais díspares – com características próprias e com autonomia, pelo menos relativa dos partidos de esquerda; embora as relações entre feministas e homens e mulheres de esquerda tenham sido tumultuadas e sofridas, essa pertença ao campo da esquerda ou da oposição ao regime acaba por imprimir certas características ao movimento, prioridades, limites, a não serem ultrapassados, omissões propositais e estilos de atuação política. As características resultantes desta inserção no bom lado da história influenciaram por sua vez as relações das mulheres em movimentos com a academia. Não houve uma oposição radical por parte do movimento à academia, na medida em que aí predominavam modos de pensar caros à esquerda, o prestígio do marxismo, embora não incontestado, ainda era enorme. Atuando dentro de um mesmo campo intelectual, estabelecia-se tacitamente uma aliança tática, universidade e movimento de mulheres eram bastiões na luta contra o autoritarismo. Eram “diferentes frentes em luta”, como diz Yara, com suas reivindicações específicas, com locais próprios para a sua manifestação. “A universidade naquele exato momento estava também engajada na luta mais geral. Ela dirigia todo seu esforço para essa luta, não vamos esquecer as SBPCs que eram um sucesso total de participação popular e de movimento contra a ditadura, total-

mente politizadas. (...) Naquela época, na universidade não tinha lugar para o específico das mulheres”. Não houve contestação radical da universidade como espaço do saber dominante uma vez que se devia confirmar a legitimidade dos modos de pensar críticos aí desenvolvidos.

A luta das mulheres se conforma a um modelo de movimento social, cuja característica essencial é, segundo Jacobi (1980), o questionamento da ação estatal na distribuição de equipamentos de consumo coletivo. A legitimidade inquestionável cedo alcançada pela luta por creches e, mais especificamente, por creches públicas e seu papel de traço de união entre diferenças facções ao movimento feminista é um exemplo claro dessa tendência⁷.

Anistia, luz, escolas e asfalto não foram palavras de ordem correntes nos movimentos de mulheres em sociedades de capitalismo maduro, onde o mínimo de conforto social está assegurado. Lá, os movimentos são sintomas de que “nem tudo está bem quando o bem-estar já está assegurado”, não de carências básicas. Como tão bem analisa Offe (1983), “as preocupações dos novos movimentos sociais não se inclinam para aquilo que deve ser criado ou realizado através da utilização do poder de Estado, mas sim para tudo aquilo que deve ser salvo e defendido contra o Estado”.

Alargar o espaço livre da tutela do Estado ou reivindicar o acesso a bens sociais são bandeiras que imprimem feições muito divergentes ao campo do político. É nesse deslocamento do sentido e conteúdo da participação política determinado pelas diferenças do contexto social e conjuntura política, neste clima “de idéias fora do lugar” que incide a perplexidade de observadores estrangeiros ou estrangeirados. Causando rejeição aos mais ortodoxos como Navarro (1979), ou encantamento aos mais flexíveis como Schmink (1981), quando confrontados com a questão da reformulação da cidadania feminina num país de cidadania restrita ou, formulada a moda antiga, com a questão da viabilidade do feminino nos trópicos.

⁷ SADER (1987) aponta para desdobramentos muito sugestivos em sua análise da politização do cotidiano, quando mostra como a noção de que o privado é político é apropriada por grupos de mulheres da periferia paulista, no início da década de 70, portanto antes da veiculação do discurso feminista, e reinterpretada como “as agruras da vida privada são causadas por injustiças sociais”.

A resposta à questão, porém, decepciona, fica a meio do caminho, hesita entre o é e o não é viável, ou entre foi e não foi viável. Não se trata de uma questão formal de restabelecer a ortodoxia em matéria de denominação, mas de apontar o enorme fosso que separa diversos movimentos de rebeldia feminina e de aceitar o desafio de procurar uma explicação convincente da natureza híbrida dessas manifestações de rebelião das mulheres brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CAMPOS, N.M. A mulher objeto... de estudo. In: **Almanaque** (10) 1979, p. 57-60.
- CARDOSO, R.C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M.H.T. (Org). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 215-239.
- COSTA, A.; BARROSO, C.; SARTI, C. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? In: **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: (54) ago. 1985. p. 5-15.
- FARGE, A. Mouvements d'Historre (a propos d'un colloque Sur l'histoire des femmes). In: **Bulletin du CRIF**. Paris (3): 3-8, 1983.
- GALVÃO, W. Frequentação da donzela guerreira. In: **Almanaque** (10), 1979. p. 19--31.
- GOLDBERG, A. Espaces Féminins et espaces féministes eu Amerique Latine: qualquer refléxions. In: **Cahiers des Amériques Latines**, Paris: (26),juil./déc. 1982a. p. 103-126
- GOLDBERG. Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo. In: **12º Congresso Internacional da IPSA**, 1982b
- _____. Femmes, rechercher, féminismo au Brésil: un ordre des facteurs qui altère le produit. In: **Bulletin du CRIF**. Paris, 1986.
- JACOBI, P.R. Movimentos sociais urbanos no Brasil, BIB, Rio de Janeiro: (9), 1980. p. 22--30.
- MINDLIN, B. Em busca do feminino. In: **Cadernos Opinião**. Rio de Janeiro (1), 1975.
- NAVARRO, M. Research on Latin American Women. In: **Signs** 5 (1), 1979.

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o *Welfare State Keynesiano*: fatores de estabilidade e desorganização. In: **Dados**. Rio de Janeiro: 26 (1). 1983. p. 29-51.

ROWBOTHAM, S. **Além dos fragmentos**: o feminismo e a construção do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências, falas e lutas de trabalhadores da Grande São Paulo. 1987. Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

SCHMINK, M. Women in Brazilian: “abertura” política. In: **Signs** 7 (1). 1981. p. 115-133.

MARIZA – Na França, quando se formou esse grupo latino-americano de mulheres, a maioria das mulheres que fazia parte, pelo menos as brasileiras, eram de esquerda e com uma história ligada ao movimento clandestino e à luta armada. Houve o momento da criação do Círculo de Mulheres Brasileiras e, para mim, ficou bem claro que a criação foi quase, não digo que foi exigida, imposta e assinada em cima de uma mesa. Os homens da esquerda brasileira em Paris não queriam que as mulheres frequentassem o grupo latino-americano, porque era um grupo radical; acho que essa diferença tem que ficar bem clara. As pessoas que eram feministas radicais, que eu coloco aqui como um perfil, não é que não fossem de esquerda, eram de esquerda sim, mas num dado momento da trajetória, dada a história de vida delas lá fora ou aqui dentro, não por uma razão tática, elas iam sair com o discurso feminista na boca, mas porque chegaram à conclusão de que essa tal alienação social e política da mulher vinha também dessa patriarcal. Não era por acaso que a mulher era alienada dentro de casa. Era porque esse espaço, a casa e o público, continuavam tanto na esquerda clandestina ou não como no resto dividido. Inclusive, dentro da esquerda, você e muita gente mais que participou pode dizer melhor do que eu como era a divisão de tarefas e, essas mulheres, vindo para o grupo latino-americano, começaram a acordar para isso ou a querer discutir, o que causou um verdadeiro pânico na esquerda masculina brasileira na França e resto da Europa. Surge o Ciclo de Mulheres Brasileiras, onde no começo havia grandes reu-

niões abertas aos homens, porque eu fui a duas dessas grandes reuniões, a convite da Ângela, e os homens iam lá e questionavam. Havia uma patrulha ideológica seriíssima, então eles queriam ver se a prioridade continuava sendo a luta de classes ou a luta social. As feministas radicais não eram menos de esquerda, por isso, apenas numa hora fizeram uma opção. Eu falo sempre as brasileiras, de que a prioridade é conscientizar a mulher a partir do específico dela, e chegar um dia à questão da luta de classes, à questão do político no sentido mais amplo. Mas a idéia não era usar a linguagem feminista para ter numericamente mais mulheres, porque aquela história de levar ação à fábrica, piquetes etc., as feministas não acreditavam, elas achavam que se não fosse pela vivência pessoal de descoberta do que estava errado, descobrindo a teoria, lendo mil obras ou saindo por aí de armas na mão não iriam resolver nada, porque o grau de alienação da mulher, enquanto opressão específica, iria se manter igualzinho. Acho que a diferença essencial é essa e não vai mudar nunca: era esquerda ou não era esquerda? Todo mundo era esquerda de certa forma, alguns tinham participado de uma coisa mais envolvida como a luta clandestina e armada, outros não, mas todo mundo era de esquerda de certa forma, e acha isso que você está dizendo também. Agora há espaço para surgir um feminismo mais conservador, como nos Estados Unidos tinha para surgir a NOW⁸, num determinado momento.

ALBERTINA – Em 75 no México, por exemplo, a grande discussão era o feminismo dos países centrais e dos países periféricos. Nos países periféricos, a questão central era a fome e a miséria. Aqui várias pessoas discutiam isso; se não era luta de classes entre o proletariado e a burguesia, era uma questão de saber quais são os problemas, as questões prioritárias das mulheres trabalhadoras ao menos das mulheres pobres. Muito rapidamente, eu chamo a atenção no meu trabalho, porque não é por acaso que a primeira bandeira do feminismo paulista é a creche, pois ela é uma palavra de ordem de transição, entre, digamos, as mulheres do centro e da periferia, quer dizer, creche se engloba naquela reivindicação por equipamento social, luz, asfalto. Por outro lado, já dá para estabelecer um paralelismo antes de pensar como foi o feminismo

⁸NOW – National Organization the of Women.

dos países centrais, que não quer nada do Estado, e aqui há uma reivindicação assim, o Estado é que fornece, o que deu lugar a que muita gente interpretasse que isso aqui não é feminismo. Daí a pergunta do título do meu trabalho, simplesmente é um feminismo de características próprias.

HELENA – No trabalho, Albertina deixou bem claro que se trata de um estudo bem pontual em cima de um dos primeiros grupos de mulheres interessadas na questão da mulher em São Paulo; e o da Mariza é uma tentativa de apanhar toda a história do movimento feminista. Há aquele problema eterno que não acontece só com a questão da mulher nem no movimento feminista, que é aquela coisa de que o país é tão grande e o acesso à informação e à divulgação desses trabalhos que são feitos é bem mais fácil no eixo Rio-São Paulo; e para o pessoal que está nas bandas de cá o que aconteceu não aparece. Acho que foi preciso acontecer, em 75, a oficialização do *Ano Internacional da Mulher* para que em Recife, a partir de 76, mulheres se reunissem num grupo que não era nem de acadêmicas, nem de intelectuais, mas de mulheres na sua maioria vindas das lutas de 68, de movimentos estudantis; muitas eram jornalistas. Depois desse grupo surgiu o *Ação Mulher*, em Pernambuco, acho que algumas pessoas se lembram, e quando fomos a um encontro no Rio de Janeiro, organizado, parece-me, pelo grupo da Branca Moreira Alves, o *Ação Mulher* foi identificado basicamente como grupo de conscientização ou de reflexão, a ponto de que algumas pessoas que participavam dele saírem, porque diziam que parecia ser um grupo de terapia. Logo depois, quando estávamos nos organizando para fazer em 80 o *I Encontro Regional de Grupos de Mulheres* em todo o Nordeste, para descobrir que outros grupos existiam, o *Ação Mulher* recebeu uma enxurrada de mulheres vindas do exílio. Então toda essa vivência que você estava falando das feministas e todas aquelas questões discutidas fora do país passaram a ser discussão também no grupo *Ação Mulher*. Antes desse grupo, a coisa começou pelo Movimento feminino pela Anistia, com a ditadura e a dificuldade que se tinha na ocasião em Recife de se reunir. A possibilidade das mulheres estarem se reunindo e de forma “escondida” suscitou um interesse muito grande; finalmente o que elas estão discutindo? Não é política, não é neces-

sariamente a repressão, o que é tão misterioso que os homens não podem participar? Eu acho que isso aí é um tipo de feminismo genuíno que não sei dizer se é conservador, internacional, isso ou aquilo, mas é, embora o *Ação Mulher* no início também não se denominasse feminista e fosse voltado para si, não sabendo como dar o passo para fora. Até me lembro que a Sônia certa vez na Universidade disse assim: “Nós já conseguimos sair da sala, chegamos ao jardim, mas estamos ainda com muito medo de abrir o portão e ir para a rua”; o passo para aquele grupo virar movimento social ou integrar-se em um movimento social, fosse de base ou outro qualquer, foi uma coisa muito pensada e refletida, embora misturada e dolorida, por conta da interferência dos Partidos que, na mesma ocasião, tentavam se reorganizar. Eram várias facções vindas com a Anistia, que no mesmo momento tentavam se organizar de forma oficial, outras ainda discutiam se iam continuar na clandestinidade ou não, e isso aparecia no *Ação Mulher*. Quanto à questão da Academia, por que esse grupo ficou na Academia sem fazer uma militância ou sem tentar fazer coisa nesse espaço? Acho que esta questão leva a uma análise mais complicada, acho que é uma questão de entender o Estado e a Nação, no caso a nação brasileira, movimentos sociais e a relação desse movimento social, ao mesmo tempo confuso e contraditório que é o das mulheres, com o Estado. Imagino que a questão seja da mesma natureza de outras instituições ligadas ao Estado, é como se essas instituições do Estado não permitissem, pela sua própria natureza, que pessoas com idéias novas militassem dentro dessas instituições. Acho que ainda existe isso, e acaba-se caindo naquela coisa dos guetos. Há os núcleos de estudos da mulher agora se formando na Universidade e os Conselhos da Condição Feminina. Então eu me pergunto: de qualquer forma continua o isolamento, continua sem se entender a questão de como vamos nos relacionar com o Estado, com a Nação, com os movimentos sociais e não apenas com o movimento de mulheres?

MARIZA – Quando estive em Garanhuns, fiz uma oficina e propus um contato com as pessoas do feminismo nos outros estados, porque quando saísse a verba que precisaríamos, queríamos manter esses contatos com as pessoas, para recuperarmos juntamente essa história de diferentes estados. Mas aí aconteceu uma coisa muito engraçada. Quando fiz essa oficina, a maioria das mulheres que

veio era de movimentos de favelas, de comunidades de base, de artesãs etc. Uma sindicalista falou horas e eu não podia, até por uma questão de respeito, cortar assim. Foram depoimentos sérios e importantes, muito embora não fosse o que eu queria, no sentido do livro propriamente, ou desse trabalho que é o embrião de alguma coisa. A idéia do trabalho era montar um quebra-cabeça com essa história inicial de cada estado, como se passou, tudo isso que você acabou de descrever.

ZULEIKA – Creio que, o que estamos discutindo aqui é muito importante, porque vai ter um outro ponto que é sobre as perspectivas do movimento: o que vamos fazer para que as coisas marchem como queremos etc.? Tenho a impressão de que já deveríamos fazer um esforço para termos uma generalização maior, porque estamos muito presas a grupinhos e já há algumas linhas que o nosso próprio trabalho coletou no desenvolvimento disso. Minhas sugestões são as seguintes:

- a) que nessa análise procuremos ver muito bem o que é o processo de desenvolvimento do movimento de mulheres e no bojo do movimento de mulheres a ideologia feminista, o feminismo, o movimento feminista;
- b) para uma análise bem profunda da questão; aliás, estou fazendo isso lá em São Paulo; realizar uma retrospectiva dos fatos, como eles se desenvolveram, os Congressos das mulheres, os Congressos Sindicais etc.;
- c) não podemos analisar o feminismo no Brasil a partir de 60, de 80; há alguns momentos, por exemplo; como o fim do século passado, que são importantíssimos: aqueles jornais, revistas. Em um trabalho que fiz sobre *A Mensageira*, coletânea de revistas, tive de fazer um prefácio e pude ver que tipo de feminismo era. Esse feminismo do século passado e da década de 20, com o voto, era um feminismo emancipacionista, quer dizer, direitos sociais, direitos políticos, direitos jurídicos da mulher. Há também esse feminismo que chamo de novo, da década de 80, bastante diferente daquele do século passado e da década de 20, porque o outro não punha em questão os papéis e nós começamos a por os papéis em questão;

- d) Também encontrei esse problema: não se pode analisar o movimento deslocado do conteúdo sócio-político-econômico em que ele se desenvolveu, porque o feminismo tem uma infra-estrutura, uma ideologia, daí dizermos; há muitos feminismos, mas se desenvolveram nos seus estágios conforme o grau de desenvolvimento que existe neste ou naquele lugar;
- e) outra coisa que para mim é chave, e vamos ter que discutir muito, é a respeito da questão da luta geral; da luta específica que nós pensamos que acabou, mas que ainda não acabou, topamos com ela sempre. Acho que temos que acabar com essa contradição que ainda emperra o nosso trabalho: a luta geral que predominava a questão das mulheres socialistas e que também nos levou a grandes coisas é o feminismo.

MIRIAM – Eu queria fazer uma consideração que acho que vai ao encontro das duas falas já colocadas. Eu faço parte de um grupo de informação há dez anos – o CIM – nossa tarefa militante é essa... Sempre tivemos dificuldades de reunir material que os próprios grupos e as próprias mulheres fizessem, trabalhos e etc., então a história do *Círculo*, *SOS* e, recentemente, a história do *Mulherio Jornal*, que acabou, e todo o arquivo passou para nós; fazemos isso com a maior dificuldade, ficamos felizes de como esse grupo aqui agora está preocupado com a história, mas eu acho que essa preocupação é recente, talvez porque estávamos num impasse de que as pessoas agora precisem pensar em perspectivas, e que elas não são tão claras; e aí de repente a história fica mais forte, porque precisamos dela. Então aproveitando que precisamos dela, quero fazer um comercial do meu Grupo de militância e dizer que fazemos esse trabalho, porque sempre achamos que a história faz parte da nossa perspectiva e se não criarmos memória, não vamos criar militância, não vamos criar uma nova ideologia nunca.

ALBERTINA - O primeiro esclarecimento que me parece fundamental é o seguinte: esse meu texto não pretende ser um painel de São Paulo nos anos 70, mas trata das histórias que eu conhecia do feminismo em São Paulo começando em 75. Uma coisa para a qual chamei a atenção é pensar se no Brasil essa coisa de feminismo opera por ciclos. Não devemos esquecer que a Bertha Lutz foi a chefe da Delegação Brasileira em 75, quer dizer, ela foi de 1920 a 75; há

uma *Associação das Mulheres Advogadas do Brasil*; há três velhinhas de quem esqueci o nome, mas que foram à CPI em 77. Tenho chamado a atenção para o modo pelo qual algumas dessas feministas do passado fizeram política e que se parece com algumas reivindicações de mulheres presentes, como por exemplo, essa reivindicação da maternidade. Isso não se aplica aos anos 20, às sufragistas, mas as mais antigas eram assim: as mulheres são seres moralmente superiores, daí entrarmos para a política a fazer gerais. Essa idéia de que é a mãe que faz política e que participa enquanto mãe já aparece muito nos movimentos populares na década de 70. Penso duas coisas: resgate de memória – acho absolutamente importante que as pessoas que viveram, registrem e analisem, mas não comparilho da idéia de que só quem viveu é que pode fazer, quem viveu pode e deve e quem não viveu também pode, o ideal seria várias versões sobre a mesma coisa.

MARIZA – Eu me refiro ao grupo de Maria Malta Campos para tentar mostrar como a coisa começa, porque pareceu que esqueci os ciclos, não falei de grupo nenhum. Mesmo no Rio, quando falo de outros e do SOS, falo como uma coisa que começa; a partir daí surgiram outros grupos e aconteceram outras coisas. A idéia é lançar uma linha geral, se cada grupo de fato juntasse as pessoas que iniciaram aquele grupo ou aquelas que passaram pela evolução e trajetória de um grupo que também não tem um perfil rígido fizessem isso seria uma coisa riquíssima em si. Talvez eu tenha colocado mal, mas estava tentando resgatar algo assim: há algumas questões que, evidentemente, só por distanciamento é que vamos conseguir, mas há uma outra coisa, por exemplo: as pessoas que saíram do Brasil e tiveram contato com milhares de idéias que não tivemos aqui. Temos uma mágoa pelo fato de que essas informações não vieram até cá. As pessoas quando vinham não tinham o compromisso de circular as idéias a ponto de informar; daí aconteceu um distanciamento, com visões diferentes, percebendo-se então que se tinha muito menos instrumental concreto, teórico para discussão.

MIRIAM – As pessoas que saíram, que tinham instrumental teórico, que eram mais velhas, que estavam na Academia há mais

tempo, podiam ter trazido mais idéias, textos, material para reflexão. Nossa mágoa não é de não comparecimento na história, mas de que essa troca não tivesse sido mais constante. Parte dela não foi feita por falha nossa, enquanto militantes, porque estávamos nos partidos, nosso espaço para o feminismo era um espaço da madrugada, da noite, tudo compartimentado. Havia milhares de pessoas: uma que militava em partido, outra que militava em feminismo, outra ia fazer trabalho em periferia, até que tivemos a lucidez de começar a juntar as coisas, aquilo em que você acredita com aquilo que você pode fazer. Falou-se tanto na mágoa que pensei: será que nós, enquanto mulheres tentando resgatar ou escrever uma história de mulheres, essa história do feminismo brasileiro, não escreveremos uma história magoada? Acho que sim, porque não só passamos por muitas mágoas coletivas e individuais, como a história da mulher ainda é sua história magoada.

MARTA – afinal estamos discutindo se vamos e como escrever a história do Movimento, seria esse o objetivo dessa primeira parte da discussão? Se for esse o nosso objetivo, acho que tem que ser num sentido dinâmico da recuperação da história, ou seja, escrevermos um livro, um texto, onde se coloca tudo e se fecha. Temos que escrever uma história que dê vida a essa história, recuperar as coisas importantes do passado na perspectiva do futuro. Outra questão que coloco é quando se fala nos núcleos de pesquisas das Universidades. Nesse encontro temos que ver como trabalhamos em conjunto, como por exemplo, o CIM, que tem um trabalho importante; utilizamos todo aquele esforço do CIM, quando nos encontramos. Em que sentido o trabalho na periferia no movimento de mulheres pode resgatar o que vocês estão fazendo? Em São Paulo, temos o Núcleo de Pesquisas, tanto na UNICAMP como USP, mas para o movimento é uma coisa muito distante, não sabemos o que fazem lá. Neste Seminário há essa forma diferente de trabalho, e precisamos ver como vamos intercambiar as coisas.

VERA – acho que entender a questão do feminismo no nosso país é entender o que ficou para trás, porque certamente nós somos fruto dessa história que ficou. Incomoda-me quando di-

zemos: ressurgiu um feminismo na década de 70, mas já existiu um outro que não conseguimos caracterizar e não nos sentimos muito ligadas historicamente a ele, quando na realidade nós somos historicamente ligadas. E quando falamos entender o feminismo a partir da década de 70, tentamos separar categorias que estavam presentes: algumas dizem partidárias ou mulheres da esquerda, outras pensaram o feminismo como radical, outras o feminismo liberal. Acho que, se formos por aí, compreenderemos pouco da questão do feminismo em nosso país, porque se formos pensar realmente nesses atores que estavam presentes nesse Movimento que surge em 70 eu não conseguiria ver essa diferença tão marcadamente; onde estavam as feministas radicais? Estavam sim num pensamento de esquerda, não temos dúvida, por isso acho que somos um fruto desse Feminismo que estava na década de 20 e vem até 60, porque é um Feminismo que vem sobre a fala da esquerda. Acho que a compreensão desse feminismo passa pela compreensão de que atores, ou de que falas começam a surgir nesse movimento social, quais eram as críticas que tínhamos, quais eram as insatisfações e como vamos construindo essa nova fala?

ANA MARIA – ao chegar, de certa forma me surpreendi ao encontrar aqui as mesmas pessoas que em geral tenho encontrado em situações mais ativistas, de luta política, de colocação, de influência em políticas governamentais, ação e programas e isso me suscitou a seguinte questão: é necessário para fazer a reflexão teórica ter um instrumental teórico diferente daquele que temos, nós que estamos no dia-a-dia da prática? Diversas de vocês disserem que não têm tempo para escrever nada, nem para ler um livro do começo ao fim, porque estão fazendo a história no dia-a-dia, estão mobilizando pessoas, estão mudando a história. Eu comecei a pensar o que será isso? Por outro lado, o que me veio à cabeça foi o seguinte: em alguns momentos, como a Zuleika mesmo mencionou a explicar um tipo de feminismo que foi possível naquelas circunstâncias, quero dizer, a reflexão teórica dessa natureza apareceu aqui, mas na verdade o que está predominando é o relato do que seria a fonte primária da informação. Temos que ter cuidado para não ficarmos apenas nisso, porque este Seminário se propõe a ser um pouquinho diferente, não queremos apenas re-

fletir no que fizemos no passado para mudar, mas queremos levar avante a reflexão teórica sobre o assunto. Aí fica a pergunta: será que somos nós mesmas que militamos, que fazemos o dia-a-dia do feminismo, as que têm um instrumental adequado para fazer a teoria, a reflexão sobre isso? Ainda outra questão: que tipo de instrumental é adequado para fazer isso, já que a teoria até agora em qualquer ramo da ciência, humana ou natural, foi feita por homens? Será que é adequado dividirmos a história nessas etapas? Será que o marxismo é o modelo teórico adequado para o feminismo? De que forma conceitos como a família, a relação Estado-sociedade podem nos interessar? São questões que trago para a reunião e não tenho resposta, imagino que não temos resposta.

ALBERTINA – uma coisa colocada é a questão da relação entre movimento e centros. Alguém falou que os centros que produzem pesquisas estão distanciados do movimento. Acho que é uma questão muita interessante, porque os centros que produzem pesquisas em geral se originaram do movimento e têm como intenção ter uma relação constante. Temos que pensar isso melhor, como uma divisão do trabalho foi ficando tão exacerbada que agora o que os centros fazem não serve para o movimento. A outra questão a ser pensada tem a ver com a história magoada. Se deixarmos de pensar essa história fora da perspectiva que cada uma de nós viveu, tentando recuperar a década de 70, parece-me que ela têm, pelos menos no âmbito do movimento feminista no Brasil, uma das polarizações possíveis além da luta geral, da luta específica, luta de classe, etc.; mulheres de origens sócio-econômica parecida, universitárias que foram divididas pelo fato de que algumas estiveram fora e outras continuaram dentro. Independentemente das simpatias e antipatias que reúnem, acho que isso é constitutivo, quer dizer, é um movimento constituído por uma parcela de gente muito parecida: algumas permaneceram um tanto dentro e outras fora; essa miscelânea é uma coisa muito interessante de ver, com isso combinou, em alguns casos conflitivamente, além do que, no ponto de vista mais estritamente acadêmico, dava uma coisa etnográfica, os de dentro e os de fora, dava uma coisa linda.

ZULEIKA – tenho grande dificuldade de trabalhar dessa maneira, porque acho difícil se extrair uma teoria do nada. Acho que as

acadêmicas têm que escrever um pouco mais para aquelas pessoas que não são acadêmicas; em geral as pessoas sofrem do mal acadêmico. Acho que nós temos que fazer também um esforço de fazer as duas coisas. Não acho também que só quem faz a história pode escrever; no caso concreto do qual estamos tratando já é tempo de generalizarmos em grandes linhas esse processo.

MARIZA – Eu queria voltar a uma das questões colocadas; quando eu disse que as pessoas que fazem história deveriam dar a seu quinhão para... Eu não quis dizer com isso que só quem faz a história pode contar, acho que ficou bem captada a idéia. Eu queria lembrar que esse Encontro aqui saiu, justamente, de uma reunião em que nem todas aqui estavam, que foi em Garanhuns, quando estava o pessoal do NEIM e outras, e quando pensamos neste Seminário foi justamente em cima de uma reflexão do que estava acontecendo no Seminário em Garanhuns, que tínhamos uma vontade doida de sentar e dizer: nós somos as feministas, o que é feminismo, o que não é, o que fizemos para outras que nos cobram e não sabemos o que responder, dizendo você é, você não é e aquela coisa toda, então decidimos sentar e discutir seriamente; e entre os pontos que colocávamos estava o seguinte: vamos tentar fazer neste Seminário uma retrospectiva no sentido de prospecção, e não no sentido de ficarmos enroladas no passado. Não sei se vai levar 20, 30 anos para fazer uma Enciclopédia do feminismo brasileiro, pode até ser, mas podemos pensar em objetivos mais rápidos, como a Zuleika coloca. Temos que divulgar coisas e muitas vezes se exige de nós e não temos coisas para pensar. Uma das coisas que colocamos como prioridade, lá em Garanhuns, era que pudéssemos ter um encontro onde muitas pessoas que estão hoje tendo uma atividade feminista pudessem sentar e conhecer o maior número possível de grupos e discutir por exemplo: para você, o que é o feminismo? Como você está lidando com essa coisa no sindicato? Como é a relação com o partido?

CECILIA – A idéia deste Seminário surgiu também do nosso papel na Universidade. O NEIM é um Núcleo de Estudos sobre a Mulher, mas é Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão; até agora trabalhamos muito mais com extensão dentro da Universidade do

que com pesquisa coletiva. As pesquisas estão sendo individuais. Também queríamos entender qual o nosso papel dentro da Universidade e no movimento. Aachamos que há uma separação cada vez maior entre a reflexão teórica, entre a academia e o próprio movimento. Nós mulheres da Academia, que viemos em maioria do movimento, tivemos que trabalhar horrores para conseguir abrir um espaço para refletir sobre a mulher. Abrir um espaço na Academia exige entrar nos parâmetros da Academia, dentro do rigor científico, onde você tem que deixar um pouco sua militância e falar outra linguagem para conquistar um espaço, do contrário, cai-se no gueto. Você tem que discutir dentro da linguagem sem emoção, por isso houve essa separação. Você tem que legitimar o seu trabalho dentro de um rigor científico; essa questão da mulher, essa questão de gênero, entre todas as questões que estão sendo discutidas, a questão de movimentos sociais, de trabalho, etc. que escrevemos têm-se constituído em uma história separada que não entra na história com H. Estamos escrevendo uma história paralela. Por exemplo: os movimentos de mulheres da periferia, os movimentos sociais; quem trabalhou e fez pesquisa com mulher na periferia sabe que quem segura os movimentos de bairros são as mulheres, são elas que brigam por postos de saúde. No entanto, escreve-se um livro sobre movimentos sociais que não fala sobre a participação da mulher, cito Lúcio Kowarick – “Lutas Sociais e a Cidade” como na questão do Sindicato em São Bernardo, sabemos que os Clubes de Mães, por exemplo, surgiram antes de 79; mas nessa História não entra a questão de gênero. Temos que refletir da seguinte maneira: Será que os parâmetros, as abordagens que existem hoje em dia não conseguem entrar nessa questão de gênero, como vamos conseguir colocar nossa história dentro da História? Esse é um ponto importante que queríamos pensar neste Seminário.

DIRLENE – Há muito tempo que não participo praticamente de nenhum encontro de mulheres, porque, por um lado nós, que estamos na Universidade, encontramos-nos nessa situação que ela descreve, quer dizer, há uma separação entre o que se pesquisa e o que se faz em termos de militância. Se conseguirmos unir as pessoas que militam no movimento com essa preocupação, quer dizer, pensar teoricamente o que fazemos, quais os problemas

que tivemos, por que fases passamos e em qual estamos, nós temos que entender o que é isso para sabermos que rumo vamos dar, como podemos interferir nisso aí. O importante é tentar extrair um pouco da teoria, extrair um pouco da nossa prática, ver o que nos orientou para sabermos para onde estamos indo, acho que essa iniciativa que tiraram de Garanhuns, e que o NEIM implementa, é perfeita nesse sentido; e aí eu pensava nas diversas questões que foram levantadas aqui. Realmente a questão entre o específico e o geral ainda permanece, isto é um impasse para o feminismo? Quanto à questão do feminismo conservador, também levantada, acho que aqui no Brasil não houve, resta saber por quê. Por que entramos num feminismo mais de esquerda? Por que não tivemos no Brasil um feminismo conservador na sua emergência?

DULCINÉA – Não podemos confundir um momento de se operacionalizar uma questão que é fundamental para o movimento, que é aprofundamento teórico, com a possibilidade, digamos, da discussão política, mas ampla, de congregar todos os grupos, que é outro espaço e que isso não está limitado. Não é a operacionalização de uma discussão teórica que precisa ser feita. Vamos tentar esclarecer e saber qual é a proposta que queremos construir e essa proposta se constrói no conjunto de todas as experiências, no conjunto do movimento e a operacionalização disso se dá num espaço pequeno.

2 - FEMINISMO, ESTADO E ORGANIZAÇÃO FORMAIS

FEMINISMO E MOVIMENTO SINDICAL

PAOLA CAPPELLIN

FEMINISMO E ESTADO: A EXPERIÊNCIA DO CNDM

JACQUELINE PITANGUY

FEMINISMO E MOVIMENTO SINDICAL

Paola Cappellin

O que vou falar diz respeito a uma tentativa de perceber as novidades dos vínculos, entre o movimento feminista e o sindicalismo. Acabo de terminar um estudo financiado pelo CNPq e a Fundação Carlos Chagas sobre a participação das mulheres nas diretorias de sindicatos urbanos e rurais de Pernambuco e Paraíba.

Apesar desse limite geográfico, considero que algumas das reflexões que nos propuseram podem ser válidas, com determinadas restrições para interpretar a situação de hoje a nível nacional. E com a ajuda de vocês, tentaremos mostrar algumas diferenças que marcam o Nordeste, Centro ou Sul e outras regiões, mas acho interessante não desconhecer que uma modalidade regional pode ser ponto de debate a nível mais abrangente.

O movimento feminista não deixou e não deixa ainda hoje de interpretar ou de acompanhar a relação entre o feminismo e o sindicalismo e é importante relembrar um pouco o que já foi falado, como foi interpretado até hoje esse vínculo e tentar marcar também certas conjunturas do Brasil que viabilizaram essas relações.

A primeira é uma tese da Valéria Pena, que acho fundamental ao abordar a exclusão das mulheres no período Primeira República, apesar de terem sido engajadas e contribuído, no período, para a formação do movimento operário no começo do século. Valéria diz que, apesar dessa contribuição, seja na produção, na participação das lutas e greves para delimitação das horas de trabalho, do salário, as mulheres foram esquecidas ou excluídas, em razão do movimento daquela época possuir uma visão patriarcal e considerar o trabalho da mulher como complementar, provisório e subalterno. Essa tese é marcada por uma referência histórica, mas não deixa de ser importante.

Uma outra interpretação que acompanha um período mais recente é de outros autores que tentam relembrar o período da redemocratização e afirmar como o movimento sindical, por ser

supostamente controlado pelo Estado, acabou com o movimento social, apresentando organizações externas ao mundo do trabalho, mas com uma forte participação das mulheres.

A conjuntura mais recente é também analisada nos trabalhos que buscam demonstrar como, ao lado do crescimento ou da emergência do novo sindicalismo, as mulheres tiveram uma participação importante, seja nas greves ou na tentativa de ampliar as reivindicações trabalhistas e essa literatura mais recente alerta para uma nova realidade onde as mulheres são, finalmente, atrizes nesse processo de emancipação da classe trabalhadora, exercendo também uma crítica extremamente amadurecida das organizações sindicais. Creio que essa euforia, com suas práticas invisíveis, foi-se estendendo ao ponto de apontarem dirigentes sindicais em várias associações, representando uma nova conquista no processo. A participação das mulheres na estrutura sindical tem um caráter mais positivo, mas nem por isso temos que ser tão eufóricas a ponto de acreditar que toda e qualquer mulher que entre no Sindicato apresente uma linha próxima do feminismo. Devemos ter a capacidade de saber distinguir, daí a minha tentativa de analisar certas situações que se apresentavam diante desse novo contato.

Minha hipótese, que provavelmente não é tão nova nem extraordinária, tenta compreender esse jogo de ambigüidade ou essa pluralidade do uso social da participação das mulheres. É necessário para tanto apontar primeiro quais são os fatos novos nessa conjuntura de hoje, sobretudo, a nível de Pernambuco e Paraíba, com ênfase no meio rural, não deixando, porém, de dar exemplos da questão urbana. A seca dos anos 79/82 que atingiu o Nordeste é uma conjuntura que marcou fortemente a presença de mulheres nas lutas voltadas para a revisão de toda a política do Estado diante das frentes de emergência e a reivindicação de creches, salário etc. Essa é uma nova aglutinação, desconhecida na história do Nordeste em período de seca. Uma outra participação que considero importante é com referência à área da cana-de-açúcar que vem se estendendo em todo o Nordeste após o Plano Nacional do Açúcar e que resultou na participação das mulheres nas greves, inicialmente em Pernambuco e depois em outros Estados, não somente através dos comitês de solidarieda-

de aos movimentos como por vias diretas. De grande importância nesse período é o aumento de encontros e debates entre diversas categorias feministas de trabalhadoras, seja para mapear a nova situação de desigualdade, às formas de discriminação das mulheres no mundo do trabalho, novas propostas e plataformas de luta.

Um outro ponto fundamental é o crescimento, nesses dois estados, dos centros de assessorias que incorporam o tema da mulher como autônoma. São assessorias sindicais que já existiam no Nordeste e que ampliam sua esfera de atuação, aceitando a participação das assessorias do movimento feminista: as CPTs, os movimentos rurais e as próprias centrais sindicais.

Também são importantes os atos públicos e as denúncias, sobretudo por parte das mulheres rurais, contra a discriminação de sua sindicalização. Esses atos espalham-se a nível nacional pela imprensa e é sabido que o *IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais* – CONTAG aprovou uma emenda de apoio e incentivo à sindicalização das mulheres.

Um outro elemento aparentemente externo a esse espaço, mas que proliferou no Nordeste a partir dos anos 80 são os movimentos autônomos de mulheres, além dos grupos históricos referidos neste encontro. O nascimento nas centrais sindicais da Paraíba da Secretaria da Mulher, no interior da CUT, apresentou certas divergências com as propostas nacionais, mas não deixou de demonstrar e espelhar a moralidade nesse estado. Essas novidades apontam que as mulheres estão fazendo uma crítica à representação política masculina no interior da família; isso é evidente quando se observa a exigência das mulheres em sindicalizarem-se nos sindicatos rurais. Trata-se de uma demonstração da recusa em aceitar que o chefe da família seja também um representante político da família no interior do sindicato. Outra crítica evidente é a que aponta a incapacidade de representação de certas lideranças que têm uma visão assistencialista e cooperativista dos sindicatos.

Além de todas essas críticas, fica patente que as mulheres estão cansadas de aceitar aquela clássica subdivisão das reivindicações gerais e específicas, dentro do movimento sindical; as mulheres querem recuperar a articulação entre o mundo público e o mundo privado no debate sindical. Mas não há só novidades

no lado positivo, há outras que dizem respeito ao uso social das mulheres dentro dessa estrutura, que não espalha otimismo. Referem-se ao fato de que, contribuindo com a organização sindical, as mulheres dão uma contribuição à manutenção da estrutura; muitas são secretárias e tesoureiras, elas efetivamente estão oferecendo determinadas qualificações que às vezes os homens não têm condições, capacidade ou o tempo, porque o trabalho deles é organizado de tal maneira que torna inviável esse tipo de participação na estrutura sindical. É importante lembrar que são características tradicionais que fizeram da mulher um ser subordinado. É justamente os depoimentos dos homens dos sindicatos, que atestam serem as mulheres pontuais, abnegadas, conciliando a limpeza da sede com o atendimento. É declarado também que elas sabem acalmar uma situação conflitiva por serem representantes da paz, do equilíbrio, buscando conciliação. Nesse jogo de elementos positivos e desses últimos que não são propriamente positivos, mais reais, reencontramos uma postura segundo a qual, quando as mulheres entram, tudo muda, embora muitas vezes as mulheres se fortaleçam como dirigentes sindicais e nem sempre oferecem uma nova visão do feminismo. Um primeiro alerta, então, tem que ser feito, qual seja: admitir e aceitar que não há uma única forma de inclusão; há inclusões que levam ao questionamento e outras que levam, ao contrário, a reprodução de modelos antigos.

Nossa segunda hipótese prende-se ao último período que denomino de “confluência conflitiva” entre o sindicalismo e o feminismo. Confluência conflitiva no sentido de que já não nos encontramos no período da Primeira República, que participamos e fomos excluídas. Hoje estamos participando, questionando, numa fase não sei se transitória ou contínua, buscando acertar os nossos espaços com a estrutura do movimento sindical, para atender essa confluência conflitiva temos que perceber como esses dois pólos se renovam entre si. Do lado do feminismo, houve uma grande ampliação, demonstrada para todas nós em Garanhuns, onde vimos que o feminismo foi incorporado por um grupo de mulheres com as quais era difícil dialogar, mas esse diálogo se instaurou. Não se trata do mesmo feminismo, devemos desmarcar as diferenças não para nos afastarmos, mas para sabermos convi-

ver e manter esse diálogo. Aquelas que tiveram algum contato direto com o movimento sindical sabem que a possibilidade de debater e criticar a visão patriarcal pode ser desenvolvida com diferentes pontos de vista. Nos movimentos de mulheres que se originam experiências de luta no movimento popular, nos movimentos coordenados ou vinculados à Igreja, ou nos movimentos de bairros, a questão do feminismo vem ao lado, ou muitas vezes vem depois, de uma trajetória de luta como classe trabalhadora. Inserir nessa crítica a visão patriarcal, que nem sempre é lúcida, clara e nem sempre presente, é o primeiro desafio, inclusive para entender que o feminismo se ampliou, mas nessa ampliação e apoio aos movimentos não devemos perder a nossa identidade de feministas.

A renovação do feminismo é mais fácil de ser percebida. Com relação ao movimento sindical, que também se renovou internamente temos que repensá-lo, não só nos velhos moldes do antigo inimigo, da antiga imagem masculina, mas como um sindicalismo de hoje também de mulheres. Trata-se ademais, de um sindicalismo que se renovou, ideológica e politicamente, criticando a postura de atrelamento ao Estado.

Devemos admitir que a inserção das mulheres não é fácil de ser visualizada, porque está em jogo a legitimidade dessa novidade no interior do movimento dos sindicatos, quer dizer, nós somos o símbolo e o sinal de uma revolução, de um momento de mudanças nas formas de mobilização das classes trabalhadoras, das reivindicações. No jogo da organização sindical, da elaboração das plataformas, somos muitas vezes esquecidas e isso não se dá por acaso. Em algum momento, o movimento vai mais à frente e a nossa conquista é muito mais lenta; trata-se de uma questão para reflexão.

Estruturalmente, a natureza do nosso debate jamais será igual ao do movimento sindical. Por isso propomos a dupla militância, o que não se passa sem conflitos. Contudo podemos melhorar esse diálogo apontando quatro situações em que o movimento sindical, cujo discurso passa a admitir as mulheres no interior de uma proposta de luta, registra vários buracos. A primeira é falar, mas não praticar; não se compreende de forma feminista as múltiplas contribuições das mulheres fora do trabalho; a prática sindical estabelece prioridades que incomodam a nós e às trabalhadoras.

Outro ponto importante nessa incapacidade de articulação de uma convivência harmoniosa é perceber com clareza que o movimento feminista, no interior do espaço do trabalho, não é um divisionismo da luta das classes trabalhadoras; ao contrário, é uma contribuição, uma evidência, levando-se em conta a reação que devemos ter a certas estratégias da classe empresarial.

Há necessidade de uma contínua pesquisa sobre as formas de domínio e exploração por parte do capital sobre as mulheres.

É preciso esforço no interior de propostas, dos centros de pesquisas e de acompanhamento dessa temática.

Finalmente, é necessário enfatizar que o movimento sindical saiba socializar, no seu interior, as nossas contribuições históricas. O movimento sindical não quer divulgar as contribuições históricas e as atuais das feministas e da classe trabalhadora. Por essa razão é necessário criar-se uma memória dentro do movimento de trabalhadoras e não apenas no interior do movimento feminista, porque as mulheres que conseguiram um espaço dentro do movimento sindical estão sendo postos em um gueto pela própria organização, porque não se consegue repassar ao conjunto dos homens a nossa reflexão, as nossas histórias, nossas contribuições e sabemos muito bem que os homens dirigentes sindicais em se falando de mulher, dizem logo: “É assunto de mulher”, têm uma posição de que a fala das mulheres só a estas interessa.

Por isso acho que o movimento sindical e nós devemos tentar romper esta estrutura.

ZULEIKA – Quando analisamos o movimento de mulheres, o feminismo, dentro do movimento sindical, não podemos esquecer o papel nocivo dos partidos políticos e da Igreja que dominam o movimento sindical e que carregam para lá todas as suas estreitezas. Entre os marxistas, por exemplo, a partir do economicismo, qualquer questão cultural que se tenta levar para o sindicato é inútil.

A outra questão: não sei como ocorreu nos outros estados, mas em São Paulo, o papel do Conselho Estadual da Condição Feminina no levantamento das questões específicas da mulher dentro do sindicato foi imenso. A mulher que sempre participou

de movimento sindical, não participava com suas reivindicações específicas, a única coisa que se levantava em sindicato sobre mulher eram creches. Fizemos um levantamento sobre os dissídios coletivos, e não incluíam nada das mulheres. Daí o Conselho, em São Paulo, desenvolveu um trabalho interessante de encontros da trabalhadora rural, foram o de Araraquara, os cursos de Agudos, para formar lideranças sindicais, além dos seguintes: um para mapear todas as reivindicações das mulheres; um segundo, o Encontro Constituinte, que levou a problemática da mulher trabalhadora para dentro da Constituinte e o último deles, que discutiu a CLT. Temos hoje uma proposta concreta que ultrapassa um pouco as reivindicações cotidianas na questão da mulher para uma transformação da legislação no País. Temos filmes, vídeos, criamos o Centro de Atendimento da mulher Trabalhadora dentro da Secretaria do Trabalho. A partir de 85/86 começou a haver uma maior participação das mulheres nas diretorias sindicais, colocando nos dissídios coletivos suas plataformas e fazendo com que a classe operária absorvesse o específico da mulher na plataforma mais geral

MIRIAM – De 77 a 80, com os Congressos da Mulher Paulista e com o I Congresso da Mulher Trabalhadora Metalúrgica em São Bernardo, houve um avanço em relação a essa possibilidade de discussão e de locução entre feministas e sindicalistas de forma mais avançada que nos dias de hoje. Não eram apenas reivindicações de creches; a questão da licença maternidade de seis meses fazia parte da pauta de reivindicação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo já em 78. Acho que o Conselho foi importante na discussão, mas nesse momento que tivemos muita mobilização de mulheres em São Paulo a relação com o Sindicato era forte e conseguimos fazer com que as pautas dos Sindicatos tivessem as reivindicações muito mais presentes.

ZULEIKA – Só um aparte. Foram importantíssimos esses encontros, só que era pouco difícil para nós de fora. Você lembra como as mulheres feministas foram recebidas no Encontro das Mulheres Metalúrgicas? Não foi uma recepção das melhores.

MARTA – Acho que cada um tem uma experiência diferente a respeito: Em 1980, fui convidada pelo Sindicato dos Químicos

para fazer uma palestra sobre o papel da educação no meio social da mulher e lá fiz contato com as mulheres do Sindicato, formando um grupo que começava a preparar o I Congresso das Mulheres Trabalhadoras Químicas. Daí surgiu a proposta de formação de uma Comissão de Mulheres no Sindicato.

VERA – Considero extremamente importante a discussão do feminismo com o mundo sindical, a compreensão das formas de exploração cotidianas que se repetem e se renovam no mundo do trabalho, e a contribuição que o feminismo pode dar. Trata-se de uma tendência frutífera pensar a questão da organização das mulheres, dentro do sindicato; essa participação não se tem refletido numa compreensão mais profunda e, portanto, não se reflete em pautas efetivas, específicas às mulheres. Daí a sensação de que esse trabalho se situa numa formulação genérica da discriminação da mulher. Uma evidência é que o feminismo tem uma contribuição muito rica na questão da saúde, e pobre em relação à saúde da mulher trabalhadora; quer dizer, temos toda uma discussão da relação da nossa vida com a maternidade; com a casa, mas não no trabalho, não só a discussão da saúde como também do próprio conforto do trabalho não está sendo colocado. Acho que essa é uma questão que podemos trazer como contribuição para um diálogo com os homens, porque no mundo sindical existe uma pobreza também do lado masculino em discutir as questões de saúde e conforto no trabalho e no caso da mulher, dado a sua especificidade, essa é uma questão central. Outra questão subjacente é a própria vivência dos sindicalistas, a necessidade que têm de discutir a questão da mulher. Há uma dicotomia muito grande em relação à sua vivência no mundo sindical e na família, e embora velado, é um conflito que começa a aparecer.

DIRLENE – A discussão sobre a presença da mulher no sindicato se coloca a partir do crescimento de sua presença na população economicamente ativa e desde que os movimentos começam a se organizar para aumentar o seu poder de reivindicação. É claro que as questões levantadas pela Paola têm a ver não só com situações específicas dos casos, mas com a própria situação do Brasil, que passa por diversas etapas e, fundamentalmente, pelo crescimento da presença da mulher na população economicamente ativa. Ora, quando isso se dá, não é mais possível ignorar

essa parte da população. É importante assinalar que efetivamente as mulheres começam a ter uma presença nas lutas sindicais, embora, tenha pouca representação a nível das direções sindicais. Quando isso acontece, trata-se das funções como secretária, tesoureira, entre outras não dirigindo o processo. Contudo, os sindicatos têm de reconhecer a existência de uma massa enorme de mulheres que têm um papel importante nas lutas sindicais que estão levando. Um exemplo é o das greves no setor metalúrgico de Belo Horizonte, em 84, onde os setores paralisados eram os de mulheres; elas paravam seus setores, depois a fábrica toda e, estendiam o movimento a outras, mas não iam às assembléias. Os homens questionavam a sua ausência, que as mulheres justificavam em razão das indústrias metalúrgicas localizarem-se num setor de difícil acesso para que elas pudessem circular sozinhas à noite.

Um outro ponto de que os sindicatos começam a se ocupar com bastante intensidade refere-se à saúde da mulher trabalhadora. Em Belo Horizonte, fizemos alguns seminários.

SUELI – Eu sou dirigente da Federação Nacional de Jornalistas, e membro de quatro Entidades aqui na Bahia, e como feminista radical sempre procurei levar as propostas do feminismo para todo movimento que participo, onde trabalho. Creio ser importante destacar a teoria e a prática não só nossa, feministas, mas do conjunto que chamamos esquerda no Brasil.

Relato aqui uma experiência que tivemos há pouco tempo num congresso de uma central sindical, onde a questão do aborto não passou, foi objeto de manipulação. Num encontro de mulheres dessa central a questão já havia sido discutida e o aborto era uma bandeira. Durante o congresso que reuniu quase oito mil trabalhadores, essa questão foi boicotada por toda a direção de forma absurda e todas as correntes que participavam do congresso principalmente as de esquerda, entraram no jogo e fizeram um pacto entre eles boicotando a questão do aborto, como uma discussão a ser levada naquele plenário. Tomamos a frente, produzimos um documento e como o congresso já havia terminado, encaminhamos à direção dessa central sindical. Essa situação revelou-se um desrespeito às mulheres.

Aqui na Bahia houve um congresso dessa mesma central, quando defendi uma tese que não foi levada para o congresso nacional, questionando a prática de mulheres e homens da esquerda brasileira e propondo, dentro da Secretaria de Informação dessa central, seminários para mulheres e homens discutirem suas relações.

Essa tese a que me refiro foi aprovada por unanimidade, quando os homens nada contestaram e onde se questionava seu comportamento contraditório: dizem-se a favor do feminismo, que respeitam as mulheres etc., mas na prática fazem tudo ao contrário, tendo atitudes machistas em sua própria casa e dentro da luta política com a companheira. A tese passou tranqüila. É uma questão muito séria que nós, enquanto feministas, temos que discutir, como fazer essa ponte, como levar as nossas propostas feministas dentro desses espaços. Gostaria de dizer que estou fazendo essa crítica a CUT, porque sou membro de sua direção aqui na Bahia, então me sinto à vontade, porque fecho com todas as suas propostas, mas a crítica tem que ser feita em qualquer espaço seja a quem for.

ALBERTINA – O sindicalismo, tanto urbano como rural, parte quase do nada, ou seja, temas baixos níveis de sindicalização e poucas lideranças, o crescimento, entretanto, é enorme e certamente o que detectamos no fim dos anos 80 é que, se vai haver alguma vitalidade em movimento, certamente passará por aí. Há três anos atrás, quando Paola realizava uma pesquisa sobre o sindicalismo rural na Paraíba, fazíamos idéia de que a Paraíba era caso único de sindicalismo rural em todo o Brasil. Nesses três anos, o panorama nacional se modificou.

Outro ponto diz respeito aos Conselhos. Tenho a impressão de que é muito interessante percebermos a relação sindicalismo, feminismo e Conselho dos Direitos da Mulher em diferentes níveis. O processo de sindicalização, de emergência de lideranças femininas, é um processo externo e os Conselhos funcionam em outro nível; parece-me que em alguns casos, como o Conselho de São Paulo e o Conselho Nacional, funcionam como instância legitimadora, quer dizer, as próprias trabalhadoras utilizam o Conselho para legitimar suas reivindicações junto aos trabalhadores. É possível dizer então que há uma articulação mediada pelo Conselho junto a outras instâncias. Acho que é uma questão que deve ser discutida, o Conselho tem jogado um papel e deveríamos saber que papel é esse.

DULCINÉA – Compreendo a questão do sindicalismo e do feminismo em termos de conflito: de um lado, a visão da organização social dos sindicatos não inclui a visão da divisão por sexo, o que significa um conflito de base; por outro lado, a prática feminista que denominam de prática de saúde nada mais é do que a famosa política da politização do individual, transferida na forma como foi concebida dentro do próprio feminismo para dentro do sindicato. Isso instaura um conflito, porque, de um lado, o sindicato não avança na análise da compreensão da realidade baseada na divisão também sexual e não só na questão de classe e, do outro, a prática dita feminista, que é a da reflexão, da politização do individual, transferida para dentro do sindicato, deflagra uma reação, pode haver exclusão em algum estado, mas o quadro que a Sueli apresenta é o mais geral, é o que se evidencia em todos os outros estados, é realmente uma pseudo absorção da proposta. Existem dois espaços onde a prática feminista não tem tido grandes repercussões: são justamente os sindicatos e os partidos. Creio que a nível da instituição do Estado a coisa até andou, em termos de discurso, mas o mesmo não se deu nos sindicatos e nos partidos. Numa discussão com o sindicato sobre os direitos reprodutivos onde se situa a questão demográfica, que é séria e que o sindicato deveria ter como uma das suas elaborações, não acontece nada, é realmente um lugar onde a mulher é tida como uma gracinha. Em termos da compreensão teórica, não se pode dizer que avançou, pelo contrário. Agora em Pernambuco muitas mulheres, são assessoras dos sindicatos da zona rural, estão reunindo as companheiras, criando-se inúmeros Centros da Mulher Trabalhadora via sindicatos rurais, é quase moda; essas mesmas mulheres perguntam para nós, e agora o que fazer? Elas publicamente cumprem uma tarefa do sindicato e então se dirigem aos grupos feministas para indagar da continuidade da luta. Esses Conselhos têm grande massa de mulheres, duas mil, cinco mil. O feminismo não tem resposta, porque, por outro lado, fica nesse umbiguismo, sem conseguir efetivamente resolver a questão da relação capital-trabalho, relacionada com a própria questão do feminismo.

GLACY – Bom, acho que deveríamos fazer uma diferenciação em cima das duas últimas falas para não haver uma repetição.

Acho que uma coisa é o movimento de mulheres no sindicato, sou favorável ao que já foi colocado, mas uma coisa que em algumas falas foi recuperada é de que o movimento de mulheres dentro dos sindicatos principalmente na CUT, tem avançado muito. Lendo as resoluções que foram tiradas no I Encontro Nacional da CUT sobre a questão da Mulher Trabalhadora, vemos o quanto o movimento feminista conseguiu passar suas bandeiras. A questão da Saúde é prioritária, as mulheres nos pedem para discutir essa questão. No início, não, até falavam assim: “não queremos saber de sexista”, mas de repente conhecem nosso trabalho e falam: “não sabíamos que era assim”. Elas achavam que a primeira seção seria uma masturbação coletiva, todas se auto-examinando, mas hoje percebem que não é nada disso, é todo um trabalho a longo prazo. Nós, feministas, temos que ter a sensibilidade de saber como levar a questão da sexualidade e da saúde para a classe trabalhadora.

FEMINISMO E ESTADO: A EXPERIÊNCIA DO CNDM

Jacqueline Pitanguy

O que me trouxe aqui foi a oportunidade de aprender um pouco, discutir com vocês mais teoricamente de que narrar diferenças muito particulares que às vezes, pelo fato de serem particulares, não permitem o intercâmbio; ao mesmo tempo, poderíamos partir de algumas discussões mais teóricas, para poder chegar ao nosso caso particular. Gostaria de colocar o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* numa perspectiva mais ampla de relações de movimento social com o Estado, pois creio que é isso que o Conselho é e tem sido, não sei por quanto tempo.

A partir de 1975, no Brasil, e especialmente com a compreensão da representação dos partidos políticos, os atores políticos se tornam cada vez mais diversos, mais complexos e menos atrelados, menos comprimidos a essa estrutura político-partidária que compunham duas grandes frentes. Quando, em 1975, no Rio de Janeiro, um grupo de mulheres organizou aquele famoso seminário sob os auspícios da ONU para discutir a questão da mulher e recuperar o movimento, isso representou para nós, mulheres, um dos primeiros movimentos em que o movimento social – movimento feminista buscava de alguma forma ter voz no cenário político, rompendo o que era considerado legítimo até então; era considerado como discurso político legítimo a união do povo brasileiro e das forças progressistas na luta contra a ditadura: esse era o grande discurso progressista.

Quando esse povo começa a se individualizar, quer dizer, quando começamos ter toda essa projeção do eu mulher, eu sexo, eu corpo, eu opção sexual, no cenário político, sem dúvida isso traz alguns complicadores. Esse processo que várias de nós vivenciamos e que várias estão recuperando teoricamente, não é mais o mesmo; são determinantes de ordem político-econômica mais gerais de caráter do Estado, as relações dos partidos políticos com o Estado, a organização da sociedade civil que, num certo sentido, definem parâmetros gerais, dentro dos quais esses

movimentos vão se colocar. Durante toda a década de 70, a grande questão era justamente a colocação como movimento social fora do Estado e de qualquer órgão político ligado à estrutura estatal. Isso começa a ser rompido a partir da década de 80. Por quê? Por todo um processo, eu diria não tanto de reflexão nossa, mas pela ação de grupos particulares que começam a se organizar em centro de estudos, de documentação, pesquisa etc., e de grupos de mulheres que buscam o Estado para que, utilizando o aparelho governamental, também possam implementar, operacionalizar, e, num certo sentido, buscar a transformação.

Em última instância, a que qualquer pessoa que tenha um interesse político deseja é a transformação, seja através de um trabalho intelectual, da difusão desse trabalho, seja pela atuação ou combinação dos dois. Não sei se poderíamos pensar que aquele grupo de médicas que começou, ainda em 1982, a trabalhar na elaboração do PAISM teria sido o primeiro a tentar a apropriação de um aparato bem específico do Estado, o Ministério da Saúde, na elaboração de uma ação programática que contivesse princípios feministas. Deve ser revista as experiências daquelas mulheres, em Goiânia, em 82 ou 83, não estou certa, que no governo militar, começaram a discutir não só a implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, mas os parâmetros de ação do Estado num Programa de Saúde para a Mulher. Em 83, fiquei muita surpresa quando recebi uma carta do então Ministro da Saúde, Valdir Arcoverde, procurando saber nossa opinião sobre aquele Programa. Com a conquista de alguns espaços democráticos em Governos Estaduais, tivemos um duplo movimento: por um lado, as mulheres que se organizaram no Rio de Janeiro, com bastante clareza, num alerta feminista para as eleições, declarando-se não pertencerem a partidos, mas oferecendo a todos os partidos algumas plataformas básicas. Sabíamos que essas plataformas só seriam incluídas, obedecidas, respeitadas, e postas em prática se houvesse uma força nossa dentro do partido. Daí algumas mulheres resolveram participar de uma outra estrutura formal de poder, que é a estrutura do Poder Legislativo, candidatando-se e recebendo o apoio de outras trabalhadoras.

A nível de órgãos executivos, registros e experiência com o Ministério da Saúde e a criação dos Conselhos Estaduais. Em

período mais ou menos próximo, o de Minas Gerais e o de São Paulo. A atuação foi bem diversa e o Conselho Estadual da Condição Feminista de São Paulo, durante o governo de Montoro, operacionalizou alguns princípios feministas através de publicações; ações programáticas, comissões de trabalho e de articulações políticas, tendo sido uma experiência muito interessante. Surgem a seguir outros Conselhos e, como sabemos, os Conselhos são ligados ao poder local: estadual ou municipal. Poucos foram criados por uma lei, refiro-me a nível da Assembléia Legislativa Estadual ou da Câmara Municipal, de maneira que não ficassem tão à mercê dos ocupantes momentâneos dos poderes estaduais e municipais. Hoje, no Brasil, existe uma rede dentro da qual podemos discutir e que é a realidade da nossa atuação; trata-se de uma rede de 39 Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina. Implica também numa experiência interessante, que são as Delegacias especializadas no atendimento à mulher. Essas Delegacias funcionam e adquirem o seu feitio não só em função do maior ou menor bem-querer das Secretarias de Segurança, mas pela pressão dos movimentos locais de mulheres. Onde há uma pressão maior, uma sustentação maior por parte dos movimentos àquelas Delegacias, onde há a tentativa de se fazer a cabeça das Delegadas e uma pressão diante das Secretarias Estaduais, as Delegacias têm mais espaço; onde isso não ocorre, elas têm menos espaço, mas existem e fazem parte da estrutura governamental.

A realidade é que existe uma máquina institucional composta de 48 ou 49 Delegacias Especializadas no atendimento à mulher, que representam uma experiência interessante, porque penetra na estrutura repressiva do Estado. Entretanto, há um problema, ainda: o que fazer com essa penetração? Quer dizer, demos o salto e não temos plena consciência para onde estamos saltando. Há pouco tempo foi feito no Rio de Janeiro um curso do qual participei, organizado pelo Conselho da Condição Feminista do Rio para a Academia de Polícia. Isso teve um significado histórico e político muito grande: o fato de um grupo de mulheres estarem ali, junto ao Secretário de Segurança. Fomos profundamente ovacionadas, ouvimos discursos absolutamente inflamados e emocionais dos Delegados e Delegadas de Polícia que exi-

giram a regularidade de um curso sobre a mulher, sobre o feminismo, sobre a sexualidade e a violência. Houve, inclusive, uma peça teatral com encenação de rua com homens batendo em mulheres, elas chegando à Delegacia, etc. No momento estão acontecendo coisas que nós, mulheres, num certo sentido empurramos, sem chegar até o fim, indo depois nos recolhendo, tudo absolutamente legítimo, porque cada pessoa tem todo o direito de trabalhar como quiser.

A desorganização da máquina no poder governamental, num certo sentido, abre uma possibilidade de atuação muito grande, porque, trabalhando com disciplina, organização e eficiência, muita coisa pode ser feita. Podemos dizer que o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* é hoje um órgão de poder, tem poder. Por quê? Porque abriu espaços, soube maximizar recursos relativamente escassos, o que nos dá grande alegria. O fato de ter existido um Conselho durante o período de elaboração da Constituição, ao lado do Congresso Nacional, garantiu que 80% das reivindicações dos direitos da mulher entrassem no texto Constitucional. A articulação com os movimentos de mulheres que, por sua vez, pressionou os deputados na base, levando as reivindicações até o Congresso Nacional. Isso valeu, mas assusta, porque todo espaço de poder obviamente é dinâmico, muda necessariamente de mão, e não sei o que vai acontecer realmente com esse espaço que nós abrimos e modelamos. Em breve, teremos eleições e esse espaço poderá ou não ser ampliado, aprimorado, porque o Conselho é nosso.

Por tudo isso, precisamos ter permanentemente, no Brasil, um movimento autônomo, forte, que a sociedade civil possa manter uma crítica positiva e não preconceituosa com relação aos vários espaços de poder que vêm sendo ocupados nos vários níveis. Esse movimento tem que estar atento, dinâmico, inclusive porque não há uma não-associação do movimento feminista e do movimento de mulheres do Estado, essa associação se dá pela crítica, há uma interlocução. Os interlocutores mudaram nesses treze anos; no início, eles eram chamados de forças progressistas da sociedade, que lutavam contra a ditadura, em nome da luta do povo brasileiro, além da Igreja. Esses eram os principais interlocutores que tínhamos, e aquele grupo de mulheres que se colocava como feminista, ficava dizendo para a Igreja que não

brigasse conosco por favor e dizendo para os progressistas que não queríamos dividir a luta geral do povo brasileiro contra a ditadura, mas apenas classificar um pouco essa luta, porque nela havia pessoas brancas, negras, mulheres, homens, que traziam componentes diversos a essa luta. Não sabemos exatamente quem são interlocutores de hoje, falta uma elaboração teórica. O Estado é sem dúvida um interlocutor importante, mas o que é o Estado? Ele não é monolítico; dentro de cada órgão do Estado temos representações com grau maior ou menor de participação da mulher, no movimento feminista. O movimento sindicalista também hoje é um interlocutor importante, e não é igualmente monolítico. A Universidade é outro interlocutor bem menos importante do que já foi na década de 70, digo importante politicamente, não a nível de produção de conhecimento, pois aí a Universidade é importantíssima, ao ponto do próprio Conselho manter um programa regular com os cursos de Mestrado e Doutorado.

Termino como uma questão: Ainda podemos falar que existe um movimento feminista que fale globalmente sobre certas questões? Eu acho que ao mesmo tempo um País que já teve o seu *IX Congresso Feminista* com mais de 1000 participantes é um País que tem um movimento feminista de vigor extraordinário, e essas experiências de Estado, em nenhum momento impediram a participação de 2000 ou 3000 mulheres. Agora é diferente; num encontro feminista encontramos sindicalistas, associações de bairros etc. O caráter do movimento mudou, o que nos leva a indagar quais são as principais fases teóricas do movimento atual, o que queremos e de onde cada uma de nós fala. É isso que podemos pensar juntas.

ANA MARIA – Quando Jacqueline diz “o Conselho é nosso” eu pergunto, de quem? Porque uma das confusões que venho observando é a respeito da natureza do próprio Conselho; se ele respondeu a uma reivindicação do movimento feminista, na verdade foi uma resposta do Estado a essa pressão, e ele é parte do aparelho de Estado. Uma das decepções que encontramos entre as mulheres no movimento feminista é porque elas esperam que o Conselho dê mais do que pode dar, dentro dos limites institucionais no qual ele se localiza, em termos de recursos, de

liberdade de ação. É uma surpresa para todos nós, que temos como vida pregressa o estudo das instituições governamentais, imaginamos a possibilidade de um órgão governamental ter o espaço que esse Conselho teve.

Indago-me sobre a possibilidade de continuidade de uma ação desse tipo, num futuro próximo, quando a relação Estado e Sociedade retornar ao que sempre foi, passado esse momento de recuperação democrática.

JACQUELINE – Retomando sua última colocação, eu não sei até que ponto será possível manter, acho que só será possível se houver pressão, mobilização, organização por parte do movimento social, ou seja, se o movimento social conseguir uma expressão a ponto de impor certas linhas de atuação a esse Órgão. Ao mesmo tempo, a atual conjuntura política do país é complicada e tão incerta que considero ser uma carga muito grande nos ombros do movimento social a inteira responsabilidade pelo que vai acontecer.

Se não houver organização, pressão, força, efetivamente aquilo ficará como um território a ser ocupado como os dirigentes bem entenderem. Ao mesmo tempo, há uma pressão por parte, digamos assim, dos futuros ou presentes dirigentes. E quantos movimentos sociais, fortes, organizados não têm sido esmagados ao longo da história. Então, eu não sei, só sei que tanto pior será quanto menor for a mobilização e a participação das mulheres na luta por um órgão que efetivamente acorde com suas reivindicações básicas.

Quando eu disse “o Conselho é nosso”, coloquei essa palavra que é um pouco complicada, no sentido de que acredito que em nenhum momento, nenhuma das ações programáticas, publicações ou posições que o Conselho tomou feriu o que eu chamo de nosso, que é o que sou, que é o movimento feminista, nossos princípios, nossas propostas.

O Conselho é fruto de uma lei, que o diferencia de alguns Conselhos Estaduais e Municipais. Entre, digamos, o poder absoluto do Rei, existe uma coisa chamada Câmara Legislativa e, sobre essa Câmara Legislativa, acredito que nos vários estados as mulheres organizadas têm condição de fazer pressão sobre seus depu-

tados e senadores. Para extinguir o Conselho, há de haver uma lei também votada pelo Congresso. Quando me reúno com as representantes dos Conselhos Estaduais e Municipais, digo o seguinte: Institucionalizem esse órgão, não o deixem à mercê do Poder Executivo, há de se criar uma lei e mandar para a Assembléia.

ELIANE – Faço uma indagação. Quando você fala na mobilização, quer dizer, na permanência do Conselho, não enquanto estrutura, mas a permanência de uma prorrogação, como agir: se tomamos movimento social especificamente e movimento de mulheres e, dentro do movimento de mulheres, sua linha feminista, sua tendência feminista. Em verdade, não vejo movimento feminista no Brasil e sim movimentos de mulheres, e acho que Garanhuns mostrou muito isso, ao ponto de as feministas ficarem meio sem espaço, daí este Seminário. Lembro bem que houve uma mobilização via movimento de pressão para criação do Conselho, tentando segurar posições. Houve uma mobilização via partidos e candidatos por ocasião da criação nacional. Havia movimentos localizados de criação de Conselhos Estaduais, existia um Conselho, o de São Paulo, mas houve uma mobilização, lembro-me bem. Quando você coloca que vai defender a permanência de uma linha feminista no Conselho junto a pessoas que vão assumir esse Conselho, nessa nova gestão governamental, que linhas são essas? Você considera que se o movimento social for forte, presente, ainda pode assegurar alguma coisa. Acho que há uma relação não tão clara, não tão identificada quando você diz “nosso”. Fico me perguntando, nosso de quem? De que grupos? Do movimento feminista ou do movimento de mulheres? Até que ponto o Conselho Nacional é entendido ou conhecido, a não ser nas suas campanhas mais pontuais por esse movimento mais amplo das mulheres? Como é que isso se transforma efetivamente numa ação do Estado Brasileiro ou de uma Instituição Federal? Vamos ter um trabalho enorme de nova mobilização para segurar esse espaço. Será que vai acontecer essa mobilização? Creio que não, por dois motivos: primeiro, muita coisa que está acontecendo nos movimentos sociais não nos damos conta e a linha feminista também não está acompanhando, está alerta, mas não acompanha o ritmo das transformações; segundo porque essa discussão entre movimentos sociais e a relação com o Estado ainda não foi muito

estudada, a toda hora tomamos susto dentro do Conselho com as coisas que acontecem do ponto de vista político e a desorganização institucional da máquina do Estado. Então, acho isso complicadíssimo!

ZULEIKA – O tema exposto pela Jacqueline e o tema anterior começam a entrar nos *nós* que temos ao movimento, e ou rasgamos isso e abrimos o caminho ou vamos ficar enroladas. Um dos nós que temos é exatamente esse desconforto, coisas que aparecem que não estavam nos nossos planos, quer dizer, nós mesmas criamos, tiramos o diabo da garrafa e estamos com ele correndo por aí, com dificuldade para enfiá-lo na garrafa novamente. Certas coisas são criaturas nossas. O Conselho é uma criatura nossa; não foi, em São Paulo, o Montoro, que sonhou em dar um “Conselhinho” para aquelas mulheres, ao contrário, isso nem passou pela cabeça dele; no começo ele também “bufava” com aquela criação. Temos de analisar isso, porque, como foi bem colocado pela Jacqueline, hoje temos canais, novos interlocutores, daí termos de examinar esse nó. Além do mais, as mulheres emergem na área da política mundial aqui nesse final de século e vão-se abrindo portas. Então dizemos o seguinte: fico chateada quando estou representando o Conselho. Jamais fiz concessão; então vamos ver a diferença entre o Conselho do Montoro e o Conselho do Quércia, duas visões de trabalho.

A questão do combate à educação diferenciada, por exemplo, está sendo feita de maneira cada vez mais aprofundada. Não há dinheiro para material, então traduzimos um livro, levamos lá, mostramos a importância de tudo aquilo, fazemos eventos sobre esterilização, direitos reprodutivos etc. Não fazemos apenas um trabalho de implementação de políticas públicas que resolvem os problemas emergenciais das mulheres, fazemos também um trabalho de conscientização, às vezes difícil, penoso, de libertação da mulher como ser humano. Fazemos essa dupla coisa e esse papel é que me leva a dizer sem exageros, de que o feminismo, como idéia, cresceu demais e saiu das nossas mãos. Não somos mais mães de nada, qualquer mulher é. Às vezes sou chamada para falar numa comunidade de igreja que tem 150 casais, para falar num centro espírita de 40 mulheres; vou para a Bosch e lá estão 200 mulheres uniformizadas e eu “mandando brasa” no

feminismo. A diferença que marca é que depois que apareceram os Conselhos, o que era questão de meia dúzia vai se tornando uma coisa massiva.

Hoje, por exemplo, não fazemos mais um boletimzinho às caladas da noite, vamos para a televisão e mandamos nossa opinião para milhares e milhares de pessoas. Se não enxergamos a mudança da mídia, o aparecimento desses canais, como as nossas idéias já extrapolam para outros setores, vamos ficar permanentemente entristecidas com a pureza que está sendo perdida. Uso o Conselho para levar o feminismo onde for possível, e esse é um elemento novo.

A Jacqueline introduziu outros aspectos com relação ao sindicato e a questão dos partidos, é um campo imenso; aparecerão outros. Estamos mantendo idéias até para dentro das novelas, eles são obrigados a apresentar os conflitos da relação homem-mulher nas novelas. Devemos encarar as coisas de maneira nova e sabermos observar de maneira crítica, mas compreender que estamos vivendo novos tempos, para podermos traçar o caminho para o futuro. Não podemos fazer feminismo do fim do século passado, nem da década de 20, talvez nem no começo de 70. Quando a questão de “nosso Conselho”, lembro que durante o governo Quéricia eu me disse: o que vou fazer agora lá dentro? O Montoro me deu um conselho: “- banque a sonsa” – tudo bem! Porque a política muda. Isso nos obriga a ter uma linguagem nova para falar com essa gente.

LENA – O Conselho representa de fato uma grande conquista do movimento feminista; nesse sentido incorporo a expressão “o Conselho é nosso”, que representa não só a criação do Conselho através de uma lei, mas também de uma prática. Se comparamos o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher com o Conselho Federal de Educação e outros, temos que entender essa conquista; valeu termos muita clareza para continuar batalhando e não ficarmos ao sabor dos políticos que foram eleitos ou do que se definam por aí. Temos hoje uma história, determinados princípios a batalhar a nível de administração pública, de participação dentro do Estado e isso deveria ser aprofundado nos nossos movimentos. Exemplo é o trabalho realizado pelo Conselho em relação à Constituinte, com a mobilização que houve. O Conse-

lho tem um relacionamento com o movimento de mulheres que deve ser preservado e disseminado dentro da administração pública em todos os níveis.

O Encontro da Mulher Trabalhista, por exemplo, que foi um Encontro de preparação das reivindicações das mulheres no que diz respeito ao trabalho para a Constituinte, começou junto aos Sindicatos de todos os Estados, associações e demais grupos. As reivindicações resultantes do encontro nacional foram levadas à Constituinte. Existe um cotidiano do Conselho, uma maneira de trabalhar, uma linha em cima de determinados princípios de respeito ao movimento autônomo, seja de mulheres, de sindicatos etc. É uma conquista que temos de preservar.

WILMA – A Paola terminou sua fala dizendo que há luta feminista e luta das mulheres. Qual seria na realidade a diferença entre a luta feminista e a luta das mulheres? Igualmente indago da colocação que se fez de que no Brasil não há movimento feminista e sim movimento de mulheres.

JACQUELINE – Sempre houve movimento feminista e movimento de mulheres. Eu diria que uma das características, que na década de 70 poderia diferenciar o Movimento Feminista do chamado Movimento de mulheres era a projeção da identidade no espaço público. No caso do Movimento Feminista, fazia-se a partir de um questionamento da posição da mulher na sociedade, na família etc.; por outro lado, nos chamados Movimentos de Mulheres, era justamente pela opressão do papel tradicional da mulher que ela se projetava na esfera pública, por exemplo, enquanto dona-de-casa protestando pelo preço da alimentação.

Houve aí um grande movimento social que redundou inclusive na eleição da Irma Passon Deputada Federal, que foi o movimento contra a carestia na década de 70. Esse movimento teve uma expressão política bastante grande, não questionava a posição da mulher na sociedade; ao contrário, era tomando a mulher no seu papel mais tradicional de dona-de-casa que ela se projetava politicamente.

O movimento pela Anistia, enquanto mães, as mães da Praça de Maio, é um movimento com uma grande expressão política em função do papel tradicional da mulher. Já o Movimento Fe-

minista pretendia, abraçando a causa das mães da Praça de Maio ou do Movimento pela Anistia no Brasil, ou da luta contra a carestia, rediscutir a posição da mulher. Há no Movimento Feminista um pensamento ideológico de vanguarda e no Movimento de Mulheres uma projeção no espaço político, a partir da posição tradicional, mas que pode levar a um papel transformador revolucionário e que se vem ampliando cada vez mais. Isso pode ser sentido por quem acompanha, por exemplo, o Encontro da Mulher e as Leis Trabalhistas. Temos mais de 500 sindicalistas que vêm discutindo e ampliando a questão da discussão da Mulher. Tivemos contato com o Movimento de Donas-de-Casa, que é um típico movimento feminista de mulheres; conseguiram mais de 50 000 assinaturas pela emenda popular relativa à aposentadoria para a dona-de-casa, questão com a qual, nós do Conselho, tínhamos uma enorme dificuldade ideológica.

Foi uma das coisas mais difíceis com que tivemos ideologicamente que lidar no Conselho foi com esse grande Movimento das Donas-de-Casa. Entretanto, em nenhum momento o bloqueamos; era um segmento da população desse país que colocava uma questão e o Conselho acolheu, porque recebeu a pressão delas. Essa não era, digamos, uma causa do CNDM. Uma parcela significativa de mulheres desse país são donas-de-casa, então por que não têm direito de fazer uma imposição ao INPS e terem no final da vida um mínimo de segurança?

Então o movimento feminista e o movimento de mulheres no fundo têm a ver com uma discussão política sobre os vários papéis da mulher e uma redefinição desses papéis.

MIRIAM – Durante os últimos quinze anos, tivemos uma relação com os sindicatos e os partidos, o que nos dá tranquilidade em relação à discussão de sindicato e partido como organizações que são, não fazem parte do nosso Movimento Autônomo, mas foi onde tivemos clareza, depois de muito esmagadas, que a tal da dupla militância não existe; quer dizer, existe a militância partidária e existe a militância feminista; nossa postura é diferente, conforme estejamos em uma ou outra.

Quem milita em sindicato e no Movimento como duas coisas em separado é quem coloca a dupla militância. É uma questão

que superamos um pouco. Existem visões e pessoas que atuam de forma diferenciada, mas superamos os embates maiores que foram sérios, entre nós, embora sejamos as feministas do país.

Há várias questões a discutir do ponto de vista da institucionalização, da formalização dos Conselhos, de sua constituição, de como oscilam a nível da política etc.

Eles têm uma atitude propagandística em relação ao movimento autônomo: por exemplo, há um grupo na Ilha do Maranhão fazendo tal trabalho e o Conselho tem conhecimento desse trabalho que está sendo feito; se uma mulher do Maranhão precisa de uma cartilha, não é o Conselho que vai mandar, é o grupo autônomo da Ilha do Maranhão. O Conselho não reforça o movimento autônomo local, deixando a locução direta entre as mulheres que estão no movimento autônomo e a mulher que está desagregada. O Conselho Nacional assume a atitude como se fosse militante de uma organização autônoma e isso incomoda profundamente.

VERA – O Conselho é uma vitória do movimento feminista no sentido de que a questão da mulher, a questão do gênero, passa a ser uma questão de política do Estado. Se pensarmos enquanto movimento feminista, ele não foi uma reivindicação de fato do movimento das mulheres, quer dizer, nós não batemos nas portas dos Governadores enquanto movimento autônomo de mulheres, dizendo: “queremos Conselho”, ou coisas desse tipo. Essa idéia foi construída dentro de uma proposta partidária e tem um vínculo, porque eram mulheres feministas, sim, que tinham militância, mas há uma diferença: Quando conseguirmos a legalização do aborto, poderemos dizer que se trata de uma conquista do movimento feminista. Então há essa diferença, quando dizemos que o Conselho é uma conquista do movimento feminista, é uma conquista em termos de idéia, mas temos que precisar o seu nascimento e como ele surgiu senão ficamos meio confusas.

ALBERTINA – O Conselho, na verdade, é uma conquista nesse sentido das mulheres do PMDB, em 82; isso não quer dizer que as mulheres do PMDB de São Paulo não fossem feministas, mas essa idéia não aparece no movimento de mulheres nem no movi-

mento feminista, a reivindicação por um Conselho. A única coisa existente é um texto da Carmem Barroso, publicado pela UNICEF, o que não era propriamente uma reivindicação.

VERA – O Conselho na tradição deste país é um órgão fiscalizador, comparado com o Conselho Estadual de Educação. O que é normativo. As mulheres inventam um nome de “Conselho” para ser um órgão não só fiscalizador, normatizador, mas como um órgão executivo, quer dizer, traz para si a tarefa de executar e propor políticas públicas. Eu posso dizer para vocês que já mudei de opinião, nos últimos seis meses umas quatro ou cinco vezes, se tinha que ser Conselho mesmo, Secretaria, Ministério, Fundação etc. e tal, então essa é uma questão para ser refletida mais adiante, no sentido de pensar políticas públicas em relação à questão da mulher e o que significa Órgãos Fiscalizadores, Normativos, Executivos e, por outro lado, mantendo essa coisa que os Conselhos trazem, que muitas vezes as Secretarias ou Ministérios vão perder, que é um Órgão Executivo de Políticas Públicas com pessoas que têm mandato.

Secretária não tem mandato, Ministro não tem mandato, mas Presidente de Conselho tem mandato, é interessante ou não? Por outro lado, traz confusão nas nossas cabeças, surgindo questionamentos, e o Movimento, mas são representantes de Movimento e é Órgão de Governo etc. e tal? Então, temos que pensar nisso e principalmente da nossa relação com esse Estado patriarcal que nos assusta, porque os Conselhos assustam. O que se diz é que hoje ele institucionaliza o Movimento, canaliza o Movimento Social. Então separemos um pouco a questão de que a nossa relação com o Estado patriarcal e o que significa estar pensando executar políticas públicas dentro de uma ótica Feminista nesse Estado e como mantemos uma relação com o Movimento Autônomo de Mulheres, quer dizer, a Míriam aponta a questão de que deveria ser um órgão também de fortalecimento; aí puxo para o outro lado, será que temos de fazer isso ou será que temos de ser Órgão Executivo de Políticas?

MARTA – No movimento autônomo de São Paulo não se acha mais a “criatura”, digamos, dos Conselhos, e nesse sentido proponho discutirmos a questão da autonomia e do poder. Até

que ponto o feminismo, dentro do Estado como instituição, nessa conjuntura, pode fazer coisas? Quais são as limitações desse trabalho? Devemos criar um espaço específico para a mulher dentro do Estado, mas isso depende de sabermos em mãos de quem está o Governo. No caso concreto de hoje, temos um Estado patriarcal, autoritário, herança da ditadura. Até que ponto podemos fazer um trabalho dentro desse regime, na medida em que, se fazemos parte do Estado, de alguma forma estamos representando a classe dominante que ele representa. Nesse momento, por exemplo, estamos disputando a Prefeitura em São Paulo. Devemos lutar para recriar, ativar e entrar no Conselho do Maluf? Acho que não. Temos esperanças de poder realizar um trabalho lá dentro? Não podemos perder de vista uma análise política da conjuntura em que estamos, da característica do aparelho do Estado no qual queremos nos inserir. É importante que possamos abrir espaço no aparelho do Estado, mas tudo depende da conjuntura.

O Conselho não pode estar dentro do movimento tentando conscientizar e coordenar o movimento ao mesmo tempo. Essa discussão deu-se em Garanhuns. Quando formamos grupos para discutir a autonomia, a necessidade de articulação do movimento, algumas pessoas diziam: para que precisamos de coordenação nacional, se existe o Conselho Nacional? O movimento autônomo tem que ter suas próprias articulações e suas próprias coordenações e serão os organismos autorizados e legítimos para impulsionar nossas reivindicações frente aos órgãos específicos do Estado. Nas lutas e organizações da campanha dos 120 dias da licença maternidade e licença paternidade, o Conselho organizou uma reunião, para a qual foi convidado todo o movimento. Ao mesmo tempo a coordenação do movimento também estava organizando uma reunião de todo o movimento, em ações paralelas. Quando organizamos, de forma conjunta, uma manifestação frente à FIESP para levar nossas posições, o pessoal do Conselho que estava no movimento participou, à exceção da Presidente. As mulheres do Conselho que participaram foram, por isso, recriminadas e a seguir demitidas.

DIRLENE – Partindo da questão o Conselho é “nosso” acho que a Vera respondeu bem, acho que o Estado reconhecendo a discri-

minação da mulher é importante. O que isso significou como aconteceu, é que é o problema, e temos que discutir para pensar daqui pra frente, o momento em que se deu essas duas coisas, essa mudança com relação à situação do movimento com a criação dos Conselhos e, portanto, a deslocamento de uma série de feministas históricas que já tinham um papel no movimento para um aparelho de Estado. Acho que interfere e deveríamos aprofundar um pouco mais para tentarmos entender. Aí entra exatamente na discussão colocada, ou seja, qual o papel do Conselho e qual o papel do movimento, como duas coisas se dão? Enquanto não clarearmos, continuamos nessa confusão e de outro lado a própria introdução dessas duas coisas, na época em que se deu, mostra a fragilidade do Movimento Feminista e da sua articulação como um todo para poder viabilizar que essas duas coisas se misturassem e que hoje estamos aí, então vamos procurar saber para onde vamos e o que vamos fazer, temos que discutir o papel do Movimento, o papel do Conselho e saber como vamos nas articular com o Conselho ou qualquer outro tipo de Órgão dentro dessa relação. O fundamental é fortalecermos o Movimento Feminista como movimento autônomo que tem suas propostas, suas reivindicações e de forma independente de qualquer governo.

A Jacqueline poderia falar um pouco, porque acho que ela fez uma certa mistura quando citou três exemplos de Movimento de Mulheres. A Associação das Donas-de-Casa tem papel totalmente diferente em termos políticos, em termos de visão da sociedade do que tinham o Movimento de Anistia e o da Carestia, que esse último era um Movimento Político que questionava e propunha transformação, enquanto todos os Movimentos de donas-de-casa que conheço, em especial o de Belo Horizonte, foram movimentos extremamente conservadores.

ÂNGELA – A impressão que fica, das colocações da Paola e Jacqueline, é a da questão do velho e do novo, dos nossos interlocutores, como elas evoluíram. Essa é uma análise que a área da saúde fez num encontro em Olinda dessa mudança de conjuntura dos nossos interlocutores do Feminismo, que está aparecendo como uma coisa geral de que temos de nos apropriar a nível do Movimento como um todo, o que leva à questão da expansão do Movimento, também. Essa questão do velho e do novo recobre também a questão

da diferença e como lidamos com essa diferença, e as dificuldades que temos de incorporar a mudança. As nossas idéias evoluem menos rapidamente que as conjunturas políticas dos nossos interlocutores, mas evolução está acontecendo, e não devemos perder esse contínuo histórico dentro da nossa análise.

AMÉRICA – A análise não pode se restringir apenas ao Conselho e sua relação com o movimento feminista, a nível federal, mas uma visão minuciosa de cada estado, dos Conselhos Estaduais e Municipais, na medida em que há diferenças muito grandes na prática do movimento feminista autônomo com esses organismos. É necessário aprofundar a análise das formas de interlocução que o Movimento tem em cada Estado, com o próprio Conselho.

JACQUELINE – Quando me referi, historicamente, ao Movimento Feminista e ao Movimento de Mulheres, identificando este último com o movimento de luta contra a carestia, e o Movimento pela Anistia, que é de 45, mas que depois foi retomado como Movimento Feminino pela Anistia, perdendo depois esse caráter feminino – naquela época, tínhamos uma distinção entre o movimento dito feminista e aquele movimento de mulheres. A projeção da identidade coletiva do que se fazia, fundamentalmente, pelo questionamento dos parâmetros definitórios tradicionais do papel da mulher, procurando alargar, questionar o que era ser mulher etc., enquanto que os demais movimentos, que naquela época rompiam como coisa nova no cenário político (não mencionei o movimento de associações de bairros, que é do início de 80) eram movimentos que projetavam essa identidade coletiva a partir do papel tradicional da mulher. Não houve, entretanto, da minha parte, em nenhum momento, intenção de atribuir o monopólio da legitimidade da discussão de gênero ao que era aquele movimento feminista naquele momento. Discute-se a questão de gênero aqui e num coletivo de mulheres, num sindicato, numa associação de moradores, entre empregadas domésticas etc. No Conselho, temos tido uma experiência muito enriquecedora justamente nesse sentido.

Quanto à forma de criação do Conselho, sua participação, variou muito de Estado para Estado. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, nós reunimos um grupo de mulheres absolutamente pluripartidário, e grande parte dos Estatutos do Conselho foi redi-

gido pela liderança do PT. No processo de negociação nos excluímos, em razão de que somente poderiam levar as negociações, as mulheres parlamentares. Todas nós do Movimento Feminista que participamos daquela primeira etapa de redação dos estatutos do Conselho ficamos nos bastidores, dizendo para as parlamentares que participavam: “Olha, essa cláusula é fundamental”. Entra em causa aí a relação do Conselho com o chamado movimento autônomo. Uma das cláusulas que colocamos e defendemos com unhas e dentes foi a da autonomia; o Conselho não representa, qualquer movimento social, o movimento se representa a si mesmo. O Conselho é um órgão de Governo e no momento em que um órgão do governo representa movimento social há uma violentação da autonomia dos movimentos sociais. Um Conselho jamais pode representar um movimento social, ele será integrado por pessoas que estão ligadas ao movimento social, acompanha colocações do movimento social, mas não o substitui nem representa.

Nesse sentido é importante conhecer a lei do Conselho, que estabelece não ser o Conselho representante de movimentos sociais. Quanto à questão Conselho X outros Conselhos, é complicado, porque há um princípio também de não interferência. Procuramos estabelecer no Conselho um Fórum de Conselhos que já se reuniu em algumas ocasiões para tentar traçar estratégias conjuntas de atuação. Os poderes são, por definição, locais; até pelo fato do Brasil ser federativo não podemos interferir numa estrutura ou numa política ligada a um governo local, a menos que sejamos acionadas pelo movimento. Sabemos que, em vários estados, entre os movimentos, há uma série de discussões internas, não há consenso quanto ao conjunto de nomes para compor o Conselho, muitas vezes os Conselhos estão extremamente atrelados a um partido político. Outras vezes, temos Conselhos inteiramente integrados por pessoas ligadas ao Governador, ao Prefeito e ainda existem Conselhos que têm uma frente ampla de representação. O caráter e a relação que esses Conselhos estabelecem com os movimentos sociais têm muito a ver com a forma com que eles foram criados. Trata-se de um quadro conjuntural, ligado às forças políticas dominantes.

PAOLA – Eu acho que há um impasse do feminismo, digo do feminismo e não do Movimento Feminista ou dos vários feminismos, falo do feminismo para simplificar. Não é um impasse nos-

so, localizado, brasileiro, é um impasse do Movimento Feminista nos EUA, na França. Há um tempo atrás houve até um colóquio para discutir a questão da relação entre o Feminismo ou o Movimento Feminista e o Estado.

MARLENE – Retomemos a questão da relação do Conselho Nacional como Movimento ou dos outros Conselhos com o Movimento a interrelação entre os Conselhos. Sinto que estamos num desafio; conquistamos um espaço na esfera governamental com um Conselho mais ou menos identificado com o movimento; é um espaço novo, bastante recente.

Essa relação entre o Movimento Social, o Movimento de Mulheres e o Movimento feminista com os Conselhos deve ser definida não só a partir do Conselho Nacional. Evidente que temos algumas feministas lá, porém me pergunto se justamente o fato de estarmos lá hoje, não cria uma grande ambigüidade nessa relação entre o órgão de Governo e o Movimento Social, quer dizer, hoje estamos lá, mas somos transitórias ali dentro. Nos outros estados, a depender das conjunturas políticas não conseguimos e não queremos chegar perto, não dá para ser simplesmente pontual porque o Governo é esse ou outro, temos de batalhar por um espaço determinado, muito claro na esfera governamental.

JACQUELINE – Quero lembrar que nós no Conselho não temos poder, fomos constituídos, mas não podemos fazer nada; os primeiros dias de reunião são dramáticos, quando ali chegam as Presidentes de Conselhos e dizem: não temos sala, dinheiro, ninguém para trabalhar, o Governador não nos recebe. Daí resulta um enfraquecimento daqueles espaços que estão ocupando e que só serão fortalecidos se elas tiverem um movimento forte para pressionar o Governador.

AMÉRICA – Proponho uma questão relativa ao jogo e à relação de forças. A proposta do Conselho, enquanto idéia, chegou a nível municipal e, em alguns momentos, aos estados, sem ter um projeto que a sustentasse.

As Comissões Provisórias de quinze entidades municipais foram totalmente excluídas. Quando um Conselho Municipal nasce marginalizado, sem nenhum diálogo com o movimento social da cidade, é evidente que vai chegar a Brasília enfraquecido.

ZULEIKA – A propósito da diferença entre o Movimento de Mulheres e o Movimento Feminista: creio que os movimentos de Mulheres em geral não são movimentos autônomos, a creche não foi autônoma, as creches também não. Se vamos às associações de bairros, verificamos não serem autônomas, são organizações onde predomina a Igreja, o trabalho etc.

Quem dirigiu o Movimento de Anistia foi Terezinha Zerbini, que não quer nem ouvir falar em feminismo.

Essas diferenças fazem-nos admitir duas expressões: Movimento Feminista e Movimento Feminino. São muitas vezes palavras de ordem geral, instrumentalizadas, não resultando em nada específico para a mulher, mas vamos aproveitando porque é uma forma também da mulher se ilustrar, politicamente.

Outra coisa é que confundimos Estado com Governo. Estado é uma coisa, Governo é outra. As nossas relações são com o Governo, esse Estado é o mesmo há muito tempo e não sabemos quando vai mudar, o Governo é que muda, a administração pública é que muda. Devemos pensar um pouco nisso porque o problema é o Governo. É tempo de fazermos um balanço sério da experiência dos Conselhos, uma coisa híbrida que não entra na administração pública que aí está, eles não encontram onde colocar os Conselhos e o Conselho cria problemas, porque não têm autonomia administrativa nem financeira. Precisamos avaliar essa situação e pensamos em formas mais flexíveis que nos dêem um pouco mais de independência. Nem sempre os Conselhos são órgãos feministas.

O Conselho de São Paulo, na sua primeira fase até a minha gestão, tinha um grande número de mulheres feministas; as mulheres dos outros movimentos era um grupo muito pequeno. Para fazermos o que fizemos, naquele momento não fechamos com as feministas, mas chegamos a um ponto que tivemos de abrir para outros setores. Esse que temos agora não é Feminista, há mulheres que jamais ouviram falar no 8 de março. É um problema que temos de reconhecer.

Às vezes temos de pescar o feminismo nesses Conselhos e a grande maioria deles surgiu por oportunismo político. Uma avaliação tem que levar em conta a experiência positiva, a experiência negativa e caminhar para outras formas.

Para encerrar queria dizer o seguinte: eu acho que foi importante a presença da Jacqueline aqui, por uma razão, além dela ser Presidente do Conselho é uma mulher feminista com contribuições, que tem o espírito crítico no Órgão que ela está. Conselho é assim, errou pau em cima dele. E temos isso naqueles nossos Encontros, tivemos sempre o espírito assim bem aberto, acho que essa reunião tinha que trazer, e procurou trazer, as mulheres que estão fazendo teórica ou praticamente, ou ainda as duas juntas, essa coisa que chamamos de Feminismo. Então como analisar a experiência do Conselho sem a presença da Jacqueline que além de Presidente é Feminista?

CECILIA – Gostaria de falar sobre o Conselho na Bahia, mas antes esclarecer sobre os objetivos deste encontro. “O Seminário que ora se propõe ter por objetivo maior incentivar e reunir a produção teórica feminista para uma discussão mais aprofundada dos avanços de perspectivas do feminismo no Brasil. Em particular, pretende-se com esse Seminário incentivar uma análise mais cuidadosa da história do feminismo brasileiro, sua trajetória de lutas, avanços, retrocessos, impasses e contradições, bem como sua relação com outros movimentos sociais, com o Estado e outras instituições e organizações formais, isto é, Igrejas, sindicatos, universidades, partidos políticos etc., a fim de se oferecer um respaldo teórico para definição e encaminhamento das propostas que nortearão a continuidade das lutas feministas”. Não é daqui que vai sair as propostas, nossa idéia, quando se organizou esse Seminário, era ter um respaldo teórico, não é aqui que vamos encaminhar a luta, vamos pensar. Propõe-se que as discussões fossem desenvolvidas em mesa redonda e em pequenos grupos, abertas à participação de todas as pessoas interessadas, mediante apresentação de trabalho e/ou propostas selecionadas primeiramente pela Comissão Organizadora. A idéia não foi de um seminário fechado, contávamos com propostas de grupos de trabalho e trabalhos a serem apresentados. A idéia igualmente não fechava à participação do Conselho.

Pretendo agora voltar à discussão da questão de Conselho e Movimento. Quando estive em Brasília, recentemente, pedi a Jacqueline que, quando viesse à Bahia, desse uma força, com uma audiência com o Governador, porque o Conselho daqui não saía. Fez-se uma batalha para criação do Conselho, mas tudo não

saiu do papel. Depois disso, tive informação de que o Conselho não saiu porque o movimento de mulheres não mudou os nomes das representantes para o Conselho. O Estado está esperando que os Movimentos mandem os nomes de suas representantes para serem aprovados pela Assembléia. Que quer dizer isso, será que há uma certa insatisfação por parte do movimento de mulheres aqui com os Conselhos? Temos a experiência com o Conselho Municipal, que foi trágica. Será que o Movimento está abandonando os Conselhos, ou o Movimento está totalmente desarticulado ou desmobilizado na Bahia? Qual seria essa relação?

GLACY – Creio que nunca tivemos a oportunidade de sentar frente-a-frente com o Conselho e discutir a questão da autonomia e considero que estamos aprendendo muito com essa convivência.

Acho que a ambigüidade e a insatisfação se explicam na origem desse Seminário, de quem participou das primeiras discussões.

Não cabe aqui uma acusação ao NEIM, acho que ele promoveu uma coisa que está sendo riquíssima para nós, mais não foi o que propusemos.

Quando do Encontro Feminista, fizemos uma série de discussões promovidas e organizadas pela Marta no Grupo de Autonomia e Organização do Movimento Feminista. Estávamos tentando rediscutir quais as premissas, os princípios básicos do movimento autônomo, e entre as questões principais, da autonomia. O que pretendíamos era um espaço, a nível nacional, em que pudéssemos discutir a questão do movimento autônomo com toda liberdade, pensar nossas práticas, nossas teorias, um espaço enfim onde pudéssemos realmente colocar todas as questões sem nenhum constrangimento e avançar. Pensamos inclusive, a partir disso, na possibilidade de uma coordenação, a nível nacional, que nada tem a ver com o Conselho.

O movimento autônomo tem que aparecer, porque a conjuntura política muda e, com a mudança da conjuntura ou vencimento de mandatos, nossas companheiras vão voltar para as trincheiras. Daí a dificuldade de lidar com esse poder que aí está.

A ambigüidade passa muito por aí e esse espaço é importante para lidarmos com essa ambigüidade, para lidarmos com o poder, podermos nos confrontar e falarmos as coisas sem inimizades, mas crescendo dentro desse Movimento.

Mas há um buraco, falta espaço para que o movimento autônomo possa discutir suas práticas e teorias, um espaço garantido, assim como o do Conselho. Não sei como vamos lidar com isso, acho ótimo que tenhamos um espaço dentro da universidade, que possamos fazer isso aqui, que tenhamos a UNICEF que possa fomentar um Encontro desse tipo, mas o que não é claro é quando se disse: nós não circulamos. Essa não é uma acusação ao NEIM, mas a forma como vocês organizaram acabou nos deixando de fora.

MARTA – Eu queria retomar a questão da autonomia. Fala-se de que não há movimento autônomo; como podemos respeitar a autonomia do movimento se não reconhecermos o movimento autônomo? Uma das questões centrais que o Movimento Feminista levantava tempos atrás era a questão de autonomia e, justamente por esta questão não ser assumida e compreendida é que, em 82, por exemplo, muitos dos antigos grupos feministas racharam. Na hora da definição cada um foi com o seu partido e a questão da autonomia não passava de puro discurso. Hoje as novas feministas, ou seja, nós, que estamos dentro do grupo popular, estamos tentando, se bem que sem grandes discursos sobre autonomia, entender que o Movimento de Mulheres tem que ser autônomo de Partido, de Sindicato, da Igreja, do Estado e da Financiadora, ter o seu próprio espaço, pois é nele que as mulheres organizadas determinam o que querem fazer ou pensar. Ontem me chamou a atenção quando se questionava a intromissão do partido e do Sindicato, mas a questão do Estado não era colocada. Temos de defender a autonomia frente ao Estado, é por isso que hoje essa situação se coloca aqui. Dentro do Novo Feminismo e do Movimento de Mulheres existe essa luta pela autonomia. No grupo de mulheres da periferia, por exemplo, ligado a Igreja, existe uma enorme dificuldade porque a Igreja controla; dentro dos sindicatos há feministas que estão organizando seu trabalho e lutando por um espaço, mas com limitações, porque a direção dos sindicatos controla a situação, até colocam propostas novas, segundo ouvir falar, para ver de que jeito as mulheres organizadas no sindicato podem ter autonomia de decisão.

Dentro dos partidos, dependendo de quais, as feministas lutam pelo seu espaço, para conquistar e avançar na consciência não só das mulheres como do conjunto do partido, e aí a questão da autonomia também tem sua relatividade. Dentro do Movimento

Popular de Mulheres existem grupos que lutam pela sua autonomia, há mulheres de diferentes partidos, porque autonomia não significa que as mulheres não tenham definição política ou partidária. A presença de alguns partidos garante a autonomia dos Movimentos, porque garantem seu espaço. Devemos analisar friamente a questão da autonomia no Movimento de Mulheres porque, se existe, é precária; de nada adianta fazer teoria de autonomia e desconhecê-la na prática.

MÍRIAM – Defendo a autonomia acho-a importante, mas ela muda de acordo com a evolução do Movimento, segundo a conjuntura. Acreditei, num determinado momento, que era possível haver autonomia dentro de um partido político, acreditei na proposta do partido político de que garantia a autonomia. Militei num partido político achando que estava garantida a minha possibilidade de desenvolver um trabalho autônomo, sendo militante de partido. Mudei de ponto de vista e acho que num determinado momento sua visão da realidade leva você a perceber que se pode ter um discurso, a necessidade de uma prática e que conjuntamente ela é impossível. Creio que nós todas estamos empenhadas em discutir a questão da autonomia, enquanto feministas dentro de cada uma das coisas que estamos desenvolvendo: na instituição financeira, no Estado, no partido político ou sindicato.

Se não estabelecermos quais as relações que queremos entre autonomia e poder enquanto feministas, nunca vamos sair disso. É bom saber qual o comportamento das instituições financeiras a partir de agora para sabermos como vamos manejar em relação a isso. Da instituição financeira não estamos livres; podemos estar da instituição financeira, mas não do sindicato; podemos estar livres do sindicato, mas não do partido político; podemos estar livres de tudo isso, mas estamos na universidade fazendo um projeto, e por aí vai. Quero saber o seguinte: é feminista ou não? Tem proposta em relação à mulher, qual? E faz o que em relação à mulher?

Quer estejamos no Estado, partido ou sindicato, não deve haver problema, porque somos mulheres, feministas, militantes; neste país somos poucas, dispersas, com muitas dificuldades de comunicação e se temos um espaço como esse, é um espaço maravilhoso para avançarmos.

Em relação à questão da organização do Conselho, como ele se institucionaliza, como se relaciona, se é Executivo, se vai ter programa etc., temos que discutir isso, são as relações de poder entre Conselho e Grupo, Conselho e Governo. Enquanto mulher, feminista, militante, quero colocar minhas reivindicações em relação ao Conselho, nas suas relações com o Estado, quero saber como é esse canal, esse espaço.

Em relação ao Sindicato, começamos a discutir pela manhã e não fechamos muitas questões; quais são as relações das feministas com os sindicatos e com essas feministas sindicalistas que a Paola coloca como algo novo?

Não quero me isentar da discussão de instituição financeira, de partido político, de sindicato, de igreja, ou de Estado, acho que todas essas instituições nos amarram como podem, e nós não nos relacionamos com isso como se fossem as amarras, mas achando que uma é melhor que a outra! Todas elas são patriarcais, até mesmo os Conselhos, e a questão da autonomia está colocada para nós todas, então temos que preservar, pelo menos a autonomia mental, para criarmos idéias e conhecimentos, porque precisamos disso.

JACQUELINE – Nilce, Marlene, Vera e eu, nós quatro estamos no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Recebi uma carta em minha casa convocando-me para este encontro, porque sou do Grupo CERES do Rio de Janeiro, e pedindo para apoiá-lo em Brasília, no Ministério da Justiça. Acho que isso dá a dimensão pelo menos no que diz respeito a mim, da minha vida mesmo, quer dizer, eu sou tudo isso, eu sou Jacqueline Pitanguy, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Estou, digamos, Presidente do Conselho com muita tranquilidade, sou e estou com prazer, inclusive, pertencço também a um grupo no Rio de Janeiro chamado CERES há alguns anos, não sou mais ou menos feminista, que ninguém. Enquanto pessoa que transita nas duas áreas, posso ou não, como qualquer uma de vocês, ter alguma contribuição interessante para trazer aqui. As pessoas se encontram aqui a partir de posições diferentes e estão aqui para adquirir momento de vida diferente, de experiências diferentes e a

heterogeneidade pode ou não ser enriquecedora, a heterogeneidade de posição, da vida particular, da visão.

Venho agora de uma série de reuniões, nas quais foi discutida a questão do aborto. Venho de um encontro que me emocionou, e que eu diria político, internacional, com vários grupos militantes, inclusive de médicos, com relação à descriminalização do aborto. Havia mulheres que fizeram o aborto, grupos que atuavam clandestinamente nesse sentido, outros que vinham de países onde o aborto já era descriminalizado, das Filipinas, onde o Movimento PRO-LIFE conseguiu o que tentaram fazer aqui no Brasil, que é proteger a vida desde a concepção.

Nesse encontro, havia várias mulheres de grupos feministas; reunimo-nos e conversamos junto a pessoas ligadas a organizações internacionais como a Coalizão Internacional de Mulheres pela Saúde, sobre a possibilidade de, finalmente, deslançarmos no Brasil, com o apoio fundamental do movimento de mulheres feministas, uma campanha pela descriminalização do aborto.

POR QUE ISSO AGORA E NÃO DEPOIS?

Porque agora tem início o processo de reformulação da legislação Ordinária, então, ou fazemos agora ou perdemos o bonde da história, até talvez uma próxima Constituição, uma próxima reformulação.

Em algum momento, desde a diversidade da posição ideológica de vocês, seria importante nesse Encontro pensar sobre a pertinência ou não de se voltar a discutir, neste País, a questão do aborto, a questão da descriminalização do aborto, ou retirá-lo do Código Penal, deixando ali apenas aborto criminal, que é o aborto feito contra a vontade da mulher, e estabelecer uma discussão no âmbito de Saúde Pública.

Tenho entendido que todos os países, salvo alguns em que a descriminalização do aborto obedecia a políticas claras de controle da população, na maioria dos países esses debates só foram adiante com a participação das mulheres, mulheres feministas, em entidades governamentais ou não, na universidade ou fora dela; mulheres que têm um compromisso com essa questão. Nós sabemos o que significa, em termos de Brasil, 4 milhões de abortos clandestinos por ano, nas condições que conhecemos, como é feita o aborto aqui no Brasil.

Estou lançando aqui, mas não é uma colocação minha, vocês receberão essa colocação dos vários grupos aos quais pertencem.

Nesse simpósio, foram colocados princípios, eu acho que vai haver uma coisa política em cima disso, mas acho que está no momento político das mulheres se articularem e estabelecerem discussões ideológicas; é passível que haja pessoas que sejam a favor ou não da descriminalização.

A idéia é se é possível lançar, a partir de 08 de março, uma campanha pela rediscussão e tentativa de descriminalização, enquanto está mudando o Código, o que significa ter uma formulação legal, pronta, discutida e amadurecida para oferecer, porque só se muda um Código com proposta de lei.

FEMINISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A MULHER NEGRA E O FEMINISMO

Luiza Bairros

DÚVIDAS E DELÍRIOS SOBRE O FEMINISMO A PARTIR DE UMA LUTA PELA SAÚDE DA MULHER

Ângela Arruda

MULHER NEGRA E O FEMINISMO

LuizaBairros

Um pouco antes de nós virmos para cá, eu estava comentando com Alice que provavelmente fiz uma loucura quando aceitei juntar algumas reflexões sobre uma coisa muito geral que seria “Mulher Negra e o Feminismo”. Quer dizer, a gente fica achando que já avançou muito na forma de pensar essas coisas, quando pára e tenta sistematizar um pouco mais essa relação, percebe-se que na verdade está faltando ainda muita coisa. Na semana passada, nós realizamos aqui em Salvador o 2º *Encontro Estadual de Mulheres Negras* e, de repente, esse tema surgiu. Nós não conseguíamos perceber muito definidamente esse tipo de preocupação, ou seja, essas mulheres negras organizadas hoje, qual é exatamente o tipo de relação que elas têm com esse chamado Movimento Feminista? Como essa relação vem sendo passada? Pensando um pouco na ausência dessa preocupação, pelo menos nesse Encontro que tivemos aqui na Bahia, fiquei pensando: nós, mulheres negras, já nos convencemos de que temos que nos reunir, em separado, e não vamos gastar muita energia para tentar pensar como essa relação vai acontecer, ou seja, fazer com que essas coisas evoluam a um ponto tal que possamos desembocar numa luta um pouco mais próxima, um pouco mais solidária. Em função disso e até mesmo pela própria ausência desse tema na literatura sobre a questão da mulher, resolvi juntar aqui algumas idéias que são muito mais fruto das discussões que tenho tido com algumas mulheres do Movimento Feminista e principalmente no Movimento Negro do que propriamente uma teoria, digamos assim, acabada, sobre à quantas anda esse tipo de relação. Resolvi colocá-las numa perspectiva temporal, referindo-me basicamente às mulheres negras que hoje militam no Movimento Negro e que têm uma preocupação muito marcada com a questão da mulher, um grupo minoritário. De todo modo, acredito que a maioria de nós tem uma experiência com essa questão e tentarei estabelecer aqui, como nós chegamos ao Movimento Negro e, a partir daí, como nos envolvemos com a questão feminista.

Um primeiro aspecto refere-se ao enfrentamento com o racismo, o que acaba nos levando ao encontro do Movimento Negro Organizado, à necessidade de conhecer melhor a história do negro, a identificar as formas explícitas e camufladas pela discriminação racial patrocinada pela escola, pelos meios de comunicação. Esse é o primeiro impulso, é o primeiro momento da consciência nossa e, como resultado, do ponto de vista de nós, mulheres, o mais imediato dessa descoberta de ser negra numa sociedade racista vem a ser a afirmação de uma estética negra, que vai se expressar, principalmente, pelo repúdio às pastas e ao ferro alisante. Ao longo desse processo começamos também a aprender e a perceber melhor o papel particularmente importante que a mulher desenvolve dentro da comunidade negra. Ela é, em sua maioria, chefe-de-família, a principal responsável pela criação e transmissão de valores culturais expressos pelas religiões afro-brasileiras, afoxés, blocos afros e grupos de samba; é também a mulher negra que desempenha um papel importante no processo de luta do negro ainda na escravidão, participando diretamente da formação e da defesa de quilombos. Essa mesma mulher negra é que povoa as estatísticas mais assustadoras das condições sócio-econômicas em que vive o povo brasileiro. As constatações desse tipo acabam fazendo com que nós, mulheres negras organizadas no interior do Movimento Negro, comecemos a pensar em formas mais específicas de atuação e, ao mesmo tempo, sofremos uma discriminação muito violenta por parte dos militantes homens, que não aprofundam a questão da mulher, apenas a constataam, desenvolvendo um processo de boicote da militância feminista dentro do Movimento Negro. O enfrentamento com o poder e o machismo se dá principalmente a partir das nossas relações com os militantes homens dentro do Movimento Negro do que propriamente por um questionamento das relações que cada uma de nós possa ter com seus companheiros. Desse modo vamos começando a identificar uma distância entre o discurso dos homens negros militantes, que em geral é um discurso de exaltação à mulher negra, a sua prática que é de confinamento da mulher militante ao “tarefismo”, à ausência da representatividade efetiva nas instâncias de direção do Movimento Negro. Nesse ponto instala-se uma disputa surda, onde o homem negro vê a mulher negra militante como alguém que concorre com ele dentro de

um espaço que ele julgava a salvo de qualquer obstáculo, obstáculos do mesmo tipo com que ele se defronta dentro da sociedade abrangente, dentro da sociedade branca, digamos assim. A partir do momento que a mulher negra percebe a especificidade de sua questão, ela se volta para o Movimento Feminista como uma forma de se armar, com toda uma teoria que esse Movimento Feminista já vem construindo ao longo do tempo e da qual nós estávamos muito distanciadas. Aí, nossa procura, coloca-se um outro nível de dificuldade. Se examinássemos aquela fase inicial do Movimento Feminista, ao final dos anos 70, quando o Movimento Negro crescia em todo o Brasil, encontraríamos questões que seriam estranhas, fora do lugar, na cabeça da mulher negra.

Fala-se da necessidade da mulher trabalhar fora de casa como forma de facilitar o seu processo de libertação; por outro lado, historicamente, a mulher negra sempre esteve associada ao trabalho para sua sobrevivência e a sobrevivência do grupo familiar. Fala-se da escravidão das tarefas domésticas que fecham a mulher em geral num mundo estreito, mas a mulher negra, sem maior motivo de espanto por parte de quem elabora esses discursos, é a empregada doméstica, desrespeitada e mal remunerada por excelência. Fala-se na necessidade da mulher pensar o seu próprio prazer, o conhecimento do corpo, mas reserva-se à mulher pobre, negra em geral, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d'água. Tenho a impressão, que a bica d'água foi muito mais uma imposição externa das mulheres brancas, com toda aquela vontade de participarem próximo às mulheres do movimento popular.

Durante muito tempo falou-se que para a mulher pobre essa questão do prazer não interessava e, uma parcela do Movimento Feminista embarcou nessa questão. Num certo sentido foi um momento de dificuldade, perceber que essas questões de classe na verdade não eliminavam uma outra questão que deveria ter sido colocada como sendo a mais importante, que era exatamente a condição de sexo dessas mulheres, independentemente da classe social. Durante muito tempo a bica d'água confinou mulheres negras. Falava-se igualmente na descriminalização do aborto, e era difícil estabelecer quem efetivamente seria beneficiado com essa medida, em razão da precariedade dos serviços

públicos de saúde, acessíveis às mulheres negras. Quatrocentas mil mulheres morrem de aborto por ano. A descriminalização não é apenas uma questão de legalização, na medida em que se garante a melhoria do acesso a esse tipo de serviço. Falava-se também na ampliação das oportunidades de trabalhar para a mulher, sem se questionar o significado do requisito de boa aparência para a mulher negra. A armadilha das profissões feministas é um outro ponto, sendo muito difícil identificar entre elas, as que são quase que específicas da mulher negra: servente negra pode, mas professora de curso secundário universitário, não. Existe uma lista imensa de aspectos desse tipo que foram levantados pelo Movimento Feminista ao longo dos últimos anos e onde nós sempre tivemos uma dificuldade muito grande de discriminar os aspectos raciais para reencaminhar as discussões. Não há dúvida que o fato desse Movimento ser formado, fundamentalmente, por mulheres brancas da chamada classe média, coloca um grau maior de dificuldade para esse entendimento ou para essa inserção das mulheres negras. Não há dúvidas que as mulheres do Movimento Feminista trazem uma contribuição importantíssima do ponto de vista de uma visão do mundo, feminina, mas também são essas mesmas mulheres formadas para desconhecer as desigualdades raciais, formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial e aí, contraditoriamente, ainda que o Movimento Feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada no sentido da produção das desigualdades, ele não consegue sacar a recriação constante dos mecanismos de discriminação racial das quais as feministas têm sido instrumento. O que poderia estar na base dessas questões? Senti dificuldade em identificar exatamente o que poderia estar aí, levantando umas duas ou três hipóteses que não são propriamente excludentes entre si, mas que se interrelacionam em termos de consequência.

Os ataques sofridos pelo Movimento Feminista na sua fase inicial provocaram a necessidade de se construir uma imagem única da mulher, uma mulher em geral e, desse ponto de vista, quaisquer tentativas no sentido de particularizar as diferentes situações do ser mulher, na sociedade brasileira, eram refutadas veementemente porque antes eram vistas como uma ameaça de divisão. Essa mulher compacta precisava ser criada naquele mo-

mento até como forma de garantia de sobrevivência do próprio Movimento. Por outro lado, o Movimento Feminista na sua fase inicial e hoje ainda, provavelmente, foi muito influenciado por mulheres que saíram das organizações de esquerda; na fase inicial do Movimento havia uma grande parte de mulheres recém-retornadas do exílio e com uma discussão já bastante avançada e elaborada a respeito das limitações que a concepção política das classes trazia para compreensão do movimento social.

Num certo sentido isso veio causar uma subestimação da questão da classe no interior do Movimento Feminista como forma de fugir a essas formulações estreitas tão comuns às organizações de esquerda. Isso levou, por outro lado, a uma super estimativa do indivíduo como elemento fundamental ao processo de discussão da questão da mulher. Prova disso parece ser esse profundo desprezo que num determinado momento o Movimento Feminista nutriu por todo e qualquer grupo de mulheres onde essa questão do indivíduo não estivesse muito claramente colocada. Os clubes de mães, as associações de bairros, etc., passaram a ser vistos como uma excrescência daquilo que se pretendia para o Movimento como um todo. Ainda hoje percebemos que existe uma preocupação muito grande em definir o que é movimento feminista, o que é movimento de mulher, como se fosse possível pensarmos o movimento social como algo materializável, num movimento geral único da sociedade.

O que se coloca também é a incapacidade de romper com a lógica, extremamente cruel, na falsa democracia racial brasileira. O branco de qualquer classe social sente-se no direito e no dever de cortar qualquer impulso no sentido da democratização das relações sociais, com o que perderia espaço dentro das já limitadas oportunidades à disposição dos diversos grupos sociais.

Em relação às mulheres isso não foi e não é diferente. As desigualdades raciais na verdade beneficiam as mulheres brancas, sejam elas feministas ou não.

Tem sido difícil e até certo ponto doloroso para nós mulheres negras a aprendizagem do combate ao racismo; teremos que incorporar, como um dado importante, a dificuldade que têm as mulheres feministas, brancas na sua maioria, assumirem-se enquanto instrumento da opressão racial. Nos momentos dos gran-

des encontros onde se fazem representar todas as múltiplas faces desse movimento de mulheres percebemos esse conflito. Apesar dessa coisa toda estar embutida no discurso cristão, careta, da harmonia, o que se coloca na maioria das vezes, é uma relação de conflito. A Mulher negra, no final dos anos 70, já identificava o Movimento Feminista como um aliado forte, mas essa coisa de democracia racial não permitiu essa aliança. Hoje encaramos com uma tranqüilidade muito grande a formação, naquela época, de grupos específicos de mulheres negras que, além das resistências do negro no interior do Movimento Negro, contavam com críticas extremamente ferozes vindas do Movimento Feminista. Desde então, verificamos algumas mudanças, principalmente em relação ao crescimento numérico de grupos de mulheres negras. Isso ainda não é suficiente para que estabeleçamos uma solidariedade baseada na condição de sexo igual. Há facilidade, por exemplo, em relação a mulheres como eu e outras que forçaram a barra um pouco mais e aprenderam certos códigos que o próprio movimento tem. No entanto, há um contingente imenso de mulheres espalhadas por esse Brasil todo que ainda não puderam ter acesso a esses códigos, sentem sinais disso e estão dispostas a discutir, concluindo que o melhor a fazer agora é discutir em separado.

Diante da necessidade de mascarar esse conflito, nós acabamos partindo para o estabelecimento de uma falsa harmonia; muito beijo, muita mão no ombro, redundando numa atitude extremamente paternalista. E o paternalismo, todas nós sabemos, é uma das piores formas de autoritarismo que existem. Na relação do branco com o negro no Brasil, o negro é tido como alguém extremamente infantilizado, o que, portanto, precisa ser conduzido; só para tomarmos um exemplo mais recente, lembremos o último encontro feminista, o 9º, realizado em Garanhuns, em que as mulheres negras fizeram críticas à organização do encontro e ouviram das mulheres feministas o seguinte: “olha, não tem que ficar nos cobrando, não tem que fazer nada, porque afinal de contas somos fruto de uma sociedade classista e racista, temos problemas em nos relacionarmos com outras classes sociais e com outras raças”. Essa afirmação, num certo sentido, representa um avanço enorme; antes isso jamais pudera ser colocado, porque havia, inclusive, na época, um medo muito grande que nós sáisse-

mos quebrando tudo, então as pessoas ficavam numa de não querer falar nada a respeito da questão, para não dar nenhum fora, para deixar a negrada quieta, porque senão a discussão inviabilizava e não se discutia nada, nem mulher negra, nem Movimento Feminista, nem coisa nenhuma, agora que começa a aparecer no discurso, é um avanço, porque nós podemos saber exatamente com quem estamos lidando, quer dizer, aquele abraço, aquele beijo, nós já sabemos exatamente de que tipo de cabeça estão vindo. Por outro lado, acho que isso coloca para todas nós uma coisa muito importante, fundamental no encaminhamento desse tipo de discussão, que é o seguinte: aquele caráter, aquela coisa que se reivindica para o Movimento Feminista, enquanto libertário, enquanto revolucionário e que se consegue afirmar do ponto de vista dos discursos e das práticas das mulheres feministas, entre elas mesmas e nas relações com seus companheiros, com suas famílias etc., isso é radicalmente negado, quando se coloca como algo absolutamente imutável. A sociedade é de classes, a sociedade é racista mesmo e nós não temos nada a fazer com relação a isso e até que se construa uma discussão mais coerente, mais conseqüente a respeito dessa contradição, que considero absolutamente perversa e brutal, preferimos continuar nos organizando nos nossos grupos de mulheres negras, nos nossos encontros de mulheres negras, onde temos buscado resgatar aquilo de mais instigante que o Movimento Feminista conseguiu produzir nesses últimos anos. Ao mesmo tempo, estamos fortalecendo a nossa identidade enquanto raça e a percepção de nós mesmas, enquanto parte de um grupo social extremamente discriminado, que somos nós mulheres.

DÚVIDAS E DELÍRIOS SOBRE O FEMINISMO A PARTIR DE UMA LUTA PELA SAÚDE DA MULHER

Ângela Arruda

A Comissão que nós chamamos de *Saúde e Direitos da Mulher* surgiu com a *Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher*, em Brasília, a partir das delegações de cada estado. À volta, às delegadas de Campina Grande resolveram dar prosseguimento, ao compromisso assumido, repassando aquilo que ouviram em Brasília. Essa comissão ficou com uma composição de profissionais de Saúde, estudantes, professoras, gente que pertencia a sindicatos, associações, tipo Associação de Domésticas, Associações Docentes, Sindicatos dos bancários, C.G.T. etc. A ação dessa Comissão foi em torno da luta pela implantação do PAISM em Campo Grande, mas não se restringiu a isso, na medida em que, para implantar a PAISM era preciso andar um pouquinho para trás e acompanhar a implantação das Ações Integradas de Saúde. Na Comissão, consideramos três pontos básicos: como primeiro, o Seminário de Ação Integrada de Saúde, que foi assumido pela Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde. A tendência da comissão, até então, tinha sido a de discutir com as autoridades, informar, explicitar como implantar o PAISM, como se fazia o que era preciso fazer. O segundo ponto é a descoberta da feminista que existe em cada uma de nós, e a preocupação de como levar isso a outras mulheres.

O segundo seminário foi primeiro e estabeleceu-se como instância de controle das ações resultantes do primeiro, no sentido de assegurar a efetivação das Ações Integradas de Saúde. Esse segundo seminário acontece numa conjuntura política completamente diferente, uma conjuntura política marcada por uma mudança de governo, em que a Secretária de Saúde do Estado não tem interesse em dar prosseguimento à reforma sanitária nem à municipalização.

Foi complicado para nós, porque primeiro assumimos não tomar frente da organização, porque a SUDS estava construída, cabia a ela assumir seu papel, e isso resultou numa participação menor; em segundo lugar, porque, não tendo havido um contí-

nuo entre o primeiro e o segundo seminário, os representantes de entidades, de volta às suas organizações não lograram traduzir o que era realmente o SUDS, a reforma sanitária e em que importava o PAISM, o que a era a saúde da mulher. A clientela do segundo seminário não foi a do primeiro; enquanto essa última se compunha de profissionais de saúde, a do outro era formado por trabalhadores da saúde em geral. A partir do segundo seminário surge a necessidade do Estado de formular uma programação para o PAISM para enviar à Brasília. O terceiro Núcleo Regional escamoteia; João Pessoa manda pedir que se faça um planejamento do PAISM, uma proposta de Campina Grande, ouvindo os grupos de mulheres; isso foi anunciado no Seminário por uma pessoa que veio de João Pessoa e foi cobrado na plenária. Uma reunião acontece, com grupos de mulheres convidadas, e a comissão, curiosamente, não é convidada, está presente pelo viés de grupos que participam. Embora se tivesse criado um grupo de trabalho do PAISM com todas essas entidades e mais a comissão e o Conselho Municipal, que tinham inclusive feito uma formulação de proposta de PAISM, o Estado apresenta outra proposta, que é apoiada pelo Conselho Municipal. Isso causou certa indignação da Comissão, que entra numa nova fase, de reflexão, capacitação, preparação de material educativo etc., para voltar a discutir com as mulheres sobre essas questões. A partir justamente da reflexão do próprio Movimento de Saúde da Mulher é que a saúde aparece como uma cunha para a entrada do feminismo nos setores de Movimento Popular. Evidentemente isso está ligado à questão do papel da mulher, à situação da mãe, legitimando a participação feminista. Mas o feminismo mistura aí outras questões, ou seja, a preocupação com a saúde da própria mulher, de um ponto de vista de reapropriação do seu corpo, da sua colocação como sujeito das definições a respeito do seu próprio corpo, com uma relação com o serviço de saúde, uma outra relação com estas instâncias de poder. A questão da maternidade, particular à mulher, tem que ser levada em conta, e que implica num determinado conceito de saúde, mais amplo e diferente do conceito normalmente veiculado. A saúde parece ter tido mais impacto na visão feminista de saúde como Movimento Popular do que como Movimento Sindical, o que é esperado, tendo em vista a própria natureza do Movimento Popular, mais ligado ao

cotidiano, condições de vida. A questão da violência é muito marcada e, certamente, gera várias formas de conflito. O feminismo da saúde mexe com algumas questões tabus da visão patriarcal do mundo, toca áreas profundamente sensíveis, como a reprodução, sexualidade, a normatividade sexual, o prazer regulamentado etc. Esses são pontos de conflitos sério, delicado, difícil, essa troca gera uma série de problemas e desentendimentos com relação à autonomia. A comissão teve sérios problemas, porque é uma entidade autônoma, para onde confluía uma série de outras entidades sem vínculos, direitos.

Apesar do caráter fluido dessa entidade, ela propugnou uma autonomia em relação ao Estado, tendo havido uma série de dificuldades no nosso relacionamento com as instituições governamentais, representadas pelo Conselho Municipal e Terceiro Núcleo de Saúde.

Discutimos a reforma sanitária, não nos restringimos apenas ao PAISM, procurando formas de beneficiar a população em geral na elaboração do regimento da SIMES, feito dentro dos passos da Comissão, chamamos todas essas entidades, discutindo democraticamente. Por quê? Porque essa elaboração marcou e foi um dos pontos fortes da discussão, combate às hierarquias dentro da Comissão. Outro ponto importante foi o fim da paridade. Por quê? Porque as entidades comunitárias eram abertas à participação, podiam entrar quantas quisessem, e isso fez com que elas fossem muito mais numerosas que as entidades governamentais e as entidades de saúde. Não é que nada disso tenha acontecido, pois entrar e se apropriar desse espaço é uma outra etapa, um outro passo que tem a ver com a cidadania, com a consciência dos direitos da saúde, questões que parecem amplamente duvidosas, inclusive no Movimento Sindical. Prova disso é que as Centrais Sindicais jamais conseguiram se associar de forma regular, ou porque isso passava por cima do específico e ficava no geral, definindo sua participação na ação da Reforma Sanitária via Associação dos Trabalhadores da Saúde, ou ainda porque não queriam participar desse órgão, porque era um órgão criado pelo governo, minado, por assim dizer. O fato é que, apesar disso não ter acontecido essa presença maciça das entidades comunitárias, não deixou de haver repercussão; existe hoje um

conflito na outra etapa da Reforma com a criação do Conselho Comunitário de Saúde do Município, que tenta resgatar esses aspectos que nós colocamos no regimento da SIMES, ou seja, o Conselho Comunitário de Saúde tem um regimento que aboliu os cargos, propondo uma Coordenação e abolindo a paridade; para poder fazer isso, achou uma fórmula de duplicar o número das entidades de saúde, incluindo uma quantidade enorme de entidades comunitárias na sua composição. Isso contraria a forma estatuída pelo Convênio, que estabelece serem os Conselhos Comunitários espaços das entidades comunitárias, que na Paraíba representam uma tradição de luta muito relativa, porque são os clubes de mães, associações de moradores que, digamos assim, não são a vanguarda da luta pela melhoria das condições de vida, pela mudança.

Daí a dificuldade de concretizar uma prática autônoma, quer dizer, nós começamos, temos as idéias, semeamos algumas coisas, mas elas não avançam. As mulheres sentem dificuldade de falar naquele espaço, acham que aquelas reuniões não levam a nada, não entendem o que está sendo discutido, acham a reunião muito chata e consideram um esforço enorme sair de casa à noite para uma reunião em que os técnicos falam difícil e não explicam nada. Isso não impede que germinem coisas. Apesar de não termos conseguido trazer as mulheres para dentro do SIMES, o Conselho Comunitário retoma uma série de aspectos que criam confusão em relação à proposta que fizemos. Isso indica um pouco a maneira como o Movimento Feminista aparece, como mostra a sua cara. Nós lançamos as idéias, elas de repente germinam, não aqui, mais adiante.

Há aí duas questões: uma é a dificuldade de que temos quando lançamos nossas forças numa batalha política dessas que é de fôlego, abrir para uma globalidade mais ampla, ultrapassar essa questão; temos aí uma tendência a refluir, nós recolhemos, e a reação que isso criou foi a reação à autonomia, a arregimentação de mulheres por parte das instâncias do poder.

Entramos na instituição, criamos o PAISM, ficamos de fora brigando, porque o PAISM não acontece dentro da instituição; só conseguimos jogar a famosa semente. Brigamos do lado de fora para que a semente germine. Eles, por sua vez, as instituições, nos consultam, nos chamam para prestar consultoria, oferecem-

nos trabalho, vêm perguntar como é que fazem as coisas que não sabem fazer, nos dão emprego e depois investem num Movimento que venha nos contornar. Há todo um jogo de vai-prá-cá, vem-pra-lá: andamos por aqui, vocês vão por ali, e nós não conseguimos decodificar; essa experiência específica talvez seja o jogo que está acontecendo em outros espaços.

Outra questão que queria levantar é a questão da diferença. Esse gigantismo que apresenta e que temos falado em Garanhuns que é a questão da diferença fica muito claro no Rio, onde ela começa a bater firme; o modo como nós começamos a juntar certas mulheres muito diferentes que não sabiam se juntar e respeitar as diferenças leva-nos a perceber essa dificuldade de incorporar a diferença como algo enriquecedor que fortaleça. A Paula levantou que no movimento popular há contradições com relação a esta questão; se a questão é lutar pela igualdade, vamos homogeneizar. Acho formidável o que a Luiza disse, porque ela nos remeteu àquilo que nós criticávamos.

Constatou-se, não sei se no movimento sindical popular, essa tendência a igualizar, a não querer estabelecer diferenças, com o argumento de que isso desune, enfraquece.

Há um problema com respeito à diferença, essa contradição entre um globalizante não igualizante. Certo que nós voltemos para a globalidade, mas sem querer com isso igualar. Respeitando as diferenças, acho que a questão que a Luiza levanta do indivíduo é uma questão fundamental, até onde vai a coisa do indivíduo, até onde podemos diferenciar, como conseguirmos manter as diferenças dessa contradição?

Penso que uma via de ultrapassagem dessa questão seja a volta à globalidade, mas uma volta cuidadosa.

Quando discutimos a autonomia das entidades, ficamos cobrando uma relação conosco; a coisa seria inverter, que nós tenhamos uma relação com elas, que nós definamos como vai ser, o que está faltando, que nós definamos o nosso papel para que possamos saber como estabelecer essa relação com as diversas instâncias.

ZULEIKA – Falamos como se somente nós, o Movimento Feminista, fosse cioso de sua autonomia e por isso desrespeitamos a autonomia dos outros. Acho que a exposição de Luiza foi muito

interessante e trouxe à baila um problema que temos realmente de reconhecer. Como é que vamos discutir com um grupo ou um setor de mulheres a idéia de liberdade, se não levamos em conta aquelas pontes que poderiam nos fazer aproximar dessas pessoas? Porque elas não têm manifestações diferenciadas. Na casa das mulheres negras, nós queremos ignorar que nós, mulheres brancas, somos mais iguais às mulheres negras, como os homens são mais iguais do que nós, mulheres como um todo. O que acontece é que a mulher negra tem uma especificidade neste específico da mulher, que é um problema da raça. Quando vou discutir a mulher no trabalho, evidentemente muitas mulheres são discriminadas, mas, a mulher negra é discriminada por razões específicas, ela é negra, sai à rua, a polícia espanca, acha que é ladrão, é terrível. O feminismo e a liberação da mulher negra passam também por esta característica especial que é o racismo. Temos que sair do monólogo e ir para o diálogo reconhecendo que os movimentos sociais são também ciosos de sua economia, é um fenômeno novo de nossa época.

Os movimentos têm programas especiais, forma de lutas diferentes, formas de organização, e esse contato deve levar em conta essa questão, do contrário vamos ter aquilo que ela disse: autoritarismo em cima dos demais movimentos e continuamos aqui no nosso gueto.

AIDA – As pessoas quando chegam para o feminismo trazem uma bagagem toda, não são pessoas que chegam lá, vestem uma roupa nova do feminismo e jogam fora a roupa do passado, do seu compromisso ideológico, da origem de classe. É como se pegássemos tudo isso, colocássemos do lado de fora e vestíssemos uma roupa branca, original, chamada feminismo. Isso não é verdade. Ainda que não tivesse entrado uma única mulher do meio popular, negra ou branca, a questão estaria aí, porque, afinal de contas, estamos numa sociedade e o feminismo está inserido nela. Como podemos nos abstrair disso? O equívoco sério do feminismo foi justamente pensar-se como uma asa capaz de eliminar essas diferenças. Lembro-me inclusive que brigamos sobre isso, dizíamos pode entrar inclusive mulheres de todas as classes sociais, dávamos exemplo de algumas bem burguesas, essa não dá para ser feminista. Era uma briga já entre nós, sem a presença de

qualquer outro segmento, mesmo tendo a predominância de profissionais de classe média já tínhamos esse conflito, porque o conflito está dado pelo social.

Não embarcamos no sentido de realmente fazer uma discussão séria e hoje ela está sendo extremamente necessária, porque esse diálogo com esses outros segmentos está sendo a questão fundamental. Conseguimos uma maneira de nos relacionarmos, de dialogar com esses outros segmentos ou vai ficar meia dúzia de feminista falando só.

BEATRIZ – Eu queria me reportar um pouco ao que a Ângela falou em relação a nós que estamos através da Saúde tentando exercitar a nossa prática feminista numa instância bem específica do Movimento Social e da Sociedade como um todo.

Uma inquietação que trouxe para esse encontro foram os espaços institucionais, especialmente na área de Saúde, que nós conseguimos abrir, conseguimos ganhar o que não estamos dando conta de ocupar, conforme os nossos princípios e segundo aquilo que acumulamos como saber em relação à Saúde. Nós, enquanto grupo, estamos fazendo a seguinte reflexão neste momento: muito bem, estão aí programas específicos para a mulher, espaços institucionais, grupos interinstitucionais; as instituições de saúde vêm atrás de nós porque temos um saber para executar determinadas propostas que eles não têm.

Mas, na verdade, qual o princípio que nos levou, enquanto feministas, para a área de saúde, quer dizer, interferir nas políticas de saúde, medicalizadas, patriarcais, como são de fato as políticas institucionais? Até que ponto estamos legitimando uma forma medicalizada, patriarcal, de se envolver com a questão da saúde, até que ponto perdemos um pouco da ousadia inicial, de uma proposta mais revolucionária? As mulheres em geral, especialmente do meio popular são detentoras de um saber que nós, da classe média, já perdemos, já não mais temos com relação ao cuidado com a vida.

Como é que lidamos com os espaços que abrimos? Era isso mesmo que queríamos?

Como nos damos conta desses espaços, de acordo com os nossos princípios?

ANA MARIA – Estávamos aqui discutindo até então com grande ênfase em torno de duas variáveis principais: gênero e classe, e Luiza nos traz aqui a variável raça, que não esteve presente em nossas discussões e, de certa forma, não foi identificável entre nós, embora estejamos na Bahia, que talvez seja o estado, do ponto de vista racial, onde a população negra e mestiça, ou mulata, seja predominante. A verdade é que representamos isso que o brasileiro convencionou chamar de branco, são as várias marcas da nossa trajetória genética.

A maioria de nós que teve acesso à educação e informação somos brancas e o Movimento Feminista reflete isso. Não somos apenas fruto, mas instrumentos de manutenção dessa situação, nós, mulheres brancas, somos instrumentos da opressão que a mulher negra sofre.

Podemos fazer um retorno à globalidade sem deixar de considerar que algumas de nós não podem fazer esse retorno. Tenho uma empregada doméstica, trabalha comigo, é negra e quando eu levo os pôsteres do CNDM e os coloco em casa, aquele lindo da mulher negra e da menina, ela me diz assim: eu não gosto de ser chamada de negra; aí eu pergunto: “e como é que você gosta de ser chamada”? Ela respondeu: “Ah, eu gosto de ser chamada de escurinha, aquela morena, mas negra não”.

A mulher negra tem que ter seu espaço, para cuidar da sua especificidade enquanto gênero, mulher.

A outra questão que queria que a Luiza me esclarecesse refere-se a um certo pudor de me relacionar com mulheres do Movimento Negro, com medo daquilo que se disse, de usar o código errado, porque nós não temos o código.

Uma das coisas que me preocupa é que eu não tenho o código e quando vou escrever sobre o assunto me atrapalho.

Numa população em que a miscigenação se deu em altíssimo grau, como tratar politicamente a superação da desigualdade ou da diferença?

CECILIA – O feminismo surge com uma proposta universal de encarar a opressão da mulher como pré-histórica e, avançando na história até hoje, essa opressão é semelhante para todas as mulheres, que nos une porque podemos atravessar todas as distinções,

mas, teoricamente, não se sustenta, e na prática também não. Vários conflitos aparecem quando dizemos: todas as mulheres são oprimidas, portanto, nós podemos todas nos unirmos. Sabemos na prática que isso não é verdade e teoricamente também não se sustenta. Como tratar essa questão, em termos de relação com os demais movimentos? Devemos pensar que o feminismo por si não é necessariamente não-racista, não-classista, é só lembrarmos como surgiu o feminismo no começo do século, elitista e racista. Aqui no Brasil o feminismo contemporâneo surge dentro de um movimento de esquerda em que se pensa poder tratar as diferenças de classe. Em outros países isso não acontece; o feminismo dominante, por exemplo nos EUA, é classista e racista, não é globalizante de jeito algum. O Feminismo, por si, pode ser racista e classista, nós trabalhamos com uma variante de feminismo. Quando pensarmos a relação entre feminismo e outros movimentos sociais, que guardemos isso, que somos uma variante que tenta não ser classista nem racista.

NAUMI – De acordo com o que ela falou, acho que é uma questão de destaque, e que começamos a tratar ontem no nosso grupo, e até o fim do Seminário poderá trazer mais esclarecimentos, porque se trata de uma questão equívoca, essa de que diferenças sociais criavam divisores de água dentro do feminismo.

As negras teriam então a especificidade dentro desse Movimento, como vemos agora no Movimento das Mulheres Negras. Isso só teria validade se o feminismo fosse exatamente igual a um Movimento Social tal como existe numa sociedade democrática, pois no momento em que o feminismo se propõe a outra coisa, esta questão deixa de existir. Existem sim, problemas raciais, problemas éticos, econômicos, mas dentro da sociedade global e aí é que a coisa tem que ser resolvida. Existem dois movimentos bem diferenciados aí; as negras sempre tiveram seus problemas, os negros também e isso não é opressão, sempre existiram dentro da sociedade de classe como a que nós vivemos. Seria equivocada dizer que o feminismo deveria dar conta de uma divisão que não foi ele que criou, já encontrou e não é um divisor de águas absolutamente racial, econômico; a questão fundamental é a contribuição do sujeito feminismo e acho que se existem divisões é porque esta questão fundamental ainda não foi tratada com profundidade. É esse o meu ponto de vista.

ALBERTINA – Não é uma postura de classe média fazer com que o movimento popular reivindique bica d'água? A classe média tem necessidade de diferentes ordens cultural e simbólica e as classes populares têm necessidades materiais.

Tenho a impressão que nós, feministas, conseguimos pensar a relação de opressão entre mulheres desde que essa relação seja baseada em trabalho. Nós já pensamos várias vezes a relação patrão-empregada, na dimensão da exploração, mas há outras dimensões, com as quais nós não temos nos preocupado como a de raça, e tudo que é cultural.

As relações de explorações entre mulheres se dão, e não podemos deixar de pensar que elas existem e trabalhá-las.

LOURDES – Acho que os paradigmas de sustentação do feminismo, a grosso modo, ou seja, possibilidade de construção de um sujeito feminino, independentemente do percurso histórico, não passava necessariamente pela questão de classe, a raça e outros elementos que eventualmente poderíamos trazer.

Da forma como isso foi reapropriado, como isso foi capturado e porque foi capturado, faz com que as mulheres negras se pensem, as mulheres de classe se pensem, as mulheres dos movimentos sociais se pensem, apontando para a impossibilidade de construção de um indivíduo, de uma subjetividade coletiva, mas uma subjetividade individual. Isso é o que faz com que as mulheres do Movimento Negro, talvez eu esteja dizendo uma verdadeira heresia, mas que elas se coloquem mais enquanto problema de raça do que problema de gênero.

Discutindo na Paraíba com algumas brancas e negras – havia uma variante grande de matrizes, de cores, e homens também, presentes, inclusive o representante do Movimento Negro – ficava claro que essa busca do específico obstrui o processo.

O Movimento Feminista pode ter uma visão limitada e parcial, mas é um segmento específico, com uma série de preconceitos, uma anterioridade ideológica, cultural, simbólica.

MIRIAM – Quando se enfrenta a questão do lesbianismo, dentro da questão de gênero, tem-se uma vertente; nesse momento, em termos de conhecimento a nível de feminismo, quem está contribuindo mais, pensando mais, radicalizando mais são as mulheres lésbicas, que estão aprofundando a questão de gênero, criando todo um saber todo novo.

Na questão de raça há um nó que para mim é o da existência cultural, negra ou de qualquer outra cultura, que tenta resistir num espaço social onde é agredido e explorado, que é o da família. Num grupo de mulheres negras, tem-se a questão da família, a questão do aborto, controle da natalidade, planejamento familiar e toda a coisa do núcleo familiar, cuja forma de visão é bastante diferente, porque o núcleo familiar, na verdade, é um núcleo de resistência. Como é que se agrega numa sociedade como a nossa, o negro? Temos um problema mesmo de comunicação e nós não enfrentamos essa questão, ficando sempre passando no liso, ensaboando. Um exemplo é a questão do aborto que é uma questão de consciência, mas não enfrentamos, porque concretamente o Movimento Feminista luta pela descriminalização do aborto, mas são mulheres brancas, podem ser todas do Movimento Popular; mas as mulheres negras envolvidas no Movimento Negro não defendem o aborto, não podem defender, porque a questão da família é uma coisa muito forte, trata-se do agregado familiar. Não acredito que tínhamos de trabalhar a globalidade como se fosse um amálgama, uma coisa só.

NILCE – Acho que no Brasil é muito difícil as pessoas admitirem o racismo, a não ser os negros, que vivem na pele essa problemática. No Brasil, não existe racismo, existe problema social, questão da pobreza, da miséria, da falta de oportunidade, porque a mulher branca, da mesma classe social da mulher negra, ou seja, favelada como esta, tem os mesmos problemas e as mesmas questões. Desse ponto de vista, o Movimento Negro tem que realmente ser fechado, como foi o Movimento Feminista numa certa época. Será que vamos abrir agora para fazer um grupo misto e discutir a questão do feminismo junto com os homens, ou ele ainda continua fechado? Como é que os negros furam esse bloqueio, que não é de racismo e sim um problema social, problema de miséria?

Tem que ser realmente um grupo fechado, mas, ao mesmo tempo, eu me pergunto “Será que as mulheres negras vão ter que se organizar sempre em grupos mistos? As mulheres negras não podem denunciar para não quebrar a unidade do grupo, é a luta: o problema do estupro, do espancamento que os homens negros também exercem sobre as mulheres negras. Será que ao

descriminalizar o aborto, as mulheres pobres vão ter o mesmo tratamento? Claro que não. Numa Sociedade de classe, isso é óbvio, como é óbvio no serviço geral de saúde.

VILMA – Sabemos que, na teoria e na prática, o machismo é uma realidade em todas as classes e em todas as raças, com mais intensidade umas que em outras. Luiza fala da discriminação do negro militante com relação à mulher negra militante, e do paradoxo que é esse mesmo negro militante exaltar a mulher negra militante. Seria isso, o medo de que esse espaço do negro na sociedade seja ocupado pelas mulheres negras e com isso o negro ser mais ameaçado, mais discriminado?

AIDA – A propósito da fala de Luiza, de que o Movimento Feminista é libertário e que é uma contradição, por princípio, um Movimento se dizer libertário e discriminar, assumir uma postura preconceituosa com relação à mulher negra, creio não haver espaço para essa diferença também seja incorporada na luta. Lendo o texto da Raquel Moreno, parece que nos traz de volta a um repensar o nosso feminismo. Junto isso à questão que Ângela levanta da tentativa na formação do Grupo lá em Campina Grande de uma prática hierarquizada, de uma demolição de um poder interno que faz parte da nossa subjetividade, para essa tentativa de se impor através de qualquer que seja a brecha: através da palavra, de uma maior graduação universitária, de sermos históricas ou não, mais novas, menos novas. Tem se pensado nisso e acho que justamente por conta desse pouco pensar da nossa prática feminista, obviamente ser feminista não é estar pronta, não é ter apagado completamente os vestígios de machismo, racismo, classismo etc., e essa questão que ela colocou de libertária mexeu em todas essas coisas que venho pensando muito. Ontem, num papo com Dulcinéa dizia: nós estamos tão bem comportadas, você não acha? O que difere. O que eu guardo bem mais registrado é a minha prática feminista de 70 até 82, onde a nossa briga não é só mulher, também passava por aí, não queremos institucionalização, não estou dizendo que isso é correto, não queremos hierarquia, diretoria, cargos, todos; na prática feminista de 70 a 82, havia uma tendência anárquica que caracterizava os grupos feministas no Brasil bastante coerente com a proposta libertária. O fundamental do feminismo é essa proposta libertária, é o res-

peito à diferença; não estou propondo que de repente rompamos com toda a hierarquia com todos os poderes; isso é impossível, porque fomos constituídos dessa forma, mas é estarmos alertas.

Nossa prática é discriminatória, não que não saibamos, mas é um saber não sabido, e acho que esse saber não sabido não se resume única e exclusivamente ao Movimento Negro, da mulher negra.

ALBERTINA – Gostaria que não se perdessem duas questões que considero fundamentais: identidade e especificação do Movimento Feminista e que remetem talvez à dupla militância, quer dizer, há um Movimento Negro e há um Movimento da Mulher Negra. Como é que isso fica? O Movimento Negro inclui, evidentemente, as mulheres negras, mas resisto em pensar em um Movimento da Mulher Negra Feminista, como um divisor de águas dentro do Feminismo.

Outro ponto refere-se aos problemas de raça, poderiam ocultar, ofuscar o problema de gênero?

LUIZA – A preocupação da Ana quando falou essa coisa da miscigenação, um pouco desse negócio do medo de ferir suscetibilidades, não domínio do código etc.; eu acho que isso aí é uma coisa que vai demorar um tempo. Vamos ter que conviver com essa possibilidade mesmo, é de pisar na bola e de receber respostas presumidas. Eu estava me lembrando de uma coisa que aconteceu na organização do 08 de março desse ano. Nós, mulheres negras, custamos um pouco a entrar na comissão organizadora, havia o fato de 88 ser o ano do Centenário, quando todo mundo pensava que a Bahia tinha que ter mulher negra, o tema central da discussão era essa. Alguém me procurou um dia dizendo o seguinte: “olha, apareçam rápido naquela reunião, porque alguém levantou a necessidade de colocar a mulher negra como tema da passeata, e aquela tua amiga – que era a Alice – tirou da pauta essa discussão, dizendo que não tinha nada a ver”. Fiquei quieta e fui à reunião. Na verdade, o que Alice tinha colocado é que ela achava que aquele conjunto que ali estava não deveria tomar nenhuma decisão com relação a isso, sem que antes as mulheres negras organizadas pudessem estar integradas naquele processo. Esse é um exemplo de ruído que aparece nessa relação, nas interpretações apressadas em função de pré-con-

cepções do ponto de vista da forma como essa relação se dá. Então, quando uma mulher branca abre a boca para falar da mulher negra, eu me preparo para ouvir bobagens, coisas incoerentes, inconsistentes e que eu tenha que combater violentamente. Então esse momento onde vamos tentar conseguir um grau de confiança um pouquinho maior é um processo que vai durar mais um pouco.

Quando o Movimento Negro Unificado – MNU foi criado, em sua Carta de Princípios dizia o seguinte: “nós negros, entendemos como negro todo aquele que traga na cor da pele, no cabelo, nos traços etc., sinais característicos da raça negra”. Isso era uma coisa muito doida, porque de repente delimitar o que é negro na população brasileira, mas, por outro lado, acabou sendo uma coisa muito importante para nós, porque quebrou dentro do Movimento Negro Unificado as classificações. Às pessoas que vem ao movimento se colocando enquanto negras, não vamos perguntar se o pai era branco, quem era branco na família e coisas do tipo. Trata-se de alguém que está ideologicamente definido para aquele tipo de coisa, então é negro também; não fazemos nenhum tipo de distinção.

Nos Estados do Sul, a questão ser ou não ser negro é menos acentuada, porque a sociedade está muito definida, digamos assim, do ponto de vista das suas posturas racistas, fato que não acontece aqui. Na Bahia, alguém está sempre procurando alguma forma de achar uma avó índia, mas negra jamais. Nos Congressos Nacionais do MNU, os militantes novos da Bahia ficam apavorados com os negros mineiros, que jamais seriam negros na Bahia, mas o são em Minas. Então, para nós, o que existe, como definição ideológica, é o negro, é a mulher negra e nada mais além disso. Consideramos ser de grande ajuda quando as pessoas se referem a nós como negras. Muitas vezes, quando um branco se refere a um negro dessa forma, em condições de normalidade, não é xingamento, não é pejorativo, e isso ajuda esse negro a se perceber “no seu lugar”, não no lugar da subordinação, mas um lugar do seu papel na sociedade, como fruto de um processo histórico.

Com relação à questão do patriarcalismo interno, não sei se estamos tratando disso; na discussão sobre família é quando aparece mais nitidamente, não diria a impossibilidade de tratar do

patriarcalismo, mas a necessidade de construir outro caminho para trabalhar. Quando nos debruçamos como negra para estudar essas questões, encontramos uma dificuldade muito grande, porque temos que saber tudo a respeito de tudo; do ponto de vista dos meus estudos, estava me especializando em força de trabalho e hoje tenho que mexer com família, mas muito timidamente, porque está me faltando uma base teórica para essa discussão.

Não conseguimos dimensionar quantitativamente a existência de famílias negras chefiadas por mulheres. Não cairíamos no engodo de dizer que a maioria das famílias negras está nessa situação, mas é possível afirmar que existe, dentro da comunidade negra, uma incidência muito maior de famílias chefiadas por mulheres. Como no Brasil se usa muito generalizar tudo que se refere a negro, não importa qual seja a característica, principalmente quando se vincula a algo negativo, isso é muito facilmente generalizado para a comunidade como um todo. Do ponto de vista do negro com relação à família, diz-se que a família negra é incompleta, com a ausência de um pai que seria o chefe e incompleta por conseqüência, no sentido da sua capacidade de socializar seus membros, com relação às exigências do sistema social. Para nós, enquanto comunidade, é que efetivamente a família, como a Míriam colocou, é um elemento central. Não há como analisar essa família do ponto de vista da sua destruição, buscando sua preservação na comunidade, pois do contrário corre-se o risco de desagregar essa comunidade.

Pertencemos a uma comunidade onde a maioria das famílias são consideradas incompletas; do ponto de vista do padrão de família burguesa e essa família, supostamente incompleta, foi capaz de manter, durante 500 anos, um mínimo de agregação. Será que, na verdade, a construção de família que temos não está apontando para essa família sem homem e que se mantém? O que atrapalha é a influência da escola, dos meios de comunicação, porque, de um lado, se a mulher negra contribui de várias formas para assegurar a solidariedade de um grupo, por outro tem um modelo colocado que só se completa através do homem, ainda que ele não esteja presente nessa família é alguém a quem se recorre.

É como, dentro dessas famílias negras, encontrar aqueles homens que passam e deixam filhos, demonstrando tentativa das

mulheres de aproximação desse modelo de família burguesa. Para não acharmos que família é careta e tem que ser destruída é que trazemos para a discussão esse tipo de especificidade.

Li recentemente um texto produzido nos Estados Unidos a respeito da questão entre homens e mulheres negras, que apontava o seguinte: muitas vezes, dentro da família negra, o homem é preservado e as mães têm um sentido especial de proteção com relação a esses homens, muito mais forte que o que elas têm com as mulheres negras. O homem negro se baseia numa rede formada por mulheres, mães, tias, avós e irmãs que lhe asseguram a subsistência, o acesso à escolaridade. Quanto às mulheres negras, devem lutar pelo acesso à educação e outros serviços.

Nós, mulheres negras, adquirimos uma resistência muito maior frente aos obstáculos que são colocados para nós, criando uma tensão identificável ao interior do Movimento Negro, sob a forma de uma guerra entre militantes negros homens e militantes mulheres. O Movimento Negro hoje tem se constituído como um canal de ascensão social para muitas pessoas, notadamente a partir da Nova República, aparecendo da seguinte forma: as oportunidades que não tive aí fora na sociedade, vou tentar buscar através do Movimento. Em outros setores, seria: eu sou liderança de Movimento, vão-se abrir portas, cargos, que como negro comum não teria. Há um espaço garantido para esses homens, porque há mulheres muito mais competentes, criando uma disputa da própria sobrevivência, não só política, mas econômica. Essa disputa é muito mais intensa entre homens e mulheres negras devido às condições sociais da comunidade.

Outra questão que é muito discutida dentro do Movimento é o aborto, por várias razões: a maneira como ele é feito, as conseqüências resultantes de sua prática na ilegalidade, quando inúmeras mulheres morrem, e até que ponto a legalização irá mudar esse quadro.

DULCINÉA – Fala-se de autonomia, mas não se toca na hegemonia, que é um dos pontos que todos os movimentos estão querendo preservar. Outra questão refere-se ao retorno à globalidade.

ANAILDE – A questão de raça, enquanto variável, foi um dos pontos no meu trabalho de tese. Embora não tivesse sido minha

intenção trabalhar com essa variável, ela pintou de um modo tão forte que foi impossível não trazer para o plano das variáveis de uma primeira análise dentro da educação sexualmente diferenciada. Como se coloca a relação entre, a tipificação do comportamento e, por outra, o estereótipo de comportamento enquanto masculino e feminino na variável raça?

Vendo ilustrações de um desenho animado, a personagem da mulher é vista com docilidade, menor agressividade, menor autoridade, enquanto o homem é mais agressivo; com um personagem negro, eu já não obtinha categorias válidas que pudessem caracterizar o personagem negro com base nos mesmos valores.

(3) - **Niño:** Por que suspiras? Tus suspiros parecen lágrimas silenciosas que hieren mi alma.

Niña: No me pasa nada ... sólo veo la playa que es como una larga espera.

Niño: Põr que?

Niña: Porque la arena espera impacientemente al mar, y el mal agradecido apenas le roza sus mejillas...

Niño: Si, tienes raz ... Mira un barco! Un hermoso barco rojo.

Niña: Por que te impresiona tanto um barco?

Niño: Por que um barco es un peñasco de mi alegría.

Niña: Y se el barco naufraga?

Niño: Si naufragara serían todas mis esperanzas achadas al olvido.

Niña: Ojalá que llegue a un puerto!

Niño: Para qué, si el puerto es el olvido de las sirenas...

Soledad Hevia de la Jara, 12 años. Palmera de Agua. Poesia e cuento, Taller Infantil de Creación Literaria NASCIMIENTO, Ed. Los Músicos Ambulantes, México D.F., 1983.

PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DO FEMINISMO NO BRASIL

METODOLOGIA DE PRÁTICAS EM SAÚDE DA MULHER

DulcinéaDeOliveiraXavier

A CONSTRUÇÃO DO TEMPO FEMININO: DA (IM)POSSIBILIDADE DO EXTRAORDINÁRIO

LourdesBandeira

METODOLOGIA DE PRÁTICAS EM SAÚDE DA MULHER¹

Dulcinéa De Oliveira Xavier

Num primeiro momento do feminismo no Brasil, exerceu-se a prática de reflexão por grupos eminentemente de classe média, no interior das casas, ou em alguma sala. Essa prática de reflexão cresceu em torno, quase que especificamente da questão de gênero e da relação homem-mulher. Esses grupos cresceram muito e, por conta do próprio processo na sociedade, suas propostas começaram a se voltar para a questão da cidadania.

Sáimos desse feminismo globalizante e começamos a tratar de coisas mais operativas, ligadas ao direito da cidadania. Proliferaram-se as práticas de grandes encontros, grande manifestações, com uma característica bem acentuada que é a prática da denúncia. A metade da década da mulher é caracterizada pela prática da denúncia. Denuncia-se a violência contra a mulher, as questões da saúde.

A partir desse momento, começa a sentir-se a necessidade de se voltar novamente para esse micro-espço, para saber o que efetivamente se propõe em termos de saúde, em termos de várias questões da cidadania. Daí começam a surgir os famosos grupos que hoje chamamos de grupos autônomos, mobilizados em torno de várias questões, mas que têm essa prática como característica. Uma coisa que dava para perceber naquele Seminário, inerente a todas essas práticas, é uma espécie de volta á reflexão bem determinada sobre a questão do corpo, da sexualidade, dos direitos reprodutivos, dessa coisa que chamamos a politização do individual. É isso que caracteriza hoje a prática feminista autônoma que também é chamada de prática de educação em saúde.

Houve grupos, por exemplo, que se reuniram em tomo da questão sindical, mas essa prática de reflexão sobre as questões do corpo tem predominado e é que tem caracterizado mais ou menos a chamada prática feminista.

¹ O texto original apresentado é também de autoria de Sílvia Camurça, Sônia Correia e Elisabeth Ramos (SOS Corpo-Recife).

Esses grupos cresceram, se espalharam no Brasil inteiro, ocuparam espaços, principalmente na saúde, onde essa prática de reflexão possibilitou para alguns uma profissionalização, criando-se metodologias e repassando aos técnicos da área de Saúde. Novamente as questões da conjuntura aparecem: a implantação do PAISM colabora inclusive para possibilitar o avanço dessa proposta na área da Saúde e a coisa se desdobra chegando ao ponto de, por exemplo, haver experiências feministas dentro de espaços como o Serviço de Saúde do Estado de Goiás, o que causa dúvidas, mas é prática feminista sim, porque pessoas que estão lá dentro e assumiram essa proposta passaram a fazer isso de uma forma clara, consciente, assumida.

O espaço da área de saúde, possibilitado antes pelo Programa de Saúde Integral da Mulher, não mais se constitui, uma vez que o PAISM ficou limitado aos grandes centros urbanos, impossibilitando com isso sua implantação em outros Estados. Uma série de treinamentos previstos, visando à possibilidade de expansão dessa metodologia, está impedindo nosso momento de evoluir, trazendo problemas de continuidade.

Os grupos autônomos têm uma limitação séria: são sempre muito pequenos, com poucos recursos e atingem uma parcela muito pequena da população. Através desse programa, pretendia-se massificar a proposta; com essa restrição do PAISM, voltamos atrás, restringindo a proposta dentro dos espaços dos ditos grupos autônomos.

Tínhamos um encontro de dupla jornada de trabalho em Pernambuco, mais ou menos há um mês atrás, onde procedíamos a essa discussão. O encontro tinha uma composição muito grande de mulheres do meio popular e da zona rural foi um sucesso, com 120 mulheres participando o que poderia ter-nos feito ficar satisfeitas, pelo contrário, esse tipo de prática que o feminismo oferece é tão divulgado, inclusive dentro dos Encontros, principalmente dos três últimos, o de Bertioga, o do Rio e o de Garanhuns. Esse tipo de prática efetivamente é vivida através do feminismo, fora desses espaços: no sindicato, nos partidos, de onde essas mulheres também se originam ou onde continuam fazendo suas duplas militâncias. Nesses lugares, não há efetivamente espaço e reprodução de metodologias. Fazemos esses en-

contros, são lindíssimos, com mulheres trabalhando, aquela coisa maravilhosa e depois, a continuidade, o desdobramento disso? Não há espaço para reprodução. Colabora com essa dificuldade o fato de que essas coisas entram na vida dessas mulheres como uma brincadeirinha, um momento feliz na vida. Os partidos, nesse momento, fazem uma corrida, por conta da abertura em termos de aproveitar as mobilizações que o feminismo desenvolve ao ponto de figurarmos que a prática feminista seja tragada pelo conjunto das demais práticas.

Outro complicador da questão parece ser o de termos pensado que a prática feminista é original do feminismo e depois descobrimos que não, que tinha inspirações em outras práticas, principalmente nas práticas psi, onde são utilizadas uma série de técnicas como a bio-dança, a sonoterapia, a expressão corporal etc. Tudo isso foi incorporado sem passar pelo entendimento os fundamentos do próprio feminismo. É claro que nem tudo está perdido, há tempo para recuperarmos tudo isso.

A CONSTRUÇÃO DO TEMPO FEMININO: DA (IM)POSSIBILIDADE DO EXTRAORDINÁRIO²

LourdesBandeira

Na construção do tempo, dá-se a construção da identidade, a multiplicidade dessas identidades e, finalmente, a possibilidade ou a impossibilidade da construção do sujeito ou do não sujeito.

Pensar no tempo significa pensar nas múltiplas formas de uso do tempo; o tempo é uma construção, não é algo que exista, ele é construído, codificado e apropriado. O uso e a apropriação do tempo podem ser favoráveis, perversos, há uma multiplicidade de formas de apropriação. Nos chamados grupos primitivos, o ritmo da natureza é que impunha ao homem a dimensão e a compreensão do que se chama tempo, quer dizer, havia uma lógica, que era a da necessidade, e quem determinava essa lógica era a natureza. O sentido do tempo era medido por essa lógica e o fenômeno natural, no caso a chuva, o sol, as marés, é quem determinava essa compreensão. O fenômeno natural determinava os cuidados cotidianos.

O texto de referência que nos baseamos para discutir essa categoria de tempo é o de Thompson e onde ele determina a medida desse fenômeno natural. Tomamos alguns exemplos do próprio Thompson, quando ele diz: as tarefas cotidianas se baseavam os intervalos do tempo: levar o gado ao pasto; soltar as ovelhas; uma cozinhada de arroz; a passagem de uma chuva; tudo isso determinava um tempo, ou seja, havia um tempo mensurável a partir dessas atividades, era a lógica da natureza que impunha essa dimensão.

Na verdade, o sentido do tempo determinava a orientação do que fazer, nesse primeiro momento; daí as atividades cotidianas possibilitavam essa tomada de consciência e ao mesmo tempo possibilitam uma consciência da dimensão do tempo. Essa é a primeira dimensão do acasalamento irreversível da dimensão cósmica com o tempo histórico social, é quando começa a dimensão histórica social de mensuração.

² Em co-autoria com Deis Siqueira.

Como podemos colocar a construção histórica do ritmo da natureza que vai determinar o tempo feminino? Na verdade, ele é determinado pelo “o que fazer”, e esse “o que fazer” é determinado anteriormente ao surgimento do próprio relógio; na verdade o relógio surge no século XIV e a forma de mensuração do tempo é anterior. Essa forma de mensuração do tempo tem anterioridade na distribuição dos papéis, do tempo vivido, como por exemplo: no espaço doméstico, antes de haver a sincronização da disciplina com o surgimento do relógio, havia uma sincronização das atividades da mulher na esfera da reprodução, no cuidado dos filhos etc., com as demais atividades que ela exercia: o pastoreio, a agricultura, o artesanato etc. A divisão social e sexual na distribuição dos papéis é anterior ao tempo disciplinador, que é o tempo do relógio. Essa orientação é incorporada no grupo familiar e é vivida anteriormente.

Temos já aí a caracterização do que chamamos da dupla, da tripla, da múltipla jornada da mulher, isto é, onde começa a dimensão do tempo de história da mulher.

Quando o tempo é mensurado sob a forma de calendários, dias e horários, essa é uma dimensão extremamente arbitrária e um código que é apropriado pelo sistema industrial emergente. Daí essa multiplicidade de jornada.

Num segundo aspecto, o tempo capitalista, que é tempo da produção e da reprodução: o mito dos tempos é uma apropriação que o mundo capitalista precisou incorporar, a partir do século XIV, no sentido de regulamentar o tempo; para isso ele criou um instrumento específico que era a difusão dos relógios, que inaugurou a Era da racionalidade. A racionalidade passa a ser o novo espaço da ordem social, a racionalidade traz no seu bojo a disciplina, o controle, o ordenamento e todas as formas autoritárias de compreensão da nova ordem social.

Um exemplo extraído de Thompson sobre o relógio: quando este surge, num primeiro momento, destinava-se a ser, evidentemente, um instrumento de mensuração do tempo, mas ao mesmo tempo, era um instrumento de status social: o relógio de prata, de ouro. Se o indivíduo possuía vários relógios, pagava imposto, esse é um resquício na Europa ainda hoje; sobre cada aparelho que o indivíduo tem, ele paga imposto: da televisão, do vídeo, etc.

Com a instalação do relógio, no século XIV e, finalmente, com a assimilação do processo de industrialização que se configura no século XVII, instaura-se o capitalismo industrial que, por um lado, instaura a dominação da máquina, dos ritmos do tempo e, por outro, a subordinação à máquina pelo disciplinamento do tempo, do trabalho e do tempo do trabalhador, contínuo e regulado. Essa nova articulação, esse processo de interlocução entre a máquina e o tempo disciplinado, gera uma nova articulação entre o tempo do trabalho e o tempo do trabalhador, que vai ser contínuo, regulado, disciplinado. A instauração dessa nova ordem social, evidentemente, traz uma série de outras relações sociais, de propriedade, de poder e nova série de valores. Nesse sentido operacionaliza-se uma mudança no próprio sentido do tempo, que passa a ser introduzido como tempo produtivo, gerador de valor, tempo do homem provedor, logo, o tempo disciplinado. Com isso, a primeira caracterização de exclusão daquele que não representa o tempo produtivo; ora, se o tempo produtivo é o tempo que gera valor, passa a ser então o tempo doméstico, o tempo da reprodução não geradora de valor, portanto o tempo do homem provedor, que passa a ser o tempo de localização.

Dessa forma, se reorganiza o tempo social, que se ajusta ao tempo do relógio, da produção, do capital, da disciplina, da ordem capitalista; o império do tempo, ao qual todos nós somos submetidos, mesmo aqueles que não geram o valor, instalando-se aí a contradição. Com o advento desse novo tempo, novos espaços se instalam; configura-se o espaço da produção, do menino e do homem-masculino, o espaço da reprodução, da menina e da mulher-feminino; a dualidade desses sentidos do tempo foi incorporada, sobretudo apropriada pela racionalidade de maneira diferenciada: aos homens, a auto-afirmação da razão científica, a dominação que revela a civilização; às mulheres, os desejos e as paixões, as fragilidades, o domínio da irracionalidade. O tempo da produção da racionalidade se conserva no tempo do homem, enquanto que o tempo menor, dos afazeres, dos afetos, converge para o campo da mulher, a percepção do tempo do homem é exterior: da fábrica, da rua; enquanto a da mulher é interior: o temor da casa, dos filhos, dos afetos etc. Na verdade não se contrapõe aqui, não se caracteriza como dualidade, não se carac-

teriza como espaço de mão-dupla, porque não são dualidades separadas, são espaço aparentemente opostos que se interconectam, que se estabelecem.

Em um poema citado por Thompson, feito por uma lavadeira, há um protesto. Esta é submetida a um julgamento e protesta com esse poema, mostrando a multiplicidade de jornadas que a mulher desempenha: cuidar de casa, do trabalho. Ela diz que, quando chega em casa, arruma o jantar, espera o homem, ele chega, janta, os filhos vão para a cama e ela não tem tempo para nada, nem para sonhar, duplamente, porque levanta muito cedo e, mesmo que tivesse uma multiplicidade de mãos, não daria conta de todas as coisas que ela faz. Não tem tempo para sonhar, para pensar, para desejar, não tem tempo para nada, é o que ela diz nesse poema. Podemos decompor o poema pelas dimensões da reprodução, da produção e a intersecção entre ambas, além da sobrecarga dessa intersecção, ou seja, da esfera da produção com a reprodução que vai impossibilitar a emergência da criação do extraordinário. Nessa perspectiva, considerando os limites constituídos tanto na dimensão da objetividade quanto na dimensão da representação imaginária e social, buscamos direcionar nossa reflexão no sentido de vislumbrar, por um lado, os obstáculos e, por outro, as possibilidades de construção do sujeito feminino, a partir da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho; tempo de produção, do seu caminho, de uma busca emancipadora. Essa busca se referencia numa possível reapropriação, pelo sujeito feminino, dos tempos sociais de uma outra ordem que não a dominante e opositora, dos tempos da produção e reprodução.

O que pretendemos assinalar na análise é a possibilidade de reapropriação desse espaço de articulação, de produção e reprodução. No imaginário cultural, a mulher é tida como um sujeito coletivo e como tal vai ser mediatizada pela dimensão social e jamais pela individual.

Outro aspecto de nossa análise refere-se ao desamparo da identidade, ou seja, a identidade social construída a partir de várias identidades. Um sujeito social apresenta-se em diferentes situações e posições a partir de diferentes identidades, selecionadas do estoque de identidade que constituiria sua identidade social;

se num momento ele é diferencialmente operário, em outro ele é torcedor do Corinthians, em outro ele é paulista. Para a mulher, é necessário reter as referências sociais que compunham essa identidade, quais sejam, fundamentalmente as de filha, esposa e mãe, quer dizer, essas eram as identidades sociais construídas e atribuídas no imaginário cultural predominante. A partir da expressiva entrada da mulher no tempo da produção, a construção social da identidade feminina passa a incorporar o referencial da profissão, ou seja, além de filha, esposa e mãe, a nossa geração passa a incorporar a profissional, sobretudo competente.

Essa nova objetividade, essa nova identidade objetiva, aciona um novo leque de elementos, tanto no palco das concretudes quanto no palco das subjetividades e das representações sociais. A mulher passa a atuar, a ser identificada socialmente e auto-identificar-se como médica, professora, além de esposa, mãe e filha. Incorpora mais uma identidade social, mais uma construção de uma representação social que lhe foi atribuída. É óbvio que se ela tivesse dez mãos e um dia de 48 horas não daria conta de todas as funções e papéis aos quais passa a ser submetida. O tempo do trabalho, da produção vai ser sincronizado com o tempo da reprodução e ambos são submetidos ao tempo da produção mercantil de valor. Por outro lado, a expectativa social da mulher, como boa esposa e boa mãe, agrega a expectativa de boa profissional, o que desencadeia uma sobrecarga do social, reforçando as dificuldades de auto-construção de uma identificação feminina, pendulado nos ponteiros do relógio, o que a faz correr sempre atrás das expectativas sociais, uma eterna corredora; tais expectativas sociais são mensuradas pelo tempo. A mulher, enquanto sujeito, não constitui sujeito de si mesmo, mas, ao contrário, institui-se na auto-consciência social. A partir daí, ela não consegue se constituir como sujeito e passa a ter uma auto-consciência que é determinado “pelo social”.

O ingresso no mercado de trabalho submete-se aos grilhões do relógio, e parece esconder uma outra sujeição mais encarceradora, que é a cadeia do conflito no processo de construção de uma nova identidade, que passa a incluir a profissional competente e sobretudo disciplinada. O relógio, o ingresso no mercado de trabalho é mais uma cadeia, um encarceramento que lhe é acrescido.

Os tempos femininos, o do relógio e o subjetivo, ficam presos às armadilhas e demandas das representações sociais; uma vez mais a mulher se decompõe enquanto sujeito e fica sob a égide do social e, o que é mais grave, surge a interiorização das culpas. Ela se culpa porque não é uma boa profissional, ou não é como deveria ser, porque não é boa mãe, porque não é boa nora, boa filha, boa isso, boa aquilo e uma boa série de culpas começa a construir e a referenciar uma nova representação que emerge. Ela entra num circuito e não consegue ser nada, é cobrada não só como boa mãe. Um “não ser boa” desencadeia uma série de outros “não ser”, e daí ela começa a introjetar todas as culpas.

Alderone, examinando essa situação o faz de modo quando diz: “o cotidiano é social, é um pensamento alheio que nos impomos dizendo o nosso, porque foi desejado por nós ou é consequência do que foi desejado por nós; é alienação de nós mesmos, que nos vem restituída com naturalidade, mas é sempre um comportamento alheio que nos penetra, monta nas nossa costas e nos faz caminhar com ele”. É essa construção externa a que submergimos.

A possibilidade da criatividade da mulher-objeto na construção do seu tempo submerge ao atendimento do cotidiano e, sobretudo, dos outros, da multiplicidade de outros; na construção do sujeito sempre nos deparamos com essa invariante – o outro ou os outros, sempre o outro presente, que não é necessariamente o outro homem; o outro pode ser o homem, os livros, a empregada, os filhos.

A identidade social nos recobre através de dois elementos constitutivos: o primeiro seria a pertença a um grupo, nós pertencemos a um grupo; desse modo a identidade é apreendida através da representação que o indivíduo faz de si mesmo enquanto pertencente a um grupo. Esse modelo de referência grupal seria socialmente construído e dotado de uma constelação de possibilidades e determinações, específicas algumas outras de natureza geral. O segundo aspecto fundamental dessa construção de identidade social remete à reflexão da identidade estabelecida em função do outro e da noção contrastiva e constitutiva da percepção simultânea dos iguais e dos diferentes.

MARTA – Eu não entendo nessa referência à construção da identidade, quando você toma a questão do outro como referência de

quem sou eu, o que você coloca é como uma forma negativa para a construção dessa identidade ou é com referência específica à mulher. Tenho a idéia de que é exatamente através do outro que você se percebe, o outro é necessário para você se construir.

LOURDES – Isso que você está colocando é correto. O “modelo” que colocamos aqui tem duas dimensões: o social, que é mais amplo, e o outro. É evidente que a mulher se percebe sempre em função de outro, não é que seja negativo; o problema é como se dá essa percepção.

O primeiro espaço é exatamente que ela se percebe enquanto uma subjetividade coletiva e não enquanto uma subjetividade sujeito, aí é que está a situação; quando ela se percebe enquanto subjetividade coletiva, ela se referencia com relação aos outros de uma forma. Esse modelo referencial, grupal, no caso do gênero, que nos interessa, assenta-se, primordialmente, na construção de uma representação por uma subjetividade coletiva. As mulheres, tanto por isso quanto pelo imaginário social na produção e na reprodução, os temas específicos que são o passivo e o ativo, em cima dessa dimensão de dualidade que é a construção imaginária social. Lembrando Alberone: “todos nós poderíamos levar existências paralelas à dimensão do individuo, do sujeito, não fosse esse contínuo recordar dos outros”; e continua “o homem é um ser social”. A norma não existe para um individuo isolado, é produzida exclusivamente pela pressão social; é o recordar dos outros que nos impõe a síntese do nome *eu*, é diante da lembrança dos outros que temos que exibir a nossa consciência, a nossa coerência; sozinhos, esqueceremos as promessas, como esquecemos nossas dívidas. Nesse momento, queremos sublinhar essa fantasmagórica presença dos outros na construção da cotidianidade, do tempo, da identidade feminina, dos homens, do pai, do filho, do trabalho, não importa o quê, sempre há o outro, ainda que você trabalhe com o coletivo, que trabalhe com instâncias ativas, não só com instâncias passivas, todos têm uma referência em um outro.

Roland Barthes, diz o seguinte: “*eu*, sempre presente, só se constitui diante de você sempre ausente; dizer ausência é de início estabelecer que o sujeito e o outro não podem trocar de lugar; é dizer sou menos amado do que amo. Historicamente, o discurs-

so da ausência é sustentado pela mulher; a mulher é sedentária, o homem é caçador, viajante; a mulher é fiel, ela espera; o homem é conquistador, navega e aborda; é a mulher que dá forma à ausência, ela tece e canta. As tecelãs cantavam as canções no ritmo da máquina: dizem ao mesmo tempo a imobilidade e ausência, os ritmos de viagem, as vogas marinhas, as cavalgadas”. A construção social na dimensão do universo simbólico ou imaginário de que a mulher é quem espera, é a que está sempre presente, ausentemente ela está presente.

A entrada da mulher no mercado de trabalho, na modernidade e no tempo mensurável disciplinado, acrescenta novos fantasmas à esquizofrenia dos outros, ou seja, ela tem o patrão, os clientes, os alunos, os subalternos, a empregada doméstica. Não há nada mais controlador e tão presente e que te penetra de uma forma tão profunda no teu interior, enquanto mulher, do que uma empregada doméstica. Todos nós sabemos que é uma relação difícil.

Da impossibilidade de se construir o extraordinário – o que é o extraordinário? É possibilitar-se, criar-se enquanto sujeito. Nos depoimentos que colhemos das nossas colegas, perguntávamos: “por que você se arruma?”; obtínhamos respostas como “ah! porque é para meu marido” sempre havia alguém para elas, jamais tinham vontade ou gostavam.

Dar forma e conteúdo à ausência do marido é tão forte que na primeira página do texto transcrevemos um poema em forma de diálogo entre uma menina e um menino de 12 anos, que diz exatamente isso. Se voltarmos atrás tomarmos o poema da lavadeira de Thompson, ele mostra que a impossibilidade de sonhar não era determinada apenas pelas imposições externas, como registra Thompson, mas, na verdade, pelas imposições internas. Parece que a esposa-mãe, historicamente, assimilou de forma conclusiva o seu *ellos* biológico, com poucas possibilidades para a criatividade.

A profissionalização feminina marca a passagem histórica objetiva e subjetiva, concreta e simbólica, daquele social necessário e inevitável, como coloca Thompson, para as outras imposições externas do tempo do relógio. A mulher profissional tenta escapar do labirinto construído, sobretudo pelo doméstico, não se defrontando com a subjugação do mensurável. Quando ela sai

do doméstico, entra no objetivo que também é mensurável. Ela não tem tempo para pensar seu ritmo, recuperar sua história em seu tempo mágico, reconstruir seu extraordinário, através de seus desejos, suas fantasias, de seus sonhos. O social exige-lhe o cumprimento do espaço doméstico e do profissional; não há ambigüidade social com relação à nova mulher e à sua nova identidade; ao invés da criação de serviços para a mulher que se ausenta de casa, há cobrança de novas atribuições e novas expectativas, ou seja, se ela consegue se recuperar na dimensão da reprodução, a dimensão da produção é ainda mais opressora.

Essas cobranças, parte importante desse encarceramento objetivo e subjetivo da mulher, são indicadas pelas dificuldades crescentes da realização do erotismo. O erotismo feminino é diferente do masculino, é mais visual e genital, mais tátil e mais auditivo, mais ligado aos odores, ao contato da pele. Cada vez ela fica menos possibilitada de desenvolver toda essa dimensão, ou seja, nessa dimensão que é dela e que em geral se desenvolve com referência ao marido.

A mulher é uma continua transfiguração de si mesma e da casa; a casa representa um ninho e uma das suas preocupações fundamentais é a extensão de si mesma e de seu corpo. Nesse sentido, ela se torna prisioneira do relógio, tende a perder a possibilidade do desfrute contínuo do erotismo e de todos os fragmentos do desejo; arrumar-se, enfeitar-se, perfumar-se etc. tendem a reduzir-se a uma boa apresentação, essa boa apresentação em função de outros. A casa vai se tornando mais uma obrigação do que um ninho; os filhos não são nem propriamente prazer, nem propriamente naturalidade, mas sobretudo obrigação e culpa. Para quem leu “Os Filhos de Jocasta” tem-se dimensão exata da culpa. Também “O Mito da Maternidade” além de toda obra na área de psicanálise em torno dessa questão.

Disciplinando-se para medir cada coisa pelo padrão do tempo, as mulheres se esquecem que o tempo extraordinário seja eternização do momento, o êxtase não se submete e não submerge ao relógio. A construção do extraordinário, se ela pudesse criá-lo estaria criando a possibilidade de romper com a razão instrumental da qual não consegue de libertar.

Esboçamos uma suave crítica ao pensamento feminista e ao pensamento marxista, que achamos realmente limitados ao pensar essa dimensão. O tempo objetivo, ele é social e extremamente imposto às mulheres, sendo que a criatividade feminina na construção do tempo subjetivo – a magia, a fantasia, os sonhos – é no geral obstacularizada. Isso não foi percebido, não foi priorizado pelo pensamento feminista. A dimensão da criatividade subjetiva, enquanto tempo não mensurável do desejo, da fantasia, da magia, não foi apropriada no discurso feminista, não de forma, digamos, intencional, mais deixada de lado.

Apesar dessas dificuldades, pensamos que se profissionalizaram estariam mais favorecidas à transgressão. Ora, se elas se profissionalizaram (a referência a essas mulheres, além de nós mesmas, eram as nossa colegas, professoras da Universidade Federal da Paraíba) estariam mais favorecidas a transgredir, porque se supõe uma dimensão de crítica e de possibilidade de se reconstruir, de se reapropriar enquanto sujeito. A transgressão, apesar do movimento de alargamento de possibilidades pelo ingresso no mercado de trabalho, onde se localizariam, em princípio, os agentes de emancipação do movimento de libertação feminina, essa transgressão não se efetivou. Ao contrário, ao transgredirem, não um tipo de obstáculo especial, mas a existência de impedimentos no caminho da construção de si enquanto sujeito, enquanto arquitetos de seu próprio tempo.

O movimento feminista teve um papel e um desempenho fundamental na emancipação pelo trabalho, pela dimensão da esfera da produção.

Se, por um lado, o tempo do relógio limita a mulher, por outro sua percepção se amplia pelas multiplicidades que acompanham sua entrada no mundo da ação; esta multiplicidade poderá ser incorporada no sentido da descoberta da criatividade no tempo subjetivo, o que possibilitaria a construção de um sujeito socialmente individualizado, que é exatamente o contrário.

A mera profissionalização indica a existência de opositores no tempo objetivo; o tempo subjetivo parece indicar ainda a existência de um sujeito propriamente construído, que a leitura marxista também indicou. A libertação da mulher não se realiza apenas com a emancipação favorecida pelo ingresso no mercado de

trabalho; para tanto é fundamental que a dimensão do subjetivo seja incorporada, no sentido da plenitude criadora feminina como sujeito.

Que a transgressão não se dê de forma conflitiva, competitiva e culposa entre as esferas das obrigações de esposa, mãe e profissional. Essa interseção entre os dois tempos e os dois mundos, objetivo e subjetivo, não tem se revelado, apesar do avanço da reflexão feminista; ao contrário, esta tem-se assentado basicamente nas questões concernentes à dimensão do trabalho gerador de valores materiais, concretos e objetivos. O que queremos sublinhar é que esta forma de intersecção limitante da mulher ao mundo da ação, do tempo mensurável, do domínio e da razão. Parece ter gerado novas prisões e uma liberdade limitada. Algo além da luta pela criação de condições para o melhor desempenho de suas funções impõe-se: a luta por creches, lavanderias coletivas, divisão de tarefas com o parceiro etc. A batalha da mulher por uma libertação não pode deixar à margem o sonho de uma vida cotidiana diferente de um eterno purgatório.

No delírio, poder-se-ia sonhar com uma outra ordenação de vida, outra construção e determinação do tempo, onde a mulher poderia viver sua plenitude de sujeito, incorporando a dimensão do extraordinário, rompendo os dilemas, as culpas e sobretudo ignorando com soberba a ignorância dos opositores.

Finalizamos com a última frase do livro da Cristina Olivier em "Filhos de Jacosta"; "Desde o começo dos tempos é o homem que deserta do lar e a mulher que fica, endossando todo o peso da Antigüidade, recentemente duplicado pela culpa; mas as coisas podem mudar e a outra História talvez esteja por começar".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBERIBI, F. *O erotismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
 _____. *Enamoramento e amor*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
 ATTALI, J. *L'histoire temps*. Paris, Fayard, 1982.
 BARTHES, R. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1981.

BARTRA, Roger. **La jaula de la melancolia. identidad y metamorfosis del mexicano**. México: Ed. Grijalbo, 1987.

BATAILLE, G. **O erotismo**. Porto Alegre: L & PM, 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. "Um conceito antropológico da identidade". In: **Identidade, etnia e estrutura social**. S. Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. S. Paulo, Cultrix, Ed. USP, 1988.

ELIADE, M. **Aspects du mythe**. Paris: Gallimard, 1963.

_____. **O Sagrado e o profano**. A essência das religiões. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, s/d.

KRISTEVA, J. **No princípio era o amor**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LÉVI-STRAUSS, C. **La identidad**. Barcelona: Ed. Petrel, 1981.

MAZEL, J. **As metamorfoses de Eros**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1988.

OLIVEIRA, F. de. **O elo perdido, classe e identidade classe**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

OLIVIER, C. **Os filhos de Jocasta**. Porto Alegre: LPM, 1986.

SIQUERA, D. E.; Edson de S. F. "Identidade e identidade de classe: sugestões para pesquisa". In: **Política e Trabalho**. MCS, UFPB, n° 06, abril, 1987.

THOMPSON, E. P. "Temps, travail et capitalisme industriel". In: **Revue livre**. n° 05, Paris: Pautot, 1979.

_____. **Tradición revuelta y consciencia de classe**. Estudios sobre la crisis de la sociedade pre-industrial. Barcelona: Ed. Crítica, 1984.

DULCINÉA – A minha fala e a sua aparentemente parece não ter uma conexão, mas ela tem e muita, porque justamente através da prática feminista, a busca está sendo justamente a da construção da mulher sujeito, suas funções como o espaço doméstico.

No encontro com as 120 mulheres, pedíamos que através da massa de modelagem, elas colocassem qual relação que estabeleciam com a própria casa e foi uma coisa riquíssima. E justamente a minha insatisfação vinha no final daquele Seminário, era

de saber que esse tipo de construção não seria dado continuidade nos outros espaços onde essas mulheres também fazem sua militância. No espaço do sindicato, a mulher atua como o elemento que primeiro se coloca dentro da ordem estabelecida, ela se insere nessa prática, sem levar em consideração sua construção enquanto sujeito. A minha preocupação fundamental não é só que estejamos fazendo massa de modelagem bem feita, que se esteja fazendo linha da vida. Mas é como é que isso efetivamente pode contribuir com essa construção.

Por exemplo, podemos ficar muito satisfeitas, a partir da colocação da Paula, que o Sindicato observou e agora temos um número imenso de mulheres? Claro que isso é bom, mas se começarmos a ver como se a coisa estivesse em termos do feminismo, penso que seria um engano, porque decididamente a prática que eu considero como prática feminista e que não necessariamente precisa ser feita no espaço do *SOS Corpo* ou do grupo tal, onde só tem as mulheres feministas, pode ser feita em outros espaços porque o que interessa é a tal da proposta mesmo. O que acontece é que essa proposta, dita feminista, de fato não está sendo incorporada.

CRISTINA – Acho que isso aqui ajuda esclarecer uma série de coisas: primeiro, quando a Dulcinéa diz que o feminismo não está no sindicato; é óbvio que não está, é o mesmo que colocar uma venda nos olhos. Seria um absurdo, que numa instância patriarcal dessas o feminismo aí tivesse entrado.

Estou falando a partir da minha experiência, de trabalho ligado aos sindicatos, mas o trabalho que se faz constitui em avanço, no sentido da mulher começar a falar, a falar de si enquanto sujeito. Trata-se de um avanço não no sentido de ser um feminismo dentro do sindicato, mas no sentido da mulher começar a se colocar como sujeito, a falar de si mesma.

CECILIA – O que o feminismo oferece, que tipo de prática feminista pode quebrar nosso problema com o tempo que não temos? Muitas de nós que chegaram ao feminismo acabamos nos separando da pessoa com quem estávamos por uma razão que não pode ser atribuída ao feminismo, na medida em que muitas separações acontecem com mulheres que não são feministas. Essa ocorrência é geral, não é específica do feminismo.

Mas uma das coisas que o feminismo não nos ofereceu é como lidar com o tempo. Como situar isso no nosso cotidiano, como mudar essa sobrecarga que temos? O feminismo ataca e questiona a família burguesa tradicional, mas nós não conseguimos, na prática, transformar isso; separamo-nos, ficamos sozinhas, mesmo que tenhamos uma opção sexual diferente ou com uma outra mulher etc., mas permanecemos na mesma estrutura. Estamos numa família, tal como afirmou a Luiza, incompleta, mas dentro do esquema; absorvemos e assumimos o papel de pai, do chefe-de-família, de tudo. Temos de quebrar isso, mas como? Em comunas, coletivizando esses papéis de mãe? É isso que temos a oferecer? Nós, mães descasadas, temos que criar uma comuna, alguma maneira de quebrar isso que está nos sobrecarregando, fazer uma distribuição afetiva maior para os nossos filhos, nos concentrarmos em nós. Mas acho que nós feministas temos que pensar no nosso cotidiano, na nossa vida mesmo. Como vamos quebrar isso que está na nossa vida como sobrecarga? Falamos muito bem sobre isso, mas não incorporamos ainda. Acho muito interessante essa “prática feminista” que está na teoria e não na prática.

PAOLA – Não fui a única a falar que a proposta feminista está se ampliando e que não apenas nós da classe média ou aquelas que iniciaram o movimento feminista no Brasil são as únicas a questionar a estrutura e as dimensões patriarcais; e nas classes trabalhadoras observa-se igualmente o processo de questionamento e mesmo no interior da prática sindical. Isso não quer dizer que o sindicalismo é feminista, que o movimento sindical é feminista, nem que a estrutura sindical é feminista.

Levantei a contradição de que a presença das mulheres no sindicato não significa propriamente um avanço, muitas vezes as mulheres perpetuam dentro de certas organizações a vida mais tradicional que a sociedade implantou e organizou. O que temos de esclarecer, nesse balanço de 10 ou 15 anos, é o processo de questionamento, que acontece não apenas graças a nós, mas às próprias contradições que as mulheres estão vivenciando em diversos segmentos. Observa-se atualmente uma ampliação de todo o processo de ruptura, de crítica, de protesto à visão patriarcal. Um exemplo disso é a demanda de sindicalização das mulheres

da classe trabalhadora rural. Trata-se de uma crítica à representação política feita pelo homem. É uma ruptura da visão patriarcal nem espaço político, uma semente do feminismo. Não tenhamos ilusões quanto à possibilidade de quebra de certas estruturas patriarcais; tampouco questionemos o ritmo das mudanças.

AÍDA – Com relação ao tempo estruturante externo da mulher, indago até que ponto, num primeiro momento, para romper com o tempo e o espaço que para ela se estruturam, a mulher precisou sair e cair em outros bem mais estruturados, bem definidos, que cabiam apenas aos homens, embora isso representasse uma grande mudança nas condições de cidadania. E mais: se, nesse momento em que ela faz essa ruptura a mulher tem condições de partir e pensar numa nova forma de estruturação do tempo. Parece-me que o tempo subjetivo na realidade não se encaixaria nesse tempo externo, mas as pessoas vivem aí encaixadas, seguem o caminho já estabelecido. Seria um tempo feminino ou feminista, seria um outro ritmo, um outro tipo de trabalho, outros padrões, outros modelos?

LOURDES – Antes mesmo de haver o tempo objetivo, o tempo da racionalidade mensurado no relógio gerador de valor, havia uma regularidade à qual a mulher era submetida, seguindo um *ethos* natural, biológico; antes mesmo da configuração histórico-social eram-lhe atribuídas funções do chamado “que fazer” com uma sincronização ainda elementar embora existente, entre a esfera da dimensão reprodutiva, doméstica e a esfera fora do espaço doméstico. Há uma imposição externa diante da qual a mulher não tem alternativa, como, por exemplo, a dimensão da reprodução: a mulher, enquanto reprodutora (o *ethos* biológico é impossível de eliminar, é o mesmo que eliminar sua gênese). O que se questiona é a forma de reapropriação desse *ethos* biológico; ou seja, do que chamamos tradicionalmente de história da reprodução. Nesse caminho de mão dupla, há possibilidade de criar um tempo, não mensurável pelo racional, pelo objetivo, mas um tempo subjetivo, um espaço de sujeito. Uma das perguntas mais elementares que fazemos às mulheres dentro dessa pesquisa é: como você teve o primeiro filho, você quis, desejou, planejou?; “Não, aconteceu” é a resposta. As mulheres em geral não tinham conhecimento do corpo e isso não aconteceu apenas no passado,

acontece agora? Casam-se por estarem grávidas, por isso ou por aquilo. Há uma imposição externa, essa é a regra, e as mulheres jamais se propuseram a criar a dimensão de indivíduo para dizer: eu quero ter um filho, que passe por um marido ou por um companheiro.

AIDA – Isso também tem um lado meio intuitivo, você pode meio sem saber, você não sabe efetivamente; quantas que ficaram grávidas por uma relação meio passageira. Acho que esses elementos também contam.

LOURDES – Mas veja bem, isso aí é não assumir-se, é diferente; uma coisa é você tornar profissional seu desejo e colocar o seu desejo como uma dimensão e outra coisa é você cair nas armadilhas do cotidiano. Só para fechar, há questões que são jogadas, passam e estão aí, não tem nenhuma dimensão definitiva, tudo pode ser o que está dito aí e questionado.

DULCINÉA – Estamos de certa forma voltando às perguntas iniciais que nos faziam quando começou o feminismo: afinal de contas, como deve ser essa relação homem-mulher? Sei que o faziam como provocação, mas certas perguntas podem ser transformadas em perguntas sérias e úteis de serem respondidas dentro do feminismo e se constituem num processo de construção. Venho insistindo desde o primeiro dia em pensarmos qual é a forma organizativa que queremos, nessa sociedade, que nos favoreça e, para isso, não precisamos estar sozinhas.

ZULEIKA – Em termos de perspectivas do feminismo, tenho a impressão que o nosso discurso está velho, é o mesmo discurso que fazíamos lá em Bertioga, em grupos pequenos, entre nós. Nós dizemos “feministas radicais”; o que é ser feminista radical? É ir na raiz da opressão que nos deixa nessa condição toda? Nem todo mundo é feminista radical.

A mulher é oprimida pela natureza; o que é isso? Aquilo que a Simone de Beauvoir diz: é o casamento e é o filho.

Essa questão de um aprofundamento de raiz nos leva a discutir seriamente o problema que ontem foi abordado dos direitos reprodutivos; leva-nos a discutir com profundidade as técnicas modernas que estão abrindo maiores caminhos de trabalho para a mulher e que são uma premissa da sua libertação. A ques-

tão da família, da relação homem--mulher, chamaria de coisas da natureza.

Quanto à cultura, devemos fazer uma análise séria do patriarcalismo, mostrando a relação do patriarcado com a sua ideologia, com uma sociedade classista que aí existe, e pensar que modelo de sociedade temos para gerir o nosso papel nessa nova cultura e, finalmente, o que chamo de condições econômico-social, a sociedade tal como está constituída. Essas questões levam a alguns exames, como a relação da mulher e da economia num país como o nosso. Não é à toa que as espanholas fizeram um trabalho sobre a mulher e o dinheiro, muito interessante, desse nosso relacionamento com o dinheiro.

Uma outra questão refere-se à mulher e a democracia, a mulher e a ecologia, a mulher e o militarismo, a mulher e a energia nuclear, facetas de uma problemática que envolve esse tipo de sociedade dentro do qual vivemos.

As mulheres estão vindo, despertando, abrindo seu caminho, descobrindo-se, ou seja, no sindicato ela se descobre, porque ela se acha esmagada, vê que o homem tem mais direitos que ela; esse é um estágio; outro estágio é quando ela começa a construir a sua cidadania e vem a seguir a construção da identidade, processo pelo qual todas nós passamos. Devemos estar aptas a trabalhar, a lidar com esses diferentes estágios que ainda não buscam a raiz mais profunda da opressão da mulher. Se conseguirmos fazer isso daqui para frente, poderemos começar a construir um discurso novo realmente radical.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E O FEMINISMO

(PAINEL)

Coordenação – Vamos agora dar início ao painel sobre a “construção da identidade”, que tem por objetivo abrir uma discussão ampla sobre a identidade feminina, e o feminismo, a partir da apresentação de alguns trabalhos relativos ao tema.

Naumi Vasconcelos

A mulher jamais foi ameaça ao poder macho, daí entro pela questão do sujeito e objeto do poder, porque o objeto do poder não ameaça o sujeito do poder; o que ameaça o sujeito do poder é apenas outro sujeito do poder ou igual. Introduzo nessa discussão como nos vemos perante o outro, perante o homem e o que seria o igual, o que seria o mesmo, o diferente dentro da sexualidade, como a mulher se situa quanto a isso. Por que se chama Ícaros. Uma constatação aponta para o seguinte: enquanto em culturas mais sofisticadas encontramos grandes figuras de heróis masculinos, no Brasil especialmente não encontramos grandes heróis, a figura do herói nacional é Macunaíma, definido como herói sem nenhum caráter. Como isso poderá influir sobre o nosso desenvolvimento como feminista? Temos uma vantagem, me parece, aqui no Brasil, de não termos figuras tutelares masculinas invadindo o nosso pensamento; isso não quer dizer que não exista machismo, mas o machismo no Brasil é mais peniano que falocrático, o homem no Brasil tem mais pênis do que falo, ao contrário dos países mais desenvolvidos em que eles têm mais falo que pênis. Não é sem conseqüência para o movimento feminista.

A cabeça das mulheres lá fora parece muito mais invadida pelas idéias, pelas doutrinas que foram realmente realizadas por homens, enquanto nós temos um pensamento que poderemos dizer ainda virgem, embora se deteste essa palavra, ainda não contaminado por uma teorização masculina. No Brasil, não temos uma atitude reverência perante o homem simbólico, embora possamos ter uma atitude de medo perante esse homem real que

não nos deixa nem ir à praia tomar um banho sozinha. Isso é diferente, é um feminismo diferente.

GLACY GORSKY

Esse texto representa um grãozinho de areia em relação a todo um trabalho que venho desenvolvendo. Ele abre uma série de discussões e o título é “Histeria e Feminilidade”. Faz parte do trabalho de tese e também da minha prática como psicólogo e psicanalista.

Nesse texto, tentei mostrar o caráter ideológico que tem a ciência, principalmente a ciência psiquiátrica, e esse caráter ideológico na psiquiatria revela-se principalmente quando se discute a questão da histeria, o discurso sobre a histérica, sobre a mulher dentro da medicina, desde a antiguidade até o final do século XIX e início desse.

Uma das questões que levanto é a do caráter ideológico da ciência que aí se revela e a mistura que se faz entre o que é ser histérica e o que é ser mulher, quer dizer, a condição que passa a ser condição de histérica e o que significa.

Nesse texto, eu faço uma leitura da histeria como a única possibilidade que restou à mulher; o surto que se diz da histeria no final do século XIX e começo desse século não é só referente aos sintomas que aparecem, mas também a denominação do “ser histérica”. A histeria aparece excepcionalmente ligada à condição da mulher no final do século XIX e no trabalho busco estabelecer a ligação que tem com o surgimento do movimento feminista.

Eu tomaria o caso clássico da paciente Ana Horr, considerada a histérica, que nós conhecemos como histérica, mas da qual ninguém conhece seu futuro, que foi o de uma mulher feminista. Procedi a um levantamento de todos os seus livros feministas, em que ela escrevia sob o disfarce de nome de homem, depois de seu próprio nome. A Psicanálise a desconhece e quando fala dessa mulher histérica vai falar não como histérica, mas como aquela que deu uma contribuição para a sociedade, como Assistente Social. O trabalho dela não é um trabalho de Assistência Social, é um trabalho a partir de premissas feministas ligado ao movimento feminista da época. Essa mulher se revela com a identidade de alguém que fez filantropia e se encaixa direitinho nos moldes do papel feminino.

Uma outra questão importante é o que acontece com a Ana Horr; naquela época não existia a psicanálise, até dizem dela ser a mãe da psicanálise. Na verdade, existe um buraco, a psicanálise fala da histérica e depois da outra, quando desvendamos a história de Ana Horr, a descobrimos muito irmã nossa; a histeria é uma forma de reconstruir a identidade e uma forma de rebelião, embora velada, que acaba se voltando contra você mesma.

O movimento e a prática feminista dessa mulher foram outra forma sob a qual ela conseguiu expressar sua rebelião e sair da queixa, uma queixa até velada através do corpo, da negação à sexualidade, através da frigidez, superando a queixa e identificando seu mal como um mal social e não individual e a possibilidade de se construir como sujeito na história do movimento feminista. Sua história foi muito bonita; ela se dedicou muito à causa abolicionista, que se chama a causa das mulheres brancas vendidas em mercado, principalmente as judias e todas as mulheres dos aristocratas e burguesas da época.

Não se divulga tanto seu trabalho, por conta disso, do que ela revelou sobre o tratamento dado às mulheres. Sua causa começa a partir daí, com a criação de uma casa de assistência a essas mulheres; vai buscar essas mulheres nos bordéis, na Turquia; em vários países, traz essas meninas de volta, profissionaliza-as, conscientiza-as. Há uma frase sua muito bonita que é mais ou menos assim: “só poderá haver uma transformação no mundo em que os homens parirem as crianças e as mulheres parirem as leis”. É interessante e triste como acaba o trabalho dessa mulher. Hitler vem, ela morre um pouquinho antes de câncer no estômago, a GESTAPO entra nessa casa e a incendeia. As informações são muito veladas, não se sabe porquê, mas Hitler e a GESTAPO tentam transformar essa casa novamente em casa de prostituição. As mulheres se reúnem todas, 95 das que sobraram e cometem suicídio coletivo, chegando a história ao final. Essa casa localizava-se em Frankfurt. Ana Horr foi uma das fundadoras do movimento das mulheres judias; primeiramente ela passa por um movimento de mulheres alemãs, sem perder o vínculo, depois ela cria a Confederação das Mulheres Judias.

Nesse trabalho, procuro resgatar a história e a contínua deturpação da nossa história, que não é só parte da ideologia patriar-

cal, mas por conta das próprias mulheres, porque a literatura à qual recorro não é apenas a literatura psicanalítica.

Há um fato interessante sobre a Berta Papyhy: no livro “A Histeria” do Mesman, ele assim traduz: “ela só podia ser Assistente Social, isso já estava contido no nome, porque o nome dela é Papyhy - hy é lar e papy é papa”. O nome de família já determinava, portanto, o que ela faria adiante, ou seja, criar uma casa onde daria papa aos outros, um trabalho de assistência social. Por aí vocês vêem o absurdo da psicanálise, não dá nem para considerar como psicanalista, mas enfim o Mesman é um psicanalista sério, mas um homem!

O papel do trabalho do movimento feminista é o de mostrar o trabalho de Ana Horr não como um trabalho filantrópico e mostrar a diferença entre o papel da mulher e o papel filantrópico.

ELISABETH BITTENCOURT

Dizem que psicanálise foi exatamente criada por uma mulher que falou assim para o psicanalista: “cale a boca, agora quem vai falar sou eu”; a partir daí foi surgindo toda uma técnica.

O meu trabalho chama-se: “O Direito de Desejar, uma Leitura da Fala de Mulheres Camponesas do Maranhão”; ele foi se constituindo enquanto estava sendo escrito, à base de uma certa associação livre. A fala dessas mulheres é muito poética e inspiradora, como se pode ver pela frase que inicia o trabalho: “acho que o Brasil foi descoberto agora que as mulheres descobriram que também têm direitos”. Desse direito, que inicialmente aparece sendo algo da ordem da lei jurídica, começo a fazer um gancho com o direito de desejar mesmo, na medida em que desejar para essas mulheres tem um preço bastante alto. Falo um pouco da pulsão de vida e da pulsão de morte, como transitamos entre essas duas coisas, citando alguns depoimentos.

O trabalho tem a ver com a morte, na medida em que algumas mulheres são assassinadas por participarem do movimento. Refiro-me ainda ao dramático da situação de algumas mulheres, que ao descobrirem certas coisas, pagam um preço muito alto, mas falo também da alegria, da vida.

Esta seria assim uma primeira parte do trabalho; ele é permeado por uma leitura psicanalítica e o meu maior desejo era aprofundar isso, porque quando se estuda psicanálise percebe-se

que ela oferece indicativos bastante valiosos, e que desprezamos, porque é como se tivéssemos que jogar uma forma, fazer a ligação do feminismo com a psicanálise. Afinal, o que tem aí, e o que não tem, que representa uma ideologia patriarcal? Trata-se da questão colocada hoje que é a do sujeito do desejo, onde a mulher aparece no lugar de causa do desejo.

A segunda parte do meu trabalho tem a ver com a auto-imagem, aquilo que cada uma imagina ser a da ilusão da mulher de achar que vai encontrar no espelho a sua própria imagem, dessa procura que, ao mesmo tempo que é uma ilusão, é o que vai empurrando essa falta em busca sempre de algo; essas questões vêm acompanhadas de depoimentos de mulheres camponezas. Algumas das questões que abordo são bem localizadas no interior do Maranhão, como a história da fuga das moças, em busca do seu amor; elas fogem com 14, 15 anos, as mães já fugiram, as bisavós já fugiram e no entanto o caminho traçado seria o de casar virgem; essa fuga onde o deslocamento é fácil, mas onde não é, elas vão a pé; essa fuga teria várias conseqüências, quase sempre com uma iniciação sexual bastante desastrosa.

Depois que escrevi esse texto já voltei ao interior o continuei perguntando sobre essa história de fuga e elas colocaram que essa fuga teria muito a ver com a prisão; muito aprisionadas, então, a primeira que passa tem que ser melhor.

Trata ainda da questão masculino e do feminino, enquanto princípios ativo e passivo, do amor e da psicanálise e da mulher, enquanto um lugar de causa de desejo, como ponto de interrogação.

AIDA NOVELINO

Esse texto é anterior à conclusão da minha tese e se constituiu em sub-item de um capítulo, onde pergunto se subjetividade tem sexo. Através da construção de idéias do Guattari, em que ele afirma que a subjetividade é uma dimensão do social e não uma característica do indivíduo, (ele se recusa a pensar a subjetividade enquanto um interior assimilado e incorporado pelo indivíduo do social) a subjetividade é uma dimensão desse social e encontra no indivíduo um terminal, um recipiente. Essa subjetividade garante o sistema tanto quanto as relações de produção denominam essa produção de subjetividade, que ele chama de capitalística

(ele usa esse termo capitalístico porque ele diz que não se refere apenas aos sistemas capitalistas, mas a todo e qualquer sistema onde as pessoas são continuamente referendadas por algo externo, por um mapa fixo e que determina os caminhos e os traçados de sua vida, inclusive nos países que se dizem comunistas). Guattari mostra as características dessa subjetividade a ser serializada e destaca entre as funções dessa subjetividade a infantilização, na medida em que as pessoas passam a ser desqualificadas para pensarem e construir sua própria vida; nesse processo de subjetivação, um dos marcos fundamentais de divisão é o masculino e o feminino. Daí ele mostra que a modelagem do masculino e do feminino vai-se dando continuamente a todo o momento e vai reforçando, sustentando todo um sistema e uma ordem social e as tentativas de fugas desses modelos são, na maior parte das vezes, recuperados pelo sistema; as tentativas do que ele chama de processos de singularização são reincorporados; capturados e, sob a aparência do novo, tudo se mantém.

O feminismo, como um dos movimentos que tentam sair dessa engrenagem de produção de subjetividade serializada, tenta romper com esse corte fundamental na produção da subjetividade que é o masculino e o feminino. Eu me pergunto até que ponto isso é rompido e, se ao invés de romper não só com uma divisória, uma compartimentação de masculino e feminino, o feminismo não foi oferecendo um outro compartimento para substituir os antigos, se realmente o feminismo se constitui ou exerce essa função de singularização que, em outra linguagem, poderíamos falar de libertadora? Nós, feministas, na medida em que reconhecemos nossa identidade e nossa subjetividade (o núcleo dessa subjetividade feminina ainda é a maternidade, a mulher ainda referenciada enquanto mãe-mulher), de que maneira estamos cooperando, no sentido de melhor compreender isso? Estamos caindo, como diz o Guattari, mais uma vez num erro de traçar o mapa e procurar referenciar as pessoas com traçados externos que não se reproduzem? Para substituir o mapa, ele propõe a idéia de cartografia, porque ela vai-se traçando na medida dos aspectos de cada momento, não é algo fixo, externo, ao qual você tem de se encaixar.

Até que ponto nós, em realidade; estamos construindo uma cartografia ou estamos nos propondo realmente a construir uma cartografia, ou entramos mais uma vez num processo de captura de

produção de uma subjetivação serializada? Essa é a minha idéia, é um dado que estou tentando trabalhar nesse texto. Não sei se isso fica na educação, na identidade; é uma questão de identidade, mas, se você fala em modelagem, não pode descartar que está se referindo à educação, trata-se de um processo pedagógico também.

Diz Guattari: “trabalho na modelagem da subjetividade todas as pessoas e a todo momento”, destacando que nas sociedades desenvolvidas, industrializadas, a mídia ocupa o espaço que antes era ocupado pela escola, pela mãe, pelos educadores, o que no Brasil não se coloca de uma forma tão forte como em outros países, mas que também é uma verdade.

ZULEIKA D'ALAMBERT

O meu trabalho parte de uma experiência que estamos tendo com um projeto concreto e nos levou à seguinte questão: achamos muito difícil construir a identidade da mulher sem destruir toda essa trama em que ela está mergulhada de crenças, mitos, tradições e fantasias que criam essa duplicidade, quer dizer, o homem de um lado, a mulher do outro; a mulher com todos os seus defeitos, o homem com todas as suas qualidades.

Sempre que discutimos e fazemos palestras surge ainda a idéia de que a condição da mulher, a sua situação de subalternidade é inerente a ela mesma, à condição de sexo, é natural ela ser assim, daí a questão da feminilidade etc.

Destaco aqui mulheres pensadoras, da qual a expressão mais feliz me parece ser a Simone de Beauvoir: “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher por efeito da ação de inúmeros instrumentos ideológicos que vão preparando a mulher e o homem para os seus papéis futuros”.

Procuramos ver os instrumentos que fazem esse trabalho, que realizam esse trabalho de que o ser humano, nascido igual, torna-se paulatinamente outra coisa. Em cada um desses instrumentos tentamos mostrar como aparece a hierarquia dentro da família, o comportamento do pai e da mãe diante dos filhos.

Em nosso projeto, aprofundamos mais a escola, o que ocorre na escola que sedimenta toda a cultura familiar, mas nossa idéia é ensinar, abrir os olhos, porque as pessoas não sabem, mas todas nós somos portadoras, digamos, desses desvios sexistas, com ati-

tudes que nos surpreendem cada vez mais. Os exemplos que temos colhidos são riquíssimos nesse sentido, mães que educam assim: a menina lava sua calcinha, o menino não lava sua cuequinha e todas nós feministas educamos os filhos dessa maneira dentro de casa.

A idéia da primeira parte do documento é conseguir detectar concretamente todas as manifestações de sexismo que são difundidas através desses aparelhos ideológicos; por exemplo, quando estou fazendo minhas palestras, costumo trabalhar com os personagens de novela que todos vêem, e é fácil colocar os personagens de novelas em algumas coisas que foram levantadas aqui, onde aparecem os papéis; trabalhei muito com *Anos Dourados*, *Roque Santeiro*, o que é uma coisa bastante interessante.

Compreendida a questão dessa cultura que vai tecendo uma verdadeira teia de aranha em torno das nossas cabeças, aprendemos nessa primeira parte a detectar a coisa e, num segundo momento, começamos a tomar determinadas posturas que devem nos levar a eliminar ou lutar por eliminar isso. Essa foi a visada do nosso projeto; numa primeira fase trabalhamos com temáticas gerais, por exemplo, a sexualidade, a violência, o conceito de mulher, analisando como sexismo aparece através de todas essas manifestações. Se a mulher é violentada na rua, é porque desde pequena o homem aprendeu que ela é uma coisa dele, que pode passar a mão, pode usar, é um objeto de prazer.

Devemos entrar numa outra fase, que é trabalhar esses estereótipos, pegando a linguagem, o vocabulário, a música popular, a literatura, os livros didáticos para criança, a literatura infanto-juvenil.

Todo menino até mais ou menos dois anos não têm muita noção, é uma fase meio obscura de identidade, mas ao ultrapassar essa idade, ele já assimila toda aquela sorte de influências que vem de todos os meios de comunicação. Com três anos, ele diz que não quer ser menina. Fiz a seguinte pergunta para alunos de 13, 14 anos: “se você dormisse menino e acordasse menina, qual seria a sua reação?”. Vocês não têm idéia do machismo do menino para responder e essa questão; ele já assimilou, já introjetou toda essa cultura. Considero uma linha de trabalho muito impor-

tante, até para nossa educação pessoal e das nossas relações de feministas com os outros, com o marido, porque o que temos visto é que somos em geral feministas de discurso, mas, quando chegamos em casa, a conversa é outra. Conversávamos que podemos até não fazer nenhum serviço da casa, mas gerenciar; a casa é nossa e não adianta, e isso vai dar margem a uma série de mitos da sexualidade, da virgindade; estamos atacando a mística da maternidade, que é uma coisa muito importante, de aleitamento materno. Levantamos uma série de exemplos da roupa, do traje etc. e a esse respeito queria dizer o seguinte: tentamos sempre explicar que não queremos fazer meninas iguais aos meninos, queremos fazer seres humanos com todas as potencialidades e que não existe no ser humano uma divisão segundo a qual um tem todas as qualidades, outro tem todos os defeitos. Chamaria a atenção de vocês para um problema que já vi muita feminista levantar, a propósito da produção independente, que é necessidade de um pai dentro de casa para a criança poder encontrar sua identidade. Achamos isso ridículo, porque uma mulher ou um homem terá todas as condições para criar essa criança, independentemente de ter uma idade masculina ou feminina estereotipada, isso é coisa da cultura. A Míriam fez duas colocações que acho muito importantes a respeito do estereótipo racista, sobretudo com a mulher negra.

A educação sexual não significa ensinar os órgãos genitais, o seu funcionamento, mas também o respeito mútuo, a relação entre os seres humanos que ali participam daquele trabalho; infelizmente não conseguimos incluir na Constituinte a educação diferenciada para enfrentá-la como tal e tampouco a educação sexual. São problemas que aí estão para serem resolvidos.

CHRISTINA CÓ

Minha intenção foi de fazer uma resenha da minha própria forma de atuação e como vocês poderão observar trata-se de uma coisa muito própria, muito minha, é quase uma historinha de vida, de como faço, penso o feminismo.

Coloco feminismo como educação popular, assumindo um feminismo como opção de classe, um feminismo onde não existem feministas desativadas; falo de um feminismo onde já tento me fa-

zer uma nova mulher e uma educação popular que está a serviço disso; a educação popular numa tentativa de construir.

Não acredito que exista um feminismo certo, fechado, amarrado com todas as coisas marcadas. Existe a construção de um feminismo e essa educação popular viria contribuir nessa criação do feminismo, do que é ser mulher, do que acreditamos e tudo o mais.

Parto do princípio de que tanto o feminismo quanto a educação popular são subversivos, ambos querem bagunçar a ordem estabelecida, querem criar novas ordens e a educação popular traria exatamente uma metodologia.

Desenvolvo no trabalho as formas de atuação da Rede, de como, por exemplo, desenvolver um processo educativo; em todas as coisas que tentamos fazer na Rede em termos de educação popular é de que não haja um evento enquanto tal, seminário enquanto seminário, curso enquanto curso, mas que se desenvolva um processo educativo, pois acreditamos que é no processo educativo que poderia surgir a mudança de comportamento, de atitude, de pensar.

Partimos da preparação, do envolvimento de todos na preparação e não só das pessoas que estão promovendo o evento; preparar não só no sentido de fazer mal, mas em termos de levantar expectativas que acreditamos próprias daquele tema a discutir.

Trato também da minha história, onde o feminismo encontrou-se com o movimento popular. Vim da militância de esquerda e era absurdo partilhar o trabalho de esquerda com as questões da mulher. Como vamos perder um encontro; uma reunião discutindo questões de corpo, de sexualidade? Com as mulheres que trabalhava só sobravam as reivindicações de bairro: luz, esgoto, escola etc. Foi quando, de repente, entrou o feminismo e aí eu me perguntava: por que sobram para nós questões de bairro, de escola, enquanto os sindicatos, os partidos, sobravam para os homens? Fomos clareando a divisão social do trabalho, dos papéis, porque o bairro era o máximo que podíamos alcançar.

Percebi aqui no Seminário, e nos lugares aonde vamos, essa divisão do movimento feminista e movimento de mulheres. Creio que é um divisor de águas a mais que nos impomos, pois percebemos que as respostas às reivindicações daquelas mulheres reforçam

a mulherada. Não existe mais aquele muro que separa o que é feminismo, o que é movimento feminista, o que é movimento de mulheres. Essa cerca que nos separa fica cada vez mais invisível e talvez as mulheres que ainda estão num processo reivindicatório não tenham acesso ao conhecimento, ao contato feminista, porque depois que o vírus entra não dá mais para não trabalhar com essa outra dimensão.

Miriam Botassi

Tento no meu artigo falar do meu processo, que é o da maioria de nós, processo de enfrentamento com o social e de como fomos entrando na questão da mulher.

A tentativa de buscar conceituações de feminismo radical e de como trabalhar nossa autonomia são questões que abordo no trabalho. O espaço autônomo, aquele que tem a possibilidade de ser usado e onde se pode radicar.

Não temos consistência a respeito de um feminismo mais radical e do espaço de atuação autônoma onde poderíamos avançar. Tento buscar o que é o feminismo, conceituar o que é patriarcado e cada uma das suas manifestações e que muitas vezes não identificamos na nossa própria fala. Existem milhares de manifestações que não conseguimos ainda identificar.

NAUMI – A dificuldade de separar o feminismo do feminista ainda existe e não é coisa velha; muitas das que aqui estão presentes levaram algum tempo até se dizerem feministas, havia algo dentro delas que as impedia de dizer-se feministas, e foi com certo custo que cederam a essa linguagem: sim, sou feminista; e atrás disso carregava-se uma série de preconceitos contra a palavra feminista, que significava: a não feminina. O “ser feminina” da nossa cultura acarreta uma série de problemas, de enfrentamentos que a mulher deve assumir; não ser feminina significa não me situar naquele papel de objeto no qual o homem me colocou. Isso é muito teórico, na prática significa muito mais, significa ser vista de maneira distorcida como sapatão, lésbica, mal-amada, solteirona. Sempre que se referem a essa palavra, ela é ligada a um estereótipo negativo, a não ser que seja ligada pela junção com a palavra homem, mulher, esposa.

No momento em que se fala feminista, está-se excluindo radicalmente esse termo que lhe constitui como sujeito. Acho que as pessoas não têm consciência clara disso; mas isso perpassa pelo cotidiano, acho que as pessoas ainda têm dificuldade de lidar com o seu feminismo. Será que para ser feminista eu vou deixar de ser mulher?

Lembro-me que nos idos do movimento feminista, mais ou menos em 73, elas usavam o Clube de Engenheiros no Rio de Janeiro e começava-se a visualizar o movimento feminista por homens e mulheres, quando um engenheiro muito gentil, muito vaidoso, subiu na tribuna e disse: “puxa, é muito bonito que as mulheres se unam, reivindicuem seus direitos, mas, por favor, não deixem de ser mulheres, não nos tirem da vida uma das belezas maiores que temos!”. Ser feminista não é deixar de ser mulher, não vamos deixar de ter atributos que nos agradem, não vamos deixar de nos maquiar, estamos fazendo um teatro que todos têm o direito de fazer.

CECILIA – O que me preocupou é o fato de sabermos que esse “ser mulher” que existia foi construído, não é natural; hoje nós desconstruímos esse “ser mulher”, o feminismo trouxe a possibilidade de se desconstruir e entender que não queremos ser esse estereótipo da feminista que também foi criado, que a feminista é durona, sapatona, aquela que queima o sutiã e todas as imagens negativas que a mídia criou, não é isso que é ser feminista

Gostaria de saber se estamos conseguindo fazer uma nova identidade que não essa nem aquela da mulher feminina submissa, pois nós também choramos, queremos colinho, não pretendemos ser duronas todas as horas; acho que isso não é ser feminista.

NAUMI – A proposição é reivindicar todos aqueles atributos que justamente foram cassados pelo sexo masculino, reivindicar tudo para nós, esse direito do ser pleno que o homem exerce muito mais que a mulher. Vejo aí uma outra tendência feminista, que me parece assim um tanto tímida, de certas mulheres ensinarem aos homens a parte feminina, torná-los mais dóceis, desenvolvendo neles uma parte feminina; será que as mulheres vão abrir mão disso também, em favor dos homens, vão dar para eles os atributos históricos que a constituíram como tal, quando na verdade ela é

que deveria tirar dele os atributos que ele tão ciosamente guarda? A mulher é muito dócil e reparte a sua feminilidade; com o homem o contrário não é verdadeiro, pois raramente o homem consente em repartir os seus atributos com a mulher.

ZULEIKA – Esse ponto é muito importante para discutimos; encontramos o equilíbrio das coisas, é sumamente difícil, eu também não gosto dessa imagem estereotipada a que nos referimos anteriormente, nem me agrada a figura de certas feministas. Estamos melhorando nesse particular; quando cheguei da Europa, ser feminista era andar suja, cabeluda, abrir as pernas; qualquer coisa que os homens fazem, que nos choca, para nós também é desagradável, porque a arte é exatamente a mulher se permitir ter todos os defeitos ou qualidade que qualquer ser humano tem. Mulher não é santa nem é puta, ela pode ser duas coisas; essa imagem é que nós, feministas, não queremos generalizar, mas que facilita essas figuras debochadas, irritantes que os meios de comunicação traçam para o feminismo.

No início do século, aquelas mulheres que faziam a luta pelo voto, eram pintadas de barbudas, com sapato de homem; não quero ser igual ao homem, quero o meu direito, a minha personalidade, ser respeitada na minha condição de mulher; se quiser me pintar, me pinto, se não quero, não pinto.

ELISABETH – Lembro-me de Roland Barthes, e de um sonho político que tenho, uma utopia, um movimento político onde a pluralidade pudesse se expressar; evidentemente para a pluralidade poder se expressar ela vai chegar a todos os extremos. Percebo que o que estou procurando é exatamente esse espaço, onde as diferenças possam existir em todos os seus matizes.

MARTA – Acho que, na medida em que estamos querendo construir uma outra identidade como feminista, estamos querendo destruir uma identidade ou uma imagem de mulher que existe aí; temos avançado na análise e crítica da imagem e do jogo social da mulher hoje, mas não temos avançado muito na imagem do que queremos ser; cada uma de nós está inventando coisas, nossa prática, nosso discurso, estamos construindo nosso caminho, mas acho que a construção de imagem não se basta só no exterior, é mais profunda. Também não basta a crítica ao jogo social que compreende a mulher enquanto responsável pelas tarefas de casa, cui-

dando das crianças, do marido etc.; não é só isso também, há outras coisas como: o direito da mulher pensar, de tomar iniciativas, de dirigir etc. A construção de outra identidade para nós até o momento se passa pela destruição de uma identidade que nos foi imposta e não temos todos os elementos para decidir como queremos construir essa nova identidade.

ALICE – Esse é um processo de conflito. Quando a mulher reage àquele estereótipo da feminista masculinizada, passa por esse momento que vivíamos, de contestação, e isso a levava ao outro extremo. Isso não se deu apenas no movimento feminista, as mulheres que estavam naquele momento ligadas a organizações de esquerda tinham também o estereótipo masculino. Lembro-me que uma vez fui à cadeia visitar um amigo e ele me disse; “pô, você está a própria guerrilheira urbana, não tem diferença nenhuma da tua roupa para a minha que estou na cadeia”. Eu era assim, igualzinha a um homem, aquilo dentro da esquerda é o modo de mostrar que também éramos revolucionárias, iguais aos homens, uma forma de ter acesso àquele mundo masculino, então não passava só pelo mundo da feminista. Em qualquer processo de contestação sua tendência é ir a um extremo, criar um estereótipo. A nível externo, acho que consegui chegar a um certo equilíbrio, diminuir o conflito a nível de casca, da figura. Agora a nível do interior, da construção da identidade é onde estou batendo, sei o que eu não quero ser. Estamos destruindo um modelo, mas eu não sei realmente o que quero ser, não tenho isso planejado. Aí está o nosso papel, construir esse novo modelo.

Estávamos escrevendo um texto; algo sobre mulheres descasadas de classe média e a Cecília disse: “Alice, acabei de lhe descrever”. Era um conflito emocional que eu vivia, um embananamento de afetividade; ela colocava a teoria e a imagem era a minha. Hoje, pela manhã, colocou-se a história do espelho, da relação com as mulheres; para mim é muito mais difícil lidar com a afetividade de uma mulher do que com um homem; tenho um modelo construído direitinho para transar com os homens, com as mulheres não, passa pelo meu espelho e isso desarruma.

PAOLA – Nesse processo de destruição devemos ter o nosso sonho, a nossa utopia, do contrário vamos reagir ao que os outros nos atribuem. É correto pensar qual identidade estamos querendo construir, mas não em termos de receitas, de como os ho-

mens fazem uma ação planejada e racional. Esse é o objetivo do nosso Seminário, tentar ver quais os nossos desejos após, 10, 15, 20 anos de feminismo; acho que não podemos nem imaginar que os nossos sonhos permaneceram e vão permanecer iguais, por várias razões: uma é que somos muitas e muitas e muitas de antigamente, o que provavelmente vai nos exigir uma revisão, uma reformulação das nossas propostas; outra, porque os nossos inimigos e que são em número maior do que antigamente, estão sempre nos dando atribuições cada vez mais equivocadas, exigindo de nossa parte uma luta constante, não uma luta de oposição, mas de conhecimentos; há ainda todo o social que contra nós está construindo o estereótipo de feminismo também renovado. É a partir dessas confrontações que nasce o nosso sonho de que não podemos abrir mão, do contrário vamos viver no cotidiano e o cotidiano destrói.

MÍRIAM – Com relação à construção de identidade marcou-me muito a militância no partido; foi um momento em que eu estava com 20 anos e esse é um momento de construção.

A psicologia e a psiquiatria estão muito pouco preocupadas com a identidade, com a nossa construção e com a opção sexual, a sexualidade. O fato de ser uma mulher lésbica e ter que construir isso para mim e, ter uma relação com isso, de desmontar algo que eu fui montando na coisa da militância partidária.

Quem trabalha com psicologia e tem claro determinadas coisas a nível de relação sexual, de opção sexual, de conflitos amorosos, conflitos na família e tal troca muito pouco. Eu fiz terapia 7 anos com uma mulher que tem uma cabeça muito boa, então pedi a ela que queria fazer terapia com uma mulher lésbica, ela falou que conhecia uma, mas que ela não era assumida, então eu disse: se ela como terapeuta é lésbica e não é assumida, então não pode me ajudar! Acho que essas coisas é que são a construção de uma identidade. O estereótipo como nos vestimos, como queremos sair dessa ou daquela maneira é muito pouco, vai depender da sua cabeça, do seu momento, quer dizer, é a sua imagem, o seu eu para fora, aquilo que você quer passar. Às vezes você passa uma imagem decadente, amargurada, às vezes você passa uma imagem de alegria, de tranqüilidade e é a imagem da emoção que gostaria que conseguíssemos passar mais.

ÂNGELA – Estávamos comentando que estamos tão bem comportadas, faz muito tempo que não vou a um Encontro de feministas onde estamos tão comportadas, tão quietinhas, tão senhoras, discutindo temas, não passou nenhuma emoção, não teve nenhuma brincadeira, porque nos conformamos com esse papel, também estamos construindo alguma coisa aqui.

MARIA LÚCIA – Agora nesse momento percebi porque fiquei tão quietinha aqui, exatamente porque é um Seminário e não um Encontro, desde que cheguei me senti um pouco “peixe fora d’água”, achava as pessoas sérias demais e o máximo que consegui fazer foi me comportar muito bem para não dar bandeira. Fiquei extraordinariamente quietinha, embora muitas coisas me mobilizassem, compactuei com essa sisudez; pomos na cabeça que porque vamos falar de teorias, temos que ter um comportamento convencional.

A linguagem que temos de construir, quando construímos o nome de uma reunião de pessoas como essas já começamos a criar moldes nos quais essa reunião vai acontecer.

NAUMI – Sobre a relação entre a emoção e a produção intelectual do diálogo que nos propomos a fazer aqui, dá margem a uma reflexão contrária, por que mulher que não pode ser séria? Porque os estereótipos do feminismo, da mulher na nossa cultura estabelecem que a mulher não deve rir muito, falar muito, ser volúvel, pouco científica e racional? Não fica bem para uma mulher apresentar uma cara racional.

Quando se é adolescente, queremos ser mulher para sermos aceitas pelo grupo. Em encontros femininos ou feministas, pode causar espécie o fato das mulheres ficarem sérias; perguntaria então por que não ser situado? Viemos aqui para refletir, o que não é uma característica masculina, mas refletir exige um certo silêncio, ficar quieta, colocar a mão no queixo, fazer aquela pose de erudita e essas coisas todas. Por que não ser assim também, por que rir o tempo todo, rir muito? O riso pode ser uma expressão de muita ansiedade.

No meu grupo de mulheres, há muita risada, mas não sei se é exatamente muita alegria, pode ser ansiedade mesmo.

Não se trata da construção de uma identidade por fora, como nos vestimos. Nós destruímos, sabemos o que não queremos; não

queremos mais ser aquela mulher que nos foi apresentada. Isso todo mundo sabe, só não sabemos o que queremos ser, e isso define exatamente a histeria. Por que temos que saber o que vai ser? Agora já sabemos o que não queremos ser, é um passo muito importante.

AÍDA – O problema a ser seguido num novo estereótipo: como podemos traçar e prever um novo caminho? Ele deixou de ser um novo caminho, porque obviamente esse caminho que vamos construindo aos poucos vai estar impregnado constantemente do velho caminho, talvez ele só exista realmente, contra a velha identidade, identifico como a luta maior, acho que travamos a luta contra essa velha mulher, eternamente contra nós mesmas. Não sei se vocês são machistas, mas descubro machismos em mim eternamente; sou mulher tradicional? Sou passiva? Sou dependente? Descubro que sou e o tempo inteiro sei que sou e que não quero ser; não é num passe de mágica.

A construção dessa identidade vai se dando nessa batalha individual, coletiva e no desmanchamento das ilusões de que isso não existe, porque enquanto fiquei iludida achando que era uma grande mulher, porque era feminista e tinha conseguido romper tudo, sabia que era mentira e não estava conseguindo construir esse novo. Temos os sonhos, mas cristalizá-los, criando um novo padrão, isso é o que não podemos fazer!

Voltemos àquela velha questão; será que vamos ter de usar aquela carteirinha de feminista? Trata-se de uma brincadeira que revela muito dessa história. Não interessa a minha aparência, o que visto, nem interessa o que está no interior, tenho lido muito Guattari e ele fala desse interior como uma construção ideológica. Não sei se é isso, mas não consigo imaginar um interior apartado de um exterior, não é que não possamos representar; mesmo quando estamos representando, segundo Goffman, há fragmentos de nós ali; o meu jeito de simular uma freira contém o meu jeito de pensar uma freira, quer dizer, esse interior e esse exterior eu não consigo compartimentá-los. Parece-me maniqueísta a forma de dividir inimigos e não inimigos, aliados e inimigos. Claro que tenho inimigos, não estamos todos do mesmo lado, mas não estamos também todos em lados tão diferentes. Sinto que tracei meus maniqueísmos, porque também sou maniqueísta, fui traçando meus maniqueísmos de diferentes maneiras, em diferen-

tes etapas; na época que eu queria ser a ultra-esquerda, ficava entre a esquerda e a direita.

Dividi também o mundo entre mulheres que trabalham e mulheres que não trabalham, assim foi indo até o feminismo: aí comecei a dividir o mundo entre mulheres feministas e mulheres não feministas.

GLACY – Pergunto o que é ser histérica? A diferença, a fronteira aí é difícil de se abrir, mas o que traz, quando se volta para a história, o que se aprende?

Ainda hoje alguns psicanalistas tratam a questão como se a histeria fosse o feminismo espontâneo; o que significa isso, o feminismo espontâneo? Quer dizer, o que a histérica consegue com o seu comportamento? Na verdade ela não quer saber de nada e ao mesmo tempo quer tudo, então é bom olharmos isso e vermos um pouquinho de nós também nisso, querer abraçar tudo ao mesmo tempo não querer nada.

Na verdade, a histeria, em sua sintomatologia, fala pelo seu corpo; se seu corpo está doente, é um corpo imaginário, não é o corpo real; mas que corpo é esse que está doente? É aquele corpo subjetivado, aquele corpo esmagado e ela fala através desses sintomas que colocaram toda a medicina em questão; a medicina coça a cabeça, desde que ela existe com seu comportamento histérico e a histeria consegue provocar um eclipse em todo o saber. A partir desse eclipse que a histérica consegue, (com eclipse eu quero dizer o seguinte: o médico se debruça e diz: “meu Deus aqui tem uma doença, estou vendo”, mas não há doença e fazem-se exames neurológicos, o neurologista fica doido, perde a cabeça e não consegue encontrar nada, mas está ali; antes se dizia que era mentira, histérica era uma fingida, mas não, o que ela quer dizer com isso?) emerge uma outra ciência, buscando entender o que a histérica quer, na verdade é o que a mulher quer.

Muitas vezes quando entramos numa situação que queremos perguntar o que queremos ser, passamos por um momento de histeria mesmo, não conseguimos expressar de outra forma. Quanto ao riso, é ótimo, mas quando se torna uma coisa compulsiva, quando entra no lugar de uma fala, aí fica complicado.

A psicanálise é uma das ciências principais na manutenção da ideologia, mas por outro lado ela tem uma coisa que é enriquecedora,

ou seja, ela busca a escuta do desejo, desse desejo repulsivo por milênios, não só da mulher, mas ela busca a escuta do desejo.

A Psicanálise é uma escrita do desejo, é uma busca do que nós queremos e é isso que estamos querendo, não é o analista que vai dizer aonde você vai, mas vai abrir um espaço para você buscar seu próprio caminho, acho que é isso que está se reproduzindo aqui, queremos ver para onde vamos, não sabemos e o importante é podermos escutar, inclusive podermos ver dentro de nós. Fomos sempre a expressão do aqui-agora, o que estamos fazendo aqui-agora, no sentido de compreender os nossos limites, que não nos damos conta. Muitas vezes, ficamos num discurso racional, exigimos de nós feministas um ser super coerente em tudo, quando sabemos que somos incoerentes; existem tendências em nós que não conhecemos.

SYLVIA – Sinto dificuldade de entender dentro da construção da identidade, a parte da sexualidade para nós mulheres, feministas ou não. Sinto como se fosse uma obrigação a questão sexual, seja do lado tradicional, seja do lado transformador; e nessa fase de transformação que todas nós atravessamos, há uma coisa meio amarrada, meio mal-construída. Não sei exatamente o que é, e me sinto cobrada, por conta do que supostamente o feminismo se propõe: construir essa nova sexualidade nossa, como se fosse esse o sentido de ser uma nova mulher, uma mulher diferente. Sinto que o feminismo também cobra da maneira tradicional, talvez esteja errada, não é feminismo que me cobra isso, é essa própria transformação que me cobra de uma maneira tradicional, como se o ser humano só fosse isso, como se o ser humano não fosse capaz também de sentir prazer.

NAUMI – Acho que há uma instância cobradora porque estamos pondo, talvez, o feminismo numa instância de superego e não estamos passando para *id* mesmo.

LOURDES – Esse construto ideológico construído em cima do feminismo, faz com que, às vezes, nós, consciente ou inconscientemente, passemos essa imagem e essa imagem é apropriada não só para as outras mulheres como para a população; de modo geral esse construto ideológico funciona como uma entidade, como uma instituição, enfim como aquilo que se deseja que ele seja. Isso eu acho grave.

Num grupo que discute a temática da mulher, elegemos alguma bibliografia e era um grupo aberto, vinha quem queria: então um psicólogo-psicanalista começou a frequentar o grupo de forma bastante assídua e sistemática, trazendo sempre o compêndios do Freud, onde ele fazia as demonstrações da psicanálise via Freud; dentro das suas contradições e habilidades, ele disse uma coisa que me parece bastante interessante e dá para resgatar aqui hoje: “nós psicanalistas (evidentemente que ele se auto-referenciava) fizemos a leitura das mulheres”.

Às vezes, vamos ao analista para buscar “soluções”, quando na verdade não precisa ser homem para fazer uma leitura masculina, também analistas mulheres fazem essa leitura. Na verdade, a psicanálise, que é não só um construto ideológico como também cultural, mexe com o imaginário, mexe com aquilo que temos dentro de nós, não traz soluções, ao contrário traz mais problemas, confusões. Até que ponto o feminismo ou a multiplicidade do feminismo se apropria desse instrumento e esse instrumento possibilita a sua apropriação como forma de repensar, de se pensar enquanto um espaço de avanço? Quando falo em avanço é com todas as contradições que fazem parte da nossa própria existência e é isso que nos faz ter uma dinâmica, já não digo avanço, mas movimentar-se já é fundamental.

MARTHA – Acho que a construção da identidade não é uma coisa mais coletiva e tem a ver com a vida, com a história da própria pessoa. Vamos construindo a imagem de mulher e questionamento a imagem que existe, baseando-se na história, por exemplo, das nossas avós, mães e assim vamos escolhendo imagens da mulher.

Penso que é muito difícil, à medida que se questiona à imagem da mulher e se começa a construir logicamente outra que é alternativa a essa, mexer não só na própria vida, mas também na vida da nossa família, do círculo onde estamos. Esse processo é dinâmico, e nele obrigamos a mudança dos outros. Quando mudamos sozinhas é muito difícil; precisamos ter grupo de referências onde nos encontramos com outras mulheres que também estão nesse processo de mudança, do contrário seremos engolidas pela sociedade, destruídas; é aquela mulher que começa a ter sintomas, porque não entendem como

ela se revela, porque não quer mais limpar mais a casa, começa a ficar doente e, se ela não tem aquela leitura feminista dessa sintomatologia, essa mulher será internada e viverá sempre tomando calmantes.

ELISABETH – A respeito da questão da construção da identidade, acabei chegando a um acordo comigo mesma. Durante muito tempo, tive um sentimento de ser diferente das outras mulheres, eu queria estar no meio, estar junto, mas havia alguma coisa que era diferente. E acho que tem a ver com a história de vida mesmo e com essa construção da identidade e da imagem que temos de outras mulheres da família. A minha avó, essa história ouvi dela, combinou com meu avô de fugirem para casar, o encontro seria à meia-noite à porta da Igreja de São Francisco; quando minha avó chegou, meu avô não estava, então minha avó foi até a casa da mãe do meu avô, bateu na porta e falou o seguinte: “olhe, eu combinei com Benedito para fugirmos, ele não apareceu e eu não posso voltar para casa, vocês vão ter que resolver a história”. Então se casaram e tudo bem.

Minha avó morreu cedo, minha mãe com 15 anos ficou administrando a casa; como meu avô queria se casar novamente, tratou de se livrar da minha mãe, arranjando logo um casamento para ela e assim ela também se casou; meu pai batia nela. Um dia ela pegou um tição de lenha, chegou para ele e disse: “você me bate, mas também vai ficar marcado”; nunca mais ele levantou a mão para ela.

Com 8 anos, ficava na barbearia com meu pai o dia inteiro e, numa certa altura, ele me botou para engraxar sapatos e eu achava ótimo; minha mãe achou que eu estava ganhando dinheiro e as outras não, e isso não era justo, então botou as outras também e aí outras meninas da cidade passaram também a engraxar sapatos, e é claro que isso foi construindo assim uma diferença; não tínhamos irmãos; fazíamos.

Na medida em que ia crescendo, ficava difícil conviver com outras meninas, ficava sem assunto, meio constrangida.

Na construção da identidade é um depoimento que dá uma ilustração de modelos de mulher. Minha mãe também deve ter se sentido muito diferenciada com a mãe que fugiu para casar.

VILMA - É ótima essa história de ver que vocês também têm confusão, porque eu fico achando que só quem tem confusão sou eu, só eu que fico naquela de quero não quero, vou não vou, essa divisão toda da minha cabeça e de repente isso me alivia sabendo que com vocês acontece o mesmo.

GLACY - Na verdade, nós passamos um pouco aquela coisa das iluminadas e das esclarecidas que sabem que estão seguras, porque nós passamos essa imagem nos exigimos muito e passamos para o outro a imagem de que somos fortes. Então isso amedronta agora, passamos o contrário e fez com que ela se aproximasse e quebrasse esse muro que fica entre nós e as pessoas que estão se aproximando de movimento, das novas feministas.

MIRIAM - A coisa mais amadurecida que vi nesse sentido no Brasil nos últimos anos é esse Seminário de agora, porque acho que estamos conseguindo mudar a relação, amadurecemos muito, estamos conseguindo olhar a outra. Essa tranqüilidade que as mulheres têm aqui hoje é uma tranqüilidade que adquirimos ao longo desses anos. Acho que fazíamos um reduto onde nos sentíamos bem, nos protegíamos como num útero para enfrentar o resto. O resto era enfrentado com o instrumental que tínhamos, de partido político, engalfinhávamo-nos como tínhamos nos engalfinhado em assembléia de movimento estudantil. No *III congresso da Mulher Paulista*, em São Paulo nos batemos, fizemos cordão de segurança, tenho vergonha dessas coisas, mas enfrento; acho que essa é a nossa condição nova. Isso faz parte da construção.

ZULEIKA - O mais importante deve ser a solidariedade entre nós e uma mudança de comportamento é exatamente romper com esse individualismo brutal que existe na competição, na concorrência. Seria necessário talvez buscar outros encaminhamentos de forma que a solidariedade pudesse ser revelada, vir à tona. Muitas vezes fracassamos por falta de solidariedade feminista.

ELISABETH - Parece-me que, quando falamos do amor, no encontro, no igual, na semelhança e parece-me que o reverso do amor é o ódio, é a diferença; acho que o ato amoroso passa pelo amor, mas também vai passar pelo ódio. E é exatamente essa história do ódio, da diferença que nós mulheres conseguimos pouco administrar, muito por conta daquela história do espelho deformado que a outra nos dá.

CECÍLIA – Sinto a necessidade de ter de novo um grupo de reflexão. Nós crescemos, emancipamo-nos dos grupos de reflexão, fomos para o mundo, mas sinto a necessidade de nos voltarmos de novo para nós, não fechadas, mas com outras experiências, porque não só o feminismo em si, mas nós mesmas, parece-nos um pouco sem rumo. Precisamos de novo desse aconchego do grupo, dessa troca de experiências e acho que esse Seminário nos faz pensar em refletir juntas não só sobre a identidade, mas sobre o movimento.

NAUMI – Os outros grupos talvez morreram, se extinguiram porque estavam sob bandeiras estranhas ao movimento feminista; agora chegou o momento de nos voltarmos para nós. Durante muito tempo, estivemos em função do partido, do movimento de classe, movimento de trabalhadoras, movimento de negros; tudo isso é importante mas ocultou a coisa essencial, que seria discutirmos as relações de gênero.

ALICE – Quando se coloca a questão da solidariedade, sinto que a nossa história no *Brasil Mulher* passa por essas histórias de grupo. Criamos um grupo de amigas, de solidariedade que não passava pelo partido, pela classe e acabou passando pela afetividade. Criamos todo um código que dificultava o acesso de qualquer outra pessoa, ainda que nos propuséssemos ao contrário.

É um grupo que acabou há poucos meses, não era mais um grupo feminista. Estamos sentindo essa necessidade da reflexão, e foi quando a Cecília colocou a necessidade de reflexão, imediatamente associei ao *Brasil Mulher*, eu não pensei no NEIM. É uma coisa misturada, metade do que é *Brasil Mulher* está no NEIM.

TEREZINHA – Sinto necessidade de um referencial não institucional, que é o trabalho que faço, sou remunerada para tal e isso não tem a ver com o grupo feminista autônomo. Daí que, quando se falou que no NEIM não podemos fazer isso, não podemos mesmo, estamos na instituição, há um espaço limitado. Não vamos nos reunir no NEIM para fazer reflexão, não cabe e está bem clara na nossa cabeça. Sinto essa falta porque não consigo me enxergar atuando, tanto na instituição quanto num partido, levando posições feministas e tentando romper essas bandeiras que são impostas pela sociedade sem ter uma coisa que é a reflexão. Do contrário a gente se perde.

Os grupos autônomos tinham esse compromisso de não ter que provar para as pessoas o que são.

Eu vou dizer uma coisa aqui que é preciso dizer. Fizemos uma Ata, que era uma brincadeira, não sei se não foi para sufocar uma coisa que não estávamos aceitando. As resistentes, as mulheres que conseguiram ficar até o fim, disseram: “bom, temos que sair de alguma forma”, teve gente que saiu quebrando o pau, teve gente que saiu para outro lugar; como é que vamos sair? Vamos escolher uma forma honrosa de sair. Qual foi a forma? A forma foi o deboche, porque o deboche para mim é uma defesa. Quando se falou no riso como forma de ansiedade, acho que a ata foi a ansiedade daquelas pessoas em não querer terminar um grupo que tentamos segurar até as últimas conseqüências e vimos que não podíamos. Então esse riso escrito que foi a ata dizia: “tudo bem, vamos ser um grupo de amigas”. Quando cheguei em casa, chorei.

NAUMI – A Terezinha apresentou uma coisa muito importante, ela fala da dor de uma separação que não vista na sua dor; uma separação que foi vivida sob sigmas da delisão, ela virou uma comédia, mas na verdade ocultava muita dor, separação não é mole mesmo não, principalmente para nós mulheres que, sobretudo, somos muito vulneráveis a qualquer separação.

ANAILDE – Acho que vale a pena falar a história do *Brasil Mulher*, não situando pessoas e coisas, mas enfim é uma amostra que temos da história de todas nós, de um grupo que se desfez e que, por acaso, veio à tona em razão de estarem presentes aqui algumas dessas pessoas. Eu acho que Terezinha deu uma interpretação do seu sentido em relação ao grupo, ela não retratou o grupo como acabou. Retratou sim a sua relação, a sua emoção com o grupo, o que ela sentiu com o grupo, o que é um direito seu, pertence a ela e ela nos deu o privilégio de saber de uma emoção que se passou com ela, de inclusive chegar em casa e chorar; não é a mesma emoção de Alice e Cecília e não foi a minha também. A minha leitura do término do *Brasil Mulher* é uma leitura de um término natural. Ele tinha que parar e para mim parou de uma forma bonita; deboche, irreverência, anarquia, solidificando laços, carinho, passando para outro lugar. Agora vamos ser fluídas, vamos estar em qualquer lugar? Não sei, para mim foi uma coisa gostosa, carinhosa, tinha que acontecer alguma coisa, acho que

persistir no *Brasil Mulher* como estava seria uma mentira, tipo um grupo mentiroso que fica dizendo existe, existe, e já não estávamos mais existindo como grupo feminista autônomo. O *Brasil Mulher* de repente era 2 ou 3 pessoas, éramos as mesmas que estávamos em outro grupo, funcionando da mesma maneira.

Nessa leitura, minha entrada foi difícil, e só vou me referir a isso para falar de uma outra coisa que se falou muito aqui, que é da postura da mulher feminista, que parece de repente um ser estranho para as outras pessoas, ou um ser diferente, misterioso. A gente se fecha, se guetiza, se supervaloriza ou se coloca adereços, estereótipos, enfim um malabarismo total para colocar a existência. São mil os recursos, cria pêlo, não cria, cacheia o cabelo, não cacheia. Existia uma coisa muito forte dentro de mim, desde que eu nasci e já coloquei isso em outros encontros, que era uma coisa feminista dentro de mim que eu não tinha consciência e apenas não queria estar transando as coisas do modo como fui educada. Mas havia outras coisas que eu preservava, a minha vaidade por exemplo. Eu gosto de ser vaidosa, adoro me curtir, adoro me pintar, me sinto mulher-objeto, adoro escolher roupa, ir à boutique, transar o corpo, acordar cedo e andar na praia, fazer exercício etc. Então fui para o *Brasil Mulher* assim. Um bando de mulheres fechadíssimas, trabalhando em cima de uma questão que eu também adorava, que eu queria, não queria ser a filhinha de papai que saiu de um colégio de freira, a dondoca só porque usava brinco, porque gostava de roupa da moda, de griffe, não queria ser isso. Gostava da questão, queria discuti-la e decidi sem dizer. O grupo percebeu; vim para ficar e quero ficar. O grupo me marginalizou, mas eu estava lá porque gostava das pessoas, não tinha nada contra as pessoas individualmente, o que eu não gostava era do modo como elas estavam se articulando, mas também gostava da cumplicidade que existia entre elas. O que eu não gostava era de abrir mão das minhas coisas também, embora sabendo que elas também não gostavam, e foi um horror, foi terrível, senti que as pessoas gostavam de mim, que não estava ali me impondo, existiam já algumas afinidades com pessoas a nível de trabalho, as cabeças divergiam apenas no “*modus vivendi*”; passamos uma época dura.

A gente se massacrava e até hoje ficamos dizendo as verdades de uma e de outra. Hoje a gente desenvolve um respeito muito grande de uma pela outra, hoje sinto mais do que nunca que fiz o correto, eu não podia ter deixado de entrar no *Brasil Mulher*.

Quando o *Brasil Mulher* acabou, eu estava junto não para enterrar e dizer: “está vendo”, mas partindo para outra, segurando o NEIM com unhas e dentes nessa reflexão de movimento feminista e na coisa acadêmica.

SUELY – Durante um momento da minha vida senti muita necessidade de procurar respostas para uma série de questionamentos e fui buscar essas respostas numa militância feminista, quando participei do *Brasil Mulher*. Realmente foram muitas coisas que me chocaram dentro desse grupo de reflexão, mas muitas foram as coisas que me ajudaram a crescer. Tenho de reconhecer que o *Brasil Mulher*, em termos de meu crescimento, foi importantíssimo, inclusive em termos de definições práticas da minha vida. O que questionei foi aquela coisa de ódio, do amor e como sempre procurei aliar o discurso à prática, sentia que havia uma quebra muito grande disso, tanto no *Brasil Mulher*, quanto nos grupos feministas de um modo geral. O motivo do meu afastamento do grupo foi porque não via essas duas coisas aliadas no grupo; havia muita reflexão e amizade entre as pessoas. Para se entrar no grupo tinha que se quebrar barreiras, acho que quebrei algumas, tenho grandes amigas que até hoje se mantêm, ganhei inimigas também. No momento em que essa coisa me bateu fundo e que não consegui resolver no grupo, me afastei do *Brasil Mulher* e fiquei somente na militância sindical, porque sempre disse que era essencialmente duas coisas; mulher, feminista em primeiro lugar; e a outra é que acho importante “o ser trabalhadora” e, como trabalhadora, tenho que interferir nesse processo. São duas coisas muito importantes: ser sindicalista e ser feminista, e ser feminista para mim sempre esteve em primeiro lugar, porque eu faço política sindical e não política partidária. Sempre questionei muito essa coisa, e dentro do *Brasil Mulher* eu queria participar do grupo. Acho muito importante a reflexão, mas acho que depois da reflexão vem a prática, mas não conseguíamos fazer isso. Tivemos trabalhos muito bonitos, como a peça *Maria, Maria*, os movimentos que fizemos, as lutas que tivemos com as mulheres assassinadas etc. Houve muita reflexão e me-

nos prática, as práticas foram poucas, não foram uma constante dentro do grupo. O grupo jamais conseguiu aglutinar; houve um momento no *Brasil Mulher* que tínhamos um sem número de mulheres participando do grupo e não conseguimos aglutinar essas mulheres e mantê-las no grupo. Então eu me questionava, por que isso? Por que ficavam sempre aquelas históricas, como nós brincávamos, o grupo histórico, por que o *Brasil Mulher* acabou? Fiquei assustada porque, apesar de ter saído, o *Brasil Mulher* era um ponto de referência. Na luta do dia-a-dia com o trabalhador, como sindicalista, com os companheiros, na luta efetiva, há momentos terríveis, em que cobram de nós, feministas, o que você é, o que você quer, qual a sua proposta. Há momentos que, diante dessa geléia geral, você fica meio perdida. Achei interessantíssimo o Seminário em razão da proposta aqui colocada, de discussão dessas perspectivas, do que é o feminismo, do que ele está sendo ou será daqui por diante, do que é ser feminista, de como levar essas propostas no dia-a-dia.

DULCINÉIA – Acho que todas vocês sabem que o *SOS Corpo* é um dos grupos mais antigos e a composição do grupo permanece mais ou menos a mesma desde que foi fundado. Tivemos aquele momento de um verdadeiro cordão umbilical, tão incrível que havia fins de semana que nos encontrávamos todas juntas em Olinda, íamos juntas para todos os lugares, era uma coisa absurda. Hoje nós olhamos como meio absurdo mesmo, achamos que não era necessário. E é claro que as conseqüências foram muito semelhantes às que aconteceram com os outros grupos, só que alguns grupos não resistiram à tempestade e eu posso dizer agora, 2 meses que a *SOS* resiste à tempestade. A relação afetiva é muito importante, mas essa relação afetiva muitas vezes se constitui em impasses terríveis. Voltar a esses grupos de reflexão é ponto para se rever, não que eu seja contra, acho até que é uma medida incrível para recuperação da autonomia, pensar e redimensionar essa articulação.

Acho importante definir esse caráter da militância, o que é mesmo isso e principalmente essa história do compromisso e ainda a relação que estabelecíamos com a própria instituição. O compromisso com o feminismo é um compromisso político; nosso trabalho, mesmo profissional, está imbuído desse compromisso político. Deve-se separar militância da não militância, o que exige é um nível de maturidade muito grande.

Não é criando um grupo único e exclusivamente de reflexão que vai possibilitar o avanço, a articulação, a solidariedade e a evolução do compromisso com o feminismo; não é suficiente o NEIM, e SOS ou outros grupos transformarem-se em grupos puramente de trabalho. Entram aí outras variáveis com as quais não se contava antes.

Hoje em dia eu não digo mais que sou do SOS, eu já fui, isso não quer dizer que preciso sair de lá, é uma relação que vem de dentro, reflete-se inclusive na minha fala para fora; isso não quer dizer que estou contra e SOS *Corpo*, que não vou batalhar pela proposta, pelo que o grupo se transformou, que é um instrumento, mas hoje percebo que o SOS é uma coisa exterior a nós.

ALICE – No caso do NEIM é assim, eu sinto isso, não sei se passa pela própria relação com a Universidade, pois num primeiro momento foi difícil criar alguma coisa específica sobre a mulher dentro da Universidade, era o Clube da Luluzinha. Aí fomos obrigadas a nos fechar, mostrar a competência, porque funcionávamos dentro da instituição, assumíamos uma coisa diferente. Dentro da Universidade somos vistas como uma instituição dentro da outra; corre o folclore na Faculdade de Filosofia de que na Bahia, para você conseguir fazer alguma coisa, tem que ter dois apoios: do NEIM e de Antônio Carlos Magalhães. Não existe a Cecília de Antropologia, a Alda de Sociologia etc.; existe a Cecília do NEIM e as outras meninas, são chamadas as meninas do NEIM; somos NEIM como éramos *Brasil Mulher*, estamos assumindo tudo e achando que, qualquer dia, vamos levar uma rasteira da Reitoria. Criamos uma coisa dentro da Universidade que era uma extensão do *Brasil Mulher* e cada vez que o *Brasil Mulher* não tinha condição ou não podia assumir determinadas tarefas, porque necessitava de uma instituição, o NEIM assumia.

DULCINÉA – Mas, em relação à questão da autonomia, ele fica precário, posso até dizer que atrapalha, porque o movimento vai enxergar vocês como uma coisa destacada.

CECILIA – Nós separávamos, agora não estamos separando mais, porque quando declaramos um tipo de greve, aqui quem assina é o *Brasil Mulher*, o NEIM não podia, porque é parte da instituição. Greve por exemplo na porta da Reitoria: quem está lá presente não é o NEIM, é o *Brasil Mulher*; são as mesmas pessoas, mas havia essa troca.

ALICE – Anailde referiu-se a um fato que precipitou nossa decisão de terminar o *Brasil Mulher*. Nós batalhamos pela criação do Conselho Municipal e o *Brasil Mulher* tinha uma representação dentro do Conselho; acho inclusive que é o único Conselho que tem garantido, dentro da sua estrutura, a representação de grupos. Aí estão a representação do Movimento Negro Unificado, das empregadas domésticas etc. Criamos o Conselho de tal forma que a Prefeitura não conseguia ter acesso; a presidente é escolhida pelos representantes e por isso o Prefeito decretou o seu fim, porque não tinha acesso. Elaboramos um projeto conjunto entre os vários grupos e a Lídice, então vereadora, assumiu e levou à aprovação na Câmara, com a ajuda da pressão das mulheres. No Executivo, Manoel Castro, que já tinha perdido a Prefeitura para o PMDB, simplesmente aprovou sem nenhuma alteração a nossa proposta. Ele passaria o mandato no dia 1º e exigiu que a posse do Conselho fosse no dia 27, sob pena de não aprovar; Mário Kertesz, que assumiu a seguir, jamais se envolveu, porque não tinha nenhuma interferência nesse Conselho, negando-se a indicar as outras Conselheiras e o Conselho acabou. No caso do Conselho Estadual, foi a mesma coisa; temos aí um lugar para o *Brasil Mulher*. Será que temos legitimidade para mandar uma representante do *Brasil Mulher*, será que não estamos fazendo a mesma coisa que os partidos de esquerda fazem, criando seus aparelhos para garantir representante? Recusamo-nos a mandar representante. Como mandar um representante de uma coisa que concretamente não existia? Era um grupo de amigas que se ligavam.

MÍRIAM – De qualquer maneira, manter o papel que o *Brasil Mulher* tem, como associação sem fins lucrativos e usar isso para a Universidade, é uma esquizofrenia, é dar uma prerrogativa para a instituição que ela não merece. Isso faz com que vocês briguem menos dentro da instituição, porque têm mais poder de manejo. Se vocês têm um papel burocrático, podem ter o papel de reflexão e esse pode dar a vocês o distanciamento. Ao invés de fazerem 2 horas de terapia antes da reunião do NEIM, que tal uma reunião a cada 15 dias, de reflexão, onde vocês possam colocar todas as coisas e da qual outras pessoas que não estão no NEIM possam participar?

Quando se tem um espaço institucional que junta aquilo que se acredita com o que se sabe fazer, diminui a loucura, a esquizofrenia.

ALICE – Batalhávamos para fazer esse Seminário e a única entidade que se propunha a ajudar era o UNICEF, só que ela não financia instituição governamental, e a UFBA é governamental. Daí o impasse: vamos deixar o dinheiro do UNICEF? Vamos deixar de fazer o Seminário, porque o CNPq não vai financiar, a Universidade não têm o mínimo interesse em fazer feminismo, e agora?

Decidiu-se então usar o CGC do *Brasil Mulher*, sem colocar o seu nome, porque ele não existe mais. Quando saiu o projeto, que foi encaminhado para as entidades financiadoras, eram promotores o NEIM e o *Brasil Mulher*, mas não se podia colocar o nome do *Brasil Mulher*, porque ele não existe mais, é um fantasma, mas podia-se usar o seu CGC.

DULCINÉA – Em termos de avaliação, penso que não se pode dizer que o Seminário está perdido, mas acho que por conta dessa ambigüidade que vem sendo tratada desde o início do Seminário, realmente atrapalha. Num certo momento fiquei quase decepcionada, achando que a presença de algumas dessas organizações nos ameaçam. O que está acontecendo com todas as organizações financiadoras, não só com o movimento feminista, é de uma mudança de investida dessas organizações lideradas pelo Banco Mundial, o que pode trazer modificações sérias naquilo que pretendemos fazer.

A idéia deles é injetar recursos financeiros que possibilitem projetos de geração de renda; fica um impasse muito grande inclusive para quem trabalha com as mulheres do meio popular, porque sabemos que um dos lugares de libertação dessas mulheres é a libertação econômica; por outro lado, o que está sendo oferecido é uma maneira de não resolver as questões fundamentais da sociedade.

LOURDES – Creio que vocês estão caindo numa rede que tecem, de um lado se vitimando e de outro se culpando. Chega um momento em que há de se ter certa objetividade.

Há um retrocesso das instituições nacionais e internacionais no sentido de reter o financiamento, haja vista fatos externos que em seguida vou relatar, que não se financia mais, quantos projetos sobre a mulher o CNPq devolveu e que está financiando, com base nas seguintes justificativas: não financio o seu porque a bibliografia não é nacional; não financio o seu porque não tem

bibliografia estrangeira. Está havendo uma clara recusa, e não creio que vocês devam se culpar; nessa interlocução feita sobre a cisão interna, *Brasil Mulher* e NEIM, não há do que se culpar, porque tomar o CGC do *Brasil Mulher* para fazer o Encontro era necessário. O NEIM não é vilão na história porque tomou CGC de um grupo que já não existe mais.

A discussão não é essa, deve haver objetividade: em primeiro lugar não existe mais um clima favorável para financiamento de Encontros Feministas, de teses sobre mulheres.

Entre uma multiplicidade de fatores, cito a nova Encíclica Papal, que desconsideramos completamente; sobre a mulher, o texto diz que há um avanço tão grande das mulheres que é preciso fazer com que elas voltem ao lar e assumam o papel tradicional. Essas instituições financiadoras, o UNICEF e uma série de outras que têm esse compromisso maior, evidentemente não desprezam esses fatos. Creio que se devam utilizar de todas as possibilidades para que encontros dessa natureza se repita. O Encontro possibilita uma tentativa, embora tênue, de relacionar a teoria e a prática, porque quem trabalha com as práticas tende a negar os teóricos e quem trabalha com as teorias tende a menosprezar as práticas. O avanço está aí, construir esse caminho de mão dupla e esse Encontro é isso, quer dizer, não ficou no paredão, as teóricas estão para lá e as práticas estão para cá, essas são as boas e essas são as ruins. Há uma tentativa de reconstrução, de reapropriação de uma militância que foi extremamente reflexiva e reapropriada e acho que foi extremamente significativa.

TEREZINHA – Eu queria retomar a questão da militância, militar significa alguma coisa, não é uma palavra, é uma ação. Dizer que militamos dentro de instituição não é verdade, porque as instituições têm um papel definido na sociedade, elas são criadas e não podemos ser ingênuas ao ponto de dizer que vamos aparelhar A, B ou C e trabalhar como se faria em um grupo autônomo.

Nós elaboramos o Estatuto da criação do Conselho Municipal, muito bonito, mas o que aconteceu? O Prefeito da época não foi contra o Estatuto, mas o Conselho não funcionou porque o Prefeito é o poder, é o governo e, se ele não quis entrar em choque conosco, deixou passar; mas, quando quis, extinguiu-o.

Tomemos agora a Universidade: o NEIM funciona como uma coisa informal dentro do Mestrado, não têm Estatuto, como Núcleo de Estudos, como outros que há na Universidade; mas o NEIM está preso. Quando o Reitor ou o Coordenador do Mestrado achar por bem que ele não serve mais, não sei até que ponto ele vai continuar.

Qual será a diferença básica de atuação de um grupo autônomo para um grupo de instituição? Você acha que o NEIM teria condição de ir à uma praça pública, como NEIM? Não. Vamos como *Brasil Mulher*.

ALICE – Temos corrido o risco, não separamos a militância de um grupo autônomo da de um grupo de instituição, faço militância em todas as instâncias da minha vida e dentro da Universidade. Temos contribuído muito mais para o feminismo nesses 4 anos de NEIM do que o *Brasil Mulher* nos últimos 4 anos; são essas as instâncias da militância. Quando entramos numa sala de aula para dar um curso específico sobre feminismo para 40 alunos, vamos conseguir num semestre fazer muito mais do que o *Brasil Mulher* fazia numa conferência uma vez na vida. Estamos aparelhando a Instituição, é claro que temos esse problema. Uma vez fui para a televisão, uma mulher virou para mim e perguntou: a Universidade defende a legalização do aborto? É claro que não, agora enquanto indivíduo defendo a legalização do aborto; você não pode misturar as coisas de um Núcleo de Estudos da Universidade, de um Conselho Municipal; a interferência do Estado aí é mais forte.

MÍRIAM – Acho que é legal estar discutindo tudo isso aqui, mas não vamos fazer um clima de tristeza nesse final de Encontro por causa do fim do *Brasil Mulher*; acho que mudou um pouco, não temos mais grupos idílicos, mas há grupos que já passaram por tantas que de repente alguma coisa acontece.

Quando a Dulcinéa fala em chamar um psiquiatra para ajudar o grupo, eu me arrepio, mas é a forma que o grupo encontrou. O CIM que todo mundo pensou que tinha sido fechado, está sendo reconstruído das cinzas, trabalhando com milhares de problemas.

Essa é a nossa possibilidade de sobrevivência, de construção da nossa identidade, de constituirmos isso com outra visão, ao menos com grupinhos na nossa casa, como estou fazendo; somos 4, assistimos à novela, discutimos e eu vejo a diferença da reflexão que fazíamos antes e agora; é completamente diferente; há vezes em que só conversamos abobrinhas, há outras em que avançamos...

CECILIA – Fazemos isso informal e constantemente pelo telefone (nossas contas de telefone são altíssimas), mas acho que temos que fazer uma coisa formal no sentido de sentar e se refletir, discutir não como uma forma de terapia na sala do NEIM, mais uma reflexão diferente.

MÍRIAM – Há coisas em que a gente avança e pode avançar. Conseguimos noutro dia fazer uma discussão sobre sedução, enfrentando coisas complicadíssimas, entre nós mesmas, da relação entre nós, e num outro discutimos a instituição, a possibilidade de fazer alguma coisa. Assim é um grupo, para nada, só de reflexão. Com um pouco de tranqüilidade, depois de passado isso aqui, espero que vocês voltem a discutir.

CHRISTINA – Sabem que estou achando ótimo essa discussão! Em momento algum estou pensando em *Brasil Mulher* ou NEIM. Penso na questão da autonomia, das brechas e instituições patriarcais, do que fazer; é um grande desafio, nós fazemos educação popular em bairros lá em São Paulo e as Escolas, que estão juntando tanta gente, como ficam? Então essas confusões todas rolam na minha cabeça. É justa a limitação que o Conselho Nacional impõe para uma feminista que está lá dentro? É justa a limitação que o NEIM vai ter com relação a determinadas questões que a Universidade não concorda?

CECILIA – Comecei a entender o processo do feminismo num grupo de reflexão fora do Brasil, que não era nem de brasileiras. Eu era a única brasileira nesse grupo, numa cidadezinha dos Estados Unidos. Daí eu saí do *NOW* e, quando cheguei aqui, achei que a *Brasil Mulher* era muita *NOW* para o meu gosto, era composta de mulheres de classe média, profissionais liberais. Achei que não estava mais a fim disso e foi na hora em que o próprio feminismo se ampliou; não queria mais essa reflexão, porque no momento em que se sai do gueto não se quer mais voltar e refletir, eu queria abrir. Nesse Seminário foi que sentimos a necessidade de ter um Encontro menor para refletirmos, de sentar e pensar: o que aconteceu na minha vida enquanto feminista, quais as novas propostas? O movimento já não pode ser sozinho, nem pode diluir-se totalmente nos outros movimentos de mulheres, tem que resgatar ainda o que é. Temos que nos voltar um pouco, refletir sobre o que aconteceu; há uma nova identidade, onde está surgindo? Quais foram os

nossos erros, quais as continuidades e descontinuidades com as várias coisas? Acho que esse Seminário, apesar de todos os problemas que encontrou, foi importante; em primeiro lugar, vimos que há milhões de questões a serem discutidas, aprofundadas; sentimos que os velhos problemas não se resolveram, o feminismo não se diluiu nos outros movimentos e essa nova reflexão que surge não vai ser mais aquela, mas uma outra reflexão, com um certo avanço, com outra dinâmica.

Acho que nos intervalos dos Encontros, que não podem deixar de existir, deve haver um espaço como esse, para reflexões desse tipo com um certo tema central, não abordando tantas questões que não conseguimos discutir a fundo.

ÂNGELA – Eu quis fazer a avaliação nesse momento, porque somente agora cheguei da minha avaliação. Agora é que entendi muitas coisas, entendi a ambigüidade do início, entendi a minha ambigüidade com relação ao Encontro, o que não é novidade, mandei uma carta para vocês dizendo das minhas dúvidas com relação ao Encontro, dúvidas com que cheguei aqui e se mantiveram durante o primeiro dia e talvez até metade do segundo. Entendo agora que essas ambigüidades tinham muito a ver com essa plasticidade de feminismo que adquiriu vários papéis, por um lado; por outro lado, não só ele adquiriu vários perfis, mas conseguiu ultrapassar uma fase da sua história, atingindo justamente esses perfis, modificando-se e isso modifica tudo: a forma de relação, a maneira como vemos a autonomia hoje, a maneira como discutimos, a relação dentro dos grupos, questão da afetividade, como ela se dá, a visão dos grupos autônomos.

Sou uma ativista de origem política, comecei com o movimento estudantil, aquela trajetória pela qual todas nós passamos e evidentemente venho com essa marca; situei-me na Universidade porque foi um refúgio, digamos assim, para ganhar dinheiro e fazer uma coisa que não estaria muita longe do que já fazia antes. Esse saber, esse papel que você escreve e tem que falar para as pessoas é algo complicado.

CRHISTINA - Quando cheguei aqui não me senti incorporada, parecia uma coisa fora de mim. Quando falaram hoje sobre o discurso da histeria; vi que não é o que quero; à medida que você fica surge o desejo, pinta o que você quer, ou vai construindo o que

você quer; eu senti que esse Seminário foi assim, ficava o tempo todo dizendo para mim; não é isso que quero, não é assim que quero, mas parece que agora estamos construindo como queremos. Como estamos querendo discutir as nossas grandes questões, as nossas grandes ambigüidades, estávamos cheias de dúvidas, brigando por tudo, ansiosas e de repente vamos amarrando questões, vamos fechando coisas.

ÂNGELA – Outra coisa que aconteceu é o traço da afetividade; da mesma maneira que temos de reconhecer que nós ativistas temos um problema com essa forma do saber, podemos até fazer e fazer bem, mas não nos sentimos a vontade.

A Naomi falou na sisudez, está certo, é bom ter um Encontro sério, mas não precisamos ser só sisudas. Contudo, o mais interessante é que falamos na afetividade e ela aconteceu aqui, embora de outra forma, não teve o lúdico para se expressar, esse espaço não nos foi dado. Afetivamente se expressa de todo feito, queiramos ou não, saio daqui com um enorme carinho por certas pessoas que não conhecia e que fiquei conhecendo mais.

MARIA LÚCIA – Acho que esse foi um Seminário muito difícil; comecei a sentir saudade das ousadias e atrevimentos feministas, fiquei engasgada com isso por bastante tempo; refleti bastante, pois achava que essas pessoas precisavam passar por isso, nesse momento, que o nosso feminismo está assim. Existem formas e formas de se expressar, a minha é esta e eu quero espaço para a minha pluralidade, quero espaço para estar aqui com todas as minhas coisas, com tudo o que sou, mesmo se às vezes sou séria. Mas não sou sisuda, e eu vejo sisudez nos outros; quero espaço para todas as pessoas de todas as formas, vestidas de baiana, ou de sapatão, do que for, quero esse espaço, quero ver isso aqui.

NILCE – Eu só quero falar de um preconceito. Não me senti dentro, porque no Conselho Nacional onde estou, consideram-me uma feminista radical, aqui eu sou uma instituição; de repente pensei: “meu Deus, será que não vou poder mais participar de Encontros Feministas?”. Então é uma verdadeira loucura, mas enfim é uma coisa que vale pensar.

MÍRIAM – É como se algo de minha vida transcendesse, que eu já tivesse vivido e que estou vivendo novamente, é como se já tivesse vivido essa experiência e tivesse voltando e resgatando,

porque foi uma coisa boa. Faz parte da utopia, faz parte dos sonhos e acho que é um pouco da decantação de Bertioga, que tive de fazer, porque pus muita energia e um pouco da minha vida; rompi com tudo absolutamente da minha vida para transar Bertioga, para constituir um espaço. Acho um absurdo se fazer as coisas dessa maneira; eu tive que decantar durante 4 anos; 2 para fazer e 2 para decantar. Saí durante um ano e de 83 até agora foi uma recomposição; com isso aprendi muito do ponto de vista de construção interna. Esse Encontro é de resgate da utopia, coisa de futuro, porque não vamos estar tão em sintonia daqui para frente, mas conseguimos um momento de sintonia. Podemos crescer, todas, do ponto de vista de feminismo brasileiro.

PARTE II

1- FEMINISMO NO BRASIL: PERSPECTIVAS

2- A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

3- FEMINISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

VISLUMBRANDO NOVOS ESPAÇOS: ANOTAÇÕES PARA UM DEBATE FEMINISTA

Ana Vicentini

“Una palabra oscura puede volver a levantar el fuego y la ceniza”

Olga Orozco

Há cerca de três anos, aproximadamente, os encontros feministas brasileiros (e até os latino-americanos) têm sido pontuados por um pequeno, mas persistente, coral de feministas que lamentam a descaracterização desses encontros, a diluição da chamada questão da mulher em meio a problemas de natureza partidária, sindical e profissional; lamentam, em suma, um espaço perdido. O *IV Encontro Nacional Feminista*, realizado em Belo Horizonte em 84, por exemplo; já antecipava o que chamo inicialmente da perda do espaço da expressão mais genuína e radical (que assim se acreditava por se marcar como autônoma) do movimento feminista. O grito de alerta dado por alguns setores se fundava na iminente criação do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, na dificuldade que o movimento sentia ante o inevitável diálogo a ser estabelecido com os órgãos governamentais e na recusa quase pueril de alguns setores em ver no Estado um possível interlocutor.

O que foi em Minas um grito de alerta, se constituiu, nos encontros posteriores, em voz dissidente. As primeiras impressões expressas por feministas após cada encontro nestes últimos anos revelam uma melancolia proustiana ante o espaço perdido: “Ah, éramos muito poucas feministas!”; ou então: “nos reunimos, algumas de nós, embaixo de uma árvore para falar sobre nossas questões”, a árvore sendo aqui uma alusão simbólica, precisa, da busca de um outro espaço – físico, ideológico e político – empreendida pelas feministas.

Para onde foram as feministas? Ou melhor, o que é feito do feminismo brasileiro, um dos mais contundentes e vigorosos da América Latina? Um exame hermenêutico do *III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe* (o Encontro de Bertioaga) pode oferecer-nos alguns elementos simbólicos que indicam, de forma

condensada, mas iluminadora, uma possível trilha a ser percorrida para se chegar a uma explicação satisfatória sobre os rumos, ou o paradeiro do feminismo no Brasil.

Podendo ser visto como uma alegoria liricamente feminista a respeito da “Cidade das Mulheres”, de Fellini, o Encontro de Bertioiga criou um universo simbólico riquíssimo e ainda pouco analisado pela crítica feminista. Um instante deste Encontro, porém, é particularmente significativo para as nossas inquietações. Refiro-me à “reunião das fósseis”, realizada durante o Encontro, ou seja, à reunião das feministas com mais de dez anos de militância, conforme explicitado pelas próprias organizadoras.

O empréstimo da arqueologia é pontual: fóssil significa, em termos arqueológicos, o resultado de um processo químico de conservação de animais ou vegetais, onde lhes são preservadas suas *características essenciais*. Ao se auto-dominarem “fósseis”, estas feministas estavam elaborando muito mais do que uma ironia bem-humorada a respeito do seu longo engajamento no Movimento Feminista. Retirando as conotações mais retrógradas que a expressão adquiriu, o processo de fossilização tem a propriedade de reter o que é essencial e de eliminar o superficial, o circunstancial. Assim sendo, a “reunião das fósseis” pode ser vista como uma tentativa simbólica, empreendida por algumas feministas, no sentido de preservar o estrato residual do feminismo, ou seja, de guardar suas características essenciais, sua consistência ideacional.

Em uma perspectiva analítica mais interpretativa, podemos identificar nessa “fossilização” da ideologia feminista o início de um processo de transformação fecundo e complexo pelo qual vem passando o feminismo nos últimos anos, particularmente no Brasil. Na busca de caminhos explicativos para a natureza dessa transformação, lanço mão, mais uma vez, da arqueologia, só que agora a um tipo especial de estudo arqueológico – o empreendido por Michel Foucault a respeito da constituição de um discurso científico na cultura ocidental: o discurso médico.

Em *O Nascimento da Clínica: Uma Arqueologia do Olhar Médico*¹, o pensador francês examina a transformação da experiência clínica e sua constituição como forma de conhecimento. Seu foco de análise

¹ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la clinique: Une archéologie du Regard Médical*.

para esta arqueologia reside na observação médica e no seu desenvolvimento, isto é, no estudo da evolução do olhar clínico ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nesse processo, a observação médica, ou o espaço da experiência, identifica-se fundamentalmente com o domínio do olhar, “da vigilância empírica (que está, porém) aberta à evidência dos conteúdos visíveis”². O olhar tem, nesse momento, um papel quase redundante, na medida em que revela o que já é visível, observável, diretamente retirado da experiência.

Esta via imediata, porém, não é a que leva à constituição da prática clínica em saber médico. Não é como se num passe de mágica, o invisível se tornasse disponível ao olhar – não se trata de uma sedução empírica ou conceitual! A fundação do saber médico exigiu a transformação não apenas das condições de observação, mais primordialmente, das maneiras de olhar, das “formas de visibilidade”. O olhar clínico, aponta Foucault, se redefine no decorrer deste período histórico como ato (ação, ator) perceptivo; ou seja, o olhar clínico se transforma em um processo ativo de observar, descrever, estabelecer relações, privilegiando umas e descartando outras; em suma, ao olhar cabe agora não só registrar, mas também *totalizar* as organizações percebidas empiricamente. Para que tal feito seja possível, para que o olhar que “lê apenas o visível” possa revelar dimensões ocultas, possa estabelecer relações estruturais, é necessário um treinamento, um exercício de sensibilidade que lhe permita atravessar as aparências sensoriais e desmistificá-las, indo assim à essência das coisas observadas.

Esta transformação do olhar clínico, esta passagem do ver para o saber, do “voir” para o “savoir”³, inaugura, na avaliação de Foucault, um novo discurso científico: por um lado, tem-se um discurso gerado a partir de uma “fidelidade e... obediência ao conteúdo da experiência”, isto é, um discurso que diz o que vê. Por outro lado, tem-se também um discurso que gera, ele próprio, a experiência, ou seja, um discurso que *faz ver*, dizendo o que vê⁴.

²FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*, p. 11.

³FOUCAULT, Op. cit. p. 107-123.

⁴FOUCAULT, Op. cit. p. 226.

Juntando as duas alusões acima feitas à arqueologia, uma metafórica e outra epistemológica, gostaria de colocar alguns pontos para a nossa reflexão. De maneira análoga à prática clínica, acredito que o feminismo esteja se transformando, a partir de uma forma de ver o mundo, para uma forma de fazer ver o mundo. Em outras palavras, parece-me que estamos assistindo (ou agindo, visando) à constituição do feminismo em saber, em conhecimento.

Voltemos às fosséis. Ao fazer uso de um critério cronológico, buscava-se de fato, agregar o que era intrínseco à prática feminista, deixando de fora o contingencial, o esporádico. E este procedimento, conforme nos lembra Foucault, é condição imprescindível à formação de um campo do saber. Antes que algo se torne um saber, é necessário não apenas uma coleta de informações, observações e reflexões a esse respeito, como também à conservação deste material recolhido, ou seja, a criação de um arquivo⁵. Assim sendo, a “reunião das fosséis” no Encontro de Bertiooga, pode ser vista como um marco simbólico da constituição do arquivo feminista brasileiro.

A partir daí, percebe-se uma crescente divisão manifestada explicitamente nos encontros feministas: de um lado, aquelas mulheres que tiveram e/ou têm acesso ao arquivo feminista; de outro, algumas mulheres ávidas, outras interessadas, e outras ainda que procuram apenas um ligeiro e descompromissado contato com este arquivo. Nesse sentido, o sentimento de perda do espaço feminista experimentado (e até sofrido) por muitas de nós pode ser melhor entendido como parte de uma transformação profunda do próprio feminismo, que perde suas características de movimento social para se constituir em campo do saber (com todas as perdas e ganhos que isso possa implicar).

Um outro dado empírico que corrobora esta transformação do discurso feminista pode ser encontrado num rápido exame das necessidades de alguns organismos internacionais ou governamentais que se dedicam à formulação de políticas sobre a mulher. Um problema permeia a fala da maioria dessas instituições: a falta de pessoal qualificado para compor seus quadros funcionais. Não se trata, porém, de treinamento técnico nas áreas tradicional-

⁵ FOUCAULT, Op. cit

mente reconhecidas como geradoras e transmissoras do saber, tais como, direito, psicologia etc., mas, sim, de mulheres que “tenham clareza sobre a questão da mulher” (conforme estes órgãos significativamente qualificam a mulher que detém o saber feminista), e onde se detecta uma alusão ao olhar que vê e que faz ver, implícita na expressão “ter clareza”.

Por fim, a constituição, ainda incipiente, deste campo de conhecimento feminista encontra sustentação na existência de vários núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras, criados nos últimos anos e que, sintomaticamente, abrigam em seu corpo um número expressivo de feministas oriundas do movimento social.

Voltados, em sua maioria, para a reflexão e investigação sistemáticas sobre a construção do gênero em nossa cultura, sobre o status secundário ocupado pelo gênero feminina e os matizes de sua expressão, os núcleos de estudos sobre a mulher têm tido um papel explícito importante na afirmação deste novo campo do saber, na medida em que sua perspectiva multidisciplinar de constituição e atuação fortalece a definição fundamental deste campo do saber a partir de um objeto, e não a partir da orientação disciplinar de uma teoria ou método específico, como ocorre nas áreas já firmadas, como a Biologia, a Sociologia etc.

Esta transformação do feminismo, cabe ressaltar, não é um fenômeno particular ao caso brasileiro, mas vem se dando em vários outros países, como, por exemplo, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França, assumindo contornos próprios em cada um deles. Para nós, todavia, ela apresenta a possibilidade não só de reanimar o debate feminista, como também de alargá-lo e aprofundá-lo. E, como ocorre na maior parte dos casos, um conhecimento aprofundado, sistematicamente adquirido, vai inevitavelmente chegar a uma conclusão prática, a uma sugestão social. Pelo menos é este o caminho que desejamos seguir no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília.

A partir do momento em que o feminismo deixa de ser uma forma de ver o mundo, uma forma de ordená-lo, isto é, uma ideologia, e se torna, na expressão de Foucault, uma forma de *fazer ver* o mundo, isto é, uma forma de se conhecer o mundo, os núcleos de estudos sobre a mulher tendem a se constituir em um

lócus importante de produção deste saber. Invocando novamente a arqueologia de Foucault, para que o olhar clínico consiga ir além do imediatamente visível e revele o “avesso negro do corpo”⁶, impõem-se a necessidade de aguçar sua capacidade perceptiva.

De maneira similar, há que se lapidar as formas de visibilidade da questão da mulher, há que se esforçar o olhar feminino para que ele deixe de dizer apenas o visível e faça ver o invisível. (Aliás, este é um problema frequentemente apontado por várias feministas, quando avaliamos nosso discurso: “o feminismo não tem dito nada de novo ultimamente”, tem se tornado o nosso *motto* nos últimos tempos.) Nesse sentido, os núcleos podem e devem trazer um suporte luminoso para o exercício sensitivo/cognitivo desse olhar. Refiro-me especificamente à virtual (ou já atual) realização de cursos de especialização ou aperfeiçoamento em estudos sobre a mulher como uma das contribuições mais efetivas que os núcleos podem dar no sentido de treinar olhares, de fortalecer o saber feminista. Nesta direção, já se lançaram o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia e o Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da Universidade Federal de Alagoas, com um curso de especialização e outro de aperfeiçoamento, respectivamente. A partir de agosto de 1989, o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília estará iniciando um Mestrado *lato sensu* em “Estudo sobre a Mulher”, estruturado sob uma perspectiva interdisciplinar e destinada a “formar recursos humanos capacitadas para lidar com os problemas relativos à mulher no campo do ensino e na formulação de políticas específicas”⁷.

Já em 1974, Juliet Mitchell dizia que: “o importante é que o feminismo, ao iniciar um *Sistema de pensamento* (meu grifo), transforma a noção ideológica de que existe uma oposição biológica entre os sexos que determina a vida sexual”⁸. Claramente contida nesta afirmação está a idéia de que não apenas o feminismo, ao elaborar um sistema de pensamento, já começa a se constituir em campo do saber, como, sobretudo, está presente a afirmação da inter-

⁶FOUCAULT, Op. cit. p.9.

⁷SUAREZ, Mireya et al. Projeto de implementação do curso de especialização em estudo sobre a mulher. p. 1

⁸MITCHELL, Juliet. *Wamom: the lougest revolution*. p.7.

relação, no campo discursivo feminista, entre conhecimento e prática social. Para nós, a realização deste Seminário sublinha nitidamente esta inter-relação. Ao mesmo tempo em que concordamos com Kant, quando ele afirma que “a possibilidade e a necessidade de uma crítica estão ligadas... ao fato de que existe conhecimento”⁹, estamos também esboçando alternativas para uma prática social mais criativa e inovadora. Em outras palavras, ao nos reunirmos aqui para pensar criticamente o feminismo, estamos não só firmando-o como forma de saber, como também revolvendo o terreno para a emergência de uma nova prática.

Para finalizar, gostaria de me dar o direito a uma fantasia especulativa. Se, por um lado, a constituição deste novo saber feminista pode ser revigorador sob vários aspectos, a crescente institucionalização dos espaços de reflexão e ação em torno da questão da mulher pode trazer um estrangulamento da própria questão que se tornará facilmente insuportável para muitas de nós. Aí, então, acredito que o movimento feminista se aglutinará com uma frescura e tenacidade ainda desconhecidas. Até lá, e um abraço.

⁹FOUCAULT, Op.cit.p.14.

SOMOS TODAS FEMINISTAS?

Vera Lúcia Ramos Soares

São várias as questões hoje postas para nossa reflexão enquanto feministas. São questões que passam pelo trabalho específico, como as relacionadas com o nosso corpo, são questões advindas das formulações teóricas, bem como as relacionadas com as políticas, as advindas dos órgãos de governo relativos às mulheres, aquelas que tratam da nossa relação com partidos, e também da própria relação entre os diversos segmentos do movimento de mulheres. Neste trabalho não pretendo responder e nem mesmo apontar todas elas. Tentarei sistematizar idéias, para compartilhar esta sistematização, e apontar algumas das questões que me preocupam atualmente, sem qualquer pretensão de respondê-las ou mesmo esgotá-las. Observações para uma reflexão feminista sobre o movimento de mulheres:

Não temos mais dúvidas de que o movimento feminista é um movimento político. É também um movimento cultural, social, econômico. É um movimento político no sentido amplo, pois tem como um dos seus propósitos a redefinição do campo da política, incluindo nela as relações de poder presentes no cotidiano.

No Brasil, mais de uma década se passou desde a retomada, em novos termos, do movimento feminista. Este ressurgiu como parte dos movimentos dos anos 70, e, ainda que vinculado às idéias da esquerda, vai além delas, pois aponta uma série de questões que a própria esquerda ainda não consegue responder.

Parece evidente que sua presente política resistiu com eficácia, às tentativas de desqualificação (às vezes ainda retomada nos dias atuais) de que foi alvo, bem como tentativas de cooperação, tanto partidária como institucional. Refluiu, em certos momentos, partiu-se com a reorganização partidária, reinventou novas práticas e é sensível, hoje, sua presença na nossa sociedade. Este movimento vem revelando e evidenciando dimensões cruciais da sociedade brasileira: sua extrema heterogeneidade, e por consequência a extrema diversidade das formas concretas de dominação, que se criam cotidianamente.

O feminismo trata, entre as tantas relações de dominação e opressão, das relações do gênero. São relações de poder que se estabelecem em todo tecido social, atuando como fios invisíveis que cruzam as relações sociais. As relações de gênero são também relações que envolvem todas as pessoas, são relações de domínio e subordinação que se sustentam numa rígida divisão sexual do trabalho e se expressam em forma de dominação específicas, tanta no âmbito do público como do privado. Sua importância está referida não só sujeito que a sofre, como também é a primeira e mais generalizada relação de poder que vivem as pessoas em quase todas as sociedades. Ela estrutura uma forma de comportamento e uma percepção da sociedade que é deformada de antemão, estabelece uma sorte de relações pervertidas que estão presente em todo tecido social e dão guarida a uma concepção autoritária das relações humanas e da ação social. As Mulheres, como um grupo que sofre formas de dominação/subordinação específicos, são chamadas a resistir e transformar esta situação.

Posso tomar como referência do crescimento e da vida atual e dos conflitos deste movimento alguns sinais, como por exemplo o: *IX Encontro Feminista*, realizado em setembro de 87, na cidade de Garanhuns, em Pernambuco. Estiveram lá quase mil mulheres, sendo 70% delas advindas de setores populares, e mais ou menos 20% de mulheres chamadas “feministas históricas”. O número expressa nossa heterogeneidade, e os conflitos vivenciados indicam questões sobre as quais devemos refletir.

Quando falo de movimento feminista, movimento de mulheres, não estou falando de um movimento homogêneo. Para começar, não existe um movimento social homogêneo neste país, tão marcado por diferenças geográficas, culturais, socioeconômicas. São vários “Brasis” no Brasil. Além disto, é uma característica do movimento de mulheres a sua heterogeneidade, pois são muitas as dimensões de subordinação que vivemos, somos também diferentes quanto idade, cor, profissão, e classe que vai determinar como nós mulheres nos organizamos. Este movimento, além de ser heterogêneo, é também espontâneo em certa medida, com presença desigual no cenário nacional, com demandas ambíguas e algumas vezes contraditórias. Deste modo, é “maluco” falar tanto no movimento feminista ou no movimento de mulheres

como se fosse único; mas mesmo assim tentarei “Ver” as “Utopias” que nos desafiam, e tentar responder “afinal, será que somos todas feministas?”.

Até aqui falei em movimento feminista, ou movimento de mulheres, mas para compreendermos melhor o que ocorre entre nós, mulheres que participam de um movimento social, no qual somos as atoras principais, é melhor falarmos de um movimento de mulheres, cuja característica fundamental é sua heterogeneidade, e alimentando por diferentes vertentes: feminista, popular, política-partidária, entre as mais significativas no momento, que se expressam em diferentes formas de luta e organização, com uma presença desigual nas práticas sociais.

O feminismo aqui é entendido como aquele que coloca como questão principal pensar e viver a política a partir do cotidiano, em busca de uma identidade, não somente em oposição ao Estado. No movimento feminista, as mobilizações são centradas nas demandas de gênero, autonomia e responsabilidade de cada mulher sobre si mesma: sua força de trabalho, sua capacidade de reproduzir e sua sexualidade. Algumas falas do *IX Encontro Feminista* ilustram nosso pensamento: “Não é só um movimento organizado, é também na casa, no trabalho, é no lugar onde gente está”. “O feminismo não é uma receita, é uma construção cotidiana”. O feminismo amplia os espaços onde se pratica a política, e traz o subjetivo para estas práticas, a seu modo luta contra o sistema social baseado na injustiça e na exploração.

A parcela popular do movimento é aquela que se organiza ao redor de ações de subsistência familiar, conformada a partir do doméstico. São ações coletivas com predomínio da problemática feminina, mas não necessariamente constituídas em torno da identidade e demandas do gênero. Esta parcela também é constituída por mulheres que trabalham fora de casa, nas cidades e no campo, que tentam pensar sua dupla condição, tentando explicitar reivindicações especificamente femininas no âmbito do trabalho, do qual estiveram ausentes sistematicamente as reivindicações de gênero.

A parcela do que chamamos de partidária, são mulheres que atuam, prioritariamente ou não, nos partidos políticos, e procuram nesta militância introduzir as questões das mulheres.

Esta divisão não é necessariamente rígida e nem sempre evidente.

Muitas vezes, tem sido difícil tanto para estudiosas da questão da mulher, como para mulheres militantes de outros movimento, entender esse movimento e sobretudo apreender sua significação no interior de nossa sociedade concreta: com sua história, com sua violência, com sua heterogeneidade, com suas invisibilidades, com seu movimento e com seus imobilismos. O que consideramos importante é que existe uma emergência de um conjunto de mulheres que se organizam na defesa de seus interesses, que levantam amplamente a questão da mulher na sociedade e na política, e que nessa trajetória estão se tornando sujeitos políticos. Nesse sentido, ao me propor entender o movimento de mulheres, significa tentar compreender o processo deste movimento para a constituição de uma identidade de gênero. Deste modo, para o movimento de mulheres com suas divisões e reverses, importa o “reconhecimento” desse sujeito específico como opressão e necessidades, mas também como vontade de conquista da liberdade. Em outras palavra, o “debate ampliado” também como vitória, mesmo dividido; reivindicações reais de conquistas significativas nunca inteiramente fechadas, de igualdade salarial, acesso profissional, direitos civis e direitos inéditos, creches, saúde, família, sexualidade, representação política e voz autônoma.

Hoje, é quase impossível definir os espaços onde ocorrem a organização deste movimento de mulheres, tanto por sua diversidade social, cultural, de geração, de cor, como pelas enormes carências e necessidades que em todas as dimensões enfrenta a mulher.

O feminismo vem desde os anos 70 procurando uma convivência com o conjunto do movimento. Muitas vezes esta convivência tem sido marcada por uma acentuada desconfiança pelas mulheres partidárias. Esta desconfiança é motivada porque as questões apontadas pelo feminismo tocam em valores e papéis sociais que estas mulheres muitas vezes não questionam, e por vezes são reforçados nos seus espaços de atuação. Também a transparente postura de rebeldia e de transgressão que o feminismo coloca, apontando as relações de poder entre os sexos, que

perpassam mesmo nos movimentos considerados portadores de profundas transformações da sociedade, como o movimento sindical, por exemplo. Os temas libertários colocados pelo feminismo: sexualidade, prazer, orgasmo, aborto, direito ou não de ter filhos, punição para os assassinos de mulheres, o lesbianismo como exercícios da livre sexualidade, antes tabus confinados aos espaços do quarto, cama, cozinha, por um lado, e o receio de que a questão do gênero supere a questão de classe social, faz com que este conflito se estabeleça. Além disto, o conflito também se estabelece nas propostas de organização. O feminismo tenta romper com modelos tradicionais de organização, por considerar que em todos eles se reproduz a hierarquização e desigual distribuição de poder. O outro lado do conflito, aquele vivenciado pelas feministas, questiona a eficácia desta convivência. Em determinados espaços, como os encontros, surgem alguns questionamentos sobre a própria validade destes, se são espaços para “recarregar nossas energias”. Fazem emergir um “cansaço” da fadiga de “voltar” sempre aos mesmos pontos. Mas estes conflitos não têm impedido ações concretas conjuntas, cujos exemplos são inúmeros.

Esta convivência, por outro lado, tem feito com que as mulheres dos setores populares e partidárias ao observarem as questões do feminismo provoquem uma transformação cultural no interior do movimento popular e dos partidos, e dentro do próprio movimento de mulheres, redefinindo o papel social da mulher, ampliando o conceito de cidadania, fazendo ver que, para se entender as práticas de dominação em nossa sociedade, é necessário não só ponto de vista de classe, mas que esta dominação é vivenciada de maneira extremamente diferenciada segundo sexo, cor, idade, rompendo com a dimensão clássica onde se coloca os conflitos e as contradições sociais somente do ponto de vista de explorados/exploradores, dominantes/dominados.

O movimento de mulheres, ao incorporar as idéias feministas, transforma o agir na política numa construção reveladora a sua ação transcende a oposição ao Estado e as reivindicações por melhorias de vida, ultrapassando os limites da participação, transcendendo o cotidiano, e fazendo emergir um novo sujeito social – as mulheres – ou seja, as mulheres anuladas emergem como

mulheres inteiras. Deste modo, a política se enriquece e se torna mais complexa, porque os espaços próprios do mundo social, como relações pessoais, sexualidade, doméstico, violência, quer dizer, tudo aquilo que constitui o privado e a cotidianidade começa a estar presente e a impregnar a prática política; é neste sentido que se pode dizer que se humaniza o público e se politiza o privado, mas se, por um lado, esta absorção das idéias feministas, que são essenciais para o feminismo, faz com que a distinção entre os fragmentos do movimento de mulheres se dilua, tornando difícil e, por vezes, quase impossível, identificar estes fragmentos, e esta absorção das idéias do feminismo, por outro, coloca novas questões.

Como ocorre esta absorção das idéias de feminismo nos setores populares e partidários não tem uma resposta precisa. Há, sem dúvida alguma, na existência do movimento feminista, um fator determinante que gerou outros indeterminados, dos quais pelo menos dois são mais visíveis: modernização da sociedade brasileira, e o ambíguo da(s) igreja(s).

A modernidade da sociedade brasileira é entendida aqui como idéias que são absorvidas e debatidas em amplos espaços, temas estes antes considerados tabus. Assim novos temas são incorporados a política, o tema passa a ter um lugar na política do Estado, fazendo parte das políticas públicas. Os meios de comunicação de massa tratam de vários modos, temas como sexualidade, reprodução, comportamento sexual, relações interpessoais, prazer etc. Surge uma multiplicidade de movimentos sociais, que tem questionado velhos paradigmas da ação política ao evidenciar a existência de uma multiplicidade de contradições, apontando que as contradições de classe não são suficientes para apreender o que ocorre em todo tecido social; ao gerar novos espaços de ação coletiva ao colocar em debates temas até agora deslegitimados da análise política, especialmente os relacionados com a vida cotidiana. Estes movimentos têm evidenciado a existência de novos sujeitos sociais, ou seja, todos aqueles setores oprimidos e subordinados em todos os âmbitos e dimensões que se expressa o poder; questionando o “monopólio” dos partidos na prática política.

O papel ambíguo da Igreja faz com que ao mesmo tempo ao organizarem amplos setores de mulheres, criando uma opor-

tunidade sem precedentes de participação na política da comunidade, fazendo aumentar seu sentimento de auto-estima, visibilizando a participação das mulheres, não modifica no essencial a profunda segregação sexual da sociedade, nem alteram a direcionalidade dos processos sociais. Estas mulheres, muitas vezes organizadas em clube de mães e comunidades de bases, embora sem questionar o seu papel social, por outro lado saíram do encerramento doméstico, reúnem-se e socializam suas experiências, identificam melhor seus problemas, definem mais claramente seus diversos interlocutores sociais. E, em alguns casos, permitiram para mulheres vislumbrarem as questões de gênero: o poder não balanceado no seu casamento, em suas famílias, na comunidade. Em muitas ocasiões, a igreja propicia a troca de experiências com o movimento feminista. Muitas vezes estas mulheres ganham autonomia e se organizam de modo próprio, sem perder as características populares de suas reivindicações, conforme apontado acima.

As razões que levam o movimento feminista a procurar estabelecer trocas e convivências com as outras vertentes do movimento também não são bem delineadas, tentaremos apontar algumas.

Para o movimento feminista, começou a ficar evidente a necessidade de ampliar o conteúdo e contingente do movimento feminista, enfrentando o poder patriarcal em todos os âmbitos que este se exerce. Foi criada a consciência de que não poderia pretender uma centralidade nas lutas feministas de um lugar privilegiado e vanguardista, e não ao contrário que era indispensável reconhecer as diferentes iniciativas das mulheres para enfrentar-se, em seus próprios âmbitos as artimanhas do poder patriarcal, que eram necessárias estratégias múltiplas de ação, ampliando os caminhos do poder para o movimento, desenvolvendo, junto com outros coletivos e grupos, espaços de poder e visibilidade no público, convertendo em movimento autônomo, com capacidade de ser interlocutor válido frente aos partidos, instituições, Estado, e todos os outros movimentos sociais.

Apesar destes refluxos e fluxos do movimento de mulheres, a disseminação das idéias do feminismo tornou-se sem retrocesso, sem volta. Este movimento “de sobe e desce” é sua característica fundamental, pois a construção de um novo sujeito polí-

tico é um processo lento, tempos muitos heterogêneos, sujeitos a conjunturas influências, pressões, peso das práticas tradicionais, é um processo carregado de profunda subjetividade que produz desconcertos e inseguranças, fluxos e refluxos na ação e na consciência dos atores.

Algumas questões hoje têm demandado uma reflexão própria. Afinal por que, quais e como manter espaços comuns com estes vários segmentos do movimento? Não pretendemos aqui discutir todos os tipos de espaços e práticas, nem nos determos nos nossos encontros.

Nossos encontros têm crescido muito nos últimos anos, e ao crescer o número de pessoas, com interesses divergentes, é quase impossível evitar a tomada de posição sobre diversos temas e mesmo sobre o caráter deste evento. Como criar espaços comuns, comportando tantos conflitos e tantas diferenças?

Para nós, feministas, estes eventos só têm sentido se continuarem como fóruns para o debate da política feminista, sendo um momento de romper tanto o isolamento geográfico, como aquele advindo da própria prática social e das diferentes experiências. É um momento para trocar experiências e opiniões, identificar problemas e avaliar diferentes práticas, identificar novas temáticas. Um momento de trocar idéias, de expressar sentimentos, pensamento e emoções, de ouvir e ser ouvida, concordar e discordar, afirmar e contradizer.

Por que é importante manter a heterogeneidade que está presente no movimento de mulheres? Isto não significa uma perda, pois a diversidade implica num recomeçar das discussões, experiências já trocadas?

Hoje já existem vários espaços específicos: os pesquisadores têm seu próprio espaço, as feministas que trabalham com a questão da saúde começam a criar momentos de troca e reflexão específicas, as mulheres do movimento popular se encontraram em outros momentos etc. Somente nos encontros feministas estas várias experiências, saberes, práticas podem conviver por um momento, trocar com todas as outras, o encontro pode misturar toda esta diversidade. Por que não ser restrito às mulheres que se identificam com o feminismo, não só na sua importância política mais geral, mas também na sua prática cotidiana social? A respos-

ta para isto é que nos feministas não vivemos separadas, em “guetos”. Interessa para nós mesmas saber, e participar do modo como se dá a incorporação das questões da mulher na política e apontar se a incorporação estiver reforçando os papéis existentes, baseados nas desigualdades de gênero. Para nós, feministas, interessa que questões do privado sejam de fato se incorporado no cotidiano da política, que práticas do privado sejam levadas como critério para as práticas públicas. Entretanto só tem sentido manter esta diversidade se for um espaço do feminismo, desde sua preparação, organização, temáticas etc., pois na perda desta identidade, perde seu próprio sentido de ser. Outros espaços, encontros existem para discutir temas, práticas, estratégias, propostas etc. Isto traz um grande desafio, como avançar sem voltar sempre do mesmo ponto? Por outro lado exige que sejamos capazes de recriar nossos pontos de vista, nossas práticas.

Estes encontros, com toda sua diversidade, devem nos permitir refletir sobre que poder queremos? Queremos um poder para transformar as relações sociais, para criar uma sociedade na qual as demandas de cada um dos setores sociais encontrem espaço de resolução? Isto é, uma sociedade cujas regras do jogo garantam a presença da pluralidade de atores sociais. Queremos um poder para construir uma sociedade que contemple as demandas dos diversos grupos sociais, compreendendo que a base da vida mesmo de todo ser humano é a unicidade de cada pessoa, resgatando o sentido e o valor das diferenças? Uma sociedade na qual se estabeleça relações entre pessoas diferentes, uma sociedade que harmonize a heterogeneidade? Como participamos da construção deste poder?

Uma outra questão que devemos refletir é o que significa fazer “política”? Fazer uma política que não seja arbitrária, nem vitimizadora da mulher, nem manipuladora, mas aceitando a unidade na diversidade, não só como necessidade, mas como condição da nossa ação para construir o sujeito político mulher, se mulher não é a unidade natural das mulheres, de uma política de mulher e para mulher. Reconhecer essas diferenças, não se sentir todas iguais, mas reconhecer que nós mulheres nos necessitamos para afirmar nosso sexo, para ter força. Não negar os conflitos, contradições e diferenças. Sermos capazes de estabelecer uma

ética das regras do jogo do movimento de mulheres, de modo que nos permita avançar na nossa utopia de desenvolver em profundidade e extensão um movimento, com características próprias, mas capaz de articular o íntimo, o subjetivo com uma concepção de sociedade, cuja viabilidade está não só em estreita relação com as profundas mudanças ao nível da estrutura econômica, política e social, como requer transformações a nível do indivíduo, de seus direitos e necessidades, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana. Esta busca de novas relações devem ir prefigurando desde agora as relações sociais que se aspiram na nova sociedade não reproduzindo as atitudes e formas de organização autoritárias e opressoras, que vai nos submetendo a nós mesmas ao silêncio, que nos inibe e nos deixa insatisfeitas.

Além disto, construir esta política implica em incorporar os novos temas colocados por outros movimentos, reelaborando-os e devolvendo a estes movimentos sob o ótica do feminino.

É possível manter um espaço deste tipo? Que outro espaços, heterogêneos, diversos, multifacetados deveremos criar para tentar responder estas questões? Quem são nossos interlocutores? É um desafio, dentre tantos que estamos imersos.

REFLEXÕES A PARTIR DO IX ENCONTRO NACIONAL FEMINISTA

Eleonora Menicucci de Oliveira

INTRODUÇÃO

Pretendo elaborar uma reflexão sobre o movimento feminista no Brasil e as decorrências da disseminação destas idéias junto às mulheres de setores populares e estabelecer a relação política entre os dois movimentos. Meu ponto de partida será o *IX Encontro Nacional Feminista*, realizado em setembro de 1987, na cidade de Garanhuns – -Agreste pernambucano – no nordeste brasileiro. Contando com a presença de aproximadamente 1.000 mulheres, o *IX Encontro* registrou uma participação na ordem de 70% de mulheres vindas de setores populares, sendo que somente uma parcela – por volta de 20% – foi preenchida pela participação das chamadas “feministas históricas”. Aqui, cabe-nos esclarecer que o feminismo enquanto movimento vem, sem destacados sucessos, desde os anos 70, procurando uma convivência com os grupos populares de mulheres. As diversas experiências e estudos demonstram que, por sua própria irreverência e propostas, as feministas, na maioria das vezes, são olhadas com acentuada desconfiança pelas mulheres dos setores populares. É dentro deste contexto, e voltadas por um arrefecimento de sua ação como movimento social, que as mulheres vivenciam – meio atônitas – a forte presença das mulheres ligadas a movimentos populares nos encontros feministas.

Hoje, a análise e discussão do fenômeno vivido em Garanhuns é assunto candente entre os diversos segmentos do feminismo brasileiro. Não é possível nenhum prognóstico, ensaio, discurso ou teoria acerca das perspectivas do feminismo sem enfrentarmos e compreendermos essa situação, pois se desenha uma outra face do movimento, que por sua novidade intrínseca não foi experimentada nem frequentada por reflexões mais profundas.

Para a análise reflexiva do feminismo, objeto do presente trabalho, entendo que este movimento perpassa as diferenças e

desigualdades sociais, transcendendo as experiências vividas por cada mulher. Traço um percurso a partir do feminismo que emerge no Brasil na década de 70, mais precisamente em 1975.

O Brasil, por ser um país continental, com diferenças marcantes, não só do ponto de vista geográfico, mas também cultural e sócio-econômico, permite pensá-lo e refleti-lo não como um país homogêneo em seus aspectos, e sim com uma enorme heterogeneidade que configura-se em vários “Brasis”, dentro do mesmo Brasil. E é por essa característica que não se pode falar, nem pensar no movimento feminista como se fosse único, nem tampouco generalizar a reflexão e homogeneizar a fala das mulheres brasileiras sobre a prática dentro deste movimento. O feminismo traz na sua composição, a nível nacional, as diferenças culturais, sociais, políticas e econômicas do país.

MOVIMENTO FEMINISTA COMO MOVIMENTO SOCIAL

“Se é uma temeridade juntar os novos elementos heterogêneos destes movimentos sociais a fim de interpretá-los como aspectos embrionários de uma utopia social comum, é ainda mais audacioso pretender adivinhar a direção que esta construção utópica tomará” Tilman Evers.¹

Se concordarmos com a afirmação de Evers em relação audácia de querer interpretar a heterogeneidade das formas de participação social dos elementos dos “novos” movimentos sociais, temos que ter também a audácia que nos permita construir atitudes de vida, sonhos incompletos ou intermináveis utopias.

Dentro do enorme aspecto dos “novos” movimentos sociais, meu interesse como mulher recai no movimento feminista. O surgimento de grupos feministas organizados no Brasil já completou mais de uma década, este espaço de tempo possibilita fazermos no momento presente um balanço, uma reflexão de nossas pequenas e grandes rupturas em nível individual e coletivo. Além de nos exigir o repensar da prática social que emerge com o feminismo. A tentativa de realizar essa ousadia faz parte da paixão com que vivo o feminismo em minha vida cotidiana.

¹EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Revista Cebrap*, n. 4, V. 2, p. 22.

Alguns autores têm estudado os “novos” movimentos sociais no Brasil, detendo-se nas polêmicas sob vários enfoques. Uns analisam os movimentos sociais como expressão de carências e necessidades geradas nos processos de urbanização em que o Estado aparece como fundamental (JACOBBI, 1986); outros, como formas geradas pelo fechamento dos espaços políticos tradicionais durante os regimes autoritários (MOISOS, 1982), ou ainda, aqueles que se quer mencionar a problemática específica da mulher, mesmo trabalhando com a temática creche (GOHN, 1983). Todos estes artigos são escritos sob a ótica do que é geral, embora, analisem tipos diferentes de movimentos. Como afirma Elisabeth Souza Lobo (H.M. imagens da C.S., 1987) a questão é colocada quase que exclusivamente em termos da natureza dos movimentos portadores de reivindicações, referindo-se às carências e necessidades de consumo de bens públicos e às questões reprodutivas. Ruth Cardoso, em 1984 (mimeografado), me faz recuperar uma indagação, por que na maioria das análises, os atores dos movimentos sociais são simplesmente assexuados? São os “moradores da periferia”, as “classes populares”, o “povo”, diluindo as especificidades do ator mulher e esquecendo que o “novo” desses movimentos é a construção do sujeito político “mulher”, que se foi pensado alheio à política, é porque evidentemente essa mesma “política” sempre foi considerada como esfera da vida que não diz respeito a competência da mulher. “A rebelião dos “novos” movimentos sociais, mesmo que estes especializem em suas questões específicas, não é contra a qualquer aspecto específico da sociedade capitalista; a investida da rebelião parece voltar-se contra alienação enquanto tal de todos os aspectos da sociedade”.²

A análise desses atores sobre a novidade dos Movimentos Sociais, oculta num certo sentido o próprio significado deste movimento, que na minha concepção, é o pensar e viver a política a partir do cotidiano em busca de identidade e não somente em oposição ao Estado, como diz uma participante do Encontro “... não é só um movimento organizado é também na casa, no trabalho que a gente faz. É no lugar onde a gente está”. À medida que

²EVERS, Tilman. Op.cit.p. 18

estes autores em suas análises não visibilizam a participação feminina como agenciadoras desses “novos” movimentos sociais, estão configurando uma natureza “assexualizada” destes novos sujeitos. Arrisco a afirmar que, no Brasil, a emergência desses “novos” movimentos sociais tem no feminismo um dos seus eixos detonadores. E penso que, ao se refletir sobre os movimentos sociais a partir da participação da mulher, se faz possível perceber a sexualização desses espaços de prática e a importante transformação cultural que ocorre em seu interior, que é a redefinição do papel social da mulher.

Sob esta perspectiva, penso que a análise para a compreensão das questões da mulher deva ser deslocada para o eixo das relações de dominação de gênero na sociedade. Entendo relações de dominação de gênero, como o conjunto de representações sociais construídas a partir das condições biológicas das diferenças entre os sexos.

Neste sentido, parece-me necessário resgatar um pouco da história do papel que as mulheres feministas tiveram na construção e agenciamento do “novo” sujeito mulher. Entendo aqui o movimento feminista como movimento social libertário a nível de idéias, que se move no sentido de romper com valores culturais. Transgressor e revolucionário este tem na apropriação do corpo e da sexualidade sua meta de passado e de futuro, remoendo temas, tabus até então confinados nos espaços privados – da cama, do quarto e da cozinha.

O projeto do movimento feminista é sem dúvida um projeto de liberação que passa pelo individual, provocando mudanças qualitativas nas condições de vida humana, a partir de uma auto percepção realista da condição de submissão e opressão feminina. São dois os conceitos básicos que adoto para a compreensão do movimento feminista como projeto liberalizador: identidade e autonomia, que, segundo Evers, “é provavelmente uma das noções mais multifacetadas e intrigantes das ciências humanas, que forma um contínuo com autonomia e emancipação”.³

A formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passam pela construção de uma idéia de direitos, pelo

³EVERS, Tilman. op.cit. pag. 19.

reconhecimento de uma coletividade. “... foi no trabalho de bairro quando percebi que as mulheres não tinham vez na associação...”. É deste processo que a análise da participação das mulheres nos movimentos sociais pode ser reveladora, permitindo perceber e compreender a heterogeneidade da participação e das mudanças a nível cultural e social que se processam a partir da construção de uma “nova” identidade.

Estudar os movimentos sociais implica numa tentativa de caracterizar as diversas formas de viver uma sociedade e do agir político dentro e a partir dos seus limites. Assim, o conceito que utilizo de movimento social busca abranger uma gama enorme de formas de organização, desde as mais simples e imediatas a nível reivindicatório, e de ocupação de um espaço qualquer por urna dada população, até os movimentos libertários feministas, ecológicos, homossexuais, negros. Deste modo, o conceito de movimento social implica necessariamente um sentido de criação, na medida em que busca entender o social como produto de ação humana, quebrando com a visão determinista histórica que visualiza a sociedade como um processo para um determinado fim: a ilusão do destino histórico, como afirma Evers, “dentro da tradição marxista, os sujeitos sociais têm existência objetiva a priori, sob a forma de classes sociais, eles se constituem subjetivamente como classes através do desenvolvimento de uma consciência que aos poucos se aproxima desta realidade objetiva -não podemos mais conceber uma utopia positiva como uma meta histórica fixa, a ser atingida, através de mecanismo pré-estabelecidos”.⁴

A essência dos movimentos sociais está sem dúvida, em sua capacidade de gerar embriões de uma individualidade social, tanto em conteúdo como em auto-consciência. A grande questão levantada por esses movimentos é o deslocamento da questão do poder político como categoria central das Ciências Sociais, para as micro-estruturas sociais. O potencial dos movimentos sociais, diz respeito à renovação e transformação dos padrões sócio-culturais e sócio-psíquicos do cotidiano, penetrando e desocultando as micro-estruturas de poder existentes na sociedade, “é uma coisa que

⁴EVERS, Tilman. op.cit. pag. 19.

provoca rupturas: na família, na escola, no trabalho, nas idéias, na vida...”.

A participação da mulher nos movimentos surgidos na década de 70, nas periferias urbanas, traz alguns limites para a compreensão da “novidade” do agir político, se não for pensada a partir da incorporação das idéias feministas por essas mulheres. Isto porque, para que o agir político se transforme numa construção reveladora, é necessário que a ação transcenda à oposição ao Estado e às reivindicações por melhorias de vida. É o ultrapassar justamente estes limites da participação, é transformação cultural, transcendência do cotidiano que afeta a vida e a modifica. “(...) o feminismo é diferente do movimento de mulheres, porque vai mais longe...”.

O FEMINISMO QUE EMERGE NO BRASIL

O movimento feminista que emerge no Brasil, por volta dos anos 70, é trazido por mulheres egressas da esquerda tradicional (organizações clandestinas), recém saídas da cadeia, ou retornando do exílio, que questionaram a hierarquia das formas ortodoxas de participação política e buscavam uma participação que tivesse na representação dos desejos e vontades todas as suas energias e forças. “(...) é uma coisa que vem de dentro”. Isto pode ser descrito como um processo de reconstrução da mulher, simultaneamente enquanto ser individual, social e político. Por outro lado, existia uma geração de mulheres que não viveram a “militância de esquerda”, mas que já colocavam a política pelo viés do corpo e do direito ao livre exercício da sexualidade. “(...) é uma transgressão para a transformação”.

Nós, todas as mulheres que iniciávamos uma trajetória pela busca de identidade descolada da identidade do outro (pai, marido, irmão, chefe, líder, filho etc.) tivemos cada uma, seu caminho pessoal, próprio e solitário. O que de comum existia entre nós era o desejo e a vontade de como mulher nos encontrarmos para trocar experiências de vida, de nossa sexualidade, da maternidade, dos conflitos conjugais e da solidão que o confinamento da submissão feminina nos colocava há séculos. “é se descobrir na história de vida da outra”. No entanto, é necessário ressaltar que a descoberta deste confinamento é um processo individual, e a

construção da identidade enquanto sujeito que decide sobre a própria vida é coletiva. Os grupos de auto-reflexão, auto-conhecimento, auto-consciência, espaços criados para se conquistar as emoções, falas e expressões, se constitui num primeiro aconchego político, que rompe com a convivência em nome dos outros e pelos outros.

Queríamos construir um espaço nosso e foi como se entrássemos para dentro dos nossos próprios úteros, em busca do tempo perdido como mulher. Nesse momento emprego o termo “tempo perdido”, do ponto de vista proustiano, “busca do tempo perdido é porque a verdade tem uma relação essencial com o tempo. O tempo perdido não é apenas o tempo que passa, alterando seres e anulando o que passou é também o tempo que se perde e o “tempo redescoberto” e antes de tudo, um tempo que redescobrimos no âmago do tempo perdido e que nos revela a imagem da intimidade”.⁵ Nossa ação durante um percurso de tempo, foi fundamentalmente refletir sobre nossa situação de submissão, em busca de nós mesmas. Quando Ruth Cardoso⁶ coloca que as mulheres feministas para se reconhecerem buscavam este reconhecimento na “outra mulher”, aquela das classes sociais mais desfavorecidas, indo às periferias urbanas “conscientizar essas mulheres”, ela está analisando a ambiguidade da prática social das feministas, representada pelo conflito entre gênero e classes sociais. A mim, me parece que não precisávamos “falar da outra mulher” naquele momento; muito havia o que falar, chorar e buscar em nós mesmas, até que saíssemos outra vez para o mundo público, colocando temas libertários como sexualidade, prazer, orgasmo, aborto, direito em ter ou não ter filhos, punição para os assassinos de mulheres, o lesbianismo como um dos exercícios da livre sexualidade... Foi preciso transgredir a nós mesmas para sermos transgressoras de valores culturais e sociais; “é quebrar os modelos de masculinos e femininos”.

A SUBJETIVIDADE NA PRÁTICA POLÍTICA

Nesse processo, nós mulheres conquistamos a subjetividade, aqui entendida com emoção, afeto solidariedade, como categoria a ser incorporada na política do cotidiano, aquela política que não despreza a objetividade da realidade, mas que exige o “olhar nos

⁵ GILLES, Deleuze. *Proust e os Signos*.

⁶ CARDOSO, Ruth.

olhos”, que descola a análise de poder, do eixo da soberania do Estado e o traz para as relações micro-sociais entre as pessoas, mães, filhos, maridos, namorados, amigos, profissionais e que intervêm na percepção daquilo em que consiste o corpo feminino e ajuda a perceber aquele “poder” que está como afirma Foucault⁷ onde nós não o imaginamos que possa estar. Está também em nós mesmas, ao mesmo tempo que fazemos parte de uma rede imensa e complexa de poder, somos introjetados por ele, manifestando-o em todas as nossas ações. “; por isso está na hora de enfrentarmos cara a cara a questão do poder entre nós mulheres. O poder do silêncio, do saber, da eficiência, da fala da organização e do racismo...”.

Conquistar esse processo de individualização, que nos permite exercer o poder de uma forma não opressiva só foi possível, porque a maneira encontrada coletivamente foi a partir do auto-conhecimento e da tentativa constante de viabilizar as nossas diferenças enquanto mulheres. A mulher é um “novo” ser individual, quando se apropria de seu corpo e o controla através das informações e discussões sobre o seu funcionamento. Nas reuniões de auto-reflexão, nos perguntávamos a nós mesmas durante a troca de experiências, “finalmente que corpo é este que temos?”. Um corpo assexuado, normatizado e desqualificado? Foi em Foucault que encontrei arcabouço teórico para sistematizar este processo de busca e conhecimento de mim mesma. Busquei uma das quatro grandes estratégias que, segundo Foucault, desenvolveram os dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo para entender todo o processo de uso das técnicas de disciplinamento como procedimento regulador para se obter a sujeição dos corpos e o controle da população. O poder compreendido como uma multiplicidade de correlações de forças que adestra, ajusta o indivíduo, e tem como alvo maior o corpo humano para melhor gerir a vida dos homens aumentando a eficácia de sua força econômica e diminuindo a força política de sua resistência, dois pólos em torno dos quais se desenvolve a organização de poder sobre a vida: disciplina do corpo e regulação da população, a primeira disciplinando a sexualidade apenas para o exercício da reprodução e para o ato sexual em si e sem prazer, e o segundo controlando nossos úteros e nossa fertilidade, daí os gritos de basta das feministas. Pelo exercício da sexualidade livre, pelo direito ao corpo e ao prazer, pelo direito de ter ou não filhos e interromper uma gravidez indesejada.

⁷ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.**

O projeto feminista se associa a uma tradição liberal, onde o gênero feminino é uma construção cultural e também se associa a construção de um “novo” ator político. Esse projeto liberalizador reivindica que quem faz a história do próprio feminismo são as mulheres, e rompe com a idéia marxista do igualitarismo emancipatório, trazendo a noção já definida de identidade e respeitando as diferenças entre as mulheres. A luta pela libertação das mulheres é parte da luta por melhores condições humanas.

A busca da identidade feminina, na maioria das vezes, tem-se dado através da construção do espaço da fala e da ruptura com o silêncio. É a primeira e, talvez, a mais importante reivindicação de um espaço que se abre para a ação política. Para se compreender os rumos do movimento feminista, acredita ser necessário voltar “as barricadas do desejo” de maio de 68 na França; “é um movimento que pega tudo: juízo, doença, política e sexo”. As idéias feministas ressuscitam a revolta e a radicalidade daquele movimento abrindo um caminho para a construção da cidadania enquanto direitos conquistados a partir da apropriação pelas mulheres do controle de seu próprio corpo; “é mais que o socialismo, é pensar no corpo, é estar bem com a sexualidade”.

As idéias liberalizantes foram disseminadas na sociedade. É bem verdade, que até algumas mulheres que estavam neste processo de busca manifestaram algumas resistências, as idéias radicais que esse movimento lançava, talvez pelo receio da questão de gênero superar a questão de classes sociais. A meu ver, esta questão passa mais pelo inconsciente, pela culpa, medo e vergonha que a condição feminina traz no bojo. É verdade, que todas essas “coisas” são introjetadas culturalmente pela sociedade patriarcal.

Me recordo que no nordeste brasileiro, em 1980, realizamos o *Primeiro Encontro Regional de Mulheres Feministas*, na cidade de Olinda, onde os temas principais foram: aborto, lesbianismo, sexualidade e maternidade. Ao mesmo tempo acontecia, no sul do país, mais precisamente na cidade de Valinhas, o *Primeiro Encontro Feminista de São Paulo*, mulheres feministas que já haviam organizado três congressos da mulher paulista, onde se reuniram mais de 4 mil mulheres, vindas principalmente do setor popular, agora se recolhiam para processar o tempo passado e futuro.

AS MULHERES FALAM ATRAVÉS DO CORPO

As idéias disseminaram-se pelas ondas do ar. Podemos falar do sujeito Mulher, subvertendo a ordem e os papéis. Além de recusarmos o confinamento doméstico da cozinha, também recusamos o dos departamentos femininos dos partidos políticos e dos sindicatos; “foi depois que me decepcionei com os partidos políticos”. Houve a multiplicação dos grupos autônomos por todo país, com eixo em duas questões: violência contra a mulher e saúde e sexualidade. Criaram-se as possibilidades de financiamento para os grupos autônomos, profissionalizando mulheres feministas num trabalho alternativo, basicamente de conscientização, a partir das demandas por uma educação social.

As mulheres dos movimentos populares solicitavam aos grupos feministas organizados em torno da sexualidade e saúde, informações sobre o corpo. Foi quando, alguns clubes de mães se transformam e se auto-denominam como grupos de mulheres a partir dos “cursos” de educação sexual, quando as mulheres questionam no cotidiano o que existe de mais dramático em sua vida, que é o papel de reprodutoras da espécie humana, colado a seu corpo. A verdadeira mudança dá-se a perceber no interior, no concreto, no cotidiano, no miúdo, como afirma algumas mulheres que participaram dos “cursos” e de grupos de mulheres. “A partir das reuniões grupo eu descobri a terapia, que foi para mim muito importante, porque eu, além de mulher, sou pobre. Descobri as frustrações de mulher desde a infância, quando meu pai me estuprou, depois meu patrão também. O grupo de ajudou a enfrentar tudo de forma diferente, ser feminista é saber falar sobre sexo, de maternidade, e o que nós queremos de você, é que você fale sobre menstruação e como fazemos para não ter mais filhos”.

A cada passo do grupo, as mulheres cresciam e se construía como cidadãs: “ nós pedimos uma reunião da diretoria da Associação de Moradores da Favela e dizemos que íamos montar um ambulatório de homeopatia lá, já conhecíamos os médicos e era só começar ajudar nas consultas – aí não teve jeito, abrimos o ambulatório e todo mundo da favela ia tentar marcar consulta”.

“Se eu soubesse disso antes, eu não teria tido 11 filhos – se eu tivesse conhecido meu corpo há mais tempo eu não teria filhos e acho que as moças mais novas devem saber tudo isso direitinho

para terem orgulho de ser mulher – é não ter medo de mudança, o grupo transforma as mulheres anuladas em mulheres inteiras.”.

Essas mulheres revelam no único espaço que é seu – o da casa – que pode ser visto como “um palco de dramatizações, a possibilidade da existência de uma nova imagem de mulher. No processo de desconstrução e reconstrução de uma identidade a partir da apropriação do controle do corpo, as mulheres desvendam a violência que está embutida na relação homem-mulher na sociedade patriarcal, passando por um processo de reordenação de suas emoções, como base da percepção que têm de si mesma. Deste modo como afirma Geertz⁸ em outro contexto, que no encontro se aplica ao caso em questão, “que e com essas emoções, assim exemplificadas, que a sociedade é construída e que os indivíduos são reunidos”.

AS MULHERES FALAM NO IX ENCONTRO FEMINISTA

Nada mais representativo para expressar o momento do feminismo hoje no Brasil, do que reproduzir alguns trechos do relatório final elaborado pela Comissão Organizadora do *IX Encontro Nacional Feminista*.

“Foram muitas horas de trabalho, olho no olho, fala, choro, riso, tensão, discordância, convergência, dilemas, medo, prazeres, descobertas. Por tudo isso, não foi possível em todos os grupos registrar tudo.

Em todos os lugares, havia montões de diferenças de origens, linguagem de classe, de profissão, de cor, de idade, de sentimento, de horas de vôo no feminismo, de estilo de vida, de posição política. Também sabemos que muitas outras trocas, conversas, encontros e desencontros aconteceram ao redor dos trabalhos de grupo. Esse é um espaço que foi imaginado exatamente para isso: juntar, trocar, multiplicar, fazer a informação e os sentimentos fluírem mais rápido e intensamente. Daí que a síntese tampouco pretende representar a pluralidade do encontro, mas certamente ela reflete sinais desse universo, dessas inúmeras constelações”.

O encontro que transcorreu por 3 dias, teve seu ápice na primeira discussão quando todas as mulheres presentes ao encon-

⁸ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*, p. 317.

tro discutiram um tema único “O que é o feminismo e como ele entrou na vida de cada mulher”. A dinâmica dos 25 grupos ficou por conta de cada um, formados de maneira mais heterogênea possível e coordenados por 25 mulheres de vários estados brasileiro.

Algumas falas de mulheres que participaram dos diversos grupos, misturando experiências, desejos, origens, viagens e sonhos, retratam a heterogeneidade das trajetórias trilhadas por cada uma, até aterrizarem no *IX Encontro*.

O feminismo foi entrando na vida cotidiana de cada mulher, através, ou das práticas sociais, como nos movimentos ligados à igreja, ou na luta política de resistência contra a ditadura “que me permitiu perceber as discriminações contra as mulheres”, afirmam algumas, enquanto a violência doméstica para outras retomava uma recusa à condição de submissão. A heterossexualidade masculina fecundante como valor cultural de nossa sociedade fez com que várias mulheres, por um lado, receassem chegar perto das “feministas” e ao mesmo tempo fascinava-se olhar nos olhos destas mesmas mulheres feministas: – “sempre achei que o feminismo estava misturado com o lesbianismo, minha irmã me disse, quando soube que eu vinha pra cá: cuidado que lá só tem saboeiras (expressão usada no Nordeste para caracterizar as mulheres lésbicas) – e eu achei tudo isso aqui tão normal e bonito”.

Discutindo as trajetórias pessoais, foi possível sistematizar coletivamente as várias concepções do feminismo como prática social – “São idéias em movimento, uma coisa revolucionária, que nasce de dentro e constrói um estado de ser” – concepção esta que configura o feminismo como um movimento de posturas de vida. Enquanto para algumas, a concepção do feminismo faz parte da luta geral, “e é mais que o socialismo”, cresce quando essas mulheres percebem que ele não “é uma fórmula, nem uma receita, é uma construção cotidiana”, aqui entendido a construção do sujeito mulher como cidadã.

Por fim, algumas mulheres ligadas aos movimentos populares faziam uma reflexão de que “o feminismo sempre esteve na periferia, mas só agora que o nome está chegando lá”, enquanto mulheres com uma prática feminista de longo tempo salientavam a necessidade de discutir “a contradição entre o discurso democratizante e as lutas pelo poder no interior do próprio movimento”.

Alguns grupos discutiram as relações do feminismo com os partidos políticos, – “os partidos políticos estão se apropriando do discurso feminista, no entanto, não colocam como prioritários em seus projetos políticos de sociedade as questões sobre as mulheres”, – enquanto na relação com a igreja a fala mais comum pode ser expressada neste testemunho: “a igreja controla e manipula os clubes de mães impedindo o crescimento das mulheres e reforçando o papel das mães e esposas”. Outras relações foram abordadas, como com a universidade – “as feministas introduziram um novo processo de conhecimento nas Ciências Sociais sobre a mulher a partir das relações de dominação de gênero na sociedade”; na relação com os sindicatos foi possível observar que a maioria das mulheres sindicalizadas não participa das diretorias e, segundo uma delas, “só defendem a igualdade no discurso”, enquanto para outras, o retorno ao sindicato após o Encontro será muito diferente, elas irão devagar colocando todas as questões sobre corpo, sexualidade, discriminação etc. E finalmente, as relações com os movimentos de mulheres é definida da seguinte maneira: “hoje vemos um amplo movimento de mulheres dentro do qual existe uma vertente feminista”.

Em relação aos espaços públicos que nos dizem respeito mais de perto, surgiram constatações, dilemas, angústias e avaliações: “as delegacias de mulheres foram e continuam sendo reivindicações do movimento, mas elas têm que melhorar, tem que avançar”. As relações estabelecidas com os Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher são, ora frágil, ora estreita, como no caso da entrega das 32.000 assinaturas em favor da legalização do aborto como emenda popular à Constituinte, revelando-se uma necessária aliança entre os conselhos e a coordenação do Movimento Autônomo de Mulheres.

No segundo dia do *IX Encontro*, quando se realizaram as oficinas e os grupos de interesse, algumas mulheres sentiram a necessidade de discutir o caminho que os encontros nacionais estavam trilhando e o local do *X Encontro*. Esta discussão, pela primeira vez, colocou em público as dúvidas, as incertezas, as angústias, os medos que algumas mulheres feministas traziam: “será que em encontros tão grandes como esses não nos perderemos de nós mesmas?”.

A partir do testemunho das participantes, pode-se afirmar que o *IX Encontro* mais uma vez proporcionou desvendamentos; mu-

lheres vindas de diferentes lugares e situações se descobriram feministas, por outro lado soou forte a voz de algumas mulheres que diziam não saber se ainda são feministas, “porque o movimento não é mais aquele, perdeu seu encanto e sua radicalidade”. Houve também lugar para as mulheres que num processo de reflexão interior vivenciam conflitos de poder dentro do próprio feminismo.

Neste contexto, as mulheres negras, talvez tenham tido pela primeira vez num encontro feminista, uma prática autônoma que visibilizou as relações de poder entre as mulheres brancas e as negras; elas se reuniram tantas vezes e de tantas maneiras, com danças, cantos, ritos sem depender da organização e dinâmica geral do encontro.

NOVA FACE E NOVOS CAMINHOS

Hoje a “nova” face do movimento feminista nos coloca muito mais questões do que rumos e caminhos definidos. Sem dúvida a amplitude da disseminação das idéias, tornou-o sem retrocesso, sem volta. A crise, a meu ver, que se coloca hoje, parte das perguntas: por onde cresce e sobrevive o feminismo, incorporando as mulheres dos setores populares? Ou, por onde anda o “sujeito mulher”, construído ao longo deste processo de busca de identidade?

Algumas pistas, muito mais que soluções podem contribuir nesta reflexão. O movimento feminista como projeto liberalizador e transgressor, dificilmente se transformará num projeto coletivo organizado, pois tem seu eixo nos movimentos interiores de cada uma de nós, que movemo-nos num ciclo permanente de transformações. O movimento pode sim indicar princípios para formulação de políticas públicas sobre a mulher, como na questão da violência e da saúde e sexualidade.

O movimento feminista necessita recuperar a audácia e a radicalidade da construção de espaços próprios de reflexão, pois só assim continuará contribuindo com a construção de identidade que levem as mulheres a brigarem em seus espaços de ação política como: sindicatos, partidos políticos, órgãos governamentais, para que estes incorporem às questões da mulher em suas lutas “consideradas gerais”. O movimento feminista tem na autonomia e autodeterminação o horizonte social de suas ações.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

“é preciso feminilizar o espaço político”

Para um leitor desavisado, ou de última hora, este texto pode parecer demasiadamente otimista, na medida em que coloca o movimento feminista como um movimento de transformação cultural e social. De minha parte, gostaria de advertir que em nenhum momento relato vitórias ou sequer conquistas à nível concreto. Em toda exposição, tomei como referência o caráter subjetivo do movimento feminista, que se processa a nível individual, de dentro para fora. Me atento nestas transformações, que no Brasil se percebe muito mais nas mulheres que estão vivendo e vivenciando a prática feminista no cotidiano, e são mais receptivas a essas mudanças que a maioria dos homens que vive apenas às conseqüências das transformações.

Espero que a análise que tentei elaborar sobre o “paradeiro” do sujeito político mulher, conduza a alguns caminhos, que me permite constatar que o sujeito político mulher não se perdeu, não foi cooptado nem tampouco engolido, encontro-o em várias esferas sociais, se transformando em outras mulheres. Ao mesmo tempo, me parece que nós, as feministas que ousamos lançar estas “novas” posturas de vida, de certa forma perdemos o “controle” deste sujeito, porque também estamos processando crises pessoais que levam a outras transformações e a reflexão sobre os nossos próprios rumos. As idéias feministas disseminadas, desprenderam-se de seus grupos de origem, se difundiram através dos meios de comunicação de massa, deixando de ser propriedades exclusivas dos grupos feministas. São, sim, referências muito fortes e como tais elementos a serem apropriados ou não, pelas várias esferas da sociedade.

E se formos falar em conquistas do feminismo, “de onde estamos” e “para onde vamos”, só é possível a partir da subjetividade, onde não se descreve a eficácia das conquistas, apenas percebe-se, enxerga-se e sente-se que houve transformações profundas na sociedade a partir das transformações ocorridas à nível individual de cada uma das mulheres. Penso que todas nós feministas esperamos que para o próximo século, seja possível falarmos de uma maneira mais concreta destas histórias, acreditando que esta

se dê de uma forma mais poupável e mais realizável. Creio que somente quando a sociedade como um todo começar a processar estas mudanças, mesmo sendo hoje aparentemente tão pequenas, tão nucleares, podendo ser vistas quase sempre só com o uso de “lupas”, é que se fará possível a “profecia” das bruxas de todos os tempos, que nos “aqueles” em meios as alquimias da força do feminismo com a força do masculino, buscam reconciliar esses dois princípios vitais, sem permitir que o feminino se perca novamente em meio as brumas.

Por fim, se faz imprescindível dizer, que, ao meu ver, o feminismo coloca uma das questões mais difíceis e mais duras para nossa civilização, que é a mudança, uma mudança profunda que num primeiro momento não é concreta, mas interior. Que exige e necessita muito mais de entregas, intuições, coragens e medos, do que de discursos e plataformas futuristas de utopias positivas.

“SERÁ QUE EU SOU FEMINISTA?”

ELITISMO OU DEMAGOGIA

DandaPrado

Aproveito a ocasião deste primeiro seminário de teoria feminista em Salvador para organizar reflexões, ressentimentos e sugestões que tem permeado nossas conversas no movimento de mulheres, tanto nos vários tipos de encontros havidos, como em situações informais. Prefiro o tom de conversa, porque assim não tenho que me dirigir a um público de maneira anônima e impessoal, mas sim a cada uma das interlocutoras, tendo a impressão de discutir as questões que se apresentam a meu espírito, e, em conseqüência, receber as críticas e avaliações pertinentes que nos permitam superar esses impasses e entrar em nova fase, pois não são para nenhuma de nós simples debates acadêmicos ou abstratos, e sim preocupações vivas e pessoais, ainda que, às vezes, minhas abordagens pareçam simplistas. Precisamos reconhecer que a reflexão coletiva, o debate sobre teorias ou abordagens feministas da realidade são sistematicamente adiados e escamoteados entre nós, e as interpretações da problemática das mulheres nos vêm antes do estrangeiro, raras vezes do Brasil. Nós repetimos slogans, pode-se dizer, ou tentamos entender esses slogans, mas não aprofundamos suas implicações dentro de nossa realidade, exceto talvez na questão da reprodução e da violência contra as mulheres, campos um pouco mais beneficiados entre nós por ter havido neles investimentos financeiros que propiciaram um maior número de encontros, seminários etc., além de espaço eventual na imprensa. Assim mesmo, em relação à violência, a mulher é vista mais como vítima doméstica do que da estrutura social.

A seleção feita pelas editoras que traduzem obras feministas é aleatória, irregular, não seguindo uma linha ideológica, mas procurando o sensacionalismo, ou, na melhor das hipóteses, aceitando sugestões circunstanciais.

Assim sendo, faltam-nos as obras mais importantes em todos os campos, seja analisando a violência, criticando a literatura sexista, pesquisando a história da maternidade, esclarecendo so-

bre novas tecnologias reprodutivas, sobre a inserção da mulher negra, o embasamento da heterossexualidade compulsória e da discriminação homossexual etc. Podem-se encontrar as mais variadas explicações para esse estado de coisas, inclusive o consolo de que fenômenos similares se dão no Brasil em outros campos ideológicos, mas devemos denunciá-lo.

DEMOCRACIA *VERSUS* DEMAGOGIA

Há, porém, um aspecto específico encontrado no movimento de mulheres que é o medo de infringir uma falsa ideologia democrática, levando-nos a uma demagogia que beira tantos interesses político-eleitorais, momentâneos, como preconceitos ideológicos (defesa da igualdade, crítica ao elitismo), medo, em resumo, de se afirmar numa posição que dá status social na classe média apesar de estar longe de um verdadeiro poder político ou econômico: o de intelectual.

Fundamentando-se no princípio de que toda mulher é capaz de aquilatar e compreender o alcance da discriminação, do sexismo, ou ainda de que há inúmeros feminismo e cada mulher o assimila a seu modo, nos vemos sempre em reuniões numerosas e abertas, durante as quais não podemos nos encontrar.

NÓS QUEM?

Qualquer sugestão para um debate teórico provoca duas reações: ou vem o aplauso entusiasta, a adesão e a expectativa de todas, ou vem, ao contrário, a crítica ferrenha ao “elitismo” da proposta, assim que entra em pauta a questão de quem e quantas vão participar.

Precisa carteirinha de feminista? Reunião de históricas? São as flechas capciosas que envenenam o assunto.

Ora, a hierarquização pela experiência, pelo saber, é um fato objetivo inelutável em todos os campos, e daí que congressos especializados se repetem, sem incorrer na pecha de anti-democráticos, permitindo entre seus participantes a troca de informações sobre novas pesquisas, novos temas e enfoques, além da elaboração de ações práticas.

Democracia significa igualdade de oportunidades para que cada indivíduo possa desenvolver plenamente aquelas qualidades de intelecto e sensibilidade que possui como pessoa, numa associação sem restrições com outros indivíduos. Democracia não significa a inclusão de todos ao mesmo tempo na mesma categoria. O ideal é sem dúvida a transmissão horizontal do saber, da experiência. Você me ensina a regular o motor do carro, eu lhe ensino a fazer bobó de camarão... Nesse sentido, a prática feminista dos grupos de conscientização, a linha da vida, é excelente.

Permitem apreender o que há de comum na identidade de gênero através de vivências opostas de classe, de faixa etária, de status, de nacionalidades etc.

Resta-nos, entanto, um fato objetivo, que é a especialização individual, independente de graus e títulos institucionais, que forma também intelectuais. Grosso modo, defino estes como sendo aqueles que contribuem diretamente para a criação, transmissão e crítica de idéias, incluindo-se aí escritores, artistas, cientistas, filósofos, pensadores religiosos, teóricos sociais, comentaristas políticos, membros do magistério, jornalistas – seu traço característico, sendo a preocupação direta com a cultura de uma sociedade.

Hoje, os modernos intelectuais são vistos como críticos da sociedade, e na América Latina o intelectual revolucionário chegou ao poder político em certos países, o que não foi comum na Europa ou nos Estados Unidos.

Dada sua prática específica, desenvolveram a capacidade de colocar os problemas abstratamente e, muitas vezes, de expô-los com habilidade, pela palavra ou pela escrita.

É bem verdade que essa aptidão com freqüência leva os(as) intelectuais a se fixar em sutilezas e a perder de vista o essencial, complicando e prolongando debates, inventando falsos problemas e discordando entre si, daí dificultando o acesso à informação.

Com freqüência também em sua linguagem oral e escrita, exprimem-se com tais abstrações e simbolismo particulares de sua área, que a(o) socióloga(o) chega a não compreender um texto em “psicologuês”, ou a médica(o) fica perplexa diante do “sociologuês” de outra acadêmica(o). Estes desvios, no entanto, podem ser contornados pela crítica, não podem ser generalizados a todo e qualquer intelectual.

E AS FEMINISTAS?

Nós feministas, ao mesmo tempo em que atuamos como membros de um ou mais grupos, temos uma consciência do “ser mulher” diversa da estabelecida, e que perpassa todos os grupos, o que nos faz aparecer quando nos manifestamos em eventos sociais – como separatistas, obsessivas, alienadas dos objetos principais. Isto sucede exemplarmente quando levantamos a questão do abortamento num congresso médico sobre planejamento familiar, quando questionamos a desigual representação de gênero na hierarquia partidária, nos centros de poder sindicais, ou quando denunciemos publicidade sexista num congresso da área.

Porque nós tomamos consciência de que a corrente de pensamento feminista se constitui em enfoques alternativos da sociedade, nos quais a mulher é vista como o ser humano que entre diversas habilidades potenciais tem aquela de reproduzir a espécie. Difere do homem, no entanto – pois que ele também reproduz a espécie – pelo fato de possuir especificamente um sistema reprodutivo que permite a transformação por processos bio-físico-químicos do mero óvulo fecundado num teto viável, este processo denominado gravidez, ocorrendo em seu próprio corpo.

Esta afirmação/definição parece óbvia, ocasiona em sua simplicidade, e, no entanto, sua negação embasa todas as culturas, povos e sociedades contemporâneas.

A indiferenciação entre a mulher cidadã e a mãe e/ou reprodutora, justifica a divisão de tarefas sociais, e daí a discriminação, a opressão e a hierarquização entre os gêneros. As modernas tecnologias reprodutivas poderiam ter esclarecido essa afirmação, já que permitem a fecundação e/ou parte da gravidez “*in vitro*” ou ainda a gravidez em útero alheio, mas tal não se deu, e é consenso ainda a indissociabilidade entre mulher; mãe.

Entre nós, foi substituído o trabalho de análise teórica pelo de divulgação de teorias, pelos atos públicos, pelas campanhas, plataformas e ações práticas, aí incluindo os encontros regionais e nacionais. Os atos públicos se sucedem através dos anos, palestras, seminários, conferências aonde são expostas interpretações paralelas por parte de palestrantes feministas. Entendo por discursos paralelos o fato de que seja difícil ocorrer num tal seminário

rio aberto ao público, mesmo que seja num grande encontro feminista, debates críticos entre as expositoras. As idéias são sempre inusitadas e novas para a maioria do público, e este não dispõe de tempo para assimilá-las e, portanto, debatê-las, a não ser que se trate de temas controversos, aos quais a mídia deu lugar, como o aborto.

As divergências entre as expositoras num seminário ou debate são em geral parciais, há consenso em torno de certas colocações, e os aceitos se deixam para mais tarde – para “aquele” dia dos encontros teóricos, limitado às feministas (elitistas?), a fim de evitar ambigüidades e incompreensões ao público.

AS FEMINISTAS E O MUNDO ACADÊMICO

Por pressão das feministas de base, digamos assim, nos últimos 10 anos no Brasil os estudos e pesquisas sobre gênero ganharam status acadêmico e alguns financiamentos específicos. A pressão foi, no entanto, menor que a intenção por parte das agências financiadoras internacionais de estimular o debate em torno do controle de natalidade. Assim, criou-se um mercado de trabalho nestes temas, antes que o movimento como um todo se conscientizasse da importância desses estudos e pesquisas.

O mesmo, daí, não se deu em relação a uma abordagem feminista da problemática de gênero. Esta não é nem citada, na maioria das vezes, sendo que a bibliografia internacional nesse sentido é dispensada, já que desconhecida pela maioria das(dos) supervisoras de tese. Imaginemos um estudo sobre relações de trabalho sem mencionar Marx!

O que notamos é um distanciamento ostensivo entre o movimento feminista e os pontos de encontro acadêmicos como SBPC, ANPOCS e outros de menor amplitude, uma inexistência de intercomunicações absoluta. Há contatos individuais entre pesquisadoras e o movimento, ou entre aquelas e parlamentares, conselho de defesa dos direitos da mulher etc. Mas nada mais estruturado.

Paralelamente, há um esforço subterrâneo por parte de algumas feministas inseridas no mundo acadêmico dos congressos profissionais e temáticos de promover debates com a inclusão da abordagem feminista.

Estas situações geram um desestímulo à criatividade, à elaboração de um pensamento feminista, segregando umas das outras.

Por outro lado, os encontros feministas regionais e nacionais diluem qualquer tentativa de intercâmbio teórico. O intercâmbio de vivências é extremamente benéfico a todas, e a divulgação de idéias e princípios nessas ocasiões tem enorme alcance.

No entanto; é indiscutível que o prioritário agora que já se solidificaram esses encontros, seja a troca de idéias em grupos menos numerosos. Só assim haverá segurança coletiva para uma formação de opinião no sentido feminista, mesmo que haja linhas diversas em relação a um outro tema. Mas haverá um corpo de idéias debatidas que permitirão avançar.

A maioria das profissionais/mulheres de classe média que trabalha com a população em geral – enfermeiras, sanitaristas, nutricionista, assistentes sociais, professoras de primeiro e segundo graus entre outras, ignora o $B + A = BA$ do feminismo, do porque “o corpo é nosso”, “quem ama não mata”, do porque de uma vantagem salarial para as mulheres desemprega mulheres em geral, assim como em relação ao horário de trabalho. Elas, aliás, estão ausentes das SBPCs, ANPOCSs e congêneres e não se satisfazem com os grandes encontros, desejam maior aprofundamento das questões, pois são elas as encarregadas de formar a opinião da clientela que atendem. Devem responder a toda hierarquia superior em seu local de trabalho sobre uma mudança de enfoque, de atitude.

Temos que articular esses contatos, não criando uma categoria de “especialistas” em feminismo que “ensinará” outras, mas estimulando a participação em encontros de teoria feminista daquelas que estejam interessadas em aprofundar teoricamente seus conhecimentos de um enfoque alternativo da mulher na sociedade.

Nem elitismo, nem demagogia, queremos uma democracia participante e construtiva.

O SIGNIFICADO DA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DAS MULHERES

Marta Elena Alvarez

A luta pela libertação das mulheres é um componente fundamental da luta de todos oprimidos para construir uma nova sociedade. A opressão das mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação. Apesar do fato de todas as pessoas estarem imersas nas relações de classe, existem outros sistemas de opressão, que também são fundamentais na determinação da vida das pessoas, na construção dos valores, na organização de relações sociais e pessoais. Este é o caso das *relações de gênero*. Chamamos de relação de gênero as relações homem/mulher como parte de grupos sociais; e a expressão “relações de gênero” procura diferenciar o social do biológico, isto é, parte de uma concepção da construção social da identidade da mulher e do homem. Todas as mulheres são oprimidas e discriminadas por pertencerem ao sexo feminino. As relações de domínio e subordinação que envolvem homens e mulheres, sustentam-se em uma rígida divisão de trabalho, de papéis sociais que dão base para um corpo de valores e comportamentos que se expressam em formas de dominação e discriminação específica, tanto na vida pública como na vida pessoal e privada. É a primeira e mais generalizadas relação de poder em que vivem as pessoas em quase todas as sociedades. Elas estruturam uma forma de comportamento e percepção da sociedade, onde são estabelecidos papéis masculinos e papéis femininos, de dominador e dominado, dando base para uma concepção autoritária e violenta das relações humanas e da sociedade. Desde crianças, as mulheres são educadas pela família, igreja, escola e a sociedade em geral, para que aprendam a reproduzir os valores e comportamentos femininos de fragilidade, submissão, passividade e outros tantos que caracterizam o papel do “sexo frágil”. Por outro lado, os homens, desde meninos, são incentivados a construir um perfil de coragem, força, desprendimento e iniciativas, que compõem o papel socialmente determinado.

Dentro da sociedade capitalista, manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho e aumentar a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão e competição de interesse e privilégios no seio dos trabalhadores, assegurar um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos e aumentar a situação de desumanização, alienação dos trabalhadores dificultando, assim, o desenvolvimento de sua consciência como classe dominada e, portanto, da sua capacidade de revolta.

Sem avanço da luta das mulheres no sentido de sua própria libertação, sem uma participação ativa das mulheres no processo de construção de uma nova sociedade, não há garantias de que essa forma de opressão, que é um dos eixos da sociedade burguesa, deixará de existir.

As mulheres são diretamente responsáveis pela reprodução da força de trabalho em dois níveis: biologicamente e no cotidiano. Daí a necessidade de controle sobre sua sexualidade, sua função de procriação e a manutenção de sua função no trabalho doméstico. Ao se desresponsabilizar da tarefa de sustentação cotidiana dos indivíduos, o Estado, os patrões, fazem com que tais tarefas sejam vistas como obrigações de cada família e, no seio da família, atribuindo-se o trabalho doméstico às mulheres. Dessa forma, a sociedade se desobriga da educação das crianças, da alimentação, das necessidades cotidianas, como lavar e passar roupa, transporte etc. Estas tarefas poderiam ter um custo muito mais baixo para os trabalhadores se fossem realizadas coletivamente, através de creches, pré-escolas, educação pública, restaurantes populares, lavanderias etc. Ao mesmo tempo, a subordinação sexual das mulheres faz também com que se impeça que elas tenham o direito de definir os caminhos de sua própria vida e, portanto, decidir se querem ou não ter filhos. Isto se dá pela ausência de atendimento de saúde e planejamento familiar, a escassez de métodos anticoncepcionais seguros e que não sejam nocivos à saúde e pela proibição do aborto.

Portanto, e assim, através da dominação sexual, mantendo as mulheres subordinadas, desvalorizadas enquanto sexo, justifica uma subordinação que se manifesta em todos os setores da soci-

idade, na utilização da violência sexual, no controle sobre sua função reprodutiva, na posição secundária no mercado de trabalho, na exigência de uma super-disciplina no trabalho, na reprodução no seio da própria classe trabalhadora desses valores que aumentam as condições de exploração.

Esse mecanismo se manifesta também na desvalorização do trabalho das mulheres, na forma de sua aceitação no mercado de trabalho principalmente em profissões que, em certa medida, reproduzem seu papel subordinado (de auxiliar) ou seu aprendizado para o trabalho doméstico. É o caso das profissões “tipicamente femininas” (professoras, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, empregadas domésticas) ou as funções femininas nos outros setores (auxiliares, ajudantes, na indústria eletrônica). E todos os setores onde entram as mulheres ocorrem uma tendência para a desvalorização do trabalho e rebaixamento salarial, até mesmo porque o trabalho da mulher fora de casa é considerado, no máximo, como um complemento do seu papel de esposa, mãe e dona-de-casa.

Assim, ao se manter a maioria das mulheres isoladas em casa, sem participação social e política, sem desenvolver sua consciência na luta da classe trabalhadora, reforça-se a influência da ideologia dominante, a alienação dos trabalhadores, homens e mulheres, de seus próprios interesses e a reprodução, em consequência das idéias, valores e costumes da dominação. Por essa razão, o tipo de estrutura familiar, que temos em nossa sociedade com o papel subordinado das mulheres, cumpre um papel na reprodução da ideologia que justifica a desigualdade, a exploração e a opressão em todos os campos na sociedade. E este é um meio fundamental para a formação dos filhos – homens e mulheres de amanhã.

Do ponto de vista ideológico, os mecanismos centrais para a manutenção da opressão das mulheres e para sua superexploração dentro do capitalismo são a permanência da forma de família patriarcal que reproduz os valores mais reacionários da ideologia burguesa e que determina a forma de divisão sexual do trabalho; a divisão entre a vida pública e a vida privada; a existência de uma dupla moral baseada na hipocrisia e na mercantilização das relações pessoais; o cultivo da violência e do

poder masculino, o machismo, sobre as mulheres; a manutenção de ideologias religiosas conservadoras.

O peso e a importância destes mecanismos e a contradição entre os interesses de classes dos trabalhadores e os privilégios que os homens, enquanto gênero mantêm, devido a opressão das mulheres são tão grandes, que a subordinação e opressão das mulheres se mantêm nas sociedades onde a classe trabalhadora tomou o poder.

Se não é tão difícil compreender que a opressão das mulheres favorece a dominação capitalista, já não é tão fácil aceitar que existe uma contradição entre os interesses dos trabalhadores enquanto classe e os privilégios que todos os homens, de todas as classes, desfrutam devido à posição subordinada das mulheres na sociedade, o que significa que os homens da classe trabalhadora possam ter algum interesse na perpetuação do patriarcado, isto é, em um sistema de valores e relações sociais que hoje, combinado com a dominação de classe, dá aos homens poder e privilégios em relação às mulheres.

A divisão sexual do trabalho no capitalismo, embora favoreça a burguesia enquanto classe, favorece também aos homens enquanto um setor da sociedade. Além disso, a violência masculina, as ameaças e o desrespeito sexual, a dominação masculina na família e nas relações pessoais, no movimento operário, dentro dos partidos e organizações políticas da classe trabalhadora, a prepotência masculina etc., são problemas com que as mulheres têm de se defrontar cotidianamente não apenas por parte da burguesia e dos patrões, mas no seu convívio com os homens da classe trabalhadora.

E embora, tais privilégios e interesses pessoais se choquem com o interesse de classe dos trabalhadores, não podemos menosprezar o peso material desses privilégios e a sua incorporação na consciência dos homens e, portanto, a dificuldade de se romper efetivamente com eles.

O feminismo, ao lutar contra o sistema social baseado na injustiça, na exploração e na opressão, aponta o papel central da luta contra a opressão das mulheres. Ao buscar os direitos e responsabilidades de cada mulher sobre si mesma: sua força de trabalho, sua capacidade de procriar e sua sexualidade, articulando o

pessoal e o público, o individual e o coletivo, a transformação pessoal e a construção de um movimento de mulheres massivo que organize a força das mulheres em luta. O desenvolvimento do feminismo e o movimento de mulheres criou um fato político novo: a emergência de um conjunto de mulheres que se organizam em defesa de seus interesses, que levantam amplamente a questão da mulher na sociedade e na política, e que nessa trajetória, desenvolvendo sua consciência como mulher, se integram, ao mesmo tempo em que ampliam, o campo da luta anticapitalista. E desse modo, o movimento de mulheres levanta a necessidade do reconhecimento desta opressão específica, da luta contra a discriminação sexual, introduzindo novas bandeiras como igualdade salarial, acesso profissional, creches, família, sexualidade, representação política e voz autônoma, de direitos civis e direitos até então inéditos, direitos que não faziam parte da tradição da luta dos trabalhadores. O movimento de mulher e o feminismo trouxeram para a luta dos trabalhadores uma postura e um componente de rebeldia que questionam as relações de poder entre os sexos, e que são relações de poder que perpassam mesmo os diferentes setores do movimento dos próprios trabalhadores, inclusive aqueles que se colocam como portadores de profundas transformações da sociedade. Os temas libertários colocados pelo feminismo: sexualidade, prazer, orgasmo, aborto, direito ou não de ter filhos, punição para os assassinos de mulheres, o homossexualismo como um direito do exercício da livre sexualidade, antes tabus, exigem um tratamento político e cobram dos trabalhadores organizados integrá-los na sua luta.

A experiência histórica dos países onde os trabalhadores tomam o poder demonstra a extrema dificuldade de se levar adiante as transformações sociais, culturais e ideológicas necessárias para que o processo de libertação das mulheres faça parte efetiva da luta dos trabalhadores e, reforce a necessidade da construção do movimento autônomo de mulheres. É, portanto, fundamental avançar na construção desde já de um movimento de mulheres forte e massivo e a luta permanente para que os diferentes setores dos trabalhadores compreendam o papel fundamental da luta pela libertação das mulheres num projeto de construção de uma sociedade sem exploração e sem opressão e se engajem nesta luta.

A LUTA DAS MULHERES E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Quando as mulheres se põem em luta contra sua opressão específica, indo às bases desta opressão, isto é, compreendendo o papel que esta opressão cumpre na manutenção da opressão e da exploração de uma classe por outra; estão trilhando um caminho revolucionário, atingindo alguns dos pilares de sustentação do capitalismo. Estão lutando contra sua superexploração enquanto um setor particular dos trabalhadores assalariados, ainda mais explorados do que os homens. Estão lutando contra as diferentes formas de opressão que buscam legitimar privilégios e estruturas de poder autoritário. Estão lutando contra formas de relação pessoal e familiar que reproduzem as estruturas de dominação da sociedade capitalista. Estão se organizando em uma dinâmica anticapitalista e abalando alguns sustentáculos da sociedade de classes. E estão participando da construção concreta de um projeto de uma sociedade socialista e democrática.

No processo de construção de uma nova sociedade é preciso garantir as formas de romper com a opressão milenar das mulheres. Isso exigirá uma política determinada de priorização de investimentos sociais que assegurem a coletivização do trabalho doméstico, a responsabilidade social com a educação das crianças, o direito e as condições das mulheres decidirem se querem ou não ter filhos, com serviços de saúde que lhes permitam o controle sobre seu próprio corpo e vários outros elementos econômicos e sociais sem os quais a igualdade das mulheres não pode ser de fato conquistada.

Mas, construir uma nova sociedade não é apenas a transformação econômica. É também a transformação do próprio modo de pensar, das relações humanas, do cotidiano. A submissão, a educação diferenciada, a repressão, a violência sexual, valores e costumes da sociedade burguesa fazem parte das lutas pelas transformações indispensáveis na construção do socialismo. A transformação da sociedade exige transformações pessoais, de homens e mulheres, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana, de seus direitos e necessidades.

É, também por essa razão que é fundamental, a liberdade de construção do movimento autônomo de mulheres também no processo de construção do socialismo. A organização de diferentes se-

tores sociais – as mulheres, a juventude, os negros etc. – seu direito de lutar e reivindicar democraticamente pela definição das prioridades sociais, econômicas e políticas, sua presença na disputa pelos rumos da nova sociedade são também uma garantia da democracia socialista. A tomada do poder pelos trabalhadores não significa automaticamente o fim de todos os elementos de opressão e discriminação existentes na sociedade capitalista anterior. A manutenção e o fortalecimento de movimentos sociais independentes, a organização de mulheres é um fator essencial na luta democrática pela construção do socialismo. O movimento de mulheres, ao buscar novas formas de fazer política, uma política que não seja arbitrária, nem vitimizadora da mulher, nem manipuladora, mas que aceitando a unidade na diversidade, não só como necessidade, mas como condição da nossa ação para construir o sujeito político mulher, busca formas de poder para transformar as relações sociais, para criar uma sociedade democrática na qual as reivindicações de cada um dos setores sociais encontrem espaço para serem resolvidos. Isto requer regras do jogo que garantam às mulheres, aos negros, à juventude etc., as condições de se construírem como sujeitos, empenhados na construção de uma sociedade socialista democrática e participativa, uma sociedade que harmonize a heterogeneidade.

Buscando desenvolver em profundidade e extensão um movimento capaz de articular o íntimo, o subjetivo, com uma concepção de sociedade, cuja viabilidade está não só em estreita relação com as profundas mudanças ao nível da estrutura econômica, política e social, o movimento de mulheres coloca a necessidade de transformações a nível do indivíduo, dos seus direitos e necessidades, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana. E ao colocar a necessidade de se pensar e viver a política, valorizando o cotidiano, as relações pessoais, a construção da identidade de cada indivíduo – homens e mulheres – o feminismo amplia o horizonte das transformações sociais, resgatando o sentido de humanidade e libertação plena, coletiva e individual, de uma visão revolucionária. Desse modo, a política e a sociedade se enriquecem com a presença de tudo aquilo que constitui o privado e a cotidianidade. É neste sentido que se pode dizer que se humaniza o público e se politiza o privado, e se resgata na vida pessoal e na sociedade real de se construir um novo homem e uma nova mulher.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO

*“Nem só mãe, nem só filha,
na vida, na luta, companheira, Mulher”*

Mais de uma década se passou desde a retomada, em novos termos, do movimento feminista no Brasil. Sua presença política resistiu, abriu novos campos, enraizou-se em diferentes setores sociais, reinventou novas práticas e é cada vez mais evidente que sensibiliza e atinge um número crescente de mulheres.

O movimento de mulheres no Brasil é extremamente heterogêneo, com múltiplas formas de organização, de trabalho, de interesses, com presença e intervenções desiguais na sociedade e levantando reivindicações específicas que correspondem a esta sua diversidade. O relatório do *IX Encontro Nacional Feminista*, realizado em setembro de 1987, em Garanhuns/PE, reflete em parte a heterogeneidade desse movimento: “Foram muitas horas de trabalho, olho no olho, fala, choro, riso, tensão, discordância, dilemas, medos, prazeres, descobertas. Por tudo isso, não foi possível em todos os grupos registrar tudo. Em todos os lugares havia montões de diferenças, de origens, linguagens de classe, de profissão, de cor, de idade, de sentimento, de horas de vôo no feminismo, de estilo de vida, de posição política”.

Como avaliar esse movimento e, sobretudo, como apreender sua significação no interior desta sociedade concreta: com sua história, com sua violência, com sua heterogeneidade, com as invisibilidades das relações de dominação, com seu movimento e com seus imobilismos?

Desde os anos 70, o feminismo vem atingindo diferentes setores da sociedade, provocando uma transformação cultural ainda limitada, mas significativa no interior do movimento popular e sindical e dos partidos, e dentro do próprio movimento de mulheres, redefinindo o papel social da mulher, ampliando o conceito de cidadania, fazendo ver que para se entender as práticas de dominação em nossa sociedade é necessário não só analisar do ponto de vista de classe, mas que esta dominação é vivenciada de maneira extremamente diferenciada segundo sexo, cor, idade. Novos temas são incorporados à política partidária e estatal, aos meios de

comunicação de massa, gerando novos espaços de ação coletiva, ao colocar em debates temas até agora deslegitimados e ausentes da análise política, especialmente os relacionados com a vida cotidiana, e evidenciando a existência de novos sujeitos sociais, ou seja, todos aqueles setores oprimidos e subordinados em todos os âmbitos e dimensões que expressa o poder.

E no contato com os diferentes movimentos sociais, com os partidos, no enfrentamento da conjuntura política brasileira foi se criando no movimento feminista a consciência de que não se poderia pretender uma centralidade das lutas feministas a partir de um lugar privilegiado e vanguardista. Era indispensável reconhecer as diferentes iniciativas das mulheres para enfrentar em seus próprios âmbitos as artimanhas do poder patriarcal, que era necessário implementar estratégias múltiplas de ação, ampliando os caminhos do poder para o movimento, desenvolvendo, junto com outros coletivos e grupos, espaços de poder e visibilidade no público, convertendo em movimento de mulheres autônomo, massivo, com capacidade de ser interlocutor válido frente aos partidos, instituições, Estado, e a todos os outros movimentos sociais. Apesar destes refluxos do movimento de mulheres, a disseminação das idéias do feminismo tornou-se sem retrocesso, sem volta; uma busca de novas relações que criem desde agora as bases para as relações sociais e pessoais que aspiramos na construção de uma nova sociedade, socialista e democrática.

A SITUAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A situação da mulher na sociedade brasileira tem passado por importantes transformações nas últimas décadas. Várias são as razões destas mudanças que se relacionam ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ao surgimento e desenvolvimento de um movimento de mulheres com influência feminista no último período e também por influência de uma mudança da situação das mulheres nos países capitalistas avançados.

O processo de mudanças econômicas e sociais do país, com o peso acentuado na indústria e a aceleração da urbanização, inseriu a maioria da população, e as mulheres, num quadro social muito mais dinâmico, onde a família “ampliada”, isto é, a organização do gru-

po familiar além dos pais e filhos, com uma característica fortemente patriarcal, também se modifica. Esses elementos possibilitam não apenas o aumento de sua inserção no mercado de trabalho como trabalhadoras assalariadas, mas desenvolveram significativamente, também seu acesso à educação, criando uma exigência de mudança de padrões de comportamento. Estas transformações, se, por um lado, não podem caracterizar uma mudança de seu papel social, fundamentalmente seu papel na reprodução da força de trabalho, possibilitam um questionamento de sua subordinação sexual e social, pressionando no sentido de transformar seu status social, pelo menos no nível dos aspectos formais das relações sociais. As formas de manifestações ideológicas que caracterizam a opressão e subordinação das mulheres têm passado por diferentes mudanças que caracterizam uma redefinição da ideologia machista.

As mulheres representam hoje cerca de 37% da força de trabalho no Brasil. Dentre as mulheres que participam do mercado de trabalho, 19,1% exercem atividades no setor primário (agropecuária, pesca, produção extrativa), 11,8% na setor secundário (indústria de transformação e outras) e 69,1% no setor terciário (comércio, serviços de transportes, comunicações e administração pública) e ainda estão sujeitas a uma segunda jornada de trabalho, não remunerada em serviços domésticos. Quase metade da população trabalhadora feminina ganha menos que um salário mínimo.

São vários fatores que explicam o aumento da participação feminina no mercado de trabalho: o desenvolvimento econômico que expande o mercado em geral, aumentando a demanda de mão de obra feminina, pelas suas características de ser mais susceptível à superexploração: uma mudança no padrão de aceitação do trabalho feminino, acompanhada de transformações de comportamento que possibilitam a entrada de mulheres em diferentes setores; o aumento do seu nível de escolaridade; uma queda acentuada da fecundidade que aumenta as possibilidades de compatibilização das responsabilidades familiares com o trabalho fora de casa. Além disso, a crise econômica empurra as mulheres para a busca de trabalhos remunerados, que possam contribuir na renda familiar.

Do ponto de vista de transformações culturais e ideológicas, há um processo de redefinição e sofisticação da ideologia patriarcal e, portanto, das manifestações do machismo que interferem na for-

ma da expressão da subordinação das mulheres. As mudanças de comportamento na esfera sexual, em decorrência da ampliação do uso de métodos anticoncepcionais, na reivindicação das mulheres do direito no exercício da sexualidade sem subordiná-la à reprodução, se, por um lado, representa um aspecto importante do rompimento com valores patriarcais, do ponto de vista das mulheres, por outro lado, são apropriadas pelos homens de forma utilitarista, acentuando a ausência de responsabilidade seja na questão da reprodução ou na construção das relações pessoais. A liberdade sexual passa a ser tratada como um elemento a mais a ser oferecido pelas mulheres. Embora a difusão de métodos anticoncepcionais atinja hoje a maioria das mulheres brasileira, é importante destacar que para uma parcela bastante grande da população feminina, fundamentalmente da população mais carente, nem mesmo estes aspectos contraditórios da libertação sexual estão presentes as formas de relação tradicional.

As mudanças ocorridas na situação das mulheres na sociedade são sempre marcadas pelas contradições da opressão e da discriminação. Do ponto de vista da educação formal, isto é, anos de escolaridade, as mulheres têm hoje um índice de educação mais elevado do que a dos homens. No entanto, isso não modificou sua discriminação na concorrência no mercado de trabalho ou sua concentração ainda marcante nas profissões femininas; da mesma forma que permanece o conteúdo discriminatório no conteúdo educacional repassado nas escolas.

Se por um lado, os meios de comunicação já assimilam e repassam hoje uma imagem da “mulher moderna”, essa imagem é uma combinação das tarefas da modernidade com os deveres do papel tradicional: modernas, mas sempre, também, donas-de-casa modernas ou mulheres em busca do casamento ideal. Mesmo um processo de ousadia em relação a alguns temas tradicionais – a sexualidade, aborto, divórcio etc., que teve algum impacto, sobre a televisão por exemplo, no início da década de 1980, foi sendo domesticado ou abandonado totalmente.

No terreno da participação política houve um crescimento importante da presença das mulheres. Não se pode mais ignorá-las como um setor social relevante e alvo, portanto, também das investidas burguesas. Sua presença, nos mais diversos movimentos

sociais, seu peso eleitoral e mesmo o aumento de sua participação institucional (no parlamento e, em menor medida, nos executivos) indicam uma maior integração na vida pública.

Na medida em que a maior parte das transformações ocorridas na situação da mulher na sociedade não reflete uma mudança estrutural no seu papel na reprodução da força de trabalho, especificamente no seu papel na família, vinculado ao trabalho doméstico, ficam em grande parte limitados a uma incidência ideológica, no nível de algumas formas de comportamento e em mudanças no seu direito formal de cidadania. São transformações importantes, mas que não conseguem dar conta nem mesmo dos aspectos mais brutais da subordinação das mulheres, mesmo na esfera de comportamentos ou valores, uma vez que permanecem inalteradas situações como violência doméstica, a clandestinidade do aborto, o estupro e a violência sexual cotidiana na rua ou em casa.

HISTÓRICO RECENTE DA EXPERIÊNCIA DE LUTAS DO MOVIMENTO

A década de 1970 é um marco importante no processo de organização e retomada do movimento de mulheres no Brasil com novas características. Já no início da década começam a surgir grupos de mulheres que buscavam discutir a situação da opressão das mulheres, e o ano de 1975, “Ano Internacional da Mulher”, decretado pela ONU, dá um forte impulso à organização e aparecimento destes grupos, num contexto ainda de ditadura militar. A maioria dos agrupamentos feministas era composta por mulheres que mantinham vínculos com as organizações de esquerda ou que tinham se formado também nessas organizações, mulheres profissionais, de setores médios e, posteriormente, passa a ter um peso importante também das exiladas que voltam para o País.

A formação do *Movimento Feminista pela Anistia*, de jornais feministas nas grandes capitais, faz crescer a influência do movimento que procura, através de alguns de seus setores, desenvolver relações com os setores populares. Começam a se fazer comemorações do 8 de março em várias capitais e vários grupos feministas começaram a surgir no País, principalmente nas capitais.

Paralelamente ao surgimento dos grupos autônomos, desenvolve-se a participação das mulheres nos diferentes movimentos sociais e com forte influência da Igreja.

A partir do ano de 1979, começam a ser organizados encontros de mulheres, ou Congressos, que pela primeira vez se reúnem para discutir elementos de sua opressão específica. E, no início dos anos 80, ao mesmo tempo em que ganhava peso no País uma consciência mais ampla da discriminação das mulheres, começam a surgir divergências expressas na relação do movimento de mulheres com a luta política do final da ditadura e nos projetos de construção do movimento. Os grupos feministas se atomizam e resistem fundamentalmente aqueles que se decidem de alguma forma à prestação de serviços.

A atuação dos setores feministas organizados, nesse período, embora sem forjar um projeto para a construção do movimento, foi importante para barrar as iniciativas de manipulação do movimento pelos setores MR-8 e PCdoB. É nesse contexto que a debilidade das organizações de mulheres com projetos de construção de um movimento de mulheres autônomo e massivo faz com que, a partir de 1982, muito pouco reste do ponto de vista organizativo deste período de assenso e mobilização das mulheres.

A partir do início da década de 1980, há um aumento do número de organizações de mulheres vinculadas ao movimento popular, o que possibilita um processo de expansão horizontal do movimento sem formas de organização unitárias ou em lutas gerais massivas. Desenvolve-se um processo importante de mudanças de composição social do movimento que passa a ser constituído fundamentalmente por donas-de-casa da periferia, muitas vezes provenientes ou ainda vinculadas ao trabalho de base da Igreja. O movimento de mulheres passa a se organizar basicamente através da luta das mulheres dos setores populares, mas a sua relação direta com o movimento dos trabalhadores organizado no campo sindical é por um processo muito mais lento e só vai começar a se desenvolver realmente em 1986.

Neste campo de organização popular vão surgindo vários grupos de mulheres que, se não têm uma consciência ainda desenvolvida de sua opressão específica, começam a criar alguma identidade de gênero. Nos grandes centros, onde o movimento feminista teve um impacto maior, as organizações de mulheres desenvolvem com mais facilidade um certo conteúdo feministas: se abrem mais para discussões sobre sexualidade, denunciam e combatem a violência

contra a mulher, enfrentam de forma mais aberta as contradições de seu papel familiar. Mas em todos os cantos surgem organizações de mulheres que se identificam como mulheres e que buscam ampliar os horizontes de sua participação social.

As feministas dispersas do movimento, remanescentes dos grupos autônomos, mantêm sua articulação através dos Encontros Nacionais Feministas, que são fóruns bastante restritos até 1985. Estes setores passam a ter uma atuação mais limitada, permanecendo a organização de alguns grupos, em geral, de serviços de atendimento (como a saúde da mulher, violência, centros de informações etc.). Não se colocam a tarefa de uma articulação mais geral com o movimento de mulheres, tanto dos setores populares como sindical, no sentido da construção orgânica de um movimento autônomo de mulheres.

A realização do terceiro *Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe*, em São Paulo, 1985, teve um impacto importante em diferentes setores do movimento popular que, desde o início da década de 1980, não mantinham contato com uma manifestação de peso, de caráter explicitamente feminista. Embora este encontro não tenha atingido toda a variedade do movimento popular no País, é inegável que teve repercussões importantes para o movimento. É significativo o número de participantes nos Encontros Feministas Nacionais. Em 1985 foram 150 mulheres, em 1986 mais de 500 e em 1987 cerca de 800. O mesmo processo tem ocorrido a nível latino-americano, com uma massificação significativa e com uma mudança política e na composição social deste tipo de Encontros. Desde então, a presença marcante de mulheres do movimento popular e mulheres trabalhadoras nos Encontros Feministas retomou a possibilidade de massificação desse tipo de atividade. Isso foi possível porque a discussão específica da mulher também esteve presente, de maneiras diferenciadas, nas múltiplas formas de organização, de trabalhos, em questões em torno dos quais as mulheres estão organizadas. Tais eventos, entretanto, não têm se proposto a elaborar uma proposta de articulação do movimento pelo tipo de estruturação e direção que possuem, embora o seu caráter de troca de experiência, vivência, seja importante para acelerar a introdução da ideologia feminista no movimento de composição sindical e popular.

A ausência de estruturas centralizadoras do movimento, mesmo que apenas na forma de coordenações de luta, é um ponto débil da situação atual do movimento de mulheres. No entanto o elemento central é o processo ainda inicial de formação de uma nova liderança, uma camada de militantes mulheres que vêm desenvolvendo uma experiência comum e são capazes, portanto, de desenvolver os passos necessários para o processo de centralização do movimento.

O campo polarizado pelos setores mais combativos do movimento dos trabalhadores, genericamente identificado com o PT e a CUT, compõe um mosaico multifacetado de organizações de mulheres, com compressões diferentes sobre a sua questão específica e sobre a forma de conduzir a luta das mulheres pela sua libertação. Na verdade, um fio de identificação e auto reconhecimento deste campo, é esta identidade genérica com o PT, embora aí também se apresentam várias posições confusas e, às vezes, reticentes ao trabalho com o conjunto do Partido. A pressão do confronto com o PMDB, que muitas vezes se expressa através da tentativa de identificação ou mesmo substituição do movimento, pelos Conselhos de Mulher, ou mesmo o confronto com o PC do B ou a CGT tende a empurrar estes setores para uma maior definição política. Um processo de unificação deste campo identificado com os setores combativos, sua capacidade de intervenção política de impulsionar a construção de formas mais orgânicas de articulação é um elemento central para garantir a autonomia do movimento e impedir um processo de cooptação institucionalização do movimento de mulheres.

O campo das feministas independentes também tende a sofrer os efeitos desta pressão de uma maior identidade político-partidária que se desenvolveu no movimento com a formação dos Conselhos. Se, por um lado, este processo força o aparelho de Estado a considerar a questão da mulher ao nível das políticas públicas, por outro lado fez com que tantas pessoas individualmente, como grupos feministas, privilegiassem a ação institucional em detrimento do movimento autônomo de mulheres, mesmo alguns setores que tenderiam a se identificar com o campo do movimento independente dos trabalhadores. No entanto, à medida que o movimento tende a se massificar, a cobrar definições políticas mais gerais e a exigir uma militância cotidiana, tem se formado setores

intermediários que encontram dificuldades de definir sua identidade política e construir seu espaço dentro da nova realidade do movimento. Os grupos autônomos que congregam estas feministas são hoje em número reduzido e têm uma participação muito eventual no cotidiano do movimento. É um setor em disputa que tem se constituído com um alvo privilegiado da burguesia na sua política de cooptação e institucionalização do movimento de mulheres; também por isso é importante a manutenção de uma política permanente de unidade com o objetivo de construção de um movimento autônomo de mulheres.

FORMAS DE ORGANIZAÇÕES EXISTENTES. A BUSCA DE CAMINHOS ORGANIZATIVOS.

1. *CARACTERIZAÇÃO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO EXISTENTES*

São múltiplas as formas de organização das mulheres no movimento social. Nos últimos anos, têm aumentado os tipos de grupos e entidades onde as mulheres se como mulheres, isto é, mesmo que não tenham uma consciência feministas, ou mesmo consciência de algum nível de opressão de gênero, sentem necessidade de ter seu espaço próprio de aglutinação e não apenas de seus papéis tradicionais de mães e donas-de-casa. Isso nos coloca diante de um movimento, do ponto de vista de sua inserção e composição social que é bastante diferente do movimento no início da década de 1980.

Existem diversos movimentos populares onde se luta por reivindicações gerais de interesse do conjunto da população, como movimento de saúde, educação, moradia, alimentação, creche etc. A participação das mulheres é massiva nestes movimentos e, embora em geral o façam sem construir sua identidade específica, tal participação é um elemento importante para colocar as mulheres em movimento e criar as primeiras condições para o despertar de sua consciência da opressão específica.

Do trabalho conjunto entre militantes feministas, as mulheres ou organizações dos setores populares surgem tipos de organização diferentes do perfil tradicional dos “clubes de mães” ou outros tipos de organizações de mulheres de bairro. Em certa medida, partindo do que era sua vivência em organizações de mu-

lheres – de trabalhos manuais, a questão dos filhos e da família, o trabalho de comunidade – se busca construir novas formas de relação com os movimentos sociais, com seu papel tradicional de mãe e esposa, e mesmo as dinâmicas de funcionamento destas organizações de mulheres.

No seu vínculo com os problemas gerais da comunidade, seu trabalho entrecruza com os diferentes setores dos movimentos populares.

No que diz aos problemas específicos procuram trabalhar outras discussões e reivindicações, que dizem respeito à saúde, educação, violência etc. Aqui se incorporam outras atividades como curso de tratamento de saúde, discussão e luta por planejamento Familiar, aborto etc. Com uma campanha contra a violência sobre a mulher; se discute sobre problema de relacionamento do casal, sobre a marginalização da mulher nas atividades políticas sindicais e sociais, problemas de alcoolismo no que repercute no casal, na família etc.

Os exemplos mais típicos desse tipo de organização são as Associações ou Comitês de Mulheres nos bairros ou municípios, as Casas da Mulher, grupos de mulheres vinculadas às associações de moradores etc.

A situação de crise que passa nossa sociedade, e que se manifesta na classe trabalhadora através de desemprego, fome, agravamento das condições de vida etc., leva a população especialmente a mulher que tem que enfrentar o dia-a-dia, o alto custo de vida e assim mesmo resolver o problema de dar de comer a família, de mandar os filhos a escola, ao problema de saúde a dar respostas concretas e imediatas. Através de diferentes projetos, como grupos de compra, projeto de venda de leite mais barato, hortas populares etc.; procura-se dar uma resposta de emergência aos problemas mais imediatos de sobrevivência.

Estas e outras formas de organização, como cooperativas de produção, também cumprem diferentes funções: em certa medida, qualifica as mulheres para o trabalho, brindando-se com melhores condições para aquelas que se dispõem futuramente a entrar no mercado de trabalho; de outro lado demonstram às mulheres sua capacidade de criação, organização e auto-gestão. Para muitas mulheres, é um primeiro passo para compreensão do porquê de sua problemática e das formas para superá-las. Começa como se fosse um trabalho.

Para as mulheres que geralmente são as que assumem e realizam estas experiências, isto pode servir como um instrumento de organização, de conscientização, de auto-valorização. Através destas novas estruturas, onde a participação converte em protagonistas aos seus membros, onde é possível fazer convergir o econômico em político, é possível desenvolver a conscientização popular, o fortalecimento das organizações e o movimento, e em conseqüência, em certo nível sua capacidade de auto-organização.

Tais tipos de experiências, entretanto, os problemas na sua relação com o Estado, o risco do assistencialismo e a possibilidade real de se restringirem as funções administrativas. Por outro lado, mesmo o processo de auto-organização não é suficiente para desenvolver a consciência feminista das mulheres.

Com um tipo de desenvolvimento particular, permanecem os Clubes de Mães da Igreja, que aglutinam mulheres, em sua maioria centradas em seu papel tradicional de mães, esposas e donas-de-casa, e com atividades cotidianas que reproduzem as tarefas domésticas. Em geral, seu vínculo com o movimento popular em geral se dá através de atividades de conscientização dos problemas da comunidade, da sociedade, ou às vezes em mobilizações por reivindicações como luz, creche, água etc. Um elemento dessas entidades é seu vínculo orgânico com a Igreja, o que delimita o grau de sua autonomia.

A organização das mulheres no campo sindical também se desenvolveu muito nos últimos dois anos. Aumenta o número de organizações de mulheres nos sindicatos e nas centrais, tanto na área rural quanto urbana, e o avanço político desse trabalho depende fundamentalmente do crescimento da identidade feminista das mulheres que vêm se construindo como direção desse trabalho, o que poderá de fato forçar um avanço do movimento sindical em seu conjunto em relação à luta pela libertação das mulheres.

Dos grupos especificamente feministas, como já levantamos anteriormente, permanecem fundamentalmente os que desenvolvem algum tipo de prestação de serviço. Seu contato efetivo, hoje em geral bastante débil, com o movimento de mulheres que hoje se desenvolve pode contribuir politicamente no sentido de acelerar o desenvolvimento do caráter feminista do movimento.

2. OS DESAFIOS DO AVANÇO ORGANIZATIVO DO MOVIMENTO

O movimento de mulheres necessita de uma organização forte para conseguir fazer um trabalho efetivo para dinamizar o processo através do qual e com sua ação poder avançar no caminho da libertação das mulheres. Só esta soma de forças, esta organização, pode fazer avançar na compreensão destes objetivos e chegando aos níveis superiores da luta. Isto não significa burocratizar o movimento, nem perder a autonomia das diferentes organizações que fazem parte da organização maior. E, aquelas que lutam pela liberdade, contra o domínio e opressão de uns sobre os outros, terão que ser capazes de pôr em prática um tipo de relacionamento diferente, fraternal e solidário onde o interesse coletivo esteja por cima das ambições pessoais. Onde o anseio de conseguir a libertação tanto das mulheres, como do povo, e de cada um em particular seja não só um objetivo a longo prazo como também uma tentativa de pôr em prática no cotidiano imediato, pessoal e militante, ambos indivisíveis a construção daqueles ideais.

Necessitamos de uma organização onde na sua direção, na sua ação consiga colocar em movimento o mais amplo das mulheres em luta, hoje dispersas no movimento.

É preciso para isto que o movimento de massas, o movimento de mulheres se dê numa estrutura autônoma, sua própria organização, que são em si, também elementos em gestação de uma ordem social alternativa. E para isto temos que construir modelos diferentes de organização que reflita a articulação de diferentes organizações, movimentos, grupos e pessoas que persigam os mesmo objetivos e também realizem uma ampla aliança política só com um objetivo, a libertação das mulheres em conjunto com a luta dos trabalhadores. Só isso pode permitir a construção de uma unidade que não fique apenas nas reivindicações parciais e avançar para destruir as raízes mesmas da sociedade que origina essa opressão.

A organização do movimento de mulheres numa coordenação serve como instrumento para o crescimento qualitativo e quantitativo, para a unificação do movimento. É uma unificação através de uma proposta que coloca as bases de uma aliança política, centrada em objetivos e propostas claramente definidas que possam, num segundo momento, apontar para a unidade mais ampla do movimento.

A criação de uma coordenação nacional do movimento articula em torno de eixos comuns, de uma coordenação de lutas que, de forma mais permanente, organize a socialização das experiências organizativas e de mobilização do movimento e onde se definam campanhas unitárias; seria hoje um salto de qualidade significativo para o movimento de mulheres.

Esta coordenação nacional articularia tanto organizações específicas, movimentos e grupos de mulheres, como comissões sindicais e partidárias de mulheres, de diversos estados do país, definindo campanhas centrais que cada estado, conforme sua própria realidade e dinâmica enfatizaria, com algumas campanhas gerais em todo o país, por um determinado período.

Destacamos alguns princípios importantes na constituição de sua identidade:

- a) Autonomia do movimento de mulheres em relação ao Estado, partidos políticos e entidades religiosas;
- b) garantia do exercício da democracia no interior do movimento e impulsionamento de instâncias coletivas de decisão;
- c) respeito às instâncias deliberativas e de direção existentes dentro do movimento de mulheres;
- d) unificação das lutas das mulheres do campo e da cidade;
- e) impulsionamento da articulação e integração do movimento de mulheres ao conjunto das lutas do movimento popular e movimento sindical, sem que isto signifique perigo de perder sua unidade e especificidade como movimento de libertação das mulheres, na perspectiva de construção do sindicalismo;
- f) definição de um posicionamento político geral em relação à situação política do país, buscando forjar seu caráter anticapitalista e anti-imperialista;
- g) defesa do caráter feminista e anti-patriarcal do movimento de luta pela libertação das mulheres, buscando colaborar para que os amplos setores do movimento de mulheres venham a se colocar neste campo;
- h) defesa intransigente do direito de decisão e autonomia das mulheres em todas as questões que digam respeito ao seu controle sobre suas próprias vidas e denúncia de todas as formas de sua discriminação e opressão.

Os objetivos imediatos de uma proposta de coordenação são:

- a) articular as lutas das mulheres que se encontram dispersas, visando o fortalecimento e o crescimento dessas lutas;
- b) a partir da sua formação, procurar estabelecer contato com as obrigações dos vários municípios e estados para dar a conhecer nossas propostas, buscando a ampliação da coordenação;
- c) troca de experiências entre as organizações e ajuda mútua, de acordo com as capacidades e possibilidades diferenciadas do movimento;
- d) trabalhar no sentido de buscar formas unificadas de respostas para os sérios problemas financeiros que travam o avanço das lutas (e que as festinhas, rifas etc..., não conseguem resolver).

A POLÍTICA DO ESTADO E A BURGUESIA EM RELAÇÃO ÀS MULHERES

A INVESTIDA DA BURGUESIA EM RELAÇÃO ÀS MULHERES

No período final da crise da ditadura, começam a aparecer posições mais ofensivas do Estado em relação às mulheres, que não partem, entretanto, das reivindicações das próprias mulheres. A primeira manifestação mais clara dessa política foi a discussão, aberta pelos militares, sobre o controle da natalidade com a necessidade de implantação de um Programa Nacional, ainda no Governo de Figueiredo.

Mas é só a partir do avanço das posições do PMDB no processo de transição, depois das eleições de 1982, que podemos detectar a elaboração de uma política mais coerente e globalizante que desse resposta a uma sensibilização geral na sociedade, no sentido de fazer modificações na situação da mulher. Em certa medida, as mulheres passam a ser um alvo de atenção na política burguesa, tanto a nível estatal quanto na sociedade, como um setor social específico.

Várias foram as razões que levaram o Estado na transição burguesa a desenvolver, também em relação à mulher, elementos de modernização de sua forma de dominação, procurando cooptar diferentes setores do movimento social e assimilar em suas iniciativas parte das reivindicações levantadas por estes movimentos. Em primeiro lugar, a pressão do movimento de mulheres do final da década de 70 e início de 80 que desencadeou um processo de luta ideológica,

ainda que limitada, cobrando respostas e mudanças sociais no papel da mulher. A atuação do movimento, com caráter marcante feminista, teve um impacto importante sobre a opinião pública mais progressista, particularmente os setores médios, sobre os meios de comunicação, atingindo os partidos e influenciando suas propostas de mudança. Um setor significativo desse movimento feminista se identificava e se organizava dentro do PMDB, também incorporando, neste período, militantes do PCB e do PC do B. São estes setores que, articulando-se dentro do partido, pressionam para que à medida que o PMDB vai assumindo posições privilegiadas no aparelho do Estado, defina políticas que viessem de encontro às reivindicações do movimento de mulheres. Além disso, a luta das mulheres se colocava dentro de outros aspectos da luta de diferentes setores da sociedade pelos direitos de cidadania e que se ampliam com o fim da ditadura. Do ponto de vista social, o aumento da educação formal das mulheres, que passam a disputar mais claramente os espaços de representação e participação políticas e social, e a aceleração de sua entrada no mercado de trabalho ampliam horizontes políticos, sociais e culturais das mulheres e aumentam esta necessidade de se levar em conta a sua presença como um setor social específico.

As respostas se desenvolvem, fundamentalmente, ligadas à questão dos direitos de cidadania, ou seja, no âmbito legal no sentido de igualar os direitos formais entre homens e mulheres. Esses direitos, entretanto, não são insignificantes uma vez que se passa a buscar a formalização de reivindicações antigas do movimento e até mesmo de conquistas individuais de um setor das mulheres frente a uma legislação retrógrada, fundamentada na subordinação da mulher ao homem. Essas propostas de mudança se canalizaram em sua maioria para a Constituinte. Para a grande maioria da população, no entanto, as mudanças legais ainda estão longe de corresponder a um rompimento com padrões de comportamento conservadores, e mesmo brutais, em relação às mulheres.

As mudanças estruturais, que exigem redefinições de prioridades do Estado e a implementação de políticas específicas que alterem efetivamente a condição das mulheres, são extremamente limitadas. Restringem-se em geral aos aspectos onde os interesses da burguesia são claros e não às reivindicações específicas das mulheres. Como no caso da política de planejamento familiar, mesmo que em parte

correspondam a essas reivindicações. No entanto, é inegável que a burguesia tem sido, fundamentalmente através do aparelho do Estado, capaz de responder a esta pressão mais rapidamente e eficientemente do que os setores do movimento dos trabalhadores. Devido à disposição do movimento de mulheres e a oposição refratária, muitas vezes conservadora, do movimento operário em relação às reivindicações específicas das mulheres e à necessidade de sua organização, a ofensiva política da burguesia tem encontrado um campo aberto e com oponentes frágeis, colocando o Estado, fundamentalmente através dos Conselhos, como agentes privilegiados na defesa das reivindicações das mulheres a até mesmo de sua articulação e organização.

A POLÍTICA DOS CONSELHOS DA MULHER

Os Conselhos da Mulher, que tiveram como precursor o Conselho Estadual de Minas Gerais de 1983, correspondem à institucionalização dentro do aparelho de Estado de órgãos consultivos de assessoramento ao executivo, subordinados às políticas definidas pelos outros órgãos do Estado.

Os Conselhos se generalizaram, existindo hoje em vários Estados e em alguns casos a nível municipal. Sua constituição, no entanto, embora represente um elemento progressista dentro da política da burguesia, não significa uma integração real das reivindicações fundamentais das mulheres na política da Nova República, até mesmo porque sua capacidade de atuação é extremamente limitada. Estruturas do movimento como instâncias de “colaboração” com os Conselhos.

São as políticas específicas setoriais que se constituem como a ponta de lança da ofensiva política do Estado em relação às mulheres. Na aplicação destas políticas, em geral, os Conselhos têm pouco ou nenhum poder, limitando-se à assessoria na elaboração dos projetos, o que funciona também como propaganda positiva para o Estado, na medida em que se baseiam na elaboração já existente do movimento, dando aos projetos um discurso feminista; além disso, seu sucesso em incorporar diferentes setores no movimento em fóruns de discussão da política do Estado, mas que não têm qualquer poder de decisão, amplia a visão de abertura democrática, com a abertura de espaços de discussão política. A ampliação dos projetos, entretanto, fica a cargo de outras secretarias ou ministérios.

“EN-CRUZ-ILHADAS”

Maria Helena Pessoa

O atual Movimento de Mulheres no Brasil, renascido em pleno vigor do regime militar, teve como ação primordial na luta de resistência nacional a organização do “Movimento Feminino pela Anistia” que, aglutinando outras forças sociais, chegaram juntas à grande campanha da “Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita”, movimento que trouxe de volta os nossos exilados políticos e libertou os que aqui ainda estavam encarcerados. A decretação da Anistia pelo governo marcou decisivamente o processo de abertura do país.

Ao longo desse período de redemocratização do regime brasileiro, o movimento de mulheres se fez presente, através de variadas ações políticas, desde as denúncias de violação dos mais elementares direitos humanos, passando pela reivindicação dos direitos de organização livre dos trabalhadores, a reorganização dos partidos políticos, as campanhas contra a carestia e finalmente a mobilização em torno de campanhas específicas da condição feminina, especialmente àquelas relativas aos problemas: violência dirigida à mulher, desrespeito ao direito constitucional de salário igual por trabalho igual, direitos celetistas da mão-de-obra feminina, particularmente quanto a creches nos locais de trabalho, assistência integral à saúde da mulher, e, contra o posicionamento ambíguo do governo brasileiro em relação à questão do “planejamento familiar”.

Simultaneamente a essas demandas políticas, o Movimento de Mulheres travou uma verdadeira batalha para assegurar a manutenção do “*princípio de autonomia do movimento*”, onde sua ala feminista desempenhou papel fundamental na discussão com as variadíssimas tendências ideológicas dos grupos de esquerda de então, que pretenderam tutelar o movimento através dos partidos políticos, alguns dos quais ainda na clandestinidade.

As “palavras de ordem” equivocadas desses grupos eram: “a luta geral é que é importante”, “a luta prioritária da sociedade brasileira é a luta pelo socialismo”, “a luta da mulher é uma questão menor que se resolverá quando chegarmos ao socialismo” (sic).

Naquele momento, as militantes feministas gestadas num longo e doloroso processo de resistência interna à ditadura militar, em sua maioria ativistas egressas das lutas estudantis de 68, muitas das quais também egressas de facções políticas de esquerda, recebem com Anistia um vigoroso reforço de inúmeras brasileiras que integraram no exílio, em diferentes países, o Movimento Feminista Internacional. Juntas, as que aqui ficaram com aquelas que retomaram, desmistificaram de imediato a máxima antifeminista da “luta específica contra a luta geral”, buscando o reconhecimento político da especificidade e legitimidade da luta das mulheres brasileiras. Procuraram, com base na prática interna dos “grupos de reflexão” e através dos debates promovidos nos “encontros e congressos de mulheres”, divulgar o significado, por exemplo, de que “o pessoal é político”. Foi nessa mesma época que apareceu como segundo princípio *estratégico* do Movimento de Mulheres, a aceitação da prática da “dupla militância”; ou seja, a militância paralela nos partidos políticos e nos “grupos organizados de mulheres” bem como a “militância unicamente feminista”.

Todavia a vivência desse princípio contribuiu para provocar os maiores embates internos no encaminhamento das demandas políticas das mulheres, levando mais uma vez a linha feminista do Movimento a se ver às voltas com novas lutas intestinas e a se transformar em zeladora do “princípio de *autonomia*” do Movimento de Mulheres no Brasil. Esse é um dos movimentos que vai explicar, pelo menos em parte por que as feministas de “única militância” adotaram uma postura bastante cautelosa até mesmo de desconfiança no trato com os partidos políticos em geral e preferiram direcionar sua ação para ampliação do relacionamento com outros Movimentos Sociais (Negro, Homossexual, etc.), com os sindicatos e com algumas instituições do Estado.

No Brasil, o Movimento de Mulheres realizou inúmeros encontros nacionais e regionais, tendo participado de vários outros fora do país. Em todos, a representação de Pernambuco esteve sempre atuante, sendo sua “linha feminista” uma das mais consideradas por suas posições de vanguarda e ativismo político. A exemplo disso, ressaltamos que, em 1982, na retomada das eleições diretas para os governos estaduais, “grupos organizados

de mulheres”, de Pernambuco, naquele período bastante sintonizados com alguns dos grupos de São Paulo, resolveram negociar com os candidatos do PMDB uma proposta de uma Política Social Específica para Mulher. As propostas foram aceitas pelos dois candidatos e com isso as paulistas viabilizaram com a vitória de Franco Montoro, a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina. Em Pernambuco, esse pleito foi frustrado com a derrota do Senador Marcos Freire. Nenhuma negociação foi feita com o candidato eleito uma vez que o grupo responsável pela proposta optou pela coerência política de respeito à ética interna do Movimento de Mulheres, mesmo que com isso estivesse retardando o processo de “ganhos” imediatos, entendidos naquela época, como sendo a criação, no aparelho do Estado, de espaços institucionais específicos para lidar com a problemática das Mulheres.

Contudo, em outros locais além de São Paulo, também foram criados espaços oficiais para tratar da condição feminina. Enquanto isso, em Pernambuco, o Movimento continuou ampliando sua ação junto à sociedade civil local. Um dos exemplos mais recentes foi sua participação ativa no chamado *Movimento Muda Nordeste*, criado em 1985 em Recife por entidades classistas e técnicas ligadas ao setor Público Federal e Estadual, quando conseguiram incluir no documento lançado pelo *Muda Nordeste* na Assembleia Legislativa de Pernambuco um item sobre a “Questão da Mulher”. Posteriormente, na nova versão desse documento a cargo dos técnicos da SUDENE a problemática das mulheres foi suprimida. O movimento se reuniu e lançou durante o Fórum de Debates sobre a Política de Desenvolvimento Regional, um Manifesto¹, protestando pelo desrespeito e apontando uma série de propostas específicas que deveriam ser consideradas. Conseguiu ainda, durante o Seminário Regional de discussão da mencionada política, que o manifesto das pernambucanas fosse endossado pelas delegadas do Movimento de Mulheres dos outros Estados para nova reivindicação junto à SUDENE. Apesar da aprovação em plenário desse pleito das mulheres nordestinas, a SUDENE jamais acatou esta decisão votada pela Sociedade Civil Regional,

¹Foi posteriormente utilizado pelo CNDMeMIRAD para portaria regulamentando junto ao INCRA a questão do acesso a terra pelas mulheres rurais.

que ela mesma havia mobilizado e arcado com os custos financeiros de trazer ao Recife, e em grande número representantes de todos os Estados nordestinos. Mais tarde, ainda houve uma tentativa de retomar essa mobilização das mulheres a nível regional com a proposta de setores da SUDENE de instituir junto ao Conselho Deliberativo da SUDENE uma “Comissão de Integração da Mulher ao Desenvolvimento” -CORIND. Entretanto essa idéia careceu do apoio político necessário a nível interno², e também externo uma vez que ao se distanciar no tempo do evento inicial (O Seminário Regional para discussão da Política de Desenvolvimento), já não encontrou apoio nos grupos organizados de mulheres, que não mais se interessaram pela proposta da SUDENE de formação da CORIND.

Particularizamos esse exemplo por conhecê-lo de perto e ter participado dele diretamente. Mas existem outras tentativas do Movimento de Mulheres não só em Pernambuco, mas dos outros estados brasileiros de encaminhar demandas específicas ligadas principalmente à área da saúde e da *violência*, aos órgãos competentes, dos governos estaduais.

O Movimento de mulheres no Brasil já acumulou nesses últimos anos uma grande vivência no estabelecimento de uma relação direta com o Estado, tornando-se, portanto, urgente a sua avaliação.

Paralelamente às ações mais pontuais que o Movimento tenha num ou noutro estado, tentando desenvolver junto ao Setor Público, de modo mais global e a nível nacional, o Movimento de Mulheres engajou-se em várias ações políticas nacionais. Dentre elas vale destacar a das *Diretas já* para Presidente da República. Em Brasília, por ocasião da votação na Câmara Federal, da proposta das eleições diretas, foi realizado um grandioso “ato público” de mulheres, onde aos milhares se juntaram, vindas de várias partes do Brasil, entre elas inúmeras pernambucanas.

O Movimento continuou avançando na conquista de espaços oficiais específicos negociando com o candidato do PMDB à Presidência da República (via Colégio Eleitoral), Tancredo Neves,

² Como disse Francisco Oliveira, em entrevista a um jornal Pernambucano: “O Planejamento não é uma forma neutra de intervir na sociedade na sua execução, há interesses por anular ou a serem reforçados.”

a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Quando da instalação desse Conselho pelo Presidente José Sarney, Pernambuco teve assegurada a representação feminista do Movimento de Mulheres através da nomeação de uma Conselheira. Entretanto, a formação do corpo de conselheiras do CNDM gerou grande celeuma, não só entre as pernambucanas, pois chegou a ser motivo de discussão em encontros e seminários nacionais por conta dos “misteriosos e ambíguos critérios” dessa escolha. De certa forma falando à maneira dos políticos, não o só o CNDM, mas os demais conselhos representam um *casuismo* que merece ainda se analisar, pois com a criação desses espaços pelo Estado passamos ouvir: “as mulheres agora conquistaram o Poder”! (sic).

Contudo, em Pernambuco, entre as várias Campanhas nacionais lançadas pelo CNDM, após sua organização, diversos dos grupos de mulheres deram apoio integral para sua efetivação local. Talvez a mais importante dessas campanhas pelo inegável empenho do CNDM ao longo de todo o processo e pelo envolvimento das brasileiras de um modo geral, tenha sido a da “Constituinte pra valer tem Direitos da Mulher” onde um dos seus pontos altos foi o *Encontro Nacional Mulher e Constituinte*, em agosto de 1986, reunido em Brasília cerca de 2.000 mulheres de diferentes segmentos sociais e dos diversos estados brasileiros.

Durante a sessão solene de encerramento, inúmeras mulheres discursaram, entre elas Madalena Arraes, esposa do candidato ao governo de Pernambuco. Havia sido indicada por militantes do PC do B ali presentes para falar em nome da delegação de Pernambuco.

Logo após esse evento o Movimento em Pernambuco acreditando-se forte em sua organização interna por ainda resguardar, mesmo a duras penas, o seu “*caráter autônomo*”, discute o lançamento de uma “candidatura feminista” à Assembléia Legislativa. Em que pese as diferenças de análise que poderiam ser feitas dessa proposta, por conta da representação do grupo conter ideologias variadas, inclusive de “feminismo”, lembrou muito os idos de 78 quando o saudoso *Ação Mulher* era basicamente um “grupo de reflexão”. Ali na sede do *SOS Corpo* em Recife, após tantos anos acontecia uma discussão política (dessa vez partidária), regada não a cerveja, mas a lágrimas, risos, ciúmes, tramas e simbólicos

puxavanques de cabelo! Além disso tudo, houve uma surpreendente revelação da então candidata sobre a questão da “sedução feminina” que aqui não revelaremos para protegê-la de comparações com a italiana Cicciolina.

Apesar deste projeto não ter ido adiante por desistência da candidata escolhida, permaneceu a decisão do Movimento de participar ativamente para eleição de constituintes comprometidos com a “Questão da Mulher”. Embora essa tenha sido uma ação pluripartidária, na campanha do Arraes para governador, ocorreu em Pernambuco um fato inédito: “feministas históricas” expressaram pública e explicitamente seu apoio ao candidato da chamada “Frente Popular”.

De modo geral, as mulheres que apoiavam a “Frente Popular” participaram da campanha, e militantes ou não do Movimento de Mulheres se juntaram aos milhares pelas ruas do Recife na grandiosa e emocionante “passeata das mulheres em apoio a Arraes”. Para muitas dessas mulheres, a volta “dele” ao governo de Pernambuco era como se fosse um símbolo do último e definitivo elo da corrente de resistência nacional que elas haviam iniciado com o “Movimento Feminino pela Anistia”, e que naquele momento acreditaram que evoluísse ainda se transformando num novo sentido libertário com as propostas específicas das mulheres sendo incorporadas ao Plano de Governo do Estado de Pernambuco.

Estar de esperanças significa “achar-se grávida a Mulher”. Esperança também é nome de inseto todo verde que quando é encontrado dentro de casa, alguém sempre diz: “Olha, uma esperança!” Mães costumam ensinar aos pequeninos que esperança não se mata! Quinze de novembro de 1986, mulheres vão às urnas vestidas de verde, esperançosas, animadas como em dia de carnaval. Também pudera, com as campanhas políticas locais sempre embaladas ao som do “frevo” envolvente e ligeiro: “ou acerta o passo ou cai fora”! Frevo, ritmo ancestral e aliciador do carnaval pernambucano, onde os homens se “vestem de mulher” enquanto as mulheres se desnudam mais ainda, susceptíveis aos apelos, promessa e juras... Tantas juras que nem as “esperanças” se apercebem que o feminino de seus nomes, como se fora as cinzas do depois, vão ficando também ao léu...

“A ESPERANÇA ESTÁ DE VOLTA” foi o slogan da campanha ARRAES. Havia também um refrão cantado no estilo dos repentistas nordestinos que dizia: “ele vai entrar pela porta que saiu”. Quem lembra da História sabe que é a porta por onde ele saiu obrigado pelo golpe de 64. Pela mesma retomou em 87, com a democracia. Trata-se da porta do Palácio do Campo das Princesas.

Agora, da mesma forma que me contavam na infância lhes re-conto o conto, e no final vocês decidirão se é da história ou da carochinha...

Pois bem, depois de tudo, e todo o feito, as pernambucanas comemoraram mais um 8 de março, e, nesse mesmo março de 1987 esperaram a posse do “eleito delas” lá no Palácio do Campo das Princesas. Pra quem não conhece Recife, o Palácio fica às margens do encontro de dois rios, que se vocês também não sabem trata-se do Capibaribe e do Beberibe “que se juntam para formar o oceano Atlântico” (sic).

Aí chegou o grande dia: o Príncipe entrou no Palácio e mandou que fechassem a porta³. As princesas? Ficaram todas de fora encantadas, adormecidas: às que eram sereias debandaram logo para o mar: dizem que a “comadre fulozinha”, prometendo vingança, voltou prá s águas dela: as que eram da terra estão ainda por lá, no jardim da Praça da República, em frente ao Palácio, como árvores encantadas: as militantes do “movimento de mulheres” ficaram ali por perto, no Porto do Recife, “dando um tempo”, mas o Príncipe as deixou lá mesmo, a ver navios! Quanto às “princesas feministas”, continuaram diante das “encruzilhadas”, que no nosso entender se deparam ainda hoje todos aqueles que lidam com feminismo⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARDOSO, Rute Correia Leite. Movimentos Sociais Urbanos: um balanço crítico. In: BERNARDO, Soy; ALMEIDA, Maria Herminia. **Sociedade e Política no Brasil, pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

³ Consta também que duas “sinhas” do setor público universitário local conseguiram entrar por uma “porta secreta”.

⁴ Ver: DELPHY, Christine. Les femmes et L'État, comunicação apresentada no Colóquio “O Movimento das Mulheres na França e nos Estados Unidos”. Paris, Reid Hall, 12 e 19 de junho de 1982.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os Signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

DELPHY, Christine. Les femmes Et L'É tat. In: **Colóquio Movimento das Mulheres na França e nos Estados Unidos**. Paris 1982. Paris: Reid Hall, 1982.

Encontro Nacional Feminista Brasileira, 9. **Relatório**.

EVERS, Tilman. Identidade a face oculta dos novos movimentos Sociais. **Revista CEBRAP**. v. 2. n. 4, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Greal, 1977.

_____. **Historie de la folie à L'âge classique**. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de Ia Clinique: une arqueologie du Regard Medical**. Paris: Presser Universitaires de France, 1972.

_____. **O nascimento da clínica**. (Trad) Rio de Janeiro: Forense, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Lutas populares e urbanas: Um estudo sobre os movimentos sociais, destacando-se a luta por creches em São Paulo**. Tese Doutorado. São Paulo; USP, 1983.

JACOB, Pedro; NUNES, Edilson. **Movimento por melhores condições de saúde - Zona Leste: A Secretaria de Saúde e o Povo Friburgo**: ANPOCS, 1981.

LOBO, Elizabeth. **Homens e mulheres: a imagem das Ciências Sociais**. Águas de São Pedro: ANPOCS, 1987.

MENICUCCI, Eleonora. **Da recusa do confinamento domestico, à reivindicação de novos espaços de cidadania**. São Paulo: USP, 1986. (Texto apresentado no exame de qualificação para defesa de doutorado).

MITCHELL, Juliet. **Women: the longest revolution**. London: Vuago Press, 1984.

SUAREZ, Mireya; SANDER, Lucia; VICENTINI, Ana. **Projeto de implantação de curso de especialização em estudos sobre a mulher**. Brasília: UNB, 1988. mimeo

2- A CONSTRUÇÃO

DE IDENTIDADE FEMININA

MULHERES E HERÓIS: DE ÍCARO A MACUNAÍMA

Naumi A. De Vasconcelos

“Eles dizem que seu mundo não é mais como antes, depois que as mulheres lançaram seu grito de rebelião. Queixam-se de terem sido prejudicados violentamente em sua maneira de existir, no mundo e em casa. Lamentam a harmonia rompida. Muitas de nós os escutaram. Algumas foram atacadas por remorsos e logo depois deram à luz a robustos meninos. Outras lançaram gritos de vitória e voaram aos céus. Outras ainda juntaram-se a eles para a reconquista de uma força comum. Umhas poucas se perguntaram: “mas, afinal, o que temos a ver com sua crise de poder?”

Estou no número dessas últimas e é preciso esclarecer que não se trata de uma posição de impotência, nem de indiferença diante do que se chama “crise do poder macho”. Trata-se antes de não embarcar na canoa furada da impotência. Esta, como se sabe, nos dá freqüentemente a ilusão de poder resolver o problema do outro. E é do outro que se fala quando se alude à crise do poder macho. O outro em relação a quem? A todas, mas também a todos, que compreenderam desde o início, no meio do caminho, ou quase chegando ao fim, que as guerras de “frátrias” ou de “pátrias”, não as concernem. A todas aquelas, mas também, a todos aqueles, para quem a morte do pai ou dos irmãos entre eles não fazem esquecer a morte da mãe, ou da filha ou da irmã.

Trata-se aqui de reavivar a memória do poder macho. É um poder que só se institui devido à presença do outro-igual, ou seja, que nasce do confronto de um macho com outro... A crise desse poder não é de agora.

Crise, como a etimologia indica, é momento de reavaliação de estratégias em vista de decisões novas a serem tomadas, indicando que as decisões antigas já não são suficientes para fazer face, no caso, à manutenção do poder, indicando que este se encontra ameaçado. O que ameaçaria o poder macho, levando-o às crises? Feministas quiseram ver essa ameaça como vinda do mundo fêmeo, o que me proponho a questionar aqui, visualizando essa ameaça como vindo do próprio mundo macho.

Não quero dizer com isso que o poder macho não se exerce sobre as mulheres. O que questiono é se o objeto do poder é percebido como ameaça pelo sujeito do poder a ponto de provo-

car uma crise neste. O que parece é que o sujeito do poder só entra em crise ante uma ameaça oriunda de outro sujeito do poder.

É certo que a mulher tem dado mostras de insubordinação ao seu papel de objeto do poder macho. Assim, as bruxas da Idade Média, assim as feministas modernas. É certo também, que a resposta do poder macho não se fez tardar: a fogueira para as primeiras, a recuperação de seu discurso para as últimas. Mas, insubordinação não significa exatamente ameaça ao poder. Ao contrário, o poder se nutre da desobediência de seu objeto, pois esta lhe dá ocasião de se mostrar mais concretamente. Desobediência não faz tremer o poder, ao inverso, o solidifica.

O que faz tremer o poder macho é a suposição de que atrás da insubordinação de seu objeto de poder, a mulher, haja outro macho. Mulher casada que começa a querer trabalhar fora, ou que se põe a se amar mais, caprichando no visual, enquanto o marido está fora, é sinal seguro de outro macho no horizonte de Minas... O que faz tremer o poder macho é, enfim, a presença suposta do rival atrás da insubordinação do objeto. Esta não é mais que o sintoma, a febre que aponta para a infecção desse poder.

Para o poder macho não é crível que a mulher possa se rebelar por ela mesma: assim como foi de um homem que ela aprendeu a obediência, terá sido de um outro homem que ela aprendeu a desobediência.

A crise do poder macho atual, como não importa em que época, está ligada à descoberta, suposta ou real, do rival. Essa crise apontaria, em linguagem psicanalítica, para a revivescência de um traumatismo inicial. O traumatismo da descoberta do OUTRO-IGUAL. Rival, aqui, não é aquele que ameaça de alienar o objeto da posse, mas de alienar o sujeito da posse, aquele que ameaça não o que o sujeito tem, mas aquilo que o sujeito pensa ser: inigualável. Pois rival é o igual.

O rival põe em dúvida essa crença arcaica do sujeito masculino: ser o único. E se completarmos a frase, aduzindo: ser o único a possuir tal ou qual objeto, não estamos significando que é objeto que valoriza a posse, mas ao contrário, é a posse que valoriza o objeto. A posse única, bem entendido. E para ser única ela tem que ser disputada, já que a presença do rival é impossível de ser ignorada. Lembro que a palavra rival vem de *rivales* que, segundo

o Potit Robert, quer dizer “ribeirinhos, que tiram sua água do mesmo rio (rivus)”. É intolerável ao poder macho esse outro-igual que o ameaça em seu solipsismo ou em sua unicidade de posse.

Repetindo: o que ameaça o poder do macho não é a despossessão, pela morte, pela usura, pelo desaparecimento enfim do objeto, seja ele mulher, poderio econômico ou domínio político. Um viúvo não entra em crise de poder, nem um político nela entraria, se a perda de seu cargo coincidissem com um estado de anarquia geral. Não há crise de poder pelo desaparecimento do objeto de poder. No entanto, o sujeito do poder permanece. E a luta pelo poder continua mesmo quando o objeto deixa de existir. Mesmo quando não se sabe mais por qual objeto se luta. Se o objeto do poder não se reduz a nenhum objeto exterior é que este é símbolo do verdadeiro objeto, que não é exterior ao sujeito do poder, mas que nele é incorporado.

Haveria assim uma crise do poder macho arcaica e fundamental, girando em torno desse objeto de poder incorporado e da qual as crises de poder girando em torno de objetos exteriores seriam as metáforas. Crises arcaicas que resultam da descoberta de que outra tem o que “ele” tem e do qual se considerava o único portador, isto é, daquilo que em primeira instância o constitui como macho, o pênis. Descoberta da evidência irrecusável do outro-igual que pelo fato de sê-lo, se põe como rival, mesmo na ausência de qualquer objeto exterior de posse.

O que acabo de dizer contraria certamente a teoria freudiana do Édipo, onde o rival aparece em torno da posse da mãe. É que vejo uma diferença muito grande entre posse e poder e que o Édipo não parece ser aquele que deseja possuir a mãe, desejando por isso o poder do pai. Vejo o Édipo como aquele que luta contra o pai por descobrir nele a mesma marca de poder a destruir sua ilusão de unicidade, como aquele para quem o intolerável não é a posse comum do objeto, mas o poder comum. Efetivamente, parece que a posse comum do objeto não tem nada a ver com o poder macho. Homens são criaturas extremamente confraternizáveis em muitas coisas: a prostituição está aí para demonstrar que a posse comum não traz nenhum atentado ao poder macho. E a mãe mais une os homens que os divide. O que os divide e os faz lutar é que passado o tempo de fruição do objeto,

quer para reparti-lo, quer para acenar com ele aos outros homens como um troféu, passado o tempo da posse o homem retoma a sua pulsão arcaica de poder, o desejo da posse uma vez saciado cede lugar ao desejo de poder. Desejo de poder que ele só pode realizar com outro sujeito de poder, ou seja, com outro detentor de pênis.

Se o pênis não é o falo, como o quer Lacan, se em sua resolução do Édipo, o sujeito masculino percebe que não basta ter um para ter o outro, nem por isso o pênis perde sua importância enquanto matriz de significações e não apenas enquanto suporte de significações, enquanto matriz de significação do poder macho e matriz das crises por que passa esse poder, posto que estas derivam da insuportabilidade de admitir o igual. Seria essa talvez uma das razões que explicaria esse comportamento tão comum entre os jovens machos, de comparar seus respectivos genitais para ver quem os tem maiores. Diante da evidência irrecusável do outro-igual, será preciso encontrar uma diferença naquilo mesmo que igualiza. Busca incansável da diferença entre o outro-igual, da supremacia sobre ele em outros níveis de significação. Busca do falo que fará o macho edificar cultura, construir monumentos, arcos do triunfo, fabricar guerras, busca de sucedâneos da unicidade peniana perdida. E mesmo “compreensível” essa busca de alguma coisa que o exalte sobre a sua abundância, alguma coisa que o difira do outro macho, uma virilidade acima das outras, inimitável. E tivemos assim, ao longo da história, o herói, o campeão, a sumidade, os grandes homens, enfim, figuras do poder fálico, isto é, metonímias do poder falido do pênis.

Volto agora, ao início deste trabalho, quando dizia que crise do poder macho se passa entre machos, tendo a fêmea muito pouco a ver com isso, mesmo que essa crise coincida com sua revolta. É que o poder macho não luta basicamente pela posse do objeto, mas pela posse do instrumento de poder. Esse instrumento metonímico do pênis que se sofisticava com o avanço cultural e tecnológico das sociedades: da flauta sagrada das sociedades ditas primitivas aos mísseis das sociedades ditas avançadas.

A sofisticação dos instrumentos de poder fálico sendo maior ou menor, conforme o grau de desenvolvimento científico,

bélico ou industrial dos diversos povos, permite concluir que o pênis do poder macho, ou a sua qualidade, é diferente também nos diversos povos. Quanto maior o deslocamento metonímico, mais oculto se torna o seu significante inicial, o pênis, ou seja, aquilo que o designa claramente como poder macho, e mais dissimulado se torna esse poder, mais dissimulado inclusive para próprios machos, sobretudo para aqueles que, como as mulheres, são colocados em posição de objeto desse poder, os machos “excedentes”. Essa dissimulação pode levar o próprio sujeito do poder macho a não se reconhecer como tal: por que seria ele um “falocrata”, se não estupra, não bate na mulher, nem proíbe suas filhas de jogarem futebol, enquanto ele se ocupa de programas armamentistas ou da instalação de usinas atômicas?

O poder do macho parece assim mais facilmente detectável quanto mais diretamente se referir ao seu instrumento arcaico, o pênis, e mais dissimulado quanto mais esse instrumento se sofisticava na esteira do falo. Nessa linha de pensamento, o poder macho enquanto ligado ao pênis, caracteriza as sociedades ditas subdesenvolvidas e enquanto ligado ao falo caracteriza as sociedades ditas desenvolvidas. Ou seja, as primeiras não teriam ainda resolvido seu Édipo, enquanto as segundas o teriam. Lembro aqui que, em psicanálise, a resolução do Édipo se dá quando o menino desiste da posse sexual da mãe, aceita a lei do pai e sublima seu pênis em falo. Poder-se-ia assim localizar geograficamente essa “evolução” do poder macho, áreas em que prevalece o domínio do adultismo fálico, com seus Ícaros, Laios e Édipos e áreas em que predomina o infantilismo peniano e é aí que estaríamos com nosso Macunaíma, herói de nossa cultura, cujos feitos não o entronizam definitivamente nos nichos das grandes figuras fálicas, nos nichos dos pais da cultura. Não se pode ver Macunaíma como pai, detentor de um poder que entra em crise pela ameaça de um filho que lhe usurpará esse poder, nem tão pouco como o filho que, querendo voar mais alto que o pai, comete a temeridade de se expor ao primeiro desastre aéreo da humanidade, tal Ícaro. Nada desses excessos com o nosso herói, nada desses esforços para manter um poder que lhe vem tão facilmente de sua própria anatomia. Macunaíma, ao contrário dos heróis de outras culturas, não mata o pai, mata a mãe. Corta o cordão umbilical

e sai “nuzinho, pelado, nu com a mão no bolso”. Poderíamos dizer, vendo Macunaíma como o herói nacional, que é muito fácil ser, “macho” nestas plagas: basta nascer macho. Já em outras terras não basta não. É preciso não ter preguiça...

E como é que fica a mulher nisso tudo? Como ela se posiciona diante desse poder macho tão diferenciado, seja o do “herói sem nenhum caráter”, seja o do “herói de caráter ilibado”? Que diferenças existirão entre as posturas da mulher européia ou americana e a das brasileiras, diante desse poder macho que se exerce diferentemente lá e aqui? Acho que as diferenças existem no nível da reverência a esse poder. A mulher brasileira não reverencia a poder macho, ela o padece, enquanto “bom” objeto de poder ou o escarnece enquanto “mau” objeto do mesmo. Sua postura é de vítima, diante de um poder macho ainda todo força bruta, ou de irreverência, quando esse poder pretende se refinar em poder político, pois como esquecer Macunaíma sob os retratos ou os bustos de nossos homens famosos? Não temos, como a Europa e os EUA, e mesmo os outros países da América Latina, figuras de poder fálico sublimadas a consternar nossas consciências de admiração reverente, não temos ainda, e quer-me parecer que essa época é passada, e que, felizmente para a mulher brasileira, o poder do macho não teve tempo de se erigir, tão solidamente como em outras terras, enquanto poder sobre a sua consciência. A infiltração desse poder na consciência foi menor aqui por ser o mesmo menos dissimulado, menos metonimizado. O macho aqui tem mais pênis que falo.

E parece-me que a crise do poder macho atual gira em torno desse processo histórico de deslocamento fálico: como dizia *in retro* o sujeito do poder fálico corre o risco de não se reconhecer mais como sujeito nessa escalada de busca de “overdoses” de poder, de performances fálicas para “ter mais” que o outro-igual, para ascender ao FALO. Ele perde sua referência original de macho, que é tão simplesmente corpórea, tão “humana, demasiadamente humana”, isto é, esse apêndice entre as pernas que ele reparte com milhões de outros iguais. Referência original que não valida por ela mesma nenhum poder, mas a qual o macho humano, ao transformá-la em instrumento de poder, se condenou para sempre a ser seu mais fiel objeto. E na cadeia formidá-

vel de projeções de poder de tão modesta matriz, ele, o macho, se torna a projeção de seu próprio falo. Vejo aqui a crise de poder do macho na atualidade: esse poder, como na fábula do aprendiz de feiticeiro, já ultrapassa e ele ali não é mais sujeito, mas robô. Uma luta entre robôs. Rigorosamente iguais.

MASCULINO/FEMININO: UMA ANÁLISE MICRO-POLÍTICA

Aída Maria Novelino

Pais, mães, educadores, psicólogos, mídia, todos se encontram comprometidos com a engrenagem de produção da subjetividade capitalista. Engrenagem infernal que enreda a criança em suas malhas desde o início da vida e pouco a pouco vai tecendo sua textura modelando pensamentos, sentimentos, percepções, ações. Diz Guattari que “assim como se fabrica leite em forma de leite condensado com todas as moléculas que lhe são acrescentadas, injetam-se representações nas mães, nas crianças, como parte de processo de produção subjetiva”¹.

É fundamental entender que este aspecto do sistema – a produção de subjetividade -- não é algo isolado, particular, da ordem do psicólogo ou ideológico. Ao contrário, o jogo da reprodução de modelos existentes e impostos socialmente é da maior importância na manutenção do sistema das relações de produção, ocupa lugar de destaque na continuidade do poder vigente. É a subjetividade parte essencial da consistência do sistema capitalista sendo também seu elemento indissociável. A engrenagem que atua na produção da subjetividade é a mesma que engendra as relações de produções econômicas.

O processo de modelização da subjetividade capitalística tem início a partir do nascimento da criança. As chances que a criança tem para se manter à margem da subjetividade dominante quase inexistem. Não só idéias são transmitidas, mas todo um código social, um universo de significados. Assim, lentamente vai sendo esculpido um tipo de subjetividade que se adequa ao sistema de poder e garante sua evolução. O trabalho de modelagem é ininterrupto e a criança amolda-se às formas dominantes oferecendo pouca resistência.

¹ GUATTARI, F. *Revolução molecular, pulsações políticas do desejo*, p. 25

Como a relação da criança com o mundo é pré-definida, qualquer manifestação por parte dela que se afaste do programa traçado é bloqueada. Assim, a maior parte da criatividade expressa nas fases iniciais da infância é impedida, fazendo com que a criança perca a capacidade de se conectar com o mundo de forma criativa. A culpa – função vital da subjetividade capitalística – de não seguir as atitudes dominantes vai aderindo à criança como parte de sua existência. Há um programa de vida a ser cumprido que requer formas específicas de pensar, sentir, agir, tudo que contraria as tipificações exigidas aciona o esquema de culpabilização e impede a ruptura com as estruturas repressivas.

As diferenças são igualadas, trituradas, serializadas e substituídas por grandes categorias unificadoras e redutoras que controlam as pessoas através das suas referências gerais. O sentido da vida é dado junto com estes modelos. O capitalismo – também o socialismo burocrático, como salienta Guattari – anula tudo que não se encaixe em seus códigos, que não sintonize com os sentidos fixados pela sobrecodificação e estabelecido por leis gerais.

MASCULINO - FEMININO

Entre as grandes categorias da subjetividade está a de diferenciação sexual. Ser homem ou mulher são linhas que compõem a subjetividade, ocupando um espaço importante. A categoria sexual define e redefine constantemente todos os códigos, delimitando padrões de valores apropriados para cada sexo, compartimentando o mundo em masculino e feminino.

Ser menino ou menina já determina ao nascer os caminhos a serem seguidos, as futuras “opções”, os sentimentos, as emoções os comportamentos etc. As variações ocorrem dentro de margens de segurança rigidamente fixadas. Esse é o primeiro corte a que a criança é submetida; é a linha básica que atua como “pano de fundo” para as modelizações subseqüentes. O sistema se impõe com a força das suas estereotípias, modelando a partir do sexo biologicamente diferenciado, o masculino e o feminino.

Os modelos sexuais disponíveis – ou se é homem ou mulher – são firmemente traçados. Resta uma terceira opção que já possui características agrupadas em compartimento próprio: o modelo homossexual. O enquadramento é automático, não há espaço para indefinições nem tempo a perder; “quanto mais pre-

coce for a iniciação, mais intenso e duradouro será o *imprinting* social”². A entrada nos códigos da masculinidade e feminilidade começa nos primeiros momentos de vida com roupas, cores, brinquedos, gestos adequados aos modelos.

Masculino e feminino funcionam como arcaibouços de todas as representações e sentimentos que nos tornarão cúmplices das formações repressivas dominantes. Sem a construção desses modelos a subjetividade capitalística fragmenta-se e o sistema perde o controle.

Guattari mostra que não é mais necessário nas sociedades industriais, a repressão ostensiva para que os padrões de existência possam ser garantidos; “procura-se de preferência controlar as pessoas com laços quase invisíveis que as prendem mais eficientemente ao modo de produção capitalista (ou socialista-burocrática) na medida em que elas o invertem de modo inconsciente”³ – é a miniaturização do fascismo, diz ele. Então, não cabe mais referir-se a um poder central que tudo comanda. Este poder multiplicou-se em micro-poderes que modelizam e controlam as pessoas de maneira muito mais eficiente: é a família, a escola, a televisão, o cinema etc. É a própria pessoa que, devidamente socializada, vai atuar como auto-controladora, basicamente através da culpa.

Homens e mulheres são ajustados aos estereótipos que os definem enquanto seres masculinos e femininos, pela culpa. Se não funcionarem de acordo com as representações assimiladas, surge a culpa, a sensação de inadequação. Só consegue se expressar através de filtragem sexual que os dominam.

Desse poder molecularizado não se escapa facilmente. Os equipamentos coletivos (equivalentes do poder do Estado, para Guattari) – escola, televisão, família etc. – articulam tudo. O sistema é implacável, quase onipotente. Atua ao nível do investimento do desejo, afirma Guattari. Não controla apenas o presente, pois os referenciais gerais utilizados são amplos o bastante para englobarem o que está para acontecer. As quebras nos modelos mas-

²GUATTARI, F. Op. cit. p. 53.

³Id. ibid. p. 64.

culino e feminino deixam de constituir uma ameaça quando recuperadas pelo sistema, que restabelece o controle construindo novos padrões tão impeditivos quanto os antigos.

Ora, os modelos de masculinidade e feminilidade, apesar de atual aparência transformadora, continuam ajustados aos valores pré-estabelecidos. Novas “receitas” são oferecidas e consumidas avidamente. A estrutura repressiva é tão eficaz, que torna as pessoas temerosas de abdicar dos rótulos. O desconhecido angustia, se apresenta como possibilidade de destruição, o que leva à busca incessante de orientações precisas que pré-estruem o futuro.

Interessante observar como meninos e meninas vão se tornando rapazinhos e mocinhas. É que a força das máquinas opressoras, produtoras da subjetividade vão progressivamente acentuando sua potência. Os agenciamentos que produzem a subjetividade capitalística vão recortando as pessoas cada vez mais. Para Guattari, a entrada da criança nas línguas dominantes e nas disciplinas dominantes – etapa da escolarização –, marca a concretização dos equipamentos modelizantes. Isto evidencia que o controle social vai se tornando cada vez mais totalizador. No caso das tipificações sexuais, significa que os equipamentos coletivos responsáveis por sua produção vão afunilando, com o passar do tempo, a gama das características cabíveis a cada sexo.

Seremos então marionetes na obediência cega à manipulação do manejo de linhas do sistema? À primeira vista, parece ser exatamente este o destino da humanidade: sucumbir ao poder do sistema dominante, tendo, às vezes, a ilusão de estar participando do processo de transformação. Como pensar em escapar se a impressão que se tem, como reconhece Guattari, é que nos destinamos a percorrer um “possível pré-estruturado”?

O próprio Guattari vislumbra a possibilidade de rompimento com as estruturas regressivas através da emergência dos movimentos micro-políticos, visando não contestar a subjetividade dominante, mas criar condições para a produção de modos de subjetividade originais: a revolução molecular.

Alterar as regras básicas da modelização do masculino e feminino é fundamental neste movimento de transformação. A recusa em aceitar as tipificações sexuais é um primeiro grande passo, embora isso não garanta o processo de singularização. Como

foi referido, o corte inicial que, ao nível molar se impõe à criança, é o da classificação sexual: homem/mulher, qualificações que se excluem mutuamente, isoladas por rígidas barreiras e limites. Assim, talvez seja este o ponto básico a ser demolido, que, como a pedra da sustentação de um edifício, ao ser retirada, desestabiliza o restante da estrutura. Ao nível molecular, portanto, a recusa das estereotípias sexuais é essencial.

Cabe às pessoas dispostas a não compactuarem com o processo capitalístico, procurar interromper a modelagem. Para isso, precisam criar condições que permitam aos indivíduos adquirir meios de expressão relativamente autônomos e, portanto, relativamente não recuperáveis pelas tecnologias das diversas formações de poder⁴, em outras palavras, que viabilizem as singularizações.

Entretanto o risco da confecção de outro modelos impeditivos da autonomia somado à possibilidade de recuperação dos valores de singularização pelo sistema, mantém-se constantemente presentes. Ao lado disso, a angústia gerada pela perspectiva da implosão dos parâmetros conhecidos se impõe às pessoas, levando-as a colaborar na manutenção da subjetividade dominante. É que a perda dos traçados que delimitam a experiência confunde-se, muitas vezes, com destruição, aniquilamento e por isso, as tipificações sacramentadas acenam como lugar de refúgio e proteção.

Existem saídas? A luta micro-política vem abalando a pretensa onipotência do sistema, apesar dos inevitáveis refluxos? O movimento feminista, por exemplo, tem conseguido alterar o quadro de valores que amarra homens e mulheres aos seus respectivos compartimentos?

Sem dúvida, existe uma árdua batalha a ser travada contra a culpa, a angústia e a repressão. Como afirma Guattari, no nível da micro-política não se encaixa a lógica maniqueísta que traça linhas demarcatórias entre bons – aliados – e maus – inimigos a serem atacados. E, quem sabe, esse registro seja um bom começo para desmanchar os velhos códigos?

⁴GUATTARI, F. Op. cit. p. 55.

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA: UMA REALIDADE

EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA: UMA NECESSIDADE

ZULEIKAALAMBERT

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA: UMA REALIDADE

“*Ninguém nasce mulher, se torna*” escreveu Simone Beauvoir em seu famoso livro *o Segundo Sexo*.

“Todas as discussões sobre o estado das mulheres, sobre o caráter, o temperamento das mulheres, sobre a submissão e a emancipação das mulheres fazem perder de vista o fato fundamental, isto é, que os papéis dos dois sexos são concebidos segundo a trama cultural que se acha na base das relações humanas e que o menino, à medida que se vai desenvolvendo, é modelado tão inexoravelmente quanto a menina segundo um cânone particular bem definido” escreveu Margaret Mead em *Sexo e Temperamento*.

“Ninguém pode afirmar quantas energias e quantas qualidades se destroem no processo de inserção forçada das crianças de ambos os sexos, nos esquemas masculino/feminino, tal como são concebidos pela cultura. E ninguém jamais saberá dizer-nos o que poderia ter-se tornado uma menina se não tivesse encontrado no caminho de seu desenvolvimento tantos obstáculos insuperáveis, colocados aí exclusivamente por causa do seu sexo”. Estas são frases de Elena Gianini Beleotti em seu livro *Educar para a submissão*.

Com tais palavras, as três eminentes feministas, às quais nos reportamos, defendem uma mesma tese: a tradicional diferença de caracteres entre macho e fêmea não é devida a fatores congênitos e sim aos condicionamentos culturais a que o indivíduo é forçado no curso de seu desenvolvimento.

Em outras palavras: embora todos os seres humanos nasçam iguais, dois destinos distintos estão à sua espera: se for menina ou se for menino, todo um processo discriminatório é deflagrado, em termos de uma educação diferenciada para ambos. Antes mesmo do nascimento, o futuro papai sonha com um filho homem e a futura mamãe prepara roupinhas com cores

específicas de cada sexo; acredita-se inclusive que é mais “fácil” criar e educar um menino, já que a menina causará maiores preocupações e despesas...

A questão envolve aspectos informais (família, religião, meios de comunicação, etc.) e formais (a escola).

A FAMÍLIA

No âmbito familiar, espera-se da menina e do menino um comportamento diferente, quanto ao modo de sentar, falar, vestir: ela deverá estar bem arrumada, enquanto que o menino se permite ficar à vontade. Sobre ela, recai uma superproteção, sendo inclusive o choro “coisa de mulher”, já que “homem não chora”... Ele será ativo, racional, independente; ela será passiva, emocional, meiga e dependente. O lar constituirá o reino feminino, povoado de bonecas e panelinhas; a rua será o cenário masculino, onde bolas e carrinhos se multiplicam. Ela, a futura “rainha do lar”, ajudando a mãe nos afazeres domésticos e na guarda dos irmãozinhos; ele o “chefe” que sobe em árvores, joga futebol e maneja a espada nas lutas contra o bando rival da vizinhança.

E assim... Ambos vão crescendo e assumindo os papéis diferenciados que lhes foram atribuídos, repetindo os estereótipos (modelos) de geração. Chegando à idade adulta, as panelinhas de brinquedo se tornarão painéis de verdade na luta cotidiana da mulher como mãe e dona-de-casa e as espadas se transformarão nas armas necessárias para “subir na vida” em uma sociedade competitiva.

Como romper o círculo? Por que não pode o menino brincar com bonecas, anunciando seu futuro papel de pai? Por que não pode a menina brincar de chefe, delineando já seu futuro papel na direção de uma empresa? E quanto ao papel sexual que ambos desempenham, porque sempre o homem deverá ser o “macho” dominador, sedutor e viril e a mulher um ser passivo na eterna espera de seu príncipe encantado?

A RELIGIÃO

A hierarquia religiosa se identifica com a hierarquia familiar, predominando sempre a figura masculina, ocupando a mulher um lugar subalterno. Receberá ela inclusive a milenar culpa pelo pecado original e o estigma de pecadora.

Se folhearmos as páginas do mestre Aurélio, encontraremos no verbete MULHER, entre outros “atributos”, os de “mulher da vida”, “mulher da zona”, “mulher pública”... É Eva pecadora, contrapondo-se à Santa incorruptível e perfeita, configurada no mito do amor materno, que a educação diferenciada se encarrega de alimentar e difundir, desde a mais tenra idade.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Uma vez mais se fazem sentir os reflexos da educação diferenciada, quando em plena era da comunicação, a figura feminina invade o espaço publicitário televisivo, os *outdoors* coloridos e vibrantes, as bancas de revistas, ora como dona-de-casa, ora como mãe extremosa, ora como mulher objeto, que expõe seu corpo ou o fragmenta em pernas, joelhos, bocas, nádegas, de um forte apelo sexual. O homem irá expor sempre sua imagem viril e até na escolha do cigarro predileto demonstrará sua “decisão inteligente”.

Caracteriza-se assim uma concepção estereotipada das figuras femininas e masculinas, ocupando a aparência física um lugar de destaque, convidando a regimes severos, lipoaspirações, bronzamentos artificiais e roupas elegantes.

Ele irá conquistá-la, ela espera sempre poder “ser amada”.

A ESCOLA

A escola ocupa um lugar preponderante quanto à educação diferenciada, reforçando de modo formal a postura assumida pela família no processo discriminatório; filas de meninos e meninas, brincadeiras e esportes diferenciados, orientação profissional distinta para ambos os sexos.

A professora da primeira fase escolar faz, via de regra, o papel de “segunda mãe” e de um modo geral tem contribuído para reforçar o conceito de diferenciação entre meninos e meninas, ajudando a desenvolver interesses vocacionais diferenciados em função de cada sexo: para as meninas, profissões ditas “femininas”, como Magistério, Enfermagem, Secretariado; para os meninos, profissões tradicionalmente consideradas “masculinas”: Engenharia, Medicina, Administração etc. Tal divisão não encontra fundamento em nenhum critério científico, uma vez que inte-

ligência, capacidade, vocação, diferem de pessoa e nunca em função de sexo, cor ou condição social.

Não podemos esquecer o papel exercido pelo livro didático, com seus estereótipos de todo tipo. Todo estereótipo estabelece um modelo fixo e deformado da realidade, visando justificar certas posições político-sociais. A grande maioria dos livros didáticos e obras da literatura infantil tem um caráter estereotipado, seja nos textos, seja nas ilustrações e o combate a esta forma de discriminação é fundamental na luta por uma educação igualitária para homem e mulheres, visando preparar ambos os sexo para viver todas as experiências da vida.

EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA: UMA NECESSIDADE

Considerando-se a urgente necessidade de uma revisão crítica dos valores veiculados pela educação formal e informal, uma tarefa árdua e complexa está à espera dos educadores e dos movimentos feministas: quebrar a cadeia de condicionamentos culturais, transmitidos de geração em geração.

A educação diferenciada é um processo discriminatório e como tal, deve ser eliminada, em seus aspectos formais e informais. Um dos aspectos a ser considerado é a necessidade de uma reflexão, através dos livros didáticos, da literatura infanto-juvenil e dos meios de comunicação, no sentido de que sejam registradas as mudanças que vêm paulatinamente ocorrendo na realidade brasileira (mulheres dirigem metrô, são executivas em empresas importantes, desenvolvem pesquisas no campo da energia nuclear etc.), mesmo que tais situações não reflitam o predominante. Tornase ainda urgente a criação de comissões que possam orientar pais e mestres, no sentido de se questionarem os papéis do homem e da mulher na sociedade; que possam fiscalizar os livros didáticos; que possam utilizar os meios de comunicação, a fim de discutir e divulgar propostas igualitárias.

O projeto Mulher e Educação (realizado em conjunto com o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e a Fundação pelo Desenvolvimento da Educação (da Secretaria da Educação)).

Compreendendo a importância e a necessidade de uma ação organizada contra a Educação Diferenciada entre meninos e meni-

nas no estado de São Paulo, o CECF e a FDE elaboraram e vêm viabilizando um projeto nesse sentido, denominado *Mulher e Educação*.

Esse projeto iniciou-se em novembro de 1984, em atividade conjunta do CECF e FLE (Fundação do Livro Escolar), atualmente denominada FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), sendo até hoje desenvolvido.

Seu objetivo maior tem sido sempre o de organizar no estado de São Paulo, um ciclo regionalizado de debates sobre a mulher e a educação, realizados por palestrantes do CECF, no sentido de conscientizar a escola e comunidade a médio e longo prazo, a respeito dos preconceitos, discriminação, direitos da mulher, violência, saúde, no processo de socialização da mulher na sociedade brasileira.

A organização dos debates e palestras tem sido feita em conjunto com as Divisões Regionais e Estaduais de Ensino. Uma exposição de fotos sobre a condição de vida da mulher e suas lutas, feitas por professoras de 1º e 2º graus, tem sido organizada paralelamente às atividades, como também a utilização de audiovisuais referentes à condição feminina.

A população alvo é constituída por alunos do 2º grau, notadamente dos Cursos de Habilitação ao Magistério, professores de 1º e 2º graus, autoridades de ensino e a comunidade em geral, observando-se grande interesse na participação.

O projeto *Mulher e Educação* no estado de São Paulo já atingiu mais de 30.000 pessoas, em mais de 40 cidades do interior, capital, litoral e Grande São Paulo.

Tem atingido também com êxito as bibliotecas municipais, onde anualmente se realiza as chamadas “Semanas da Mulher”, com grande destaque para a questão da socialização da população feminina.

Esta é uma tentativa de fazer das bibliotecas públicas escolares (estaduais e municipais) um espaço vivo de circulação e produção de idéias, aberto à comunidade local.

NOSSAS PERSPECTIVAS: A CAMPANHA “NÃO AOS ESTEREÓTIPOS”

Após avaliação dos resultados do *Projeto Mulher e Educação* e principalmente diante das informações obtidas a partir de uma cente-

na de questionários aplicados entre alunos e professores sobre a temática da mulher, pudemos concluir que novos esforços deverão ser feitos para que o combate à educação diferenciada entre meninos e meninas em nossas escolas, alcance novos níveis.

Sabemos claramente que a conquista da plenitude do estado de direito democrático em nosso país não se fará sem a incorporação da mulher, através de uma ordem jurídica baseada no princípio de igualdade social. Não basta, entretanto, a igualdade em termos de lei. Há necessidade urgente de uma profunda revisão crítica dos padrões e valores veiculados pela família, pela escola, pela igreja, pelos meios de comunicação, pela ciência e pela legislação.

Esta é uma tarefa complexa que está à espera de todos os que estão envolvidos no processo educacional (educação formal e informal): arrebentar a cadeia dos condicionamentos culturais que são transmitidos de geração em geração, oferecendo caminhos que possibilitem a formação de uma nova consciência, livre de todas as formas de preconceitos.

Por tais razões, resolvemos organizar a Campanha “Não aos Estereótipos”, para a qual estamos nos organizando neste momento.

Tal campanha se enquadra perfeitamente dentro das idéias desenvolvidas durante a Década das Nações Unidas para a Mulher, segundo as quais o ensino e a formação devem “contribuir para uma mudança de atitudes, eliminando as imagens estereotipadas tradicionais dos papéis do homem e da mulher, favorecendo assim a criação de imagens novas e mais positivas de participação feminina na vida familiar, profissional, social e pública”. Enquadra-se igualmente no espírito de apelo aos governos, para tomarem todas as medidas necessárias, a fim de eliminar do material de ensino, em todos os níveis, os estereótipos baseados no sexo.

Nossa Campanha visa fundamentalmente sensibilizar a opinião pública em relação ao problema do sexismo nos livros para crianças nos manuais escolares, nos vocabulários, na gramática, nas imagens produzidas pelos meios de comunicação etc., bem como estimular, encorajar e apoiar a atuação necessária contra todo tipo de estereótipo na organização do sistema educativo, na relação aluno-professor, nos esporte, entre os alunos, nos manuais escolares, na vida familiar, a nível de empregos e assim por diante.

Nossa Campanha seguirá vários caminhos: publicação dos materiais específicos, aplicação de questionários, concurso de fotografias, realização de palestras em escolas e bibliotecas escolares, organização de seminários, debates em rádios e televisão, artigos em jornais etc.

A luta que estamos travando pela eliminação dos estereótipos e pela recuperação da verdadeira imagem da mulher dentro de nossa realidade, certamente não visa, como pensam os mais conservadores, fazer as meninas à imagem e semelhança dos meninos, mas restituir a cada criatura a possibilidade de desenvolver-se do modo que mais convém ao seu temperamento, desejos e vontade, independentemente do sexo a que pertença.

Um resultado positivo será vantajoso para homens e mulheres, no sentido de um novo relacionamento entre ambos, o que possibilitará o reencontro harmonioso das duas partes componentes da humanidade. Quando isto ocorrer, estarão criadas as condições para uma sociedade mais justa e mais humana.

Afinal, escreveu Simone de Beauvoir em seu livro o *Segundo Sexo*: “É dentro de um mundo dado que cabe ao homem fazer triunfar o reino da liberdade; para alcançar essa suprema vitória é entre outras coisas, necessário que, para além de suas diferenciações naturais, homens e mulheres afirmem sem equívoco sua fraternidade”.

DO DIREITO DE DESEJAR:

UMA LEITURA DA FALA DE MULHERES CAMPONESAS DO MARANHÃO

Aristotelina Elisabeth Bittencourt

“É pelo que (a mulher) não é que ela quer ser desejada ao mesmo tempo que amada”

“O que vem em suplência à relação sexual é precisamente o amor”

(Jacques Lacan)

“Acho que o Brasil foi descoberto agora que as mulheres descobriram que também têm direitos”.

Dona Deuzarina, camponesa, posseira do interior do Maranhão, depois de um dia de muita discussão, onde terra, mulher e amor se misturavam, falou essas palavras que revelam “coisas” que no decorrer desse trabalho vou tentar descobrir...

A sensação mais forte é que escrever esse texto me revelará segredos, ou melhor, parte dos segredos. A revelação é sempre parcial, nunca é toda.

E isso, porque a vivência de trabalhar a três anos com as mulheres camponesas do Maranhão é forte, forte como elas, cheia de sentimentos, como elas que têm o peito aberto para o afeto.

Escrever será pensar sobre essa vivência, cuja primeira fotografia foi tirada para um Seminário sobre saúde em Olinda. Fotografia repleta de palavras que mostravam a cara de trabalho¹.

Foi incrível pensar e ir escrevendo. No final até eu me assustei.

Agora, esse Seminário em Salvador me coloca de novo um espaço, uma tentação, um corte no sentido do que a psicanálise indica, ou seja, uma escanção que permite a suspensão de sentido, promovendo à ascensão de outros significados, outros sentidos...

...preambulando, antes de começar mesmo.

¹ A cara do trabalho aparece no texto que escrevi para o Seminário sobre saúde. Organizado pelo grupo SOS—Corpo, em Olinda. (maio/88).

NO DIREITO DE DESEJAR...

A fala de dona Deuzarina indica a descoberta de um direito que parece ter seu fundamento na ordem jurídica. E de alguma forma o tem, mas somente como um acessório. No caso, a lei jurídica serve de suporte para um reconhecimento que é interior e específico, individual, que na sua generalidade nada mais é do que um desejo de mudança, de se mudar, mudar de lugar na estrutura do poder. Se mudar, para depois mudar o mundo e – quem sabe? -- conquistar a cidadania.

Mas que direito é esse que assusta; que inova e que aparece como um significativo gerador que aponta para o rumo de uma permissão, de uma valorização? Se tenho direito, eu posso. Posso o quê?

Posso no sentido de que é permitido ousar; ir além, ousar e sair de casa e ir para a reunião. O sair de casa com as mulheres com as quais tenho trabalhado sempre significou uma ousadia, um momento de corte, na medida em que inaugura uma situação onde um conflito aparece, ou seja, uma tentativa de que o véu feminino se rasgue e o desejo faça o impossível: apareça.

Um desejo que traz uma diferença que se mostra entre ela e seu companheiro. A diferença ganha uma cara que pode ter um fim trágico.

Durante os encontros com as mulheres camponesas, no último dia começamos a fazer uma viagem de volta, de volta para casa. É nesse momento que a ameaça aparece rondando a volta das mulheres às suas casas.

Eu moro longe. Quando eu recebia carta convidando fiquei com uma vontade de vir. O marido ameaçou logo, se você for, eu vou embora de casa. A minha vida com ele não é boa mesmo, mas tem as crianças, como é que eu vou fazer com o cumê? Mas aí um dia, minha mãe chegou e me disse que o padretinho falado que tinha uma vaga num avião bimotor. Eu fiquei pensando e me decidi. Vim ontem minha mãe me telefonou dizendo que ele foi embora... (Aparecida Bacuri-MA)

O desejo de ir a uma reunião, mesmo que seja no próprio povoado, pode custar o abandono do marido, que nesse caso específico se agrava pela questão da sobrevivência camponesa, onde cada elemento familiar representa a força de trabalho necessário para se continuar “vivo”.

Viver no interior do Maranhão é uma batalha que poucos ganham e que por isso mesmo produz um discurso no qual as mulheres afirmam se sentirem felizes, “por terem alcançado a velhice”.

Ir à reunião pode ter a ver com a morte, com a morte e com a tentativa de uma vida que se ultrapassa na medida em que porta um desejo que insiste para essa mulher, que indica que é preciso remexer, colocar em movimento um processo que apesar de não ter garantias, se mistura com a esperança, com o desejo eterno e impossível que retorna, o de ter “gosto na vida”. Retorna para tentar, para seduzir e nunca se realizar totalmente, deixando sempre uma ponta para se enlaçar com outras pontas.

Nesse momento, a prática feminista, que aponta para a necessidade das mulheres tomarem a palavra, conversarem sobre seus problemas, atribuindo a estes um caráter político – conforme efetivamente eles têm – mostra sua eficácia que será sempre relativa, pois depende de um encontro, de uma coincidência com o momento de cada uma.

O certo é que nos momentos em que conversamos sobre a “volta para a casa”, cada uma dá seu depoimento, e conta do “jeitinho” que encontrou para ir em frente, gerando um saber estratégico, histórico de cumplicidade feminina, necessária à sobrevivência.

Teve o encontro de Cândido Mendes, da assembleia, quando eu cheguei muito alegre, eu entrei por uma porta e eles saíram pela outra e foi pro serviço, chegou em casa com oito dias e não querendo falar comigo, zangado porque eu tinha ido pro encontro. Ai eu pensei, não tem problema, aquele que tiver mais precisão se chega. A gente dialogou e hoje em dia ele dá força para eu ir nos encontros.

(Cota – Luis Domingues/MA)

Entretanto, nem sempre é assim, nem sempre a energia da pulsão de vida consegue imprimir a construção a esse caminho que parece ter com rastro, a pulsão de morte. Às vezes ocorre o trágico que exige a morte no sentido que Antígona, filha de Édipo, lhe dá, de que é preciso perder a vida para poder não perder a voz. A morte pode ser o preço desse ultrapassamento necessário que insiste e que sabemos que existe através da voz dessas mulheres.

No outro dia quando cheguei em casa meu marido estava queimado de cachaca. Vi logo que a coisa tava braba quando ele disse assim: mulher, olha que enquanto tu fica andando, aprendo

sem vergonhice, tu esquece da história da Conceição que andou, andou até que o marido matou. Eu fiquei gelada.

(Ma. do Carmo – Povoado do Cajueiro/MA)

Outras vezes o que acaba ocorrendo é o dramático no sentido teatral do termo que mistura o trágico com o cômico e que acaba se parecendo com muitas vidas de muitas mulheres.

Eu já fui prostituta. Era uma vida muito difícil. Encontrei esse homem que hoje é meu marido e as coisas iam bem, mas desde que me meti nesse movimento a coisa ficou ruim porque ele começou a ter muitos ciúmes. E agora eu vivo meio amofinada porque não dá pra sair desse movimento, mas também não dá pra ficar sem ele. Não sei o que fazer...

(Preta-Caxias/MA)

Participar do movimento de mulheres tem um preço muito alto para a mulher camponesa maranhense. É uma constatação que puxa vários questionamentos. Até quando essas fortes mulheres serão fortes? E que trabalho é esse que mexe com as mulheres a ponto de fazê-las pagar um preço tão alto? Para quê?

Mas, antes de pensar nesses questionamentos, é adequado que se coloque um outro lado – que sempre tem – que, ocupando efetivamente o lado do reverso que verso te revela que participar do movimento de mulheres traz algo que tem a ver com a satisfação, com a alegria.

Constantemente nos encontros na hora em que vamos falar do que sentimos, do que achamos, quase sempre a resposta aponta para uma situação da infância, onde a brincadeira, apesar de pouca, ainda existia.

Ah foi bem. Me lembrar daqueles tempos quando eu era criancinha e brincava pelas árvores. Me deu assim uma alegria no peito

(Rosário – Povoado de Encruzo/MA)

Ou então, quando em algum grupo que já participou de vários encontros, perguntamos o que mudou na vida delas desde o último encontro, as respostas confirmam que com algumas – porque dependerá sempre de cada uma – aparece uma alegria, uma satisfação.

Eu fiquei assim, parece mais satisfeita, com vontade de pular. Eu comecei a brincar com as crianças no colégio na hora do recreio. Coisa que não fazia. Então, teve uma melhora, né? Essa alegria deu uma melhora.

(Miriam – Peri-Mirim/Maranhão)

Não sei se seria piegas falar do poder mobilizante da alegria. É um poder que segundo elas dá vontade de pular, cantar, dançar, subir, descer, rolar no chão e “parece que a gente se abre por dentro”. O que parece é que a pulsão de vida é “tocada” e sua energia se desloca, se movimenta à procura de um objeto, que afinal nunca será achado, mas que será contornado, lambido pelo desejo. Desejo que não para de *tentar*, de *atentar*, pondo em movimento, seduzindo a vontade para se realizar.

Uma oficina de trabalho que é feita durante os encontros, ajuda a complementar nosso cenário, ajuda a fazer aparecer um lado que existe nesse trabalho com a mulher camponesa. Um lado que não tem a ver com a morte e sim com a vida, com a construção, ou melhor, com a reconstrução da auto-imagem.

A citada oficina pretende que através da massa de modelar, as mulheres representem como se sentem dentro de seu grupo, falando posteriormente sobre o resultado de seu trabalho e o que sentiram.

Eu fiz três bolas. Uma pequitinha, a outra maior e a outra maior ainda. Então, é assim que eu me sinto desde que entrei para esse movimento. Fui crescendo, agora já sou mais sabida, não muito, mas já tenho o começo.

(Adelaide – Peri-Mirim/MA)

Eu fiz três rolinhos que são os três encontros de mulheres que a gente teve aqui. No primeiro estava toda enroladinha; no segundo, já fui perdendo a vergonha de falar. No terceiro, eu já estou menos enrolada. Muita coisa já buliu dentro de mim, ora quente, ora frio.

(Jandira – Peri-Mirim/MA)

Numa tentativa de contrapor à situação na qual a mulher fica só, sem o companheiro, com a sua família correndo o risco de não conseguir sobreviver e ela própria ficar condenada a um gosto amofinado de viver, surge a situação em que a mulher acaba preferindo a separação.

Nesse momento, a questão da autonomia feminina mostra que passa por caminhos que, apesar de dependerem de fatores econômicos, também os extrapolam.

Algumas mulheres acabam se encorajando e se separando de seus companheiros e conseguem construir uma vida onde a satisfação comparece, não plenamente, mas mostra sua face. Plena e duradoura não poderia ser mesmo, já que a plenitude é sempre momentânea, passa. A totalidade não passa de uma ficção

que nós seres falantes, tentamos nos convencer, como uma espécie de um consolo diante do insuportável que é admitir a particularidade, o não-todo, que longe de nos conclamar a uma acomodação, nos desafia a um mais além.

Quando eu cheguei em casa, as crianças disseram: pai foi embora. Eu me assustei e pensei, mas eu tenho dois braços e mais uma sementinha dentro de mim que diz que vai ser melhor e que eu vou ter coragem. Resolvi trabalhar e criar meus filhos. Um dia, ele voltou e eu não quis mais. Voltei com um antigo que era apaixonada antes. Me sinto assim mais de boa, depois disso tudo. Trabalho muito, mas com satisfação.

(Liduína – Santa Luzia do Paruá/MA)

O que podemos dizer é que o caminho do nosso trabalho, que vamos chamar de feminista, às vezes exige o preço da morte, mas “toca” também na pulsão de vida, dando oportunidade dela triunfar. Mexe com a construção, na medida em que mobiliza algo interior dentro de cada mulher, algo que pulsa. O que é esse algo é o que começamos a procurar saber, porque a pulsão sempre pulsa e promove um movimento se os caminhos estiverem abertos. Como diz Lacan, tudo depende de como e onde se pega o bonde, pois quanto a este, está sempre andando.

Sobre as perguntas que nos fizemos a respeito do alto preço que a mulher camponesa paga ao participar do Movimento de Mulheres, podemos afirmar que o preço é realmente alto, o preço que cada um tem que pagar pela vida é sempre alto, vai depender somente da força de desejo, e do compromisso, da persistência, e é inevitável que lembremos Freud que em algum lugar disse: “Se não se pode avançar voando, é bom ir em frente coxeando, pois está escrito que não é pecado coxear”.

E pra fechar, um fragmento de uma cantiga que elas gostam muito: “Nosso direito vem, nosso direito vem. Se não vir nosso direito, o Brasil perde também”.

DESCOBRINDO A QUALIDADE DO QUE SE É

Pelo jeito, mulher é mesmo bicho teimoso, conforme dizem por aí. Isso porque tem sempre alguém dizendo alguma coisa sobre a Mulher. Falam muito dela, mas quem é ela? O que é uma Mulher? O que ela quer?

Minha equipe – teimosa como as mulheres – resolveu aceitar o desafio impossível de querer saber o que é uma mulher e de

seu desejo. Como se ele pudesse aparecer, como um raio, rápido, pouco visível, mas deixando vestígios.

De mochila nas costas e com uma necessária dose de bom humor e espírito de aventura, já que sabíamos que os percalços eram muitos, nos botamos a atravessar o rio Gurupi, a nos embrenharmos por matas e matos e ouvir o bacurau. Nos metemos por estradas de tudo quanto é jeito, estradas de barro onde caminhão tinha mais jeito de barco do que de caminhão, porque passava por enormes igarapés pontes de madeira cuja fragilidade nos indicava que estávamos entrando em lugares da ordem da falta, falta de recursos, falta de assistência, falta de justiça e portanto, perto da possibilidade da morte, que pode ser rápida como numa briga, quando sai facada ou quando o grileiro solta o gado pra comer a roça do pequeno e depois manda o pistoleiro atrás, pra saber porque ele não foi embora ainda.

Estradas de piçarra com fendas enormes e inimagináveis como os ônibus que nelas trafegam, cheios, lotados, velhos, quebrados, parando de dez em dez minutos em viagens que chegam a durar de dez a vinte horas. Brincando com o cineasta Cacá Diegues é o nosso bye, bye Maranhão, com uma nuvem de poeira rosa ao fundo.

Chegamos em lugares onde poucos chegam! Foi o que constatei quando cheguei em Barrerinhas depois de dez horas de aventura de carro que, durante a viagem, atolava numa estrada de areia branca, que sob o sol, mais parecia uma visão surreal e desértica, porque a estrada era branca, pelo menos era assim que eu a estava vendo. Cheguei e levei um susto, era uma belíssima cidade cheia de dunas, com casinhas coloridas, muitos pássaros, um frescor no ar e com o rio Preguiça a banhando, dando-lhe um ar preguiçoso, meio Macunaíma, com jeito de praia, que, aliás, para chegar bastava pegar um barco.

Às vezes, o começo da viagem é pelo mar que se embalança e balança o barco de grandes velas coloridas, espalhando o enjôo e o medo. Começa pelo barco e continua com paus de arara, jardineiras, caçambas, caminhões e até casquinhas, feitos de casca de árvores que a gente nem sabe como ter coragem de entrar, mas entra. No final dessa viagem toda, chegamos numas cidades pequenas às vezes antigas, isoladas, calmas, com pouca gente, e

vamos nos acalmando, pacificando. O interior do Maranhão faz parte também do reino da pacificação, nos lugares onde a mata reina porque não foi muito tocada e a natureza mostra sua força.

Eu acho que o que ajuda a essas mulheres camponesas é estar perto da terra, das pedras, do mato, do barro, da areia, da água, do rio ... Ajuda a elas e a mim também.

Já de muito tempo venho percebendo que um dos problemas mais sérios que acontece com as mulheres camponesas – e sei que isso não se restringe apenas a elas – é a questão da auto-imagem ou do que cada uma imagina ser. Quase sempre a idéia que cada uma faz de si é a pior possível.

Elas acabam construindo para si mesmas uma imagem que as próprias companheiras de grupo não-reconhecem, na medida em que, no dia-a-dia, tais mulheres exercem uma liderança forte, cheia de sabedoria, mas paradoxalmente afirmam se sentirem burras, achando que só falam besteiras.

O que ocorre é que a imagem que fazem de si é o resultado de uma imaginarização que esconde o seu lado positivo, construtivo. Dessa forma o que aparece é uma auto-imagem que as rebaixa e que as identifica como seres inferiorizados, de segunda categoria.

Essa questão ficou mais fácil de ser percebida através de uma brincadeira na qual pedíamos para elas se posicionarem de um lado ou outro, conforme se sentiam diante de pares antitéticos de palavras como: bonita-feia, burra-inteligente, alegre-triste, que fala besteira-quem não fala, quem se sente negra ou branca, quem gosta de sexo-quem não gosta etc...

O resultado dessa brincadeira sempre foi surpreendente, revelando questões que apenas tocamos, mais que merecem um maior aprofundamento.

A questão racial apareceu como uma das que mais nos surpreendeu, na medida em que mulheres brancas se sentiam negras. A cor da pele ou os traços da raça branca não eram marcas suficientes para que elas se sentissem brancas. Nesse caso, o corte era dado pelo trabalho escravo, pela falta de terra à que estão sujeitas. A marca da escravidão continua sendo negra e por isso elas se sentiam negras.

O que pude perceber era que somente nós da equipe ficávamos perplexas, pois elas assim respondiam ao nosso susto.

Não tem mulher negra que se sente branca? Então, eu sou branca e me sinto negra.

(Nonata – Nova vida/MA)

A interrogação de quem falava besteira ou não, revelou aspectos interessantes, na medida em que lideranças que se identificavam com mulheres que falavam besteira e também, porque a palavra besteira provoca uma situação ambígua, fazendo uma suspensão de sentido onde implicitamente aparece o sexual.

Falar besteira é também falar de sexo, mas falar de sexo é besteira e mulher que fala muito de sexo, fala muita besteira.

Num momento posterior, discutíamos essa história da besteira que acabou ganhando até uma trama, uma ficção. Virou história de uma mulher que achava que só pensava besteira e por isso tinha desistido de pensar e até de falar e foi ficando caladinha, num canto sem falar nada, porque, imagina (!), se ela só pensava besteira, era melhor nem falar.

Mexíamos então com essas armadilhas de cumplicidade que a cultura e as mulheres montaram para si próprias, incitando-as a falarem tudo que elas achavam que era besteira, para sabermos se eram besteira mesmo.

Outra identificação curiosa era a alegria. Nos encontros, eram raras as mulheres que se identificavam com a tristeza, a maioria se sentia alegre, o que aliás era facilmente perceptível.

Um dia, quem sabe, sigo em frente na busca do entendimento dessa alegria. É incrível tanta alegria com uma vida tão dura, tão cheia de trabalho e sofrimento. De onde será que vem tanta alegria? Da sublimação?

A feiúra foi outro atributo com o qual as mulheres se identificavam. Conforme o lugar praticamente todas se achavam feias.

Eu olho por espelho, tem uma barriga caída ali, os quartos meio mole, umas pernas grossas demais. Eu vou me sentir bonita? Vou nada.

(Juvência – Barreirinhas/MA)

Assim sendo, o trabalho que pretendíamos fazer teria que percorrer esse caminho da construção/reconstrução da própria imagem. Teríamos que fazer primeiro uma viagem de volta ao passado, teríamos que recuperar o que passou para poder ultrapassá-lo.

Nos servimos de vários saberes, entre eles o feminista, que apareceu como um instrumento que viabilizava nosso desejo de trabalho. Juntamos quatro exercícios de corpo com brincadeiras de tudo quanto é jeito: de criança, de espelho, de observação, dos contrários, com técnicas do teatro do oprimido, laboratório, exercícios de aquecimento.

Nossa mexida começava pelo corpo e sempre foi interessante, dava uma despertada geral, um agito, uma energia que circulava.

Abeu gostei mesmo assim de mexer com o corpo, sobe uma coisa quente, uma espécie de energia que bole.

(Elvira – Povoado de Fala Só/MA)

E daí, partíamos para a vivência da Linha da Vida. Ajudamos a tecer várias histórias de vida, entrávamos nelas, sofríamos com elas, nos víamos parecidas com elas, e como elas, tínhamos uma pergunta: o que somos? O que queremos?

Interrogação que no umbigo de seu significante traz a marca do feminino, porque é por não saber que a mulher se interroga, que ela se olha todos os dias no espelho à espera que o milagre aconteça e ela se veja e diga, “é, sou eu mesma”, e sai aliviada. Ela quer ser o seu reflexo, e então por causa disso, acaba acreditando nessa ilusão de que ela é ela mesma. Porque, o que é ser ela mesma?

Foi essa “ela mesma” que minha equipe saiu a procurar, ou seja, foi à caça do impossível.

Assim começaram a aparecer tramas de vidas marcadas pelo trabalho excessivo na infância.

Acho que tinha uns cinco, seis anos quando meu irmão nasceu. Não esqueço até hoje o quanto pesava carregar ele. Fez um carçoço nos quartos. E ainda outros trabalhos. Era terrível, eu me sentia como se fosse escrava dos meus pais.

(Raimunda – Povoado de Nova Vida/MA)

Uma Infância marcada pelo desgosto de não estudar.

Ah, a coisa que mais desejava naquele tempo era estudar. Ficava sonhando. Pensando no dia que eu ia conhecer o mundo das letras. Mas, ninguém se interessava. Papai ainda dizia que mulher era como marcha de cavalo, ia pra escola só pra escrever cartas pros namorados e o diploma era um filhinho bucho.

(Isabel – Povoado de Quatro Bocas/MA)

O “conhecer o mundo das letras” que ensina muitas “coisas” se articula com a vontade de saber, saber de sexo, do sexual,

do amor. É uma pergunta eterna que nunca poderá ser respondida, já que não podemos mesmo saber o que é uma relação sexual que é da ordem do mistério, do enigma. Pergunta-se, pergunta-se e não se acha a resposta. Freud disse que a anatomia é o destino, isto é, o enigma.

E é nisso que a questão sexual se parece com o feminino que nunca se mostra todo, não se mostra e por isso obriga a fazer perguntas, exige a fala que tenta preencher a falta de resposta que mantém a mulher no lugar do desconhecido, confirmando a tradição que a mantém no lugar do inominável e que obrigou Freud a dizer que, durante anos de pesquisa, não conseguiu saber o que uma mulher queria.

No entanto, é preciso começar a distinguir o que a psicanálise tenta falar do feminino, das ideologias dominantes que, exatamente por não compreenderem o lugar do feminino, o distorcem com imagens sedutoras de mistério. Isso porque o que a sabedoria ancestral aponta é falseador, ou seja, o lugar de mistério em que a mulher foi colocada através dos séculos, longe de enaltecê-la, a coloca num lugar de alguém que dissimula porque porta um mistério. É porque a cultura não conseguiu dar conta do mistério feminino que ela o deformou.

Voltando o depoimento de D. Isabel de Quatro Bocas, para os pais os livros ensinam “coisas”, que no fundo sempre serão sexuais, terão sempre a ser com a moral sexual, “coisas” que desviarão a moça do caminho já traçado para ela.

Mas, o mais interessante é que esse tal caminho traçado que é chegar virgem ao casamento é burlado pelas gerações, porque conforme disse D. Francisca de Carutapera: “elas sempre fogem”, aliás, semelhante às suas mães que também fugiram e que por terem tido essa vivência, “se preocupam demais”. E foi exatamente essa situação “dramática” que aconteceu na reunião em Carutapera, quando D. Francisca chegou esbaforida falando que Joséfa estava lá fora chorando, porque sua filha havia fugido.

Era como se o real – que é da ordem do impossível, porque isso que acontece e que parece ser real não pode ser possível, apesar de ser – entrasse pela porta e se impusesse, jogando em nossa cara o paroxismo que essa cena apresentava: o caminho que os pais dizem que querem traçar para suas filhas não passa

de um jogo, de uma brincadeira de faz-de-conta regida pela repetição, que no fundo todos jogam, pagando preço altíssimo que esse jogo impõe. A mãe se desespera, pois teme pela filha, o pai se considera ofendido e para as jovens que estavam à procura do amor aparece uma história onde a inauguração de sua vida sexual pode ser pela porta do lado avesso do amor, ou, pode ser, conforme algumas dizem, “que não queriam que ela ficasse com o homem que ela queria, então, ela fugiu e foi melhor assim”. Entretanto essa situação é a que ocorre com menor frequência, nos autorizando a falar da exceção.

Uma outra conseqüência que ocorre, derivada dessa fuga, é a maternidade que acontece em sua grande maioria por volta dos quinze, dezesseis anos. Se isso é bom, se não é, se é cedo ou tarde vai depender do traçado da história de cada uma.

A situação de fuga de moças em busca de seu amor acontece fato em praticamente todos os lugares que passamos no Maranhão, não se limitando às imposições das cidades de beira de estradas onde é fácil fugir. Lá no meio do mato, quando a única maneira de fugir é “a pés” ou a cavalo, as moças fogem. Mas, segundo elas essa situação só ocorre mesmo é na “fase do cachorro doido”.

Essa fase do cachorro doido é muito perigosa. Tem que saber tratar a moça, não pode ser na mara, tem que ser no conselho, não adianta prender se não ela foge ou então fica doidinha dentro de casa, chega a morder mesmo. Essa fase dá assim lá pelos treze, quatorze anos. Com o menino não acontece, porque ele não é privado, mas com ela... Agora, depois que passa, pode ficar sossegada.

(Mariana – Turiaçu/MA)

Dona Luiza do Arame complementa o depoimento de Dona Mariana, afirmando que o que está por detrás da “fase do cachorro doido”, da fuga das moças, é uma “doidice”. “Doidice”, que aos poucos foi ganhando nomes: vontade de namorar, vontade de sexo, vontade de amar, “ter assim um amor”.

De modo que, o que aparece para nós, que nos metemos a querer saber de “coisas” que podem ser totalmente sabidas, e vem intrigando personagens tão famosas da história?

O que posso perceber, nesse momento em que começo a finalizar esse texto, é que o feminino, enquanto uma forma passiva de expressão – evidentemente que sem todos os sentidos pe-

forçativos que a cultura promoveu ao passivo – precisa do amor, precisa do sexual que é sempre identificação, precisa do espelho, precisa do olhar de outros. É através de “algo” que a espelha, que a reflete, que a mulher se engana, achando que pode se ver, e goza, podendo ter um prazer que excede, e que longe de ocupar o lugar de complemento, exige a ordem da suplência, da suplementação.

A psicanálise não reforça a moral conservadora que denega o feminino, desvalorizando-o – pelo contrário – o coloca no “centro de seu dispositivo”, seja pelo lugar de “causa de desejo” que este ocupa, seja porque foi através da fala feminina que a histérica falou, e a psicanálise apareceu. A única coisa que fez Freud foi escutá-la e tentar ir mais além, e, ele foi, foi tanto que se deparou com a questão do feminino, deixando para o futuro aquilo que naquele momento não podia ser ultrapassado, ou seja, a busca que retorna sempre de querer saber o que quer uma mulher? Pergunta essa, com a qual Lacan brinca e tece uma rede de fios para o feminismo puxar, no seu próprio desejo de ir tecendo, construindo, reconstruindo a pergunta, o que quer uma mulher?

A equipe à qual se referi no decorrer desse texto se chama, “Equipe de Assessoria a Grupos de Mulheres” e trabalha na CÁRITAS BRASILEIRA Regional do Maranhão.

FEMINISMO E EDUCAÇÃO POPULAR

Maria Christina Ribeiro C6

A contribuiç6o que trago para este Semin6rio 6 muito mais quest6es do que respostas prontas. Perguntas que me faço como mulher, feminista e militante do movimento de mulheres. S6o perguntas, creio eu, reflexo do pr6prio feminismo no qual estou inserida h6 dez anos, numa dupla milit6ncia: uma pessoal, na tentativa de construir-me uma nova mulher e outra junto a mulheres de grupos e/ou entidades de mulheres, principalmente de setores populares, contribuindo efetivamente em sua organizaç6o.

No atual momento, percebo v6rios feminismos, ou talvez v6rias interpretaç6es, correntes, vertentes do que seja “Feminismo”. Por6m, aqui gostaria de me deter no Feminismo que tem como linha mestra de trabalho a “quest6o da mulher”, mas tamb6m tem uma opç6o de classe, e isto gera uma opç6o de trabalho com metodologia pr6pria de Educaç6o Popular voltada mais diretamente para as mulheres da classe popular ou mulheres que se colocam a serviço dessa classe.

PORQUE FEMINISMO E EDUCAÇÃO POPULAR OU EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA?

O Feminismo enquanto movimento surge em resposta 6 situaç6o de submiss6o na qual vive a mulher e que, ao longo dos s6culos, tem sido tratada socialmente como “l6gica” e “natural”, dividindo os seres humanos por g6nero, definindo pap6is sociais, funç6es e tarefas espec6ficas entre mulheres e homens.

“O Feminismo 6 uma perspectiva pol6tica que vem das mulheres, mas que deve tornar-se a pol6tica humana”¹.

“Esta perspectiva de forma alguma traz impl6cita a revers6o dos pap6is sociais, mas a busca de novas formas de relaç6es sociais entre homens e mulheres”².

¹ VASCONCELOS, Naomi A. de. Sexismo e militarismo: uma fatal conjugaç6o. Impress6es. Rio de Janeiro: Rede de Artes e Literaturas Feministas apud Charlotte Bunch.

² SEM, Gita; GROWN, Karen. Desenvolvimento, crise e vis6es alternativas, p. 133.

Trata-se do “Feminismo enquanto instrumento teórico e prática política”³.

O Feminismo não é autoritário, é parte da visão que nós mulheres temos do mundo, como sentimos este mundo.

É uma visão integrada na qual percebemos o mundo de uma maneira global, onde a esfera privada entrelaça-se todo o tempo com a pública.

É um modo de pensar, viver e amar diferente do padrão masculino. É fundamental para se desenvolver um trabalho com mulheres não perdermos de vista esta maneira própria de sermos e sentirmos. Portanto, faz-se necessário não separar nossos meios e condições de vida a nossa questão de classe.

Assim como o Feminismo, a Educação Popular parte sempre da realidade, da visão que temos dela, desenvolvendo e integrando conceitos ou elementos de conhecimento. Ambas indicam processo de subverter a ordem estabelecida, centralizando a análise na dimensão política. Educação Popular é produção e transmissão de conhecimentos e informações de maneira horizontal e participativa, implicando na retro-alimentação do processo de aprendizagem conjunta.

É transformadora, pois aponta para a mudança dessa realidade da qual nos apropriamos.

Na Educação Popular, assim como no Feminismo não existe o que sabe e ensina para aquela que não sabe e só aprende. Uma aprende com a outra e ambas vivenciam um processo.

Não há um Feminismo cristalizado. Estamos num processo de elaboração teórica, em termos metodológicos que a Educação Popular vai nos propiciar, não como um único instrumento, mas como um recurso de construirmos nossa teoria e prática, buscando explicações coerentes e sistemáticas para a melhor compreensão e transformação dessa realidade opressora.

Educação Popular como um instrumento que permite às mulheres, principalmente do setor popular, reelaborar e difundir uma nova concepção do mundo de acordo com nossos próprios interesses que estão ligados profundamente ao questionamento das rela-

³ ASTELARRA, Judith. O feminismo como Perspectiva teórica e como prática política.

ções de exploração de classe, da opressão étnica, e a subordinação da mulher ao homem nesta sociedade patriarcal e dependente.

NOSSA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO POPULAR E FEMINISTA

Há pouco tempo atrás pareceria que o “feminismo não convinha às mulheres de classe popular”, como dizia a Igreja, endossada pela esquerda, inclusive nos fazendo crer nisso. Como poderíamos discutir ou vivenciar “coisas nossas” se existia toda uma sociedade antes, que deveria ser modificada?

Como poderíamos “perder” uma reunião toda, para discutirmos sobre nosso corpo, orgasmo, aborto, nossa situação de desigualdade no mercado de trabalho, da violência doméstica (exercida às vezes até por nossos companheiros de luta) e uma série de outras “coisas de mulher”, se a fome batia em nossa porta toda noite, ou cada vez mais faltavam escolas para as crianças, aumentavam o número de bairros sem água, sem luz, sem segurança, aumentando assim a necessidade de reivindicações que teríamos que estar fazendo, pois na divisão de papéis por sexo sobram para nós mulheres nesta sociedade a casa e no máximo o bairro?

O salto seguinte, não poderia ser outro: como e por que estes problemas sociais afetam mais as mulheres?

E é na tentativa de responder sempre esta questão que o Feminismo se encontra e subsidia o trabalho destas mulheres que acreditavam que feminismo não era uma coisa delas.

E são estas mulheres de setores populares que “invadem” fóruns ditos anteriormente só de “feministas autênticas”, como pudemos notar nos dois últimos *Encontros Nacionais Feministas*, principalmente no de Garanhuns.

Ficam as questões e o desafio: as diferentes visões e opções do Feminismo são excludentes? E, se não o são, como podemos trabalhar juntas? Que pontos nos unem e em que podemos somar forças? Onde podemos trabalhar separadas, porém sem estarmos divididas?

UM TRABALHO EDUCATIVO

Com estas questões na cabeça e no coração é que nosso trabalho na *Rede Mulher* está sendo desenvolvido.

A *Rede Mulher* é uma entidade feminista de educação popular, que apóia grupos organizados de mulheres, com o objetivo de contribuir no desvelamento da realidade da subordinação da mulher ao homem como um problema de relações sociais de gênero desiguais e lutar pela igualdade de direitos entre mulher e homem como condição *sine qua non* de transformação social global.

Nas atividades realizadas nesses últimos anos, a *Rede Mulher* empenhou-se em colocar em prática uma metodologia própria, realizando programas e projetos de pesquisa--educação, encontros e atividades de intercomunicação entre mulheres dos setores populares, com a finalidade de contribuir para a dinamização e articulação do movimento popular de mulheres, até hoje muito fragmentado.

Desde sua fundação, a entidade tem recebido apoio de organizações do Canadá, Inglaterra, Suécia, Chile e de alguns grupos nacionais.

Rede Mulher está afiliada ao Conselho de Educação de Adultos da América Latina -CEAAL e à Rede de Saúde da Mulher de ISIS Internacional.

Além disso, a instituição conta com um *Centro de Documentação*, com um acervo de materiais sobre a situação da mulher e educação popular no Brasil e outros países. Conta também com um *Núcleo de Comunicação* que tem atualmente 23 audiovisuais e video-cassetes à disposição dos grupos de mulheres para aluguel a um preço simbólico. Tem ainda um departamento de publicações. "Edições Rede Mulher" que já editou vários materiais.

Neste trabalho, quero deter-me sobre uma das atividades que desenvolvemos:

OFICINA DE EDUCAÇÃO POPULAR:

Uma Oficina de Educação Popular com mulheres implica num processo educativo, que corresponde a três etapas distintas entre si, mas intimamente interligadas, onde todas as partes envolvidas têm tarefas a cumprir e contribuição a dar.

Estas etapas são as seguintes: partimos da prática social, avaliamos em conjunto esta prática e retomamos a ela, apropriando-nos ao mesmo tempo da metodologia de trabalho e conteúdo produzido.

Estas etapas correspondem também a 03 compromissos fundamentais para as entidades envolvidas no processo.

1º compromisso: preparação conjunta

2º compromisso: participação no curso ou seminário

3º compromisso: continuidade

Contarei a seguir nossa experiência de uma Oficina Popular na forma de um Curso--Piloto de Educação Popular para os Direitos da Mulher, que aconteceu em São Paulo.

Na *Rede Mulher*, qualquer proposta de trabalho tem uma história e vem responder a demandas dos grupos de mulheres com os quais trabalhamos.

1. ANTECEDENTES:

Durante dois anos, estivemos envolvidas com grupos de mulheres de todos os estados do Brasil na coordenação e secretaria da Iniciativa Popular para os Direitos da Mulher, uma das emendas populares que reuniu as propostas das mulheres para o Congresso Nacional Constituinte.

Esta participação trouxe uma série de demandas dos grupos envolvidos no processo e nos fez sentir a necessidade de discutir, esclarecer e aprofundar para nós mesmas e com outras mulheres o que são “Os Direitos da Mulher”.

Na época da coleta de assinaturas eram ouvidas, inclusive de mulheres, frases como estas: “Nós já temos muitos direitos!”; “Que direitos querem as mulheres a mais ou diferentes dos homens?”; “Os direitos da mulher já estão incluídos nos direitos dos trabalhadores!!”.

Para trabalhar e aprofundar estas questões, a *Rede Mulher* desenvolveu em São Paulo, de setembro/87 a maio/88, um *Curso de Educação Popular para os Direitos da Mulher*. Numa experiência piloto.

Foram convidadas entidades de mulheres da Zona Sul e Zona Leste da cidade de São Paulo.

2. OBJETIVOS:

1. Conhecer e compreender os Direitos da Mulher;
2. Comparar a situação em que vivem as mulheres com os Direitos que temos enquanto cidadãs brasileiras;

3. Aprender e utilizar métodos e técnicas de Educação Popular para trabalhar este tema com outras mulheres e grupos de mulheres;
4. Capacitar-se como animadora de um processo multiplicador.

3. *TEMAS:*

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos;
2. Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher;
3. Direito à Saúde;
4. Direito à Vida;
5. Direito à Terra e Moradia;
6. Direito ao Trabalho e Educação;
7. Direito à Organização.

4. *DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES:*

1º etapa – Preparação conjunta:

À *Rede Mulher* coube:

- organizar o conteúdo do curso;
- Convidar as entidades responsáveis: 1 na Zona Sul e 2 na Zona Leste;
- preparar todo o material didático, inclusive os folhetos para a discussão dos temas;
- fazer visitas a entidades governamentais e alternativas que trabalham com os temas do curso.
- preparar e selecionar material para a elaboração do dossiê por temas.

Às entidades/grupos de mulheres coube:

- escolher e selecionar as participantes, tendo como critérios que fossem mulheres que já tinham grupos de mulheres organizadas ou tinham intenção de organizar;

- providenciar local para a realização das sessões do curso;
- decidir junto à *Rede Mulher* o horário e dia do curso;
- responsabilizar-se por abrir, arrumar, limpar e fechar o local em cada sessão do curso;
- providenciar material de suporte, por exemplo, projetor de slides.

Às mulheres convidadas coube:

- assumir o compromisso de freqüentar nos dias marcados as sessões do curso

2º etapa – Participação no curso:

À *Rede Mulher* coube:

- desenvolver a metodologia de trabalho em cada sessão;
- coordenar cada sessão do curso;

Às entidades/grupos e mulheres convidadas coube:

- apropriar-se das técnicas e conteúdo de cada sessão do curso

3ª etapa – comunidade:

À *Rede Mulher* coube:

- repassar a experiência-piloto de São Paulo em três outras regiões do país;
- no Pará: com professores rurais da região Araguaia/Tocantins;
- no Espírito Santo: com grupos de mulheres dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro;
- São Paulo: com grupos de mulheres do Estado de São Paulo.

Às entidades/grupos e mulheres convidadas coube:

- repassar, entre uma sessão mensal e outra, o conteúdo e metodologia do curso para o grupo do qual faz parte.

COMENTÁRIOS FINAIS

Em uma oficina de Educação Popular com mulheres; além do processo educativo que todas nós vivenciamos, é desencadeado um processo multiplicador.

As mulheres que participam de uma oficina se apropriam do conteúdo e metodologia e repassam para outras mulheres ou grupos de mulheres. Neste curso-piloto de São Paulo, foram atingidas diretamente 50 mulheres e indiretamente 300 mulheres.

Muitas chegam numa Oficina de Educação Popular com experiências nas lutas gerais, vindas de organizações mistas, ou mesmo grupos e entidades de mulheres voltadas apenas para as reivindicações de melhoria das condições de vida. Ao participar de uma Oficina é desencadeado um processo de discussão do feminismo, tornando-se embutida, a partir de então, a questão de gênero em suas lutas gerais, ou começam a se organizar enquanto mulheres, como é o caso das professoras da região Araguaia/TO que após participarem da Oficina iniciaram um trabalho de defesa dos Direitos da mulher a partir da escola pública.

Outros exemplos foram: após a realização da Oficina em Vitória/ES, com os grupos de mulheres do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo, saíram várias propostas, desde encontros estaduais a uma 2ª Oficina para aprofundamento das questões da mulher. A Oficina em Piracicaba/SP teve como um grande resultado a criação de um espaço para discussão do feminismo. Seriam inúmeros os resultados que poderíamos estar citando aqui, de como cada vez se torna invisível a cerca que separa o feminismo e o movimento de mulheres.

Aliás, se é que existiu algum dia.

OFICINA DA IDENTIDADE

MariaLúcia Vidal

POR QUE UMA OFICINA DA IDENTIDADE?

A consciência de que a vida cotidiana das mulheres contemporâneas somou ao milenar “espírito de sacrifício que enobrece a mulher”, “doação materna” e outros clichês, as exigências de ser agora também “politizada”, “participante” ou pelo menos “informada” além da obrigação de manter uma aparência daquilo que os meios de comunicação decretaram que é uma “jovem ativa e saudável”, independente de sua idade e biótipo e de ter um desempenho sexual compatível com o que se imagina que seja “realizada sexualmente”, esse conjunto de exigências me estimulou a esse trabalho.

Reflito sobre a qualidade de vida da mulher contemporânea. Trabalhando e convivendo continuamente com mulheres nos últimos 10 anos em grupos de teatro, de dança, de estudo, terapêuticos, feministas; em relações pessoais ou em grandes eventos nacionais ou internacionais que congregam mais de mil mulheres de diferentes segmentos sociais e etnias; com mulheres urbanas, rurais, semi-alfabetizadas ou doutoras, me pergunto: “Quem somos nós as mulheres adultas deste fim de século, que passamos as transformações biológicas naturais, com sua carga de preconceito e hipocrisia que envolve tudo que diz respeito à sexualidade, enquanto o planeta passava por uma mais do que acelerada era de revolução de costumes, descobertas científicas, conturbações políticas?”.

QUEM PARTICIPA DA OFICINA DA IDENTIDADE?

A OFICINA DA IDENTIDADE é centrada nas experiências de vida de cada participante. Assim, pode participar qualquer mulher, sem qualquer requisito prévio relativo à escolaridade, idade, grupo social.

Para determinados grupos profissionais, a OFICINA canaliza conflitos e funciona como um espaço específico de reflexão.

Mulheres que trabalham com educação e que em todo momento estão confrontando a teoria com a prática que exerce; mulheres que trabalham com saúde; mulheres com atividades ligadas às artes; mulheres que têm atividades massificantes, sem espaço criativo; mulheres que têm dúvidas...

O QUE É A OFICINA DA IDENTIDADE?

A OFICINA DA IDENTIDADE é um conjunto de procedimentos com ênfase na dualidade pessoal X político que auxiliam a reflexão, ajudam a romper o isolamento e desencadeiam mudanças de comportamento. São aproximadamente 30 horas de trabalho que envolve dramatização, exercícios corporais, expressão escrita, expressão oral, jogos, massagens, que buscam orientar a participante durante um mergulho profundo em questões como a mulher se vê, como ela pensa que é vista, o que conhece de si mesma, que papéis desempenha, individualmente e coletivamente na sociedade.

CONDIÇÕES OBJETIVAS

O trabalho é dividido em módulos de aproximadamente 3 horas de duração. Pode ser desenvolvido em seqüências contínuas, dividido por 3 dias consecutivos de trabalho, ou em 10 módulos independentes de 3 horas cada. Quando realizadas em seqüências contínuas, as oficinas duram menos de 3 horas, porque o grupo já está aquecido e o trabalho tem mais fluência. Dessa forma, a OFICINA DA IDENTIDADE completa pode ser vivenciada numa maratona de fim de semana.

As oficinas são programadas para atender a um número máximo de 20 participantes. Necessita-se uma sala grande, sem móveis e com condições de privacidade. Muitas vezes é interessante trabalhar ao ar livre, desde que mantidas essas condições de privacidade.

Os materiais usados são: um gravador, papel para escrever, papel para desenhar, lápis, canetas, lápis cera, vendas pretas para os olhos, panos, toalhas, lenços, chapéus e todo tipo de material que possa ser usado como figurino teatral.

MÓDULO DE TRABALHO

A OFICINA DA IDENTIDADE se estrutura na abordagem dos seguintes temas, chamados MÓDULOS DE TRABALHO:

- Meu corpo
- Auto imagem e auto estima
- Sexualidade e transições de idade
- Uniões, separações e perdas
- Relações entre mulheres
- Oficina da fala
- Dependência e dinheiro
- Relações de poder
- Construção da identidade
- Álbum da família

Cada módulo tem uma estrutura básica:

- Aquecimento: Técnicas corporais que visam trazer a participante a um contato com seu próprio corpo e a estabelecer um relacionamento de confiança entre as participantes.
- Desenvolvimento: dramatizações, jogos teatrais, técnicas expressivas centradas num tema específico.
- Avaliação: tempo reservado à análise do conjunto de que foi trabalhado, quando as participantes devem expressar verbalmente o que sentiram, partindo do particular para o geral.

O desenvolvimento de cada módulo de trabalho com a descrição de cada técnica ou procedimento empregado está regido detalhadamente num texto a parte intitulado:

- Oficina da identidade
- Desenvolvimento dos módulos de trabalho

Breve informação sobre os módulos de trabalho:

1º) *MEU CORPO:*

Seqüência de exercícios corporais gradativos que possibilitam uma tomada de contato com o próprio corpo.

A primeira série de exercícios é individual e promove a concentração da participante em seu próprio estado físico e emocional e coloca-a em contato com a sua expectativa em relação ao trabalho que se inicia.

A segunda série de exercícios envolve a participação de 2 ou mais pessoas e visa a integração do grupo.

A terceira série de exercícios envolve diversas modalidades de massagens.

2º) *AUTO IMAGEM E AUTO-ESTIMA:*

Utilizando jogos teatrais e técnicas expressivas, se propõe a proporcionar um espaço de reflexão sobre o que é o ser real de uma mulher, partido de dados externos como estatura, peso, cor da pele etc... Até uma observação de conteúdos mais profundos. Discuti os padrões e exigências que norteiam a auto-estima e trabalha o lidar com as diferenças e a formação da auto imagem.

3º) *SEXUALIDADE E TRANSIÇÕES DE IDADE:*

Dinâmica que permite vivenciar a ansiedade e explicitar as dúvidas e fantasias que envolvem os fatos biológicos relativos à sexualidade nas diferentes fases da vida da mulher. Avaliação em conjunto dos conceitos introjetados à respeito dessas fases.

4º) *UNIÕES, SEPARAÇÕES E PERDAS:*

Usando como ponto de partida a análise de cenas amorosas de filmes, novelas e livros famosos, a oficina aborda as fantasias e as expectativas das mulheres em relação às uniões amorosas que estabelecem ao longo da vida.

5º) *RELAÇÕES ENTRE MULHERES:*

Dramatização de cenas que envolvem mulheres em diferentes papéis e relações; mães e filhas em diferentes fases da vida, mulheres que chefiam mulheres, empregadas domésticas e suas patroas, mulheres que são amantes de mulheres, relações de amizade e relações competitivas. Inversões de papéis e ensaios de modificações de comportamento.

6º) *OFICINA DA FALA:*

Reflexão dinâmica sobre a fala da mulher que aparece na sociedade sufocada por estereótipos: a “linguaruda” ou a “sonsa”. Aborda a dificuldade que a maioria das mulheres tem para se expressar em público e a linguagem da mulher habituada a falar em público, mas que, na maioria dos casos, absorveu um discurso masculino.

7º) *DEPENDÊNCIA E DINHEIRO:*

Série de jogos teatrais que focalizam situações de autonomia e dependência. Levantamento dos conceitos associados a dinheiro e afetividade como: “dinheiro é sujo”, “coisa de homem”, “não sei mexer com dinheiro”, “bom partido”. A culpa e a dependência econômica.

8º) *RELAÇÕES DE PODER:*

Partindo da técnica de teatro-foro, aborda a discussão da autoridade e poder. O círculo vicioso da mulher oprimida e da mulher opressora.

9º) *CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE:*

Trabalha com a memória individual e coletiva das participantes, reconstituindo cronologicamente sua história numa perspectiva pessoal e política até criar uma dramatização que conte a trajetória das mulheres desse grupo.

10º) *ÁLBUM DE FAMÍLIA:*

Escolha das participantes dos momentos mais significativos da OFICINA DA IDENTIDADE. Documentação desses momentos em “fotografias”: desenhos, cenas dramatizadas, poemas, textos, até criar um “álbum de família” da experiência que esse grupo vivenciou. Espaço para expressão oral de todas as participantes, avaliação final e fechamento da experiência.

LIVRO DE RECEITAS

Parti para esse trabalho com uma determinação dupla de arqueóloga e de bruxa, dispostas a todas as alquimias. Estou reunindo exercícios corporais, jogos teatrais, técnicas de teatro do oprimido, experiências longínquas como as das dinâmicas dos grupos de família e de lazer da Comunidade Terapêutica do Hospital Pedro II em

1968 e recentes como as das oficinas dos Encontros Feministas, em especial o de Bertioiga em 1985 e o do México em 1987. E mais a experiência acumulada nos ensaios dos grupos de teatro de que participei ou dirigi, e dos grupos de mulheres. Bebi nas fontes do Psicodrama do Moreno, do Teatro do Oprimido, do Boal, dos profissionais com quem trabalhei e de uma quantidade enorme de leitura, informação e vivências que estou tentando assimilar.

O papel da coordenação

A coordenação da OFICINA DA IDENTIDADE deve:

- Explicar com clareza as técnicas e dinâmicas empregadas.
- Promover a interrelação e estimular o desenvolvimento de um clima de confiança as participantes.
- Estabelecer com o grupo normas práticas de convívio à respeito de fumantes e não fumantes, horários e outras, que o grupo julgar necessárias.
- Garantir a palavra a todas as participantes.
- Evitar a monopolização da fala e as atitudes de proteção de algumas para com as outras, impedindo que falem por si mesmas.
- Atentar para as atividades de “evitação de conflitos” que se não são explicitados podem entrar o processo e que constituem uma armadilha para que não se encare, além das afinidades, as diferenças entre as mulheres.
- Colocar-se como mulher, evitando a atitude de “autoridade psicológica” que prejudica a postura questionadora que a oficina pretende desencadear.

A IDENTIDADE NO FINAL DO SÉCULO XX

ESQUIZOFRENIA COLETIVA ATACA FÊMEAS DA ESPÉCIE

Os meios de informação não me ajudam a responder minhas perguntas.

Não sou parecida com as mulheres que eu vejo nos anúncios. A minha vida cotidiana não se parece em nada com a vida das mulheres que aparecem nas novelas e muito menos meus problemas se solucionam como os das personagens da televisão. Não, decididamente não estamos vivendo no mesmo planeta.

As mulheres que eu conheço, de carne e osso, vivem correndo de um lado para o outro, trabalhando muito ou procurando trabalho, criando filhos ou casos, ou artes, muitas com pouco dinheiro, todas com muitas dúvidas, e, quase sempre, muito cansadas.

A maioria das mulheres que eu conheço é corajosa, mas quase não tem noção do próprio valor.

A maioria das mulheres que eu conheço faz fantásticos malabarismos econômicos mas pensa que não “dá” para matemáticas.

Muitas mulheres que eu conheço se sentem desvalorizadas simplesmente porque são mulheres e o ser real de uma mulher não é considerado atraente, a não ser que esteja submetido a determinados padrões. Outras superaram o sentir-se desvalorizadas e se rebelaram aos padrões, mas adotaram uma atitude dura, entrincheirada, “de gheto” para resistir às agressões mais ou menos sutis que o comportamento fora do convencional reservado às mulheres desencadeia. Todas têm histórias para contar sobre o desencontro que se dá quando têm que desempenhar um papel amoroso, materno, profissional – e já, nem conseguem protagonizar a estória esperada e nem a nova História, que está sendo escrita agora, original, menos hipócrita que a anterior, mais doída, exigente, estressante.

Não estou falando de uma mulher problemática, de um caso clínico, de alguém que individualmente atravessa uma crise. Falo do coletivo de mulheres.

O DIA-A-DIA

Falar em prazer, sexualidade, direitos iguais, salários igual não é mais motivo de escândalo. O jargão da luta das mulheres está sendo assimilado pela população. Em TEORIA. Na prática o salário da mulher ainda é um complemento ao do homem. E o homem é considerado o “novo homem”, legal mesmo, se *ajuda* a mulher a trocar as fraldas do filho dos dois. A culpa continua atravessando fibra por fibra o coração da mulher que tem filhos e trabalha fora. A mulher para poder se realizar profissionalmente explora ou a mão-de-obra gratuita da própria mãe ou da sogra, ou tem uma empregada doméstica que deixou os próprios filhos com uma cuidadeira que foi fazer um biscate e deixou a maiorzinha olhando os menores... E todo mundo vai se adaptando como pode e nem pensa em pressionar o Estado pelo cumprimento da lei de creches – militância, a essa altura, vira tripla ou quádrupla jornada!

Até ministro fala em “paternidade responsável” e “direito de se ter os filhos que se desejar ter”. Se alguém pobre não quer mais ter filhos vai acabar encontrando alguém que lhe arranje uma pílula, ou uma ligadura, ou lhe implante uma pastilha para “evitar”. Agora, se alguém pobre quer ter filhos, dentro do princípio da paternidade responsável, alguém vai lhe arranjar emprego, salário decente, casa, terra, educação, saúde?

As revistas femininas mudaram... Antes diziam: “agarre seu homem fazendo uma fantástica torta de abóbora da China com coco da Bahia”. Agora dizem: prenda seu marido tendo orgasmos múltiplos. Além da ideologia ser a mesma, instituem uma nova exigência: o orgasmo compulsório!

A grande imprensa aborda a questão da mulher de maneira no mínimo, bizarra:

Em caso de violência, assassinato ou estupro, investiga e devassa a vida... da vítima. E tenta exercer o papel de juiz: será que ela provocou ou mereceu tal destino?

Em casos de eventos em que mulheres se destacam por seu trabalho social ou cultural ligado à questão da mulher a notícia quase sempre passa primeiro por um filtro estético em que se dá tanta importância ao fato de Fulana usar ou não batom quanto ao trabalho mesmo que está realizando. E quando querem ser gentis, noticiam: “Fulana, bonita e elegante, nem parece feminista...”

Parece que houve uma lenda em que mulheres muito feias e masculinizadas, que não conseguiam agarrar seu homem de jeito nenhum, mal amadas e carentes sexuais, se tornaram lésbicas e militantes feministas só por despeito. Como não conseguiam os favores fantásticos desses homens maravilhosos que estavam fazendo das mulheres bonitas as rainhas do lar e das revistas pornô, e do mundo essa perfeição próspera em que estamos vivendo, essas bruxas horrorosas começaram a protestar contra a violência, o despeito, a discriminação, a qualidade de vida, os abusos na área da saúde, as ditaduras, a destruição do planeta... Creio que versões dessa lenda proliferaram nos locais onde se divulga a informação. E como algumas mulheres não têm jeito mesmo, e até hoje não aprenderam a se comportar, de vez em quando, brancas, pretas, gordas, magras, pobres, ricas, fazem atos de protesto na rua quando algum assassino de mulher é absolvido. Aí a lenda revive e permanece!

Quase sempre eu leio artigos ou vejo em programas de entrevistas na televisão alguma mulher, em geral conceituada profissional – escritora, ou atriz, ou cientista social, ou cantora, ou delegada – que responde assim àquela clássica pergunta: “eu não sou feminista, sou feminina”. Claro, quem é que vai querer se identificar com aquelas bruxas?

OS HOMENS

“Vocês só falam do lado negativo dos homens. Existe o novo homem que...”; “O movimento das mulheres discrimina os homens!”

Escuto essas frases todo vez que participo de algum debate em que os homens estão presentes. Concordo. Quando eu escrevo uma cena de teatro ou uma canção, acabo falando do sufoco com que a sociedade patriarcal oprime a nós, mulheres. Em geral o agente dessa opressão é um homem, mas nem sempre. Com certeza, o agente dessa opressão é um (a) representante do pensamento patriarcal. Que o novo homem, o que é meu aliado, o que também não está de acordo, que ponha a boca no mundo e o papel na máquina de escrever e expresse tudo isso! Vou estar ao lado, berrando junto. Só não posso emprestar a minha boca e o meu berro.

Esse trabalho, OFICINA DA IDENTIDADE, foi criado para grupos de mulheres. A experiência está nos mostrando que as mulheres se tornaram “maioria silenciada,” por um condicionamento muito poderoso e difícil de desmanchar. E que quando mulheres estão entre si falam mais facilmente sobre seus medos e tabus.

Acredito que também os homens quando estão entre si falem mais facilmente sobre seus medos e tabus. E alguma coisa vai se modificar radicalmente no mundo quando os homens começarem a se reunir em pequenos grupos como as mulheres começaram a fazer no final dos anos 60, no início dos 70, e fizerem grupos de reflexão sobre sexualidade, discriminação...

3 - FEMINISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

FEMINISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

PERFIL DAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES DE MACEIÓ UM DELINEAMENTO DAS TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS

Nadia Regina Loureiro de Barros Lima

No processo de mobilização e organização da sociedade civil que, a partir da década de 70, vem caracterizando a sociedade brasileira, o Movimento de Mulheres tem marcado presença, ao lado de outros Movimentos Sociais. Embora, até a década de 60 a Ciência Política, de modo geral ignorasse a participação social da mulher, enquanto sujeito político, esta nunca esteve ausente das lutas sociais, seja das lutas mais abrangentes, seja das lutas cotidianas que garantem a sobrevivência de amplos segmentos da população. O que possivelmente justifica a invisibilidade da mulher, na ciência política, seja talvez a preponderância de uma concepção de poder relacionada apenas com as estruturas políticas convencionais, tipo partido, sindicato, voto, eleições para cargo executivos e legislativos.

A partir da década de 60, com o aparecimento de Movimentos Sociais cujas práticas não mantinham vinculações diretas com as formas convencionais de poder, novos aportes teórico-metodológicos passam a ser considerados como, por exemplo, a categoria GÊNERO. Com isso, não só se repensa a assertiva “Mulher não participa politicamente”, mas a própria concepção de atividades políticas, que agora é ampliada, envolvendo as práticas cotidianas vivenciadas na área da reprodução e de outras relações extra-produtivas, pois “o que é pessoal é político”.

Neste sentido, a presença da mulher vai pouco a pouco se tornando visível, enquanto sujeito de político, seja a nível de produção científica – com a proliferação de investigações sobre a dominação existente nas relações de gênero –, seja pelo próprio fortalecimento do Movimento de Mulheres que, com sua crescente influência, não só ganha as ruas, os espaços públicos, mas também penetra no interior dos lares, invadindo a esfera privada, fomentando questionamento sobre a tão milenar dominação que perpassa as relações entre homens e mulheres.

Objetivamos, aqui, desenvolver uma reflexão sobre as representações existentes no discurso de mulheres organizadas, em Associações de Mulheres de Maceió, no que se refere à imagem de homem e mulher na sociedade. Esta reflexão consiste numa versão parcial e preliminar de uma pesquisa sobre as tendências ideológicas de Associações de Mulheres de Maceió, atualmente em fase de desenvolvimento.

POR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE PODER

As crises emergentes nos anos 70, seja nos países centrais, seja nos periféricos, fizeram com que o cenário político fosse marcado por novas formas de organização e propostas alternativas de sociedade. O desencadeamento dessas crises há muito vinha se processando, tendo em vista o desmoronamento do modelo de desenvolvimento social, dominante entre as décadas de 40 e 60¹, desembocando nos anos setenta com fortes pontos de ruptura, donde a emergência dos Movimentos Sociais, como novas formas de respostas à organização da sociedade.

O aspecto novo destas propostas consiste em atribuir à Política uma dimensão até então desconhecida e/ou minimizada pela literatura e militância política clássica. Trata-se de visualizar as práticas políticas, como formas singulares e múltiplas de dominação, que perpassam o mundo cotidiano, tendo em vista o espaço social ser também um espaço de dominação, construído sob uma lógica de poder. É a própria Sociedade Civil que se movimenta, apresentando contradições e capacidade de auto-organização, através da participação de uma multiplicidade de sujeitos políticos, cujas práticas fogem ao entendimento contido apenas na clássica contradição Capital X Trabalho.

Apesar desta perspectiva, os Movimentos Sociais se caracterizam como “processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos, contra relações sociais existentes o que afetam um grande número de pessoas”². Caracterizando-se

¹ CRUZ, Rafael de la Os novos movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia In: SCHERER-WARREN; KRISCHKE, Paulo. (org.). *Uma no cotidiano?* Os novos movimentos sociais na América do Sul, p. 86.

² KARNEN, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN; KRISCHKE. Id., *ibid*, p. 19.

mais especificamente pela sua capacidade de modificar a Cultura Política³, as respostas auto-organizativas da Sociedade Civil vão corresponder aos Movimentos Sociais Ecológicos, Religiosos, Pacifistas, Juvenis, de Mulheres entre outros.

MULHERES EM MOVIMENTO

Tanto quanto os demais Movimentos Sociais, o Movimento de Mulheres surgiu na América Latina, no bojo das crises estruturais e em consequência da multiplicidade de contradições na vida cotidiana, donde o surgimento de novos e múltiplos sujeitos sociais. Neste contexto, a heterogeneidade constitui uma de suas marcas fundamentais que, de acordo com a Cultura Política subjacente, vai suscitar o aparecimento de Movimentos de Mulheres diversificados, tendo em vista o direcionamento de suas práticas políticas.

No Brasil, a atuação desses Movimentos tem sido objeto de análise para vários cientistas sociais, contribuindo assim para registrar a participação política da mulher nas lutas sociais. Dentre tantos estudos realizados, lembramos os relativos à luta da mulher pelo voto no Brasil (ALVES, 1980), à luta da mulher no Movimento Sindical (PENA, 1981), à participação política da mulher no golpe de 64 (SIMÕES, 1985) e nas eleições parlamentares cariocas em 1978 (TABAK; TOSCANO, 1982). Se por um lado os mencionados estudos têm em comum a presença política da mulher nas lutas sociais, por outro lado apresentam aspectos particulares, no que se refere à composição feminina e tendências ideológicas que serviram de diretrizes às suas práticas, donde a identificação de dois tipos básicos de Movimentos de Mulheres: aqueles que questionam a divisão sexual do trabalho e aqueles que não a questionam e até aceitam tal divisão. De acordo com a ampla discussão teórica que vem se desenvolvendo em torno desse tema, denominaremos o primeiro tipo de Movimento Feminista e o segundo de Movimentos Femininos.

No interior de cada um desses tipos, por sua vez, coexiste uma diversidade de tendências. Em estudo realizado sobre os

³ VIOLA, E.; MAINWARING, S. *Novos movimentos sociais: cultura política e democracia. Brasil e Argentina.* In: SCHERER - WARREN; KRISCHKE, P. Id. *ibid.* P.

diferentes significado da palavra FEMINISMO usados por brasileiras dentro e fora do Brasil, por volta dos 70⁴, GOLDBERG (1987) estabelece uma tipologia à respeito das tendências ideológicas de feminismo. Um primeiro tipo corresponde ao Movimento Feminista, que defende a plena igualdade entre homens e mulheres e atua como grupos de pressão em prol das reformas sociais para melhorar a situação da mulher. Emergente nos EUA, em fins dos anos 60, esta tendência é herdeira do Feminismo do passado e segue, tanto a tradição liberal, para a qual a luta pela igualdade de sexos é obtida graças a mudanças culturais, como também a tradição socialista que vê a desigualdade entre os sexos como o resultado do Modo de Produção Capitalista e contra o qual as Mulheres devem organizar sua luta.

Um segundo tipo corresponde ao Movimento de Liberação das Mulheres, cujo objetivo primordial é a abolição do Patriarcado, através da organização das mulheres pela tomada de consciência, enquanto gênero e segue duas orientações: a do Feminismo Radical e a do Novo Feminismo Marxista.

No que se refere à participação política das Mulheres em Movimentos Femininos, o estudo de SIMÕES (1985) sobre a atuação política da Mulher no Brasil, por volta dos anos 60, constitui um exemplo típico de como amplos segmentos da população feminina se organizam para manifestações públicas, sem contudo abrir mão de sua condição de “seres privados”. Esta prática política já difere do movimento das sufragistas, tipicamente um movimento feminista liberal que por sua vez, difere do movimento sindical constituído e liberado por mulheres trabalhadoras.

Assumindo formas diversificadas, questionando ou não os tradicionais papéis femininos atribuídos à mulher, o que estes estudos nos permitem constatar é que as mulheres no Brasil têm estado em movimento, se organizando e participando politicamente das lutas sociais.

No que se refere aos Movimentos Feminino e Feministas, a diferença básica entre eles se relaciona como o posicionamento que eles assumem diante da dominação existente nas relações

⁴ GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante.**

gênero⁵. Nos Movimentos ditos Femininos, apesar de haver uma composição predominantemente de mulheres, suas práticas são direcionadas para o desenvolvimento de ações coletivas centradas nas lutas gerais, presentes na sociedade. O mesmo não acontece com os Movimentos Feministas, que tendem a centralizar sua luta nas questões referentes à autonomia e identidade de gênero.

Ser feminista é um pouco diferenciado de ser feminina. Feminista é feminino distorcido, mais agressivo (...). As feministas vão à luta, vão gritar é uma questão de política mesmo, política de mulher. E feminina é diferente, é mulher que não se envolve com esse tipo de coisa (...) não vai prá rua com bandeira, com protesto, prá gritar e guerrear.

Neste tipo de representação de mulheres pertencentes a determinados tipos de Associação⁶, predomina uma nítida diferenciação entre ação feminista e ação feminina. Apesar de reconhecerem a existência dos “machões que se acham superiores às mulheres”, as formas de luta efetivadas não devem assumir feições que entrem em choque com a visão tradicional de mulher, naturalmente reservada ao espaço privado da família e longe das ruas, para onde as feministas vão “gritar e guerrear”. Para elas, a luta feminina assume duas direções básicas: Uma, a nível de prestação de serviços, através de um processo de reeducação da mulher para que ela vença a acomodação e a situação de carência em que se encontra. Daí, as atividades de ação social desenvolvidas por essas associações com mulheres carente da periferia da cidade. O outro nível de prática se dirige para as associadas propriamente ditas que são “mulheres de um nível mais elevado de classe média mais alta, que estão precisando se entrosar e discutir assuntos relativos à mulher”.

A reação das mulheres contra as feministas que “vão prá rua” reflete uma visão contrária à mudança da condição de gênero feminino, à medida que se posicionam a favor da preservação da mulher no interior da esfera privada. Esta visão parece corresponder à interiorização que a mulher faz a respeito de seu

⁵ Tomamos o conceito de dominação de gênero “como o conjunto de representações sociais construídas a partir das condições biológicas das diferenças entre os sexos” (OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. **Movimento Feminista como Movimento Social**. Seminário latino-americano sobre Feminismo LaPaz. DAWN/MUDAR, dez. 1987, p.04 – mimeo)

⁶ Associação de Mulheres pertencentes a estados sociais médio e alto, com tipo de atividade predominante filantrópica.

papel na vida política, pois, como afirma H. Studart, “a mulher em nosso país, ainda é um ser privatizado. Sua fala, uma fala para dentro (...) torna-se um ser público, é algo que atemoriza a mulher, condicionada a calar-se ou cochichar”. (TABAK ; TOSCANO, 1982. p.17).

O Movimento de Mulheres se complexifica, porque no seu processo se entrelaça uma diversidade de lutas, donde os encontros e desencontros das práticas políticas. No Movimento Feminino, além da tendência caracterizada como ação social, há também outras tendências como o conhecido Movimento Popular de Mulheres que, tanto quanto o anterior, direciona sua ação precipuamente para as mulheres carentes e rejeita o feminismo por considerá-lo uma luta burguesa. Tal postura se justifica porque as categorias eleitas como fundamentais, neste Movimento, são regidas pelo referencial das relações de produção, as únicas realmente válidas na estrutura social, considerando-se sobretudo o potencial de mudança a serem efetivadas por grandes massas populacionais.

Esta postura tende a obscurecer a luta da mulher, tendo em vista visualizá-la a partir da lógica das classes sociais e do modelo masculino. Na medida em que desvaloriza a luta feminista, como uma luta burguesa, acaba subsumindo a mulher no interior da luta de classes, justificando-se com isso que a participação da mulher far-se-á automaticamente na medida em que se enfrentar os problemas ligados à subsistência. Ora, com isso deixa-se de questionar a condição discriminada da mulher e o que significa a “feminización del problema del hambre y de la lucha por los servicios com lo que ello implica de mayor trabajo para la mujer, una creciente desvalorización de este tipo de reivindicación, una desresponsabilización de los hombre y del estado sobre sus deberes en este campo, etc.” (VALENTE, s/d, p. 15).

Neste sentido, apesar das práticas políticas dos Movimentos Femininos se desencontrarem a nível de perspectiva de mudança social, se encontram a nível de representação sobre as relações de gênero, na medida em que contribuem para reforçarem a existência de espaço segregados de mulheres.

O PATRIARCALISMO NO MOVIMENTO DE MULHERES

“A inimiga da mulher é a outra mulher”

A nosso ver, ambas as tendências assumidas pelo Movimento Feminino refletem a existência, nas suas raízes, da força hegemônica da ideologia patriarcal⁷ que, de certa forma, acaba por obstaculizar o avanço do movimento contra a discriminação, que oprime amplos segmentos da população feminina.

Esta ideologia patriarcal perpassa a relação entre mulheres de modo geral que, a nosso ver, é ressaltada pela denúncia feita pelas mulheres organizadas nas Associações a respeito da forte rivalidade presente entre as próprias mulheres. Para elas, “a inimiga da mulher é a outra mulher”, o que impede que os segmentos femininos possam avançar na luta contra a discriminação:

Quando as mulheres se conscientizarem – isto é muito importante – de que nós somos a maioria do eleitorado e elas deixarem de lado a inveja e votarem nas grandes mulheres que forem descobrindo, a gente aí vai tomar conta de tudo e nós faremos justiça aos homens que tiverem valor.

Para elas, apesar do descrédito que os homens demonstram ter para com as mulheres que assumem cargos de mando, a desvalorização advinda por parte das próprias mulheres diante da ascensão social de suas companheiras é superior:

Eu acho que quando se trata de uma mulher em relação a outra mulher, lamentavelmente, prevalece, na minha opinião, aquele clima de rivalidade. Eu vou narrar um fato prá você ter uma idéia de como realmente é. Nós tivemos aquele governador que ele realmente deu alguns cargos às mulheres. Então, o que foi que aconteceu? Veio logo o zum, zum, zum e ela virou amante dele, na cabeça das mulheres. Logicamente.

Eu acho que as mulheres passaram tanto tempo naquela vida de escravidão que, quando uma começa a sair dessa situação, as outras dizem: Eu não tive isso... e você vai ter...!

A competição, a inveja e o não reconhecimento de que “a outra é superior”, na visão das mulheres, explicam este clima de rivalidade que, por sua vez, nos remete para dois pontos de reflexão. Um deles, diz respeito à especificidade que caracteriza a opressão feminina. Ao contrário de outras lutas, como por exem-

⁷ Cf. HARMANN, Heidi. O casamento infeliz do marxismo com o Feminismo: Por uma união mais progressista. In: SARGENT, Lydia. *Women and Revolution. The unhappy marriage of Marxism & Feminism. A debate on class and Patriarchy.* London Pluto Press cap. I Trad. Suzel (mimeo).

plo, a luta de classes em que entre os pólos antagonicos tende a existir uma constante inimizade, a nível estrutural; entre homens e mulheres as relações transcorrem sob um clima de “suave tirania”. Esta é facilitada pela proximidade cotidiana que tende a unir homens e mulheres, em relações interpessoais, ao contrário de outros oprimidos que, via de regra, estão próximos entre si e distantes socialmente do opressor.

Com isso, não queremos afirmar que a luta da mulher seja uma luta contra o homem, pois na realidade sua luta é essencialmente anti-patriarcal. O que acontece é que, no momento que o patriarcado privilegia o gênero masculino, os homens tendem a ser os protagonistas da dominação de gênero o que significa que a ideologia patriarcal não esteja também presente nas relações entre mulheres.

Na realidade, estes aspectos concernentes à especificidade da opressão da mulher são reforçados pelo tipo de socialização feminina, marcada por fortes traços patriarcais. Este tipo de socialização corresponde ao segundo ponto de nossa reflexão, onde se observa ser ele um dos elementos, que tendem a condicionar o clima de rivalidade entre as mulheres que competem entre si pela conquista do reconhecimento masculino. Este fato é discutido por Carlessi ao analisar as contradições internas do Feminismo. Que tem no patriarcado o seu inimigo interno maior. Para ela, “contrariando sus ideales, el feminismo se encuentra con una realidad de dificultades en las relaciones personales entre las mujeres. Entre las integrantes de los grupos feministas no ha desaparecido la tradicional enemistad femenina, lastres de una socialización que siempre ha fomentado, la rivalidad y la competencia entre las mujeres para mantenerlas aisladas unas de otras (CARLESSI, 1984, p.18).

- Se a luta contra a dominação de gêneros é antes de tudo uma luta a nível do interior das consciências, como romper esta colonização cultural?
- Condiçionadas, em decorrência de todo um processo de socialização, a colocar-se sempre “para os outros” e não “para si” como se orientar as mulheres, num mundo de competição, como é o mundo capitalista?

Confinadas, muitas vezes, como se encontram, no interior dos lares, as mulheres tendem a competir, se esforçando para ser a mais sedutora, a melhor mãe, a melhor esposa, a melhor dona-de-casa, em função de agradar ao outro. Para Simone de Beauvoir até que a solidariedade entre as mulheres surge mais espontaneamente do que entre os homens, só que esta não transcende, porque todas olham juntas para o mundo masculino. Este pensamento também é reformado por Madona Kolbenschlag ao afirmar que “las mujeres no sienten cómodas en grupos entre si porque ese acentúa su identidad como seres excluidos del dominio del mundo y porque también han introyectado la paranoia de los hombres respecto a la amenaza que significan las mujeres en grupo” (CARLESSI, 1984, p.19)

Em suma, a socialização patriarcal faz como que as próprias relações políticas entre as mulheres sejam prejudicadas, só permanecendo a amizade e a solidariedade entre elas, até o momento em que isto não funcione como uma ameaça à relação com o homem. Neste sentido, toda uma gama de elementos destrutivos ao avanço do grupo é acionado para minar as possibilidades de organização política. Helmut Schoeck, em seu livro *Theory of Social Behaviour*, confirma este comportamento em grupos de minorias étnicas e de mulheres, onde a inveja é em grande parte responsável pelo estancamento dos mesmos, pois o avanço ou o êxito de alguns membros é considerado pelos outros como traição ao grupo (SCHOECK, 1970).

- Desta forma, como pensar num projeto de luta contra o pólo dominador?

Todo processo indiscutivelmente será dificultado porque, como afirma Gutierrez, “não pode haver solidariedade entre escravos, a menos que tenham um projeto comum, o de combater a escravidão” (GUTIERREZ, 1985, p. 25). Toma-se evidente, portanto, que sem a luta contra a ideologia patriarcal, se torna inviável a superação da desigualdade que permeia as relações de gênero.

O quadro ideológico do patriarcalismo, presente no discurso das mulheres organizadas em Associações se reflete também suas imagens sociais de homem e de mulher. De modo geral, estas representações se caracterizam pela visão estereotipada que perpassa as relações sociais, atribuindo posições e características diferenciadas a homens e mulheres de acordo com um destino “natural”.

Um dos elementos de diferenciação consiste em situar a mulher no espaço privado, enquanto que ao homem cabe o espaço público, onde legitimamente usufrui de liberdade por ser o “todo-poderoso”.

O homem é aquela coisa assim... chegou, entrou, saiu, bebeu, comeu, ninguém olha... ninguém vê. Mas, se uma mulher vai fazer a mesma coisa é um Deus-nos-acuda. O homem é o todo-poderoso e a mulher tem que ser ali, dentro dos limites, sem agressões.

A vida do homem é uma vida mais na rua, com amigos, reuniões, mais coisas que vão tirando ele do aconchego da família. Repare os rapazinhos como ficam soltos por aí. É muito difícil um rapaz envolvido com alguma coisa espiritual, de sentimentos e emoção.

A forma diversificada como homens e mulheres são situados nos espaços públicos e privados, respectivamente, reflete a relação de poder entre os gêneros. Nesta relação, tanto a exclusão da mulher da esfera pública, como o seu confinamento no interior do lar, constituem duas faces da mesma moeda: a do poder patriarcal.

No exercício desse poder, que nasce no interior da família e se dissemina pelas relações sociais em geral, a mulher tanto sofre um processo de exploração econômica, como de dominação política. Economicamente, porque os serviços realizados gratuitamente pela mulher, no seio da família, constituem a própria base material do patriarcado (HARTMANN, 1981) e, no entanto, este fato permanece invisível pela ação dos mecanismos ideológicos que atuam, no sentido de obscurecer o trabalho da mulher, confundindo casa e família como se fossem uma mesma unidade.

A dominação política, por sua vez, é exercida pela posição de mando que ocupa o homem, no seio da família e fora dela, sobretudo, pelo controle que exerce sobre o corpo da mulher, seja através da sexualidade, seja através das políticas estatais de controle populacional, cujo alvo principal são “nos úteros férteis”.

Ideologicamente envolvidas pelos laços efetivos e economicamente dependentes de seus companheiros, algumas mulheres justificam a sua condição de subordinadas, pois “como é ele que trabalha, que ganha dinheiro, automaticamente, a gente não tem aquela liberdade de fazer coisas sem consultá-lo (...). A mulher que ganha dinheiro já fica mais independente. Então eu acho direito que ele mande mais, que a gente tem que agradar, respeitar o marido que nos dá tudo”. Para outras porém, a rotina do trabalho doméstico,

que tende a exaurir as energias da mulher, enquanto pessoa, pode resultar, numa insatisfação existencial:

Eu senti que só ser dona-de-casa... eu estava sendo ótima para todos dentro de casa, mas não estava sendo ótimo para mim mesmo... estava pensando sempre que faltava alguma coisa para me completar (...) eu era uma pessoa insatisfeita, fazia tudo certinho e parecia que sempre faltava alguma coisa.

Outro elemento de relevância, neste quadro diferenciado, consiste na atribuição à mulher de virtudes próprias de sua condição feminina, em detrimento do homem que só as terá, mediante decisão pessoal:

Ser mulher é muito sofrimento, é muito amor, muita doação, dedicação (...). E o homem também pode ser isso tudo a partir de que ele queira realmente ser um homem sério.

Ser mulher é uma responsabilidade tão grande, ser mulher porque tem que ter amor pra dar sempre (...) nós somos o espelho da família. Ser homem? Deveria ser também, mas não é. A mulher é assim por natureza e o homem deveria ser também uma coisa assim, mas é difícil encontrar essas qualidades, que a mulher tem, num homem.

Esta caracterização da mulher, como um ser naturalmente virtuoso, nos remete para dois níveis de reflexão. Um primeiro consiste na associação que tal raciocínio parece fazer entre este tipo de mulher representada e a imagem feminina veiculada pelo Cristianismo, ao tentar remediar a visão da mulher até então sinônimo do pecado, através de Maria, modelo de mulher, mãe e virgem. Com isso, tentava dar conta de uma justificativa ideológica para a família patriarcal, acobertando, através de mecanismos ideológicos, o fundamento econômico da propriedade e da família patriarcal.

O outro nível de reflexão diz respeito ao viés ideológico existente, neste quadro representativo da imagem de homem e mulher, na medida em que, atribuindo virtudes extraordinárias à mulher, acaba por naturalizar o social, esquecendo que, tanto quanto a mulher “não se nasce homem, torna-se homem”.

A ideologia da essência, baseada na imutabilidade natural e biológica também se faz presente na diferenciação entre homem e mulher a partir da força e fragilidade física, respectivamente:

Pela força física, há trabalhos que a mulher não pode competir com o homem (...) naqueles trabalhos que entra a inteligência, a vontade, a capacidade de produzir, eu tenho a impressão que não há limitação nenhuma... talvez um trabalho braçal, pesado, mais grosso é só pra homem. Isso aí talvez não combina com a estrutura física da mulher...

Esta tipologia parece ser um dos argumentos mais comuns na diferenciação entre homens e mulheres, inclusive para justificar

as origens da discriminação da mulher na história. Neste sentido, a inferioridade da mulher é percebida como uma decorrência de seu corpo fisicamente fraco e destinado à função reprodutiva. Apesar de não existir uma uniformidade, na explicação científica por parte de estudiosos para justificar a discriminação da mulher a partir da fragilidade física (D'EAUBONNE, 1975), para grande parte, todavia, a força física e o desenvolvimento muscular têm caracterizado o macho de espécie humana, o que historicamente tem contribuído para o exercício do poder masculino sobre a mulher.

Mesmo que historicamente as diferenças entre homens e mulheres, do ponto de vista físico não fossem tão marcantes, hoje, todavia, elas o são, haja vista a estrutura fisiológica, muscular e morfológica apresentar nítidas diferenças nos dois sexos (BEAUVOIR, 1949), o que não significa que isso seja um dado de inferioridade feminina. Que a mulher é fisicamente mais fraca que o homem é um fato. O que, todavia, requer uma discussão é como “ser fraco” e “ser forte” são valores construídos socialmente, pois da mesma forma que se valoriza força, músculos e violência poder-se-ia também valorizar a maternidade, como valor-chave, numa constelação de valores.

Nisto, a nosso ver, se encontra o cerne da discussão, pois o que caracteriza o ser humano não é a natureza, mas a sua capacidade de superá-la, construindo e reconstruindo o mundo. É isso exatamente o que vai distinguir a “Homens Sapiens” do animal quando, através do trabalho, aquele humaniza a natureza. É exatamente pelo fato de ser humano ser por natureza um ser de cultura, que não pode ser definido pela natureza, mas por uma segunda natureza: os costumes. Se no alvorecer da humanidade, a força muscular ocupou posição de destaque, diante do que ela representava face às intempéries da natureza, hoje os avanços da tecnologia e automação anulam tal relevância.

Do ponto de vista da função reprodutiva, o corpo também funciona como um instrumento de singularização da condição feminina, contribuindo para a definição dos papéis que a mulher vai ocupar na sociedade. Isto não significa que o corpo, enquanto dado biológico, tenha autonomia para explicar a condição de inferioridade vivenciada pelo gênero feminino, ao longo da História. Assim se explica porque o corpo, enquanto objeto social, sofre a influência cul-

tural advinda das relações sociais, a partir das quais os valores vão definir o que é positivo e negativo socialmente pois, “não é enquanto corpo submetido a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza”. (BEAUVOIR, 1949, p. 56)

Enfim, uma outra forma de perceber a imagem da mulher na sociedade é atribuindo-lhe um papel, fundamental enquanto “infra-estrutura do universo”:

Eu acho que ser mulher... é tudo, eu considero a mulher a infra-estrutura do universo (...) ela tem um papel nesse universo sem limites, ela é a mulher funcionária, cientista, trabalhadora, dona-de-casa, mãe, afinal de contas, ela exerce todas as funções, daí eu considerar o contexto dela universal, uma atuação universal.

De certa forma, esta função “infra-estrutural” atribuída à mulher condiz com o papel que esta vem desempenhando no interior da família, seja na esfera pública. Hierarquicamente estruturado por gêneros, o patriarcado funciona, graças a solidariedade existente entre os homens para garantir a dominação sobre a mulher, daí porque sua base fundamental residir no “controle dos homens sobre o poder de trabalho das mulheres” (SARGENT, s/d, p. 5). Isto significa que a subsistência do Patriarcado depende não apenas de uma base ideológica, mas também de uma base estrutural, cujas condições de efetivação dependem do controle exercido sobre a sexualidade e a capacidade de trabalho da mulher. A partir deste controle, os segmentos femininos da população são postos à serviço do homem, seja no âmbito familiar, seja fora dele.

No seio da família, a submissão feminina se efetiva através da prestação de serviços pessoais (trabalho doméstico), sexuais (reprodução e prazer) e de criação da prole que, via de regra, cabe às mulheres. A desvalorização que passa a ter as atividades domésticas é transferida para fora do lar e, através das instituições sociais, se reproduzem e perpetuam uma hierarquia genérica que é interiorizada pelas novas gerações.

A desvalorização social do trabalho doméstico é consequência de um processo de ruptura da unidade familiar ocorrida com o advento do Capitalismo. Até então, nas sociedades tradicionais (pré-capitalistas) existia uma unidade doméstica, onde a mu-

lher desempenhava funções vinculadas à produção e reprodução. Foi a partir da separação entre produtores e meios de produção, com a implantação do capitalismo que a mulher passou a sofrer graves conseqüências, principalmente, porque sua participação, no mundo produtivo vai ser reduzida, concentrando-se principalmente na esfera da reprodução, onde a ideologia da maternidade, da abnegação, da renúncia e sacrifício vai destiná-la para servir ao marido, filhos e ao lar.

Com a implantação dessa divisão de trabalho, o homem assume definitivamente a produção e o trabalho assalariado passa a gozar de um status privilegiado, em detrimento do trabalho doméstico, executado pelas mulheres, no interior da família, onde ela, cada vez mais, se torna invisível e desvalorizada. Este quadro se agrava com a mitificação do trabalho feminino no lar, tendo em vista que as relações de poder são obscurecidas pela ideologia da maternidade e afetividade a serem desempenhadas pela mulher. Daí a tipologia de valores próprios do mundo público e do mundo privado: ao primeiro, a racionalidade, domínio, autoridade, competência corresponde ao homem, enquanto ao segundo, a cooperação, a renúncia, a debilidade, a emotividade, a irracionalidade, a desorganização, a passividade cabem à mulher.

O controle da força de trabalho, portanto, se dá tanto a nível de trabalho doméstico, como na esfera pública, onde as mulheres vivenciam desvantagens no mercado de trabalho, não só do ponto de vista salarial, de status profissional, mas também das constantes ameaças de que são vítimas por parte dos “chefes”. Estes fatos ocorrem porque as relações de gênero perpassam as relações de produção e significam assim a união feliz resultante de duas formas de opressão: a de classes (capitalismo) e a de gênero (patriarcado)...

Pelo exposto, no decorrer de nossa reflexão, se constata que o Patriarcado exerce uma força decisiva no quadro ideológico feminino, seja pelas imagens concebidas a respeito dos papéis sociais a serem assumidos por homens e mulheres, seja pela rivalidade existente entre as próprias mulheres. Assim sendo, apesar de no discurso as mulheres entrevistadas se posicionarem a favor da luta pela mudança da condição de oprimida, vivenciada pela mulher, no seu cotidiano, na realidade, as organizações de mulheres

podem vir a funcionar como mecanismos de perpetuação da dominação.

Esta reflexão (constatação) vale tanto para o Movimento Feminino, voltado para “ação social”, como também para o movimento preocupado com as “lutas gerais”, pois apesar deles se desencontrarem a nível de propostas relativas à visão de sociedade, tendem a se encontrar, no que se refere às relações de gênero. Na medida em que direcionam sua prática precipuamente para determinados segmentos das camadas femininas da sociedade - as mulheres carentes - ambos os tipos de movimentos acabam por seccionar a totalidade do gênero feminino e, com isso, se particularizam, enquanto um Movimento “para mulheres e não um Movimento de mulheres”.

Tal constatação, porém; não significa a nulidade destes movimentos, porque, mesmo que conscientemente não se proponham diretamente pelo fomento e efetivação de mudanças nas relações de desigualdade entre os gêneros, indiretamente podem vir a oferecer um espaço importante para o exercício da prática reivindicatória, tendo em vista a oportunidade que oferecem para reflexão, organização e discussão, seja a nível social, seja a nível individual:

Desde que eu participei desse Movimento, muita coisa mudou em minha vida, porque eu comecei a ver muita coisa que eu não via antes, assim ao redor de mim mesmo, até... no meu casamento. Antes eu era uma pessoa, como é que a gente diz? Uma pessoa que estava sendo um bichinho de presépio. Aquela pessoa que baixa a cabecinha sempre pelas coisas sem discutir o porquê. Isto realmente me custou muito caro, mas eu agora sinto que estou em meu caminho, que antes eu era uma pessoa insatisfeita (...). Isto talvez tenha influenciado muito no meu problema conjugal, porque de repente você cresce um pouco o marido não aceita que você tenha mudado, que você tenha crescido (...). Eu comecei a me descobrir, eu achava que era uma simples dona-de-casa que fazia tudo certinho e aquilo só ficava por ali. E hoje não, eu sei que posso realmente, que... Meu potencial foi descoberto.

Considerando o papel desempenhado pelo Patriarcado, que junto com o capitalismo constituem obstáculos decisivos ao Movimento de Mulheres, a luta contra eles é passo fundamental para o avanço do Movimento. Para isso, necessário se faz a construção de identidade autônoma da mulher, enquanto sujeito político, através de uma luta democrática, em que “todas as vozes sejam ouvidas” sem controle nem tutela de organizações políticas de natureza diversa.

Optar por esse caminho significa abraçar uma nova concepção de política, em que não só se “politize o privado, mas também se socialize o político”, onde, num projeto social amplo se busque novas relações entre homens e mulheres, projeto de natureza igualitária, horizontal e realmente democrático. Neste sentido, liberdade será sinônimo de direito de ser diferente – igualdade na diversidade – e o processo de libertação será obra dos próprios sujeitos políticos aí envolvidos.

Maceió, 23 de agosto de 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil** Petrópolis: Vozes, 1980

ARIZPE, Lourdes. Democracia para um pequeno planeta bigenérico. In: JELIN, Elizabeth (Org.). **Ciudadania e identidad: las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos**. Ginebra: UNRISD, 1982.

BAQUERO, Marcelo; Prá, Jussara Reis. História, Socialização e participação política da mulher: uma análise longitudinal (1946/82). **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 732, mai/ago 1985.

_____. Participação real e espaço imaginário: a mulher e a democracia na América Latina. In: **Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, v.1, n. 2, p. 191-202, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2 v., 1980.

BLAY, Eva. Movimientos sociales de mulheres en Brasil autonomia y Estado. In: **Cuaderno Ciudades y Sociedad**. Quito, n. 8, p. 47-66, 1983.

BRITO, Maria Hoemi Castilhos; PRÁ, Jussara Reis. Movimentos de mulheres no sul do Brasil: 1975 a 1987. In: **ENCONTRO**

ANUAL DA ANPOCS, 9, Águas de São Pedro, 1987

CARLESSI, Carolina. Contradicções en el feminismo. In: **Mujer Sociedad**. Lima, n. 7, p. 18, maio1984.

_____. El monstruo del patriarcado: contra decciones en el feminismo. In: **Mujer Sociedad**. Lima, n. 8, p.14, jul, 1984.

_____. A culpa como fala desmobilizador dos grupos de mulheres. In: **Cadernos feminismo**. Lima, n. 1, 1982.

COMBES, Daniele; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY (org.). In: **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro:

Paz e terra, 1986.

CRUZ, Rafael de la. Os novos Movimentos Sociais: encontros e desencontros com a democracia. In: SCHERER-WARREN; KRISCHKE, Paulo. (org.). **Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DALBORA, Adriana Muñoz. El movimiento de mujeres en Chile: una realidad deseada. In:

DALBORA (Org.). **Fuerza feminista y democracia: utopia a realizar**. Santiago, 1982.

_____. Políticas públicas y Estado autoritário: una aproximación desde la mujer. In:

DALBORA (Org.). **Fuerza feminista y democracia: Utopia a realizar** Santiago, 1982.

D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. **O Autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1978.

DE LA CRUZ, Rafael. Os novos movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia In: SCHERER, Ilse; KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

D'EAUBONI, Françoise. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Vega, 1977.

DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, v. 3, 1983.

EVERS, Tilman. Movimentos sociais. **Novos estudos CEBRAP**. n. 07, p. 25, abr, 1983.

FEIJÓ, Maria Del Carmen. Alguns problemas dos movimentos de mulheres no processo de transição democrática. In: **Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, v.1, n. 2, p. 153-62, 1987.

GODELIER, Maurice. As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina.

Encontros ***** Civilização Brasileira, São Paulo, n. 26, p. 9, 1980.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1987.

GUIVANT, Julia Silvia. Alguns dilemas das mulheres nos partidos políticos: a campanha eleitoral de 1982 em Florianópolis. **Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, v.1, n. 2/3. p. 231-48, 1987.

GUTIERREZ. Rachel. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1987. (mimeo)

HARTMANN. Reide. O casamento infeliz do marxismo com o feminismo: por uma união mais progressista. In: SARGENT, Lydia. **Women and revolution**. A debate on classe and Patriarchy. London: Pluto Press, cap. 1.

HELMUT SCHOECK, Unuy. **A theory of social behavior**. New York: Harcourt Brace & Workk, 1970.

JELIN, Elizabeth. **Ciudadania y identidad**: la mujer en los movimientos sociales em America Latina. CEDES, jun.1987

_____. (org.) **Movimientos Sociales y democracia emergente**. Buenos Aires: Centro Editor da America Latina, 1984

KARNEN, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, KRISCHKE, Paulo. (Org.). **Uma revolução no cotidiano**: os novos movimentos sociais na America do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KIRKWOOD, Julieta. Sexo-gênero. In: **Feminárias Julieta Kirkwood**. Santiago: Federación de Mujeres Socialistas/ Casa de la mujer "La Morada", 1987.

MARTINS, Clitia Helena B. **Mulher e política:** as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina. Tese de mestrado. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1987.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Movimento feminista e o movimento social. In: **Seminário Latino Americano sobre o Feminismo**. La Paz. dez. 1987.

PENA, Maria Valeria Junho. Mulheres e trabalhadoras. In: **Presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ROW BOTHAN, Sheila. **A conscientização da mulher no mundo do homem**. Porto Alegre: Globo, 1983.

SARGENT, Lydia (Bd). **Women and revolution: the unhappy marriage of marxism e feminism: A debate ou classe and patriarchy**. London: Pluto Press, 1981.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e família:** as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SINGER, Paul. Feminino e feminismo. In. SINGER, Paul; BRANDT (Org.). **São Paulo: o povo em movimento**. 4 ed. Petrópolis: CEBRAP; Vozes, 1983.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VALENTE, Virginia Vargas. **Feminismo:** Uma respuesta frente al capitalismo patriarcal. Arequipa: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristan, 1982. (mimeo)

_____. **Apuntes para una reflexión feminista sobre el movimiento de mujeres**.

Arequipa, Centro de la Mujer Peruana Flora Tristan. (mimeo)

_____. **Feminismo y movimiento social de mujeres**. Arequipa: Centro de la mujer Peruana Flora Tristan. (mimeo)

VIOLA, Eduardo; MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais: cultura, política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN; KRISCHKE, Paulo. (org.). **Uma revolução no cotidiano**: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MULHERES, MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTIDOS POLÍTICOS E ESTADO

Eva Alterman Blay

As eleições de 1986 no Brasil, eleições constitucionais, tiveram o mérito de sintetizar duas décadas da relação entre as mulheres e o Estado. Observamos no decorrer deste período seja no Brasil, ou na América Latina, duas ordens de reivindicações:

1. Relativas à vida cotidiana
2. Relativas à cidadania.

Este processo se deu nesta ordem: do cotidiano ao político por um conjunto de forças econômicas e políticas. Prevê-se no momento atual, o avanço da condição feminina pela mudança constitucional. Restam os valores, a mentalidade e o imaginário machista que não muda por uma determinação legal.

A dialética relação entre os valores e comportamentos e a legislação, no que diz respeito à mulher, não difere do que se observa em outros setores sociais. A sociedade muda, parcialmente e a lei irá mudar por conseqüência após enorme resistência. A mudança legal pode induzir mudanças de comportamento pelo simples fato de não reforçar ou referendar comportamentos tradicionais. Mas é complexa a relação entre os dois níveis da sociedade. Leis podem ser cumpridas ou não, permitem múltiplas interpretações. A vida cotidiana elabora e se rege por suas próprias leis oficiosas com freqüência. Nos últimos 40 anos, no Brasil, percorreu uma trajetória política com avanços e recuos democráticos. De 1945, após a 2ª Guerra Mundial, até 1964, o país viveu um período relativamente democrático, com eleições em todos os níveis, embora com a proibição da existência de alguns partidos políticos como o comunista. A retomada da democracia em 46 se fez pela elaboração de uma nova constituição. Não existia nenhuma mulher na Câmara Federal, e apenas 5 Assembléias Legislativas Estaduais (de um total de 21 Estados) foram eleitas mulheres. A Constituição então aprovada retifica a posição subordinada da mulher em todos os campos: na família, ela era submetida ao “cabeça do casal”, seu marido, com direito sobre ela, o

domicílio e os filhos. No trabalho, essa subordinação se repetia, pois ela dependia formalmente de uma autorização do marido para trabalhar. O casamento era indissolúvel, o aborto proibido, não se falava em planejamento familiar, proteção contra a violência ou qualquer outro tema que desse à mulher igualdade ao homem. Ao lado dessa legislação havia interpretações “legais” que acabaram introduzindo figuras jurídicas como o “legítimo direito à defesa da honra”, segundo o qual um homem era absorvido se assassinasse sua mulher sobre suspeita de adultério. O quadro era de total subordinação legal da mulher ao homem.

De 1964 a 1980, o país se rege por um regime político de exceção, de cunho militar, sem eleições livres. Os partidos políticos foram suspensos, criaram-se apenas dois, um da situação e outro da oposição (ARENA E MDB). Outorgou-se uma nova constituição. As leis relativas à posição da mulher praticamente ficaram inalteradas. Apenas no capítulo dos direitos da mulher casada houve pequenas modificações, permitindo que ela tivesse relativa autonomia quando realizasse negócios próprios.

A representação parlamentar feminina, neste período é modestíssima: A nível Federal, embora aumente ligeiramente (ver quadro 1). A nível Estadual este crescimento é um pouco maior. Nos dois níveis, Estadual e Federal, parte deste crescimento se deveu a que algumas mulheres se candidataram em lugar de seus maridos, politicamente impedidos pelo regime, de concorrer a eleições. Entretanto, a partir de 64, o movimento de mulheres, como analisaremos a seguir, se politiza intensamente e muda a sua ação qualitativa.

Logo após o golpe de 1964, as mulheres começaram a se manifestar política e publicamente. Duas trajetórias se identificam neste processo reivindicativo que, por razões analíticas aqui separamos, mas que na realidade se apresentam articuladas, às vezes com as mesmas personagens.

1. REIVINDICAÇÕES RELATIVAS À VIDA COTIDIANA:

A vida cotidiana se torna extremamente dura, uma vez que o projeto da revolução de 64 privilegiava as classes médias e reprimia as organizações dos trabalhadores. Os sindicatos ficam sob intervenção e as greves são reprimidas. Instalou-se a censura

absoluta à imprensa, além do já citado fechamento de partidos políticos. Os estudantes foram igualmente reprimidos em suas manifestações. Entre as várias conseqüências deste processo de repressão está a compressão salarial, a queda na qualidade de vida, o aumento da mortalidade infantil. Iniciam-se movimentos liderados por mulheres *contra a carestia*, e, em seguida, pela instalação de *creches*. Embora estivessem embrionariamente na lei, nunca foram cumpridas. O movimento por creches foi talvez o mais intenso e prolongado dos movimentos, tem sua origem nos Congressos de Mulheres, realizados a partir de 1978, nos quais sofreram grande impulso provocado por feministas, muitas das quais tinham vivido em outros países (algumas como exiladas). Cabe aqui lembrar que, nos primeiros momentos, as mulheres trabalhadoras manifestaram certa desconfiança quanto às creches chamadas por algumas de “depósitos de crianças”. O tema foi debatido e se trouxe a experiência européia de que a mãe e o pai tinham o direito de intervir nas creches, participando de sua gestão. A mudança do olhar sobre as creches ocorre rapidamente, sobretudo porque com a repressão salarial, aumenta o número de mulheres e meninas que passam a se integrar ao mercado de trabalho extra-domiciliar elevando o número de crianças deixadas a sós. Torna-se urgente a busca de soluções. Assim sendo, engrossa rapidamente o movimento de luta por creches.

Ao lado do movimento contra carestia e do movimento por creches, ambos liderados por mulheres, há vários outros movimentos sociais de reivindicação de bens de consumo coletivo como; água, saúde, escolas, policiamento, esgoto, luz, redução nas tarifas etc... Os bairros de classe média ou alta, assim como os bairros operários antigos, dispunham destes bens, mas os novos bairros ou “vilas” da periferia careciam de tudo isto. As inúmeras reivindicações de bens urbanos geram movimentos todos femininos, pois as mulheres é que se organizam em seus bairros e se dirigem para as sedes do poder público para reivindicar. Na base deste movimento estão organizações religiosas, políticas e feministas. Estes movimentos não são espontâneos, mas articulados a entidades originárias da classe média. As tentativas de tutelarem tais movimentos, porém, são com freqüência malsucedidas, embora tenham deixado suas marcas. Por exemplo, a ação da

Igreja Católica, que fornecera o apoio às comunidades eclesiais de base onde muitos movimentos tiveram início, impediu que grupos de mulheres discutissem questões como a da sexualidade, aborto etc. Dos movimentos de reivindicação de melhoria de vida quotidiana, dois aspectos devem ser destacados:

- a) Os movimentos sociais têm um caráter de gênero;
- b) As mulheres passam do espaço privado ao público.

No primeiro aspecto, destaca-se que estes movimentos são liderados por mulheres. Em parte, isto se deve ao papel tradicional da mulher no Brasil, de ser a responsável pela casa, filhos, e por conseqüência pela comida, saúde, segurança e qualidade de tudo que diga respeito a casa. Com isto, ela se legitima no direito à reivindicação; a sociedade lhe reconhece o direito de lutar pela família. Por outro lado, é importante destacar esta condição de gênero, pois muitos dos estudos sobre os movimentos sociais simplesmente ignoram este papel e atuação quantitativa e qualitativamente preponderante da mulher, descrevendo-os assexuadamente.

O segundo aspecto indica como as mulheres profundamente pressionadas pelas carências econômicas e pela repressão política aos canais adequados (sindicatos, imprensa, partidos) a tais reivindicações, buscam um caminho inovador: a manifestação pública perante órgãos do governo. Estes movimentos expõem publicamente as carências do espaço doméstico.

A “política de pressão” revela à mulher seu direito como cidadã, e lhe mostra como a Política entra em sua própria casa. Por outro lado, revela aos políticos uma nova mulher, que encontra sua cidadania e que em última análise é uma eleitora que deve ser cativada!

Destes movimentos sociais resultam conseqüências de várias ordens.

Políticas públicas são implantadas para responder às reivindicações; instalam-se creches, postos de saúde, delegacias de polícia, tarifas públicas subvencionadas de luz e de água, estendem-se linhas de ônibus, e até mesmo constroem-se moradias populares. Surgem lideranças femininas nos bairros. Algumas mulheres que despontaram ligadas à Igreja Católica se desligam (ou são desligadas) da mes-

ma e se projetam na vida política. Outras continuam atuando a nível do bairro ou se filiam a partidos políticos (SADER, 88).

Mas destas reivindicações, algumas acabam sendo levadas pelo próprio movimento na forma de propostas legislativas elaboradas. É o caso das creches. Iniciando como reivindicação da mulher trabalhadora, a creche passa a ser pensada como uma extensão da escola pública e gratuita e como um direito da criança. A conscientização da mulher e de seus direitos como cidadã lhe indicam que, gerada através de sua luta, a creche não é um direito da mulher, mas da criança. Esta reivindicação elaborada e detalhada é levada à Assembléia Nacional Constituinte.

2. REIVINDICAÇÕES RELATIVAS À CIDADANIA:

Trataremos, nesta segunda vertente, dos movimentos voltados para a ação dentro dos partidos políticos assim como à estrutura do Estado.

Logo após o golpe de 64, houve inúmeras aposentadorias compulsórias e perda dos direitos civis, além de prisões arbitrárias, tortura e mortes. Pode-se dizer que o primeiro movimento que se forma é o *Movimento Feminino pela Anistia*. Como está inscrito em seu nome trata-se de um movimento político, liderado e organizado por mulheres. Inseria-se dentro da lógica e dos valores da tradicional sociedade brasileira que atribuía à mulher um papel de preservadora do lar e de seus membros. Portanto, cabia bem à mãe ou à esposa pedir pelos esposos ou filhos. Legitimada neste papel, ela na verdade iniciava um inovador papel social na sociedade brasileira, uma vez que confrontava os arbitrários detentores do poder e do Estado. O movimento dura mais de 10 anos, torna-se Nacional e passa a incorporar homens quando muda a denominação para *Movimento Brasileiro pela Anistia*. Esta é decretada em 1978.

Durante todo o período da resistência ao regime militar, muitas mulheres se integraram aos movimentos políticos de vários tipos e, nestas condições, pagaram por vezes, com a vida, sua ação política.

Nos quadros partidários, da situação ou oposição, algumas mulheres se elegem, mas o grande salto ocorre em 1978, quando 20 parlamentares se elegem para as Assembléias Legislativas. (ver quadro 1).

QUADRO Mulheres eleitas para Senado, Câmara, Assembléias e Prefeituras no Brasil

Ano	Senado	Câmara	Assembléias Legislativas	Prefeituras
		Federal		
1946	-	-	5	-
1950	-	1	8	-
1954	-	3	7	-
1958	-	2	2	-
1962	-	2	11	-
1965/66	-	6	11	-
1970	-	1	8	(1972) 60
1974	-	1	12	(1976) 58
1978	1 (Supl.)	4	20	-
1982	1 (2ª Supl.)	8	27	(1982) 81
1986	2 (Supl.)	26	36	(1982) 81*

Fontes: BLAY, 1984.

*mandatos prorrogados.

Os anos de repressão e o tradicional afastamento das mulheres da vida político-partidária levam a que as mulheres, com a redemocratização dos anos 80, redescubram a política. O movimento feminista tem importância fundamental neste processo, pois durante a década anterior tinha reunido mulheres, seja em grupos de conscientização, de estudos, de pesquisa ou de militância. Estes grupos acabam, em parte, se voltando para questões políticas ou refletindo sobre o lado político do feminismo. Questões como o corpo, o direito ao prazer, se transformaram na questão da sexualidade, e da saúde da mulher; o aborto acaba se transformando no planejamento familiar ou num programa de saúde integral da mulher, e assim por diante. É claro que nas duas formas – direito ao corpo ou saúde da mulher – a questão é

política, mas na segunda forma ela conduz diretamente à reformulação de políticas públicas. Daí a uma aproximação com o Estado, faltava apenas um passo que foi a etapa subsequente.

Participar da política foi o dilema dos anos 80. O período pós-ditadura abriu algumas vertentes ao movimento de mulheres: continuar atuando nos movimentos sociais, entrar para o Legislativo, participar do Executivo. Esta polêmica atravessou os movimentos feministas e o movimento de mulheres (não feministas). A decisão teve um cunho antes de mais nada partidário. Mulheres optaram por cada uma destas vertentes, ora movidas pelas diretrizes de seus grupos feministas, ora por opções pessoais.

O movimento feminista, nos anos 80, inicia um grande debate junto a setores da sociedade sobre formas alternativas de participação política da mulher. Do contato com os partidos políticos, amadurece o projeto de se criarem Conselhos de Condição Feminina. Órgão do Executivo, de cunho auxiliar, menor na estrutura do Estado do que uma Secretaria, estes Conselhos são pensados como uma ponte de ligação entre a sociedade civil, através dos movimentos sociais, e a estrutura do Estado. Sua composição estrutural reflete tal projeto: 60% de mulheres da sociedade civil, 40% de mulheres de outros órgãos da administração do Estado. Imagina-se, naquele momento, que tal composição garantiria a permeabilidade das reivindicações sociais.

Os conselhos se multiplicam pelo país e são relativamente bem sucedidos quanto aos propósitos iniciais, uma vez que exigiam muito pouco na disputa política e quase nada absolviam dos recursos econômicos do Estado. Em breve, porém, se verifica que seu sucesso os conduz a um novo patamar político: deveriam efetivamente profissionalizar-se na atuação política e defrontarem-se com outros segmentos do poder. (BLAY, 1987).

Os conselhos trouxeram para o debate público brasileiro a *questão da mulher*. Pela primeira vez, de forma organizada e a nível do Estado, temas como a violência contra a mulher, os direitos da trabalhadora, a desobediência da Legislação trabalhista, a sexualidade e o aborto, começaram a ser tratados sistematicamente.

Os Conselhos atravessaram a sociedade provocando a imprensa, entrando nos sindicatos, forçando as escolas de 2º grau, sempre tratando da questão da discriminação contra a mulher. O

efeito destas atividades foi de dois níveis: 1º criou-se na sociedade um debate sobre temas tabu, os quais, por conseqüência, entraram no imaginário e tornaram-se, se não corriqueiros, pelo menos habituais. Temas antes proibidos como: o aborto, o prazer, e até mesmo as creches, tornaram-se tão habituais que hoje em dia alguns meios de comunicação dizem que as mulheres “só” vêm a público para “repetir as mesmas coisas”. Isto indica como os temas se tornaram exaustivamente difundidos, mas não que dizer que tenham sido resolvidos.

A mudança de mentalidade é clara, seja avaliada pela televisão, os jornais ou revistas femininas. E isto nos leva ao 2º nível dos efeitos das atividades dos Conselhos: a criação de algumas instituições e programas governamentais ligados à mulher. Mais destacado foi o conjunto de Delegacias de Defesa da Mulher, especializadas nos crimes e atentados contra a mulher, gerida por um corpo exclusivamente de policiais femininas. Em dois anos, 1985-1987, estas Delegacias, só em São Paulo, atenderam 100 mil casos entre agressões, estupros, homicídios etc. Estas Delegacias constituem, no panorama policial brasileiro, uma extraordinária exceção: são extremamente respeitadas pela população e pelos meios de comunicação em geral.

Aliás, o apoio da imprensa às Delegacias da mulher ajudou a popularizá-las e a defendê-las num ambiente tradicionalmente machista como o brasileiro.

Programas relativos à saúde da mulher, ao planejamento familiar, e à abolição da discriminação, a partir das escolas de 1º e 2º graus, também tem sido aplicados mais com variáveis graus de resistência. Obstáculos políticos e religiosos, por exemplo, impedem que a rede de saúde implante extensivamente um programa de planejamento familiar.

Os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foram as instituições que mais perto chegaram do Estado para propor ou iniciar a implantação de políticas públicas relativas à mulher. Neste sentido, eles viabilizaram parcialmente as propostas amadurecidas nos movimentos de mulheres. Através dos Conselhos também foi possível, antes das eleições de novembro de 1986, reunirem-se mulheres no país todo e elaborarem uma carta de reivindicações para a nova constituição. Note-

se que esta reunião teve caráter suprapartidário e, até certo ponto, supra-classista. E a o 2º efeito da atuação dos Conselhos: discutir a cidadania, direitos e deveres da mulher, para a nova carta constitucional. Entre os temas abordados e hoje ratificados destacam-se no título VIII “Da Ordem Social”, no capítulo VII, a igualdade na família (aboliu-se a figura do chefe) que passou a ser considerada “Uma Sociedade Conjugal, cujos direitos e deveres são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (parágrafo 4º), o divórcio pode ser requerido após um ano de separação judicial, podendo as pessoas se divorciar quantas vezes quiserem (anteriormente só poderiam se divorciar uma vez); crianças e adolescentes ficam aos cuidados não apenas da família, mas da Sociedade e do Estado. Filhos havidos dentro ou fora do casamento passam a ter igualdades de direitos. Na questão da violência, a lei prevê que o Estado intervirá inclusive no interior do grupo familiar, modificando a noção do absoluto pátrio-poder. O planejamento familiar “é livre decisão do casal” (parágrafo 6º), cabendo ao Estado proporcionar “recursos educacionais e científicos”. Estas reivindicações foram aceitas e inscritas na nova Carta Constitucional representando um verdadeiro avanço numa sociedade onde todos estes temas são polêmicos e tratados fortemente de forma tradicional. A questão do aborto, por exemplo, não conseguiu aprovação, mas meio caminho foi percorrido ao evitar que se aprovasse um texto que garantisse a preservação da vida a partir da “Concepção” como queriam os mais conservadores.

Num plenário de constituintes, elegeram-se 26 mulheres, isto é, 5%. No entanto estas deputadas, de modo geral votaram de acordo com os princípios da *Carta da Mulher*, elaborada na já citada reunião dos Conselhos e Movimentos Autônomos de Mulheres. Excetuando a questão do aborto, as demais foram por elas aprovadas de forma suprapartidária. É claro que apenas o voto feminino não resolveria a mudança constitucional e não será irrealista indicar que o lobby organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mais as pressões do debate anterior na sociedade, tenham pesado na orientação do voto dos constituintes. Conclui-se que a sociedade, através dos constituintes, expressa reivindicações debatidas pelas feministas e mulheres organizadas nos últimos 10 anos.

A lei inscreve tais reivindicações, a Legislação Ordinária, a seguir, irá discipliná-las. Mas só o futuro dirá do cumprimento ou não destas deliberações.

A questão da cidadania atingiu um novo patamar. Houve uma mudança qualitativa e legal em consonância com a mudança de valores relativos à posição da mulher na sociedade. Como estas mudanças são visíveis em certas camadas e grupos sociais, apenas, e não envolvem a sociedade toda, deve-se considerar a resistência oposta por certos setores, basicamente religiosos, assim como pelos grupos tradicionais extremamente fortes e organizados. Recente artigo de um Senador da República (CAMPOS, 1988) fazendo *blague* sobre a nova Constituição, ridiculariza, por exemplo, a intenção de o Estado interferir no interior da família, coibindo eventual violência que nela ocorra. Diz ele que esta intervenção seria uma desobediência aos direitos humanos. Ou seja, considera ele que “a família” tem seus direitos indiscutíveis e intocáveis, de vida ou morte sobre mulheres e filhos. Não reconhece o direito dos cidadãos membros desta família. E, para complementar o quadro, afirma ele, citando conhecido dramaturgo, “as mulheres normais gostam de apanhar”. Como se vê, há os que defendem o direito de os homens agredirem mulheres e a inviolabilidade de um “sacros-santo lar”, onde tudo pode acontecer.

A contradição entre a lei e a sociedade no capítulo dos Direitos da Mulher é ajuda, mas os avanços são sensíveis.

CONCLUSÃO

A atuação das mulheres nos últimos 25 anos induziu um conjunto de mudanças sociais. Iniciando-se por reivindicações ligadas ao cotidiano, certas camadas da população perceberam que, enquanto lutavam pelo lar, estavam se portando como cidadãs. Aprenderam a enfrentar o poder público e conquistaram o direito explícito à cidadania. Por outro lado, as feministas, envolvidas diretamente pelo debate da cidadania, retomam a dimensão da condição da mulher na sociedade. Estas duas vertentes se encontram e se unem na luta por políticas comum a todas. A conquista de espaço político-partidário começa a se acentuar a partir dos anos 80, elevando consideravelmente o número de mulheres nas eleições de 1982 e 1986. Concomitantemente, criam-se novos instrumentos de vinculação entre os movimentos sociais e o Estado através dos Con-

selhos de Condição Feminina. As reivindicações das mulheres enquanto cidadãos encontram nestes Conselhos um instrumento que faz ressoar as novas propostas com as quais acabam se inscrevendo na nova Constituição.

Dois dilemas se colocam a partir de agora: haverá vontade político-partidária para assegurar a eficácia dos Conselhos? A sociedade modificará amplamente seus valores a partir da mudança Legislativa?

A ARTICULAÇÃO FEMININA NO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DEMOCRÁTICA:

A MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES NO SUL DO BRASIL

Jussara Reis Prá

INTRODUÇÃO

Através deste estudo, procura-se, de uma parte, captar as contradições e similaridades que vêm marcando a luta das mulheres na busca de espaço político e, de outra, constatar os resultados práticos obtidos por grupos que organizam para reivindicar, junto ao Estado, alterações nos critérios de discriminação e execução da política governamental. Para tal, são reconstituídas as etapas mais importantes de articulação das sulistas no contexto que corresponde aos períodos de reformulação partidária (1979) e de maior efervescência dos movimentos de contestação ao regime político (1984), buscando sintetizar aspectos relacionados à política governamental e à mulher.

Para fins de estudo, entendemos por política governamental as políticas do Estado, ou seja, a ação do Estado que tem por objetivo regular desigualdades nos campos civil, jurídico e político. Cumpre destacar que, apesar da tendência de regulamentação por parte do estado consideramos que, em sua maioria, as desigualdades permanecem, seja pelo não cumprimento da legislação vigente ou, ainda como assinala FEIJÓ¹ (1987, p. 210), no aspecto mais amplo e difuso das mentalidades e costumes.

No que concerne às políticas governamentais em relação à mulher, cronologicamente é possível considerar duas etapas distintas: uma anterior a meados da década de 1970 e outra posterior a este período. Numa primeira etapa, teríamos a preocupação, da

¹ FEIJÓ, M. del. C. Alguns problemas dos movimentos de mulheres no processo de transição democrática. Revista de Ciências Sociais, v. I, n. 2, p. 153-62.

parte do Estado, em assegurar a melhoria das condições de vida da população de modo geral (Estado de Bem-Estar) e, num segundo momento, a importância da participação das organizações femininas e feministas que passam a incidir direta ou indiretamente sobre a determinação de políticos governamentais (penetração da sociedade no Estado). (PORTANTEIRO, 1984.)²

O período de estudo tem início nesta segunda etapa, quando o movimento de mulheres, estimulado pela instauração do Ano Internacional da Mulher (1975), da Década da Mulher (1975-85) e pelo processo de abertura política, iniciado em 1974 pelo Governo Geisel, passa por uma reformulação e uma rearticulação caracterizada pela participação maciça de mulheres nos diversos movimentos de contestação política que culmina com a criação de inúmeras entidades interessadas em defender os direitos da mulher. Entre estas se pode destacar além dos movimentos autônomos e partidários, os Conselhos Estaduais e municipais da Condição feminina. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e as Delegacias de Polícia para a Mulher cuja criação representa um momento significativo não só na luta pela emancipação feminina, mas pela possibilidade de atuação no controle, elaboração e execução das políticas relativas ao segmento feminino da população.

I

A articulação feminina expressa através de movimentos sociais é hoje realidade comum, tanto aos países industriais como aos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo vem acompanhando, a partir da década de 70 o esforço de outros grupos sociais no sentido de conquistar a democracia, fazendo uso de linguagens e ações diferentes daquelas estabelecidas pela mobilização política costumeira³. Ou seja, utilizando estratégias de mobilização que transcendem os esquemas tradicionais de participação política (filiação em partidos políticos, sindicatos, voto em eleições etc.).

² Apud DE LA CRUZ, Rafael. Os novos movimentos sociais; encontros e desencontros com a democracia. In: SCHERER, Ilse; KRISCHKE, Paulo. Uma evolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul.

³ ARIZPE, Lourdes. Democracia para um pequeno planeta bigenérico. In: JELIN, Elizabeth (Org.). Ciudadania e Identidad: las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos.

Na Europa Ocidental, podem ser citados como exemplos destas formas de mobilização política os movimentos pacifistas e ecológicos, cuja especificidade é a atuação desvinculada dos partidos políticos. Igualmente, na América Latina, movimentos de moradores urbanos, mulheres, grupos étnicos e ecológicos, via de regra, estabelecem-se à parte das organizações partidárias tradicionais, evidenciando a fragilidade destas organizações enquanto canalizadoras de demandas dos diversos segmentos da sociedade.⁴

Partindo de objetivos dos mais diversos estes e outros grupos afins através de passeatas, ocupação de terras, prédios públicos etc., reivindicam melhor distribuição dos bens coletivos (água, luz, esgotos, terras); preservação da natureza; intervenção na ordem institucional, exigindo o reconhecimento da igualdade de direitos de cada um, ou ainda, controle sobre recursos, processos de adoção de decisões e sobre as instituições de decisão e de controle da sociedade em geral.⁵

Cabe destacar que, em sociedades Latino-americanas, como a brasileira, boliviana, argentina, peruana e uruguaia, para citar apenas estas, os grupos sociais vêm constantemente organizando-se em manifestações de oposição ao autoritarismo dos regimes militares e sua política econômica, responsáveis pela deteriorização crescente das condições de vida das populações. Não obstante tenha se iniciado, a partir dos anos 70, o processo de reinstauração democrática e a substituição de governos militares por governos civis em diversos países, isto não significa que tenham esvaziado os movimentos sociais, ao contrário, estes continuam a emergir⁶, muitos dos quais com o objetivo definido de buscar maior ingerência nos processos de democratização social, político e econômica.⁷

⁴ Ver em: ARIZPE, Lourdes, *Op.cit.* KERNER, Haitmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano os novos movimentos sociais na América do Sul.

⁵ OTEIZA (FALTAREF)

⁶ Estudos realizados recentemente buscam interpretar o potencial de transformação do cotidiano presente nos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, questionam as transformações nos paradigmas de interpretação das Ciências Sociais e a relação destes com o Estado. Entre estes podem ser citados: SHERER, Ilse; KRISCKE, Paul J. (org). *Uma Revolução do Cotidiano*. São Paulo, Brasiliense, 1987; JELIN, Elizabeth (org). *Las Mujeres en los Movimientos Sociales latino-americanos UNRISD*. Genebra, 1987 e *As mulheres e os Novos Espaços Democráticos na América Latina*. In: *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre: 1 (2): 139-304, 1987.

⁷ BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *História socialização e participação política da mulher: uma análise longitudinal (1946/82)*. In: *Revista Educação e Realidade*. v. 10, n. 2, p. 191-202.

Isto posto, passamos a examinar como se dá a articulação feminina; qual sua relação com os poderes do Estado (Executivo e Legislativo); quais os mecanismos de pressão utilizados pelas mulheres e, ainda quais os resultados concretos obtidos em termos de políticos governamentais, tendo em vista tanto a articulação estabelecida à parte das organizações partidárias tradicionais, quanto àquelas que se desenvolvem junto a estas organizações.

II

Através de uma breve retrospectiva sobre a articulação de mulheres na Região Sul do Brasil, pode-se constatar que, durante a década de 70, os movimentos organizados pelas sulistas em pouco diferem dos que se organizam em outros estados brasileiros, ou seja, acompanham a movimentação nacional de contestação às medidas políticas adotadas pelo regime militar, em vigor a partir de 1964.

Portanto, a busca de espaço de participação política consiste em um esforço da sociedade civil como um todo e, em alguns casos, serve para criar dissidências entre as integrantes do movimento. Isto porque a questão colocada era de que as mulheres deveriam se posicionar ou pela defesa de questões sociais gerais (luta geral), ou pela defesa feminista específica, considerando-se pouco possível conciliar as duas lutas.

No Brasil, ao contrário do que ocorria, por exemplo, em países da Europa ou nos Estados Unidos, onde predominava o interesse pela luta específica, pelo feminismo, chega-se inclusive a questionar a autonomia feminista, à medida que os movimentos autônomos não se expandiam como era de se esperar, em parte devido à controvertida conjuntura política, mas não somente por este motivo.

No Sul, o movimento feminista seguiu esta mesma tendência, qual seja, acompanhar as atividades de protesto e resistência ao regime militar como componente das forças de luta política da sociedade brasileira. A articulação dos grupos à luta geral da sociedade é apontada como um dos fatores que contribuiu para o esgotamento do feminismo no início da década de

80. “Certamente, não se pretende que o movimento feminista fosse homogêneo, mas apenas mostrar como as diferenças foram acirradas pela ênfase política mais ampla, frutos das opções do próprio movimento”⁸ e que redundaram no seu esgotamento.

No início dos anos 80, inaugura-se uma fase que se poderia denominar de fase de restauração do movimento de mulheres. A reforma partidária, que extingue o bipartidarismo, criando o multipartidarismo, bem como todo processo de transformações políticas em curso na sociedade brasileira, são componentes importantes nesta reestruturação.

Com a reforma partidária, que tem início em dezembro de 1979, o movimento de luta das mulheres passa a ocupar uma parte considerável nos programas dos novos partidos políticos. Apesar de, num primeiro momento, não haver propostas específicas sobre o assunto⁹, posteriormente elas vão se delineando. Como resultado, a questão da mulher já vai ser tratada de forma mais sistemática durante o debate político que antecede as eleições de 1982.

Por outro lado, além do fato desta questão estar presente nos debates e em quase todos os programas partidários, observa-se também a preocupação destas agremiações em abrir espaço de participação para a mulher, o que se verifica não só através do incremento das candidaturas femininas, que ainda são poucas, mas basicamente por intermédio da articulação dos departamentos femininos, nos quais vão se engajar muitas das participantes de movimentos feministas, trabalhadoras, sindicalistas etc.

Sem entrar no mérito da discussão de que a mobilização feminina partidária pode ser vista muitas vezes como esquema para angariar votos ou como forma de discriminação da mulher, o fato é que muitas vezes é a organização feminina dentro de um partido, que permite que seja levada adiante a luta social, política e econômica do segmento feminino.

⁸BRITO, M.N.C.; PRÁ, J.R. Movimento de mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, p.33

⁹BLAY, Eva. Movimientos sociales de mujeres em Brasil: autonomia y Estado. Cuaderno ciudades y sociedad, n. 8, p. 4766.

Portanto, a incorporação de mulheres ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), através da Ação da Mulher Trabalhista; ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) pelo movimento feminino do PMDB; ao Partido Democrático Socialista (PDS), via Ação Democrática Feminista ou, Partido dos Trabalhadores, foi uma das formas pelas quais surgiu a movimentação das mulheres não só no Rio Grande do Sul, mas também no Paraná e especialmente em Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina apresenta-se como um exemplo típico de arrematamento feminina em torno de um partido político, no caso o PMDB.

Olívia Martins, em estudo recente sobre a dinâmica interna do grupo partidário de mulheres do PMDB de Santa Catarina, constata que à ausência de movimentos feministas autônomo contrapõe-se uma organização partidária de mulheres relativamente forte e estruturada. Isso se verifica de tal forma que com a extinção da Ação Democrática Feminina (PDS) e dos grupos feministas mais importantes, por volta de 1983, o Grupo do PMDB passa a funcionar, quase que exclusivamente, como canal de expressão política de mulher catarinense.¹⁰

Entretanto, em termos de ação política e de interligação com outros grupos de mulheres, o PMDB/SC tem atuado mais na estruturação interna do partido. As peemedebistas servem de consultoras, auxiliando na articulação dos núcleos femininos do partido, mantendo contato com estes através das lideranças e principalmente em períodos eleitorais.

Em nível local, foram feitas várias tentativas (infrutíferas) de atingir mulheres da comunidade catarinense (bairros e vilas da periferia), com o objetivo de orientá-las e conscientizá-las. Mas não passaram de tentativas. Isso reflete as dificuldades das militantes do movimento partidário de conhecer e incorporar as demandas do segmento feminino e de ter outro tipo de atuação além do partidário. Por outro lado, torna-se difícil para o movimento assumir uma postura de defesa dos interesses da mulher na medida em que suas integrantes dividem-se entre as que assu-

¹⁰MARTINS, Olívia H. B. Mulher e política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina.

mem a postura feminista no discurso, as que negam esta postura e entre aquelas que, mesmo não se considerando feministas, defendem as bandeiras do feminismo.¹¹

Entre os objetivos de alargamento de propostas específicas por parte das militantes feministas do PMDB, está o projeto de criação de um Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, apresentado ao Prefeito de Florianópolis. Quanto à criação de um Conselho deste tipo, no âmbito estadual, esta não passa ainda de uma reivindicação isolada.

Evidentemente, não estamos colocando a criação de um Conselho ou de outras entidades que se sirvam para representar o segmento feminino como a panacéia para a questão da mulher. Mas, com relação à Santa Catarina, concordamos com a afirmação de MARTINS de que a inexistência de movimentos autônomos faz com que o movimento partidário, mesmo tendo um papel relevante no plano institucional, se torne prejudicado por não ter o respaldo de grupos autônomos. Como decorrência, a questão da mulher fica relegada a um segundo plano nas políticas governamentais e nas demandas sociais (1987).

Ao mesmo tempo, a predominância deste tipo de movimento partidário, apresenta formas e problemas dos mais diversos.

Se, por um lado, fica demonstrado a capacidade de mobilização feminina dentro de um partido político e de luta da mulher em organizações onde predomina a figura masculina, de outro, torna-se evidente o distanciamento deste grupo do segmento feminino como um todo e, ainda, que as possibilidades de organização, de participação, de reivindicação e de luta, ficam restritas às militantes de um partido político.

Por outro lado, existe ainda a limitação da parte do próprio partido. Nesse sentido, a debilidade orgânica, as disputas ideológicas, a estratégia das lideranças partidárias e o pequeno número de mulheres na direção do partido, parecem contribuir para que a luta da mulher fique entregue à sua própria sorte.

¹¹ As diferentes posturas adotadas pelas militantes do PMDB/SC também são apontadas por GUIVANT que identifica entre estas: as não feministas, as feministas não militantes e as militantes que se identificam com o feminismo e militam na defesa dos direitos da mulher. MARTINS, Olívia H.B. op. cit. p. 241-43.

O Rio Grande do Sul, à semelhança de Santa Catarina, também vem apresentando uma organização partidária de mulheres relativamente forte e estruturada, com movimentos articulados em vários partidos.

No início de 1982, o movimento de mulheres já estava organizado em muitos pontos do Estado, com diretórios municipais em pleno funcionamento. Dos quatro partidos que iriam disputar as eleições desse ano, PDS, PDT, PMDB e PT, apenas este último ainda não havia criado oficialmente uma organização feminina.

Com relação a outros movimentos de mulheres além dos partidários, o Rio Grande do Sul, ao contrário de Santa Catarina, pode ser caracterizado pela presença de grupos autônomos organizados. Apesar de existirem divergências internas intra e inter grupos, pode-se observar, com relação a eles que, em momentos onde a questão da mulher é prioritária, é buscada a união. Podemos citar como exemplo, as comemorações do “8 de março” dos anos de 1982, 1983 e 1984, quando foram organizadas várias manifestações no Centro de Porto Alegre pelo Movimento Unitário da Mulher Gaúcha, reunindo tendências oposicionistas presentes em partidos, sindicatos e associações.

A tônica da contestação política desse movimento foi dada ainda em 1982, por ocasião da passagem do Dia Internacional da Mulher, quando se realizaram diversos encontros e palestras sobre temas relacionados à mulher. A partir desse ano, estes tipos de eventos passaram a fazer parte do calendário das comemorações do Dia Internacional e deram origem ao encontro unitário (Semana do Movimento Unitário da Mulher Gaúcha) que nos anos seguintes se realizará sempre no início do mês de março.

Em 1983, na Semana do Movimento Unitário da Mulher Gaúcha, faz parte do calendário de comemorações, uma realização de protesto dos grupos feministas contra a opressão e a violência. Nesta ocasião, foram resgatados pelas manifestantes um considerável número de casos de violência contra a mulher. “Semana”, que começou com este ato público sobre “mulher e violência”, tinha por objetivo denunciar a opressão feminina no lar, no trabalho e na sociedade. Ao mesmo tempo, levantaram lutas que vêm sendo defendidas há vários anos pelos diversos grupos e setores com o objetivo de dar um fim à discriminação da mu-

lher e testemunharam sua crescente participação nos movimentos sociais, classistas e políticos.¹²

A respeito dessas comemorações, chama atenção o fato de que estes anos de 82 e 83 representam um marco nas manifestações do Dia Internacional da Mulher. A partir do consenso obtido nestas duas ocasiões, foi possível às mulheres seguirem avançando na sua organização. A unidade do movimento que se fazia sentir possibilitou, além da recuperação de muitas divergências existentes entre os grupos, que se engrossassem as fileiras dos movimentos fossem eles femininos, feministas, partidários etc. No ano de 1984, novas questões são colocadas. Apesar de ainda fazerem parte do debate as discussões em torno da questão feminina, estas perdem espaço para a questão política e as mulheres passam a se engajar em lutas mais gerais, como a da campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República.

Também no ano de 1984, no momento em que ocorrerem uma série de assassinatos de mulheres gaúchas, as participantes de diversas entidades reuniram-se para organizar uma passeata de protesto contra a violência. Esta se realizou em 31 de outubro de 1984, alcançando uma boa repercussão.

Outra tendência que se desenvolveu nesta época, foi a da atuação especializada para onde se deslocaram várias integrantes de grupos feministas. Sob uma perspectiva mais técnica foram articulados, entre outros, o Grupo Mulher, Sexualidade e Saúde e o Centro de Pesquisas e Assessoria para Assuntos da Mulher. O tema mulher também passou a ser discutido e analisado na área acadêmica, chegando à criação de Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher (Núcleo Mulher), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1984.

Quanto aos movimentos de mulheres dos partidos políticos, cumpre ressaltar, que passadas as eleições de 1982, estes continuaram articulados, realizando encontros e retomando uma linha de ação semelhante àquela adotada pelo Movimento Unitário. A Ação da Mulher Trabalhista e o Movimento Feminino do PMDB com uma participação mais atuante nas lutas femininas e

¹²ZEROHORA, local. 14 mar, 1983. p. 30

políticas, enquanto as pedessistas permaneceram um pouco isoladas dos eventos e manifestações mais importantes.

Com a proximidade das eleições para as Prefeituras das áreas de Segurança Nacional, e 1985, a articulação feminina ganha novo impulso junto aos partidos políticos. Concentrando suas atividades nos locais onde se realizarão eleições para Prefeito, as mulheres de vários partidos passam a se reunir com membros de clubes de mães, associações de bairro, entidades profissionais no processo político. A vitória do PDT na capital traz resultados positivos para as pedetistas, sendo indicadas para o secretariado do município duas militantes do movimento partidário, engajadas na luta pela defesa dos direitos da mulher.

Novo impacto à participação feminina é dado no período pré-eleitoral de 1986. Durante a campanha desse ano mulheres de todas as camadas sociais, mobilizam-se em torno de questões políticas. É significativo o aumento do número de candidatas postulando, inclusive, cargos mais altos na hierarquia institucional, e também é expressiva a quantidade de mulheres que se reúnem nos mais diversos locais para debater problemas que lhes são específicos.

No que se refere às organizações partidárias de mulheres, as eleições de 1986 assim como as de 1985, trouxeram algumas alterações nos grupos articulados em 1982. Entre eles, são remanescentes a AMT e o Movimento Feminino do PMDB. O grupo do PDS que representava, na época de sua criação, a força de mulheres mais organizadas, tem agora sua representação desarticulada. Contribui para isso, entre outras coisas, a derrota maciça do PDS nas eleições de 1985 e o fato do Governador do Estado, eleito em 1982 por esse partido, ter se filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL).

A filiação do Governador, e de outros políticos do PDS gaúcho ao PFL, possibilita o surgimento de uma “nova” força feminina partidária. Trata-se da Ação Liberal Feminina (ALFA). A ALFA apesar de aparecer como força menor em relação à AMT e ao Movimento Feminino do PMDB, e, de fazer parte de um partido com pouca representação no Estado, vai estar ligada diretamente numa questão polêmica que envolve o Movimento de Mulheres Gaúchas e a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, em 1986.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher foi criado por Decreto Governamental em 1986, no final do Governo Jair Soares (PFL), sendo indicada como Presidente do mesmo Arabela Chiarelli, da ALFA. A forma como este foi criado (por decreto) provocou descontentamento entre as militantes do movimento de mulheres. Sua maior crítica, quanto à decisão do Governador, residia no fato de que o Conselho havia sido instituído de cima para baixo sem terem sido consultados as mulheres engajadas na luta pela emancipação feminina.

É interessante notar, que a maior parte das representantes do movimento, tomou conhecimento da criação do Conselho através do convite do Governador, feito pela imprensa para os atos de posse da Presidente do Conselho. Fato consumado, restava agora às mulheres tomar posição a respeito desta medida arbitrária do Governador.

Representantes de entidades femininas, feministas e partidárias, reunidas em Assembléia chegaram a um consenso de que deveriam contestar o fato do Conselho ter sido instituído por Decreto. Deste encontro, surgiu a idéia da elaboração de um documento expondo o ponto de vista das mulheres e solicitando do Governador uma série de medidas a respeito do assunto. Uma das solicitações era a de que o Conselho só viesse a funcionar após a realização de audiências com o Governador e aprovação, por parte deste, das reivindicações das representantes do movimento de mulheres gaúchas.

Obtidas as audiências e realizadas negociações chegou-se a um denominador comum que previa, inclusive, a alteração nos critérios de escolha da Presidente do Conselho e das consultoras do mesmo. As negociações foram concluídas no final de 1986 antes das eleições, cabendo ao novo governo a instalação oficial do Conselho.

O Conselho dos Direitos da Mulher do Rio Grande do Sul, vinculado à Secretaria de Justiça e aparentemente constituído, não avançou além da realização de reuniões semanais entre algumas consultoras. Sua situação institucional permanece indefinida desde que o PMDB assumiu o Governo do Estado em março de 1987, ao contrário do ocorrido no Paraná onde, encontram-se Conselhos em funcionamento.

A exemplo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a mobilização das mulheres no Paraná também vem apresentando a tendência de se manifestar a nível de organização partidária, com a diferença que foi através da articulação feminina dentro de um partido político (PMDB), que as paranaenses puderam desenvolver sua luta pelos direitos da mulher. Nesse sentido, sua contribuição foi expressiva na viabilização dos processos de criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, dos Conselhos Municipais e da Delegacia para Mulheres de Curitiba (PR).

Partindo de uma postura que é necessário atuar na estrutura governamental para garantir que comecem a mudar os conceitos sobre a mulher e sejam dadas condições efetivas para execução de projetos, foram criados, em 1985, o Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, Junto ao Governo do Estado e o Conselho Municipal de Curitiba, ligado a Prefeitura dessa cidade. A criação destas entidades era uma reivindicação do Diretório Regional do Departamento Feminino do PMDB e do Movimento de Mulheres paranaenses que, desde a década de 70, vinha se articulando através da criação de entidades e grupos de reflexão interessados na questão feminina. Tornando-se viável em março de 1984, quando o movimento nacional *Diretas já* se regionaliza no Paraná com a articulação da campanha “Mulheres, Direitos e Diretas já” que culmina com o compromisso assumido pelo Governador José Richa (PMDB) com a criação do Conselho da Condição Feminina do Paraná e pelo Prefeito Maurício Fruet (PMDB) com a criação do Conselho Municipal da Condição de Curitiba.

Desde sua implantação os dois Conselhos, Estadual e Municipal vem atuando conjuntamente. Visando cumprir seus objetivos de defesa dos direitos da mulher, os Conselhos se propõem a funcionar como órgãos aglutinadores e de intermediação das reivindicações femininas, preocupando-se tanto com questões relacionadas à educação, saúde e trabalho da mulher, como em fiscalizar a atuação governamental na implantação junto ao Governo, de medidas que visam zelar pelos interesses e direitos inerentes à Mulher. Por serem órgãos do Governo, os Conselhos são vistos como um espaço das mulheres dentro da estrutura de poder e, ao mesmo tempo, canais de participação do segmento feminino que sugerem ao próprio Governo uma série de propos-

tas, pressionando-o a assumir também um papel na emancipação feminina à medida que estimulam as iniciativas nesses sentido.

Porém, apesar do aspecto positivo da atuação dos Conselhos, na estrutura do poder existem muitos obstáculos para que estes se afirmem enquanto órgãos de defesa dos direitos da mulher. A este respeito é interessante notar que os Conselhos dos Direitos da Mulher ou da Condição Feminina, que começam a ser implantados no Brasil a partir de 1984, enquanto órgãos do governo, têm se deparado com limitações em seu papel de elaboração e de implementação das políticas para a mulher. De uma parte, pela falta de autonomia administrativa e orçamentária e, de outra, devido à dificuldade de agir integralmente com os vários órgãos da administração. Como resultado, desde a época de sua implantação, estes vêm se preocupando com seu fortalecimento via integração com os demais órgãos de decisão e, da mesma forma, tentando garantir a implementação de programas e obtenção de recursos humanos, materiais e financeiros.

Ainda com relação aos Conselhos, do ponto de vista da maior parte das integrantes destes, sua criação representa uma verdadeira ruptura com o total desprezo dos governos anteriores a 1985 à condição feminina e, ao mesmo tempo, o reconhecimento dos governos atuais de que a opressão existe, de que a discriminação contra a mulher pode ser detectada nos comportamentos, nas atitudes e também nas leis.

Já muitas das integrantes do movimento de mulheres vêm com certo temor a criação do Conselho, alertando para as dificuldades de seu funcionamento dentro da estrutura do Estado e para os perigos de que estes sejam cooptados, que possuam apenas autonomia relativa e passem a ser instrumentalizados pelos Executivos aos quais se vinculam. As maiores contestações à criação de Conselhos, Secretarias e Estado e/ou Ministérios da Mulher partem dos movimentos autônomos que alertam para os riscos que podem advir com a institucionalização da questão da mulher.

Em suma, levar adiante a questão da representatividade do segmento feminino nas políticas governamentais; fazer com que entidades como os Conselhos entrem em funcionamento, tenham autonomia e sejam representativos do movimento das mulheres,

é tarefa difícil de realizar. Ter o perfil destas entidades como grupos do governo a serviço de um partido político, ou como agregadores de movimento de mulheres que pretendem seguir em frente na luta da mulher pela mulher através do aperfeiçoamento dos laços de respeito e de consideração entre as duas instâncias de luta, a civil e a institucional.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Considerando as eleições de 1982 como marco de referência no processo de transformação política no Brasil, verificou-se o envolvimento das mulheres de diversos setores sociais na campanha eleitoral, apoiando os diversos partidos concorrentes.

De outra parte, muitas das participantes de movimentos femininos e feministas, além das trabalhadoras e sindicalistas, se incorporaram aos grupos de mulheres criados nos partidos políticos. E, em certo sentido, as referências partidárias foram de extrema importância para a movimentação das sulistas.

Como referíamos anteriormente, a reformulação partidária, iniciada em 1979, proporcionou alterações no modo como os partidos encaravam a questão da participação política da mulher e também trouxe modificações nas formas de incorporação aos partidos políticos (criação de departamentos e núcleos femininos, aumento do número de vagas para candidatas etc.).

Ao mesmo tempo em que se criavam núcleos, departamentos feministas etc., a expressividade política de cada um dos partidos, determinava maior ou menor integração das mulheres no partido. É o caso, por exemplo, do PDT e do PTB – e de certa forma do PT – Paraná e em Santa Catarina que, enquanto partidos de menor expressão eleitoral não demonstravam tanto interesse, como o PDS e PMDB, pela integração das mulheres ao partido.

No Rio Grande do Sul, a penetração do PDT, principalmente na capital gaúcha, proporcionou o surgimento da Ação da Mulher Trabalhista (AMT). O AMT, congregando mulheres em expressiva tradição de luta pelos direitos humanos (Anistia) e pela questão feminina, tornou-se uma das organizações de maior influência dentro de um partido político.

Dada esta situação, a ação política feminina, desenvolvida a partir de 1982, vai estar associada aos resultados das eleições deste ano. Nesse sentido, a vitória do PDS no Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina, bem como a do PMD no Paraná, associada às divergências observadas no interior dos movimentos autônomos (feministas), no estado gaúcho e, à debilidade destes movimentos em Santa Catarina, de outra forma, vai interferir nos rumos tomados pelos movimentos de mulheres nesses estados.

No estado catarinense, ao lado de uma organização partidária que busca afirmar sua força dentro do partido, encontra-se feministas independentes, anteriores participantes dos grupos *Amálgama e Vivência*, que continuam preocupadas com a questão da mulher. A partir dessa preocupação, e elas continuam desenvolvendo estudos sobre a mulher na Universidade Federal de Santa Catarina e também participando de discussões sobre o tema, sem se constituir, entretanto, um grupo organizado.

Com relação ao Rio Grande do Sul, o partido político vem se apresentando, a partir de 1982, como um dos espaços de luta mais significativos para o segmento feminino, sobrepondo-se muitas vezes aos movimentos de trabalhadoras (rurais e urbanas) e aos movimentos femininos e feministas de maior expressividade no Estado. Por outro lado, pode-se constatar, além da importância da organização partidária, enquanto elemento agregador da questão da mulher, a ênfase que vem sendo dada à atuação especializada no que se refere às questões que dizem respeito ao segmento feminino. Dentro dessa linha de ação foi criado no ano de 1995, em Porto Alegre, um posto policial para atender exclusivamente mulheres vítimas de agressão ou violência sexual.

Ainda dentro desse enfoque de atuação especializada, temos a criação, em 1986, do Pró-Mulher LBA. Este organismo vai ser responsável pela implantação de um serviço de atendimento à mulher de baixa renda nas áreas de profissionalização, saúde, defesa, ação social e comunitária.

Em 8 de março de 1988, foram nomeadas as três primeiras delegadas de polícia do Rio Grande do Sul, para os municípios de Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul. Em 20 de abril, o Posto Policial para a Mulher, localizado em Porto Alegre, foi transformado em delegacia de Polícia (primeira Delegacia de Polícia para a Mulher do Estado), tomando posse a delegada Vanise Helena

de Oliveira. No dia 27 de abril, foram instaladas mais duas delegacias para Mulher, a de Canoas e a de Caxias do Sul.

Nesse mesmo ano, apesar dos avanços que vêm obtendo as questões relacionadas à temática feminina, continua em aberto a discussão sobre os rumos que deverá tomar o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio Grande do Sul. De um lado está o Governo tentando impor uma linha de ação ao Conselho, de outro, as manifestantes do movimento de mulheres gaúchas, mobilizadas, buscando fazer valer os seus direitos, o direito da mulher.

No Paraná, o movimento de mulheres também vem tendo avanços importantes. Em Curitiba, as atividades mais relevantes tem se mantido através da organização partidária feminina e de grupos como o 8 de Março, que continua existindo, além de outras entidades como a Federação de Mulheres, a União de Mulheres e a Associação de Donas de Casa, para citar apenas estas.

Considerando relevante a participação na estrutura governamental, as paranaenses através do movimento partidário e dos movimentos autônomos chegaram à criação de mais seis Conselhos Municipais da Condição Feminina – funcionando junto às Prefeituras de Paranaíba, Jandaia do Sul, Arapongas, Londrina, Toledo e Umuarama –, além dos Conselhos Estadual e Municipal com sede na capital do Estado.

Com relação aos Conselhos, as paranaenses, enfrentando problemas semelhantes às gaúchas no que se refere ao funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, buscam através de negociação com os poderes do Estado, fortalecer as reivindicações das mulheres apoiando-as em decisões soberanas e não tuteladas por partidos ou políticos.

Enfim, no que se refere à mulher do Sul, do Norte, do Nordeste ou do Centro-Oeste do Brasil, seja sua participação feitas de avanços e retrocessos, a luta continua e a sua “questão” permanece na ordem do dia sendo avaliada, repensada e assumida por um número cada vez maior de mulheres. Uma busca permanente de espaço de participação política, econômica e social que, independente de sexo, raça, credo ou ideologia, parece não estar muito perto de terminar.

POST SCRIPTUM

Neste volume, estão contidas análises, reflexões, vivências, discussões e debates e um pouco de todas nós, feministas ou, simplesmente, mulheres brasileiras, num momento em que paramos para pensar e repensar e fazermos um balanço (autocrítico) do Feminismo no Brasil.

Ao concluirmos, preparando-o para publicação, estamos cientes de que o movimento de mulheres no Brasil – e o Feminismo como um de seus instrumentos na luta por uma sociedade mais justa e igualitária – já vive um outro momento, e outro será aquele em que você, leitora (ou leitor), nos lê.

Passado mais de um ano da realização deste Seminário, muita “água rolou” pelo moinho do feminismo brasileiro. Foi um período de mudanças, de intensas discussões. Agora, a velha questão da relação com o Estado volta à tona, à luz dos acontecimentos ocorridos com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, mais uma vez, estamos discutindo a autonomia do movimento.

Atendendo a interesses conservadores e desvinculados de qualquer compromisso com a democracia e a participação popular, o governo Sarney, ao finalizar seu mandato, resolveu destruir o único órgão do governo federal que tinha respaldo e respeito popular, principalmente do setor ao qual estava vinculado.

Através dos atos autoritários do então Ministro da Justiça, Oscar Corrêa, o Conselho foi destruído paulatinamente. Contrariando o próprio regimento interno do CNDM e a lei que o criou, o Ministro nomeou, à revelia do movimento de mulheres, uma série de “senhoras” para ocupar as vagas de conselheiras. Mulheres indicadas por suas relações de parentesco ou pelo seu compromisso com os setores mais conservadores da nossa sociedade. Essas nomeações mudaram completamente a correlação de forças dentro do CNDM. Junte-se a isso o bloqueio de recursos, aprovados pelo Congresso Nacional. A demissão de funcionários à revelia da presidência e o ataque constante à autonomia administrativa.

Como alternativa de luta a esse ato de força, só restou a Jacqueline Pitanguy entregar o cargo. Com ela toda a equipe técnica também deixou o CNDM.

Mais forte que esse ato de renúncia coletiva, foi o rechaço de toda a sociedade que acompanhava o trabalho do CNDM. No Congresso Nacional, vários parlamentares subiram à tribuna para protestar contra os atos do Ministro. Por parte do movimento de mulheres, o rompimento com o “novo” Conselho foi imediato.

Hoje, com os atos do governo Collor, o CNDM encontra-se totalmente destruído com a conivência daquelas que se prestaram ao papel de novas conselheiras e membros da equipe técnica. O CEDIM, resultado do esforço de anos a fio, coletando e organizando informações, encontra-se abandonado. Trabalho e recursos jogados ao lixo. Isso sim, um descalabro do serviço público, sob a inteira responsabilidade das chamadas “autoridades competentes”.

A intervenção que sofreu o CNDM, o descaso e abandono em que se encontram alguns Conselhos Estaduais e Municipais, à mercê da boa vontade ou sensibilidade do governante de plantão, traz de volta a velha questão:

É POSSÍVEL FAZER FEMINISMO NO ESTADO?

Alice e Cecília
julho de 1990

PARTICIPANTES

Aida Maria Novelino: Psicóloga, professora da UFPE, participou do Grupo Ação Mulher, autora de vários trabalhos sobre Identidade e Maternidade – Pernambuco.

Albertina de Oliveira Costa: Socióloga da Fundação Carlos Chagas, participou do Grupo de Mulheres Latino-americanas em Paris, do Grupo de Mulheres Brasileiras em Portugal, do Coletivo Memórias do Exílio, do Conselho Editorial do Mulherio e do Conselho Estadual da Condição Feminina – São Paulo.

Alda Britto da Motta: Professora de Sociologia da UFBA, membro da equipe do NEIM – Bahia. Especialista na área de trabalho em Emprego Doméstico.

Ana Alice Alcantara Costa: Professora de Ciência Política da UFBA, participou em vários grupos feministas do México, do Grupo Brasil Mulher/Salvador, foi coordenadora do GT Mulher e Política da ANPOCS, membro da equipe do NEIM.

Ana Vicentini - Professora da UNB, participou do Grupo Brasília Mulher, participa na equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UNB – Brasília.

Anilde Pereira de Almeida: Socióloga, participou do Grupo Brasil Mulher, membro da equipe do NEIM – Bahia.

Angela Arruda: Psicóloga Social, Professora da UFPB, participou do *Groupe Femmes d'uxv* (Paris), do Grupo de Mulheres de Campina Grande, pertence ao Grupo Raízes e à Comissão de Saúde e Direitos da Mulher – Paraíba.

Aristotelina Elisabeth Bittencourt: Psicóloga, trabalha na Caritas, participou do Grupo de Mulheres da Ilha, do SOS Violência, atualmente participa do Viva Maria, Assessora para o Movimento de Mulheres Rurais – Maranhão.

Beatriz Fontana: Pertence ao Grupo de Mulheres de São Luiz, especialista em Saúde da Mulher e Educação Popular – Maranhão.

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg: Professora de Antropologia da UFBA, participou do Feminismo Norte-americano, do Grupo Brasil Mulher, membro da equipe do NEIM – Bahia.

Dulcinéa de Oliveira Xavier: Assistente Social, trabalha no SOS Corpo – Recife, Especialista em Educação e Saúde da Mulher – Pernambuco.

Eliana Ferreira de Assis: Participa do Movimento Feminista Autônomo, participou da Comissão Organizadora do III Encontro latino-americano – São Paulo.

Jacqueline Pitanguy: Socióloga, membro do grupo CERES no Rio de Janeiro, Presidente do CNDM – Brasília.

Lourdes Bandeira: Professora de Sociologia da UFPb, participou do Grupo Maria Mulher de João Pessoa, foi coordenadora do GT Mulher e Política da ANPOCS.

Luiza Bairros: Socióloga, militante feminista do Movimento Negro Unificado (MNU/Bahia).

Maria Christina Ribeiro Cói: Assistente Social, participa da Rede Mulher, da Coordenação de mulheres de São Paulo, do Centro de Estudos e Formação da Mulher, participou do Grupo de Mulheres de Vitória, Especialista em Educação Popular – São Paulo.

Maria Dirlene Trindade Marques: Professora de Ciência Política da UFMG, participa do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre a Mulher, na Comissão de Mulheres do PT, participou do Movimento Feminino para Anistia e do Movimento de Creches – Minas Gerais.

Maria Elisabeth da Silva: - Professora da UFBA, membro da equipe do NEIM – Bahia.

Maria Helena Pessoa: Socióloga, participou do Ação Mulher e da Casa da Mulher em Recife – Pernambuco.

Maria Helena Silva: Historiadora, Assessora Parlamentar, participou do Grupo Brasil Mulher/Salvador, foi Conselheira no Conselho Municipal da Mulher – Bahia.

Maria Lúcia Vidal: Psicóloga e atriz, trabalha com as Casas Comunitárias da SMD Social, participa do Grupo Nós Mulheres – Rio de Janeiro.

Maria Tereza S. Navarro de Britto: Historiadora, Especialista em Arquivologia, membro da equipe do NEIM – Bahia.

Mariza de Athayde Figueiredo: Socióloga do SESI, fotógrafa, participa do Grupo REALFE, Editora da Revista Impressões, militou no Movimento Feminista Francês de 1970/80, participou de vários Grupos Autônomos do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

Marlene Libardoni: Economista, participou do Grupo Brasília Mulher, participa do CNDM desde sua criação, onde coordena a Comissão de Trabalho e Mulher Rural – Brasília.

Marta Elena Alvarez: Psicóloga, participa da Casa da Mulher do Grajaú, da Coordenação de Mulheres de São Paulo, na Comissão de Mulheres do SUM – São Paulo.

Míriam Botassi: Pertence ao Centro de Informação da Mulher-CIM, participou da Coordenação do III Encontro Latino-americano – São Paulo.

Nadia Regina Loureiro de Barros Lima: Socióloga, Professora da UFAL, participa do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Fórum da Mulher Alagoana – Alagoas.

Naumi A. de Vasconcelos: Terapeuta, professora da PUC/SP, participa do Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Relações, Ação e Gênero – IEROS – São Paulo.

Nilce Gomes de Souza: Participou do Coletivo do Rio de Janeiro, trabalha no CNDM, especialista em Questões de Violência Contra a Mulher – Brasília.

Paola Cappellin Giuliani: Socióloga, professora da UFRJ, participou do Grupo Feminista de Milano (Itália), do Grupo de Mulheres de Campina Grande, do Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, Assessora da Secretaria da Mulher da CUR-PB, especialista em sindicalização da Mulher Rural, foi durante muitos anos Professora da UFPb – Rio de Janeiro.

Silvia Elizabeth Contreras: Estudante de Economia, participa do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher/UFMG e da Comissão de Mulheres do PT – Minas Gerais.

Suely Alves Dias: Jornalista, participou do Grupo Brasil Mulher – Bahia.

Terezinha Abigail Gonçalves Vaidyanathan: Economista, participou do Grupo Brasil Mulher, membro da equipe do NEIM – Bahia.

Vera Lúcia Lemos Soares: Professora de Física da USP, participou do Grupo Brasil Mulher, do Jornal Mulherio, do Coletivo Sexualidade e Saúde, Diretora Técnica do CNDM – São Paulo.

Vilma Maria Martins Vaz: Psicóloga, especialista em Saúde da Mulher, participa do Grupo Raízes e da Comissão de Saúde e Direitos da Mulher na Paraíba – Paraíba.

Zuleika Alambert: Escritora, participou da Frente de Mulheres Feministas, do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio (Chile), do Grupo de Mulheres em Paris, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, autora de vários trabalhos sobre a Mulher – São Paulo.

REPRESENTANTES DE ENTIDADES FINANCIADORAS:

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Ana Maria Brasileiro

Maria América Ungaretit

UNIFEM – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de trabalhos com Mulheres

Mary Dayse Kinzo

TIVERAM TRABALHOS SELECIONADOS, MAS NÃO PARTICIPARAM:

Danda Prado: Psicóloga Social, autora de vários trabalhos sobre a questão da mulher, militou no Círculo de Mulheres de Paris e em vários grupos autônomos do Brasil. Participa do Grupo REALFE.

Eleonora Menicucci de Oliveira: Professora de Ciência Política da UFBA. Participou do Grupo Maria Mulher da Paraíba e do Coletivo Saúde Sexualidade de São Paulo. Foi Coordenadora do GT Mulher e Política da ANPOCS.

Eva Alterman Blay: Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da USP. Coordenadora do Núcleo de Estudos Sobre Relações de Gênero da USP. Foi presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Autora de vários trabalhos sobre a mulher.

Jussara Reis Prá: Professora de Ciência Política da UFRGS, autora de vários artigos sobre a participação política da mulher.

Equipe de coordenação do Seminário - NEIM

- 1 - Alda Britto da Motta
- 2 - Ana Alice Alcantara Costa
- 3 - Anilde Pereira de Almeida
- 4 - Cecília Maria Bacellar Sardenberg
- 5 - Maria Elisabeth da Silva
- 6 - Maria Tereza Salles Navarro de Britto